

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E REPRESSÃO POLÍTICA: O ATO PÚBLICO NA  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (1977) E O DESTINO DE UMA  
GERAÇÃO DE ESTUDANTES**

**RENATO CANCIAN**

**SÃO CARLOS  
2008**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E REPRESSÃO POLÍTICA: O ATO PÚBLICO NA  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (1977) E O DESTINO DE UMA  
GERAÇÃO DE ESTUDANTES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MOVIMENTO ESTUDANTIL E REPRESSÃO POLÍTICA: O ATO PÚBLICO NA  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (1977) E O DESTINO DE UMA  
GERAÇÃO DE ESTUDANTES**

**Renato Cancian**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),  
como parte dos requisitos para obtenção do Título  
de Doutor em Ciências Sociais.**

**Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa**

**São Carlos**

**2008**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

C215me

Cancian, Renato.

Movimento estudantil e repressão política : o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes / Renato Cancian. -- São Carlos : UFSCar, 2009.  
295 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Movimento estudantil. 2. Militância política. 3. Socialismo. 4. Juventude - história social. I. Título.

CDD: 305.23 (20<sup>a</sup>)



**ATA DO EXAME DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DE  
RENATO CANCIAN  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: RELAÇÕES SOCIAIS, PODER E CULTURA**

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e seis do mês de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Carlos, reuniu-se a Banca Examinadora nas formas e critérios do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, composta pelos professores: Dr. Marco Antonio Villa, orientador e presidente, Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo e Dr. João Roberto Martins Filho, ambos da Universidade Federal de São Carlos UFSCar, Dr. José Leonardo do Nascimento da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP e Dr. Marcelo Ridenti da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP para procederem ao Exame de Tese do aluno **Renato Cancian** que apresentou o trabalho intitulado: **Movimento Estudantil e Repressão Política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes**, a sessão pública foi instalada pela Presidente da Banca Examinadora, que após a explanação do candidato passou a palavra aos demais membros da Banca. Terminada a arguição, a Banca reuniu-se em sessão secreta, e de acordo com o Artigo 26, do Regimento Interno do Programa, cada examinador expressou o seu julgamento, mediante a atribuição dos seguintes níveis:

Prof. Dr. Marco Antonio Villa  
Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo  
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho  
Prof. Dr. José Leonardo do Nascimento  
Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Nível A  
Nível A  
Nível A  
Nível A  
Nível A

Ass. [assinatura]  
Ass. [assinatura]  
Ass. [assinatura]  
Ass. [assinatura]  
Ass. [assinatura]

De acordo com a escala de avaliação acima, o candidato foi considerado APROVADO com o nível \_\_\_\_\_.  
A critério e por determinação da Banca, registrou-se o seguinte parecer: CONSIDEROU O TEMA RELEVANTE, POUCO ESTUDADO E INCORPOROU UMA EXAUSTIVA E BEM REALIZADA E RECOMENDA A PUBLICAÇÃO, SUGERINDO UMA REVISÃO ORTOGRÁFICA

\_\_\_\_\_. A Banca Examinadora sugeriu manter/alterar o título da tese. O novo título passa a ser: \_\_\_\_\_

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e para constar, eu, Prof. Dr. Igor José de Renó Machado, Coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, lavrei a presente ata, a qual passo a assinar. São Carlos, aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito.

[assinatura]  
Prof. Dr. Igor José de Renó Machado  
Coordenador do PPGCSO

Para uso da CPG  
Homologado na \_\_\_\_ª Reunião da CPG-CSO,  
realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Universidade Federal de São Carlos**  
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351.8371  
Endereço eletrônico: ppgcso@power.ufscar.br  
CEP: 13.565-905 – São Carlos – SP - Brasil

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**  
Centro de Educação e Ciências Humanas

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais vão para algumas importantes instituições que colaboraram com este estudo fornecendo algum tipo de suporte material. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), instituição sede do curso de Doutorado.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da Bolsa de Pesquisa com prazo estendido que possibilitou cumprir com todas as etapas de pesquisa previstas no Projeto deste estudo.

Ao Arquivo do Estado de São Paulo (AESP-DOPS), onde pude encontrar documentação variada sob a forma de inquéritos policiais, dossiês e relatórios oficiais de origem governamental sobre o movimento estudantil, além de boa parte de documentos de origem propriamente estudantil.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), que também dispõe de parcela importante de documentação de origem estudantil.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ao Jornal Folha de S. Paulo e novamente ao AESP-DOPS, instituições que cederam as imagens fotográficas que ilustram este estudo.

Gostaria de expressar minha gratidão ao Professor Dr. Marco Antonio Villa, responsável pelo longo e dedicado trabalho de orientação; e por me inserir, anos atrás, num projeto de pesquisa independente que deu origem ao projeto inicial deste estudo.

Ao jornalista Elio Gaspari, sou grato pela disponibilização do conjunto das Apreciações Sumárias do SNI e de algumas fontes bibliográficas, todas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Finalmente, sou imensamente grato a todos os ex-militantes estudantis, autoridades públicas e acadêmicas, citadas neste estudo, por fornecerem longos e sucessivos depoimentos orais.

## RESUMO

O presente estudo aborda o movimento estudantil universitário da década de 1970 e o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1977, evento que culminou num episódio de violência policial contra os estudantes. O enfoque da pesquisa recaiu sobre a trajetória de vida de um grupo de ex-militantes estudantis, com o propósito de compreender, em primeiro lugar, como eles se vincularam e participaram do movimento estudantil e, em segundo lugar, se a experiência de participação no movimento estudantil foi capaz de gerar alguma influência ou socialização em termos de inserção política e profissional após a fase de formação universitária desses ex-militantes. Teoricamente, o presente estudo estabelece uma interlocução com as abordagens sociológicas que enfocam o radicalismo estudantil e as ações coletivas protagonizadas por jovens, e se volta para compreensão das mudanças nos padrões de militância que possam vir a ocorrer na fase de transição da vida juvenil para a vida adulta e inserção no mundo do trabalho. A metodologia de História de Vida serviu de base para a análise da biografia dos ex-militantes estudantis. A partir desse recurso metodológico constatou-se que a militância política foi um fator determinante da militância estudantil e, conseqüentemente, de uma participação mais ativa no movimento estudantil universitário. O estudo comprovou que após a formação acadêmica e desligamento do movimento estudantil, os ex-militantes estudantis deram continuidade à prática de militância política e a experiência de participação no movimento estudantil desempenhou forte influência nas suas opções de carreira profissional.

**Palavras-Chave:** movimento estudantil, militância estudantil, militância política, ideologia marxista.

## ABSTRACT

This study examines the university student movement of the 1970s and the Public Act at the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP) in 1977, culminating in an episode of police violence against the students. The focus of the search fell on the path of life of a group of former student activists in order to understand, first, how they are linked and part of the student movement, and secondly, if the experience of participation in student movement was able to generate some influence or socialization in terms of political and professional after entering the stage of university education of ex-militants. Theoretically, this study establishes a dialogue with the sociological approaches that focus on the radical student collective actions and roles of young people, and is back to understanding the changes in the patterns of militancy that might occur in the transition from juvenile to life adulthood and integration into the world of work. The methodology of the History of Life provided the basis for the analysis of the biography of former student activists, and from that methodological feature found that the political militancy was a determining factor of student activism and, consequently, a more active participation in the movement university student. The study showed that after training and shutdown of the student movement, the former student activists have continued the practice of political militancy and experience of participation in the student movement has strong influence in their career options.

**Keywords:** student movement, student activism, political activism, marxism ideology.

## Índice Geral

Introdução.....	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
O movimento estudantil e as ideologias de esquerda .....	15
A trajetória da esquerda .....	17
O 30º Congresso de Ibiúna e o declínio do movimento estudantil (1968).....	26
O ressurgimento do movimento estudantil .....	31
A Universidade de São Paulo.....	34
A morte de Alexandre Vannuchi Leme .....	43
O Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP) .....	46
A greve da Escola de Comunicação e Artes .....	53
As tendências estudantis.....	63
A crise de outubro.....	69
O surgimento do DCE-Livre.....	72
Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs).....	81
Quadro Geral 1 .....	88
<b>CAPÍTULO 2</b>	
1977: os estudantes saem às ruas.....	92
A UnB .....	98
Os protestos de maio.....	99
O Dia Nacional de Luta.....	105
O III ENE.....	110
O segundo Dia Nacional de Luta.....	115

Reivindicações educacionais versus reivindicações políticas .....	119
A retomada do movimento estudantil .....	129
As manifestações estudantis no segundo semestre .....	133
O terceiro Dia Nacional de Luta.....	138
III ENE: segunda tentativa .....	142
Quadro Geral 2.....	146
Imagens das manifestações estudantis em São Paulo (1977).....	148

### **CAPÍTULO 3**

O Ato Público e a invasão da PUC-SP.....	155
A Universidade Católica .....	159
A realização secreta do III ENE.....	163
Os preparativos para o Ato Público .....	167
Os preparativos da ação policial.....	171
A depredação .....	181
Os estudantes presos.....	182
O IPM da invasão da PUC-SP.....	188
Anexo 1.....	193
Imagens da invasão policial da PUC-SP .....	194

### **CAPÍTULO 4**

Militância estudantil: pressupostos teóricos e metodológicos .....	205
A Construção da amostra .....	210
A formação dos militantes estudantis .....	213
Militância política versus militância estudantil .....	239
Análise biográfica e dinâmica do movimento estudantil .....	244

## **CAPÍTULO 5**

A fase pós-formação universitária .....	248
Apontamentos.....	254
Continuidade e descontinuidade da militância política .....	255
Algumas conclusões.....	273
Declínio ou perda de importância do movimento estudantil? .....	277
Bibliografia consultada.....	285
Relação dos depoimentos orais coletados .....	291
Quadro Geral das Imagens ilustrativas .....	294

## Introdução

O projeto inicial deste estudo previa uma investigação sociológica sobre uma geração de estudantes engajados nas atividades do movimento estudantil universitário de 1977. O enfoque da pesquisa recaía sobre a trajetória de vida de um determinado grupo de ex-militantes estudantis objetivando compreender como os estudantes se tornam militantes estudantis e entender a participação diferencial (o que eu chamo de “graus de engajamento”) no movimento estudantil universitário, além de entender as possíveis influências que a experiência de participação exerceu nos rumos que os ex-militantes deram as suas vidas após a formação acadêmica e desvinculamento do movimento estudantil. Com base nestes questionamentos o estudo estabelecia uma interlocução teórica com as abordagens sociológicas que enfocam o “radicalismo estudantil” e as “ações coletivas” protagonizadas por jovens, e se volta para a compreensão da permanência ou mudança nos padrões de militância, sobretudo política, que possam vir a ocorrer na fase de transição da vida juvenil para a vida adulta.

Para cumprir com os objetivos propostos, recorreremos à reconstrução histórica de um episódio significativo do movimento estudantil de 1977 que se refere ao Ato Público na PUC-SP, ocorrido em 22 de setembro, que desencadeou uma ação policial repressiva resultando na invasão e depredação da Universidade Católica e na prisão de inúmeros estudantes. Com base na relação dos estudantes detidos por participarem do Ato Público os dados foram sendo trabalhados. O Inquérito Policial Militar (IPM) elaborado pelos delegados do DOPS paulista registra a prisão de 512 estudantes universitários provenientes de várias instituições de ensino superiores públicas e privadas de São Paulo. A partir da identificação prévia do “destino”

dessa geração de estudantes universitários<sup>1</sup> abriram-se possibilidades de se explorar vários aspectos da militância estudantil, que constituem temas até então pouco estudados.

Os estudantes detidos por participarem do Ato Público na PUC-SP compunham um grupo bastante heterogêneo do ponto de vista da inserção e engajamento no movimento estudantil. A diferenciação “tradicional”, ou “nativa”, daquela época, aponta para a existência de uma dicotomia no âmbito do movimento estudantil envolvendo a massa estudantil e as lideranças estudantis (ou seja, o estudantado e a vanguarda estudantil). Não obstante, a lacuna de pesquisas específicas dedicadas ao estudo dos fatores determinantes que levam os jovens a participarem do movimento estudantil<sup>2</sup>, tornou ainda mais importante compreender quais os caminhos trilhados pelos jovens universitários que os levaram a militância estudantil. Por outro lado, investigar a significância da experiência de participação no movimento estudantil e as possíveis influências da militância estudantil nos rumos que os jovens dão as suas vidas, no que se refere propriamente a atividade política e a inserção profissional após a formação universitária, pode ser entendido como um desdobramento dos objetivos iniciais propostos por este estudo<sup>3</sup>.

Visando a consecução destes objetivos, a partir do IPM da invasão policial da PUC-SP extraí uma amostra do universo de estudantes detidos por participarem do Ato Público. Ao todo foram coletados extensos depoimentos orais de 25 ex-militantes estudantis, número suficiente para proceder à análise do conjunto de questões que constituem objeto de investigação do presente estudo. Neste sentido, a análise do conjunto dos depoimentos orais produziu resultados reveladores. Constatou-se que a “adesão ideológica” vinculada a

---

<sup>1</sup> Dados apresentados no Projeto de Pesquisa. Foram localizados cerca de 63% do conjunto de ex-estudantes.

<sup>2</sup> Hipóteses nesta direção foram apresentadas na pesquisa quantitativa de autoria de SOARES, Gláucio Dilon publicada com o título Ideologia e participação política estudantil, in: BRITO, Sulamita de; (org), *Sociologia da Juventude*, vol 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 243-266).

<sup>3</sup> Um sociólogo que se dedicou a explorar este tema foi o americano KRAUSS, Ellis S. autor de *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*, Berkeley: University of California Press, 1974.

“militância política” são os fatores sociológicos determinantes que caracterizam um maior grau de participação no movimento estudantil. A militância política se converteu na base para estruturação da militância estudantil. Ademais, a partir da militância política foi possível compreender a formação das lideranças estudantis. No movimento estudantil da década de 1970, a militância política estudantil assentou-se nas mais variadas correntes de pensamento de esquerda marxista que se expressavam através de grupos, organizações e partidos políticos clandestinos e que influíam no movimento estudantil universitário por meio das chamadas “tendências estudantis”.

A presença de grupos políticos organizados não é uma peculiaridade do movimento estudantil da década de 1970. Entretanto, tendo em vista que as tendências estudantis exerceram um importante papel na politização das vanguardas estudantis (e que a própria militância política influenciou no engajamento do jovem no movimento estudantil), a pesquisa desdobrou-se de maneira a incluir a formação dessas tendências. Mais uma vez, porém, a inexistência de estudos históricos e sociológicos sobre o movimento estudantil do período exigiu que a pesquisa fosse ampliada de modo a incluir também a pesquisa de reconstrução histórica. De certo modo, no decorrer da elaboração do estudo ficou cada vez mais evidente que a reconstrução histórica do movimento estudantil da década de 1970 era uma etapa de pesquisa imprescindível para a melhor compreensão da militância estudantil. Por sua vez, a análise sobre a militância estudantil também lançou luz sobre a dinâmica geral do movimento estudantil do período<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Os relatos orais sobre a trajetória de vida dos ex-militantes estudantis estão centrados na experiência de participação no movimento estudantil, desse modo, a reconstrução histórica do movimento estudantil também serviu como embasamento empírico dos “achados de pesquisa” sobre a própria militância estudantil.

A pesquisa de reconstrução histórica do movimento estudantil foi uma tarefa difícil, pois, além da lacuna de estudos sobre o tema, há que levar em consideração que o movimento estudantil é um movimento social muito complexo pelo fato de produzir muito discurso sobre si mesmo. Essa condição exige que o pesquisador tenha um cuidado redobrado na escolha das fontes de pesquisa. Por esse razão, para dar conta da complexidade do movimento estudantil conjuguei três tipos de fontes históricas: 1) panfletos, boletins e cartas-programas estudantis e depoimentos orais dos ex-militantes estudantis; 2) documentação oriunda dos órgãos policiais do Estado militar incluindo relatórios do Dops paulista e do Serviço Nacional de Informações (SNI); e 3) artigos, revistas e jornais da época. Com esse procedimento metodológico foi possível alcançar resultados bastante satisfatórios sobre a retomada e dinâmica geral do movimento universitário da década de 1970.

Os Capítulos 1 e 2 recuperam a história do movimento estudantil da década de 1970 e deixam em evidência a importância e a influência da militância política no processo de retomada e na dinâmica geral do movimento estudantil. O Capítulo 3 aborda especificamente o Ato Público na PUC-SP, instituição de ensino superior paulista que foi sede do III ENE e de uma manifestação pública que desencadeou a violenta repressão policial. O Capítulo 4 trata de diversos aspectos da militância estudantil, abrangendo desde o significado até as experiências de participação dos ex-militantes no movimento estudantil. O Capítulo 5 finaliza o estudo ao analisar o processo de desligamento do estudante da universidade e também do movimento estudantil. O foco de análise do último capítulo aborda o rumo que os ex-militantes estudantis recém-formados deram a suas vidas profissionais e política, respectivamente, numa tentativa de compreender as influências decorrentes da experiência de participação no movimento estudantil.

### 1.1 O movimento estudantil e as ideologias de esquerda

Em estudo sobre a formação e composição dos partidos, organizações e grupos políticos orientados por ideologias de esquerda que atuaram no Brasil nas décadas de 60 e 70, Marcelo Ridenti<sup>5</sup> constatou o expressivo engajamento da juventude estudantil universitária. Trabalhando, sobretudo com dados estatísticos extraídos da análise do conjunto dos processos judiciais de acusados de vinculação com grupos e movimentos de oposição à ditadura militar, que deu origem a monumental pesquisa intitulada *Brasil Nunca Mais* (BNM), o autor destaca a forte atração que as ideologias de esquerda tinham entre a juventude estudantil universitária daquela época.

Nas duas décadas em questão, porém, tanto a proporção de jovens universitários que aderiram as ideologias de esquerda bem como os grupos e organizações que canalizaram a participação política deste segmento social variaram consideravelmente. Ridenti registra que, antes de 1964, a participação da juventude estudantil universitária nos grupos e organizações de esquerda foi inexpressiva. Após 1964, porém, esta participação cresceu vertiginosamente. Dois momentos distintos concentram os maiores índices desta participação, isto é, os períodos abrangidos pelos anos de 1966 a 1968 e 1969 a 1974<sup>6</sup>. Segundo os argumentos expostos, esses anos correspondem, respectivamente, ao ascenso da mobilização política das massas universitárias que aderiram aos grupos e organizações que representavam novas correntes de esquerda que surgiram no bojo da crítica ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O momento seguinte corresponde à radicalização do movimento estudantil universitário, em que parcelas significativas da juventude estudantil (sobretudo as lideranças estudantis) vincularam-se as

---

<sup>5</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

<sup>6</sup> Id. *ibid*; p. 116.

organizações guerrilheiras que defenderam a luta armada como uma estratégia para derrubar a ditadura e via de transformação revolucionária da ordem social. Em resumo, era jovem a maioria dos militantes e simpatizantes das esquerdas após 1964, principalmente das esquerdas armadas, neste último caso, Ridenti chama atenção para o fato de que pelo menos cerca da metade dos militantes das organizações armadas era composta por estudantes universitários<sup>7</sup>.

O núcleo do conflito entre os governos militares do pós 64 e o movimento estudantil universitário está relacionado justamente com a militância política das lideranças estudantis. O fato de pertencerem a grupos, organizações e partidos políticos de esquerda, de origem estudantil ou não, e atuarem como “minorias politicamente organizadas” na disputa pelo controle das organizações estudantis representativas e na condução do próprio movimento estudantil, levou os governos militares a supor, em primeiro lugar, que as lideranças estudantis não eram representativas do conjunto dos estudantes universitários. Em segundo lugar, a mobilização da massa estudantil e a formulação e defesa de determinadas reivindicações, muitas delas em desacordo ou contrárias a política oficial do governo, era constantemente interpretada pela ditadura como a instrumentalização dos legítimos interesses dos universitários. Um enorme conjunto de documentos produzidos pelos órgãos de repressão da ditadura encarregados da vigilância no meio estudantil universitário atestam a hipótese da visão do governo sobre o movimento estudantil universitário<sup>8</sup>. O estudo de Guilhon Albuquerque apresenta hipótese semelhante. Ao analisar as medidas governamentais pós-64 que afetaram o funcionamento do movimento estudantil, o autor assinala que:

---

<sup>7</sup> RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*, São Paulo: UNESP, 1993, pp. 120-21.

<sup>8</sup>Os inquéritos policiais militares (IPM) que tratam de prisões de estudantes universitários constituem as melhores fontes de pesquisa sobre o tema, recentemente também encontra-se a disposição dos pesquisadores o conjunto das 128 *Apreciações Sumárias* elaboradas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

“Pode-se pensar que tais objetivos não eram unicamente negativos. A teoria das minorias ativas parecia poder explicar a hostilidade dos estudantes face ao novo regime. O governo não dissolveu o movimento estudantil, mas definiu os limites assim como as orientações que o movimento estudantil devia tomar. Uma das medidas previstas na legislação sobre as organizações estudantis pode mostrar esse saldo positivo da estratégia do novo regime, tendendo a mobilizar o meio estudantil no sentido da política governamental. O decreto fixa uma data para a realização das eleições em cada Diretório Acadêmico, impondo sanções severas aos estudantes que se abstivessem. Trata-se, portanto, de uma tentativa de fazer falar a maioria silenciosa”<sup>9</sup>.

De acordo com Guilhon Albuquerque, os objetivos dos governos militares ao editar medidas na área educacional não visava, portanto, anular o movimento estudantil, mas afastar a influência dos grupos e organizações políticas (de esquerda) as quais as lideranças estudantis estavam vinculadas, e com isso neutralizar a luta política-ideológica que era travada pelo controle das organizações estudantis representativas. A partir dessa discussão, convém analisarmos as origens das agremiações políticas que tiveram maior influência no movimento estudantil da década de 1970.

## **1.2 A trajetória da esquerda**

O aparecimento de grupos organizados politicamente e orientados ideologicamente que atuam no interior do movimento estudantil universitário brasileiro não é uma particularidade do período histórico que está sendo analisado. Contudo, pode-se afirmar que praticamente todos os grupos, organizações e partidos políticos de esquerda que tiveram algum tipo de influência política no movimento estudantil da década de 1970 têm suas origens

---

<sup>9</sup>GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. *Movimento estudantil e classe média no Brasil: estudo comparativo*, cap. IV, p. 136 (nota nº 12), pp. 117-144, in: *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

nas transformações da esquerda brasileira na década anterior. As principais diferenças entre as variedades de correntes políticas de esquerda se situam no campo da caracterização da sociedade brasileira e da estratégia mais apropriada para desencadear o processo revolucionário que implantaria o socialismo no país.

Não é intenção deste estudo, porém, proceder à exposição detalhada das idéias e das influências intelectuais e teóricas que propiciaram o aparecimento da variedade de correntes políticas de esquerda. Também escapa aos objetivos deste estudo a análise minuciosa da trajetória política de cada grupo, organização e partido político em particular. Criteriosos trabalhos nestas áreas foram elaborados por Jacob Gorender e pelo projeto *Brasil Nunca Mais* (BNM). O enfoque é a descrição resumida do processo histórico e político que engendrou profundas divisões entre a esquerda brasileira.

O ponto de partida é o livro de Jacob Gorender<sup>10</sup> que trata especificamente da trajetória política da esquerda brasileira em duas conjunturas políticas distintas. A primeira foi marcada pela radicalização do conflito social e político ao longo do governo de João Goulart. E a segunda, está relacionada com o período que vai do golpe militar de 1964 até a derrota das organizações de luta armada, em 1974. Segundo o autor, o PCB, cuja fundação data de 1922, foi durante décadas a organização política matriz do pensamento de esquerda marxista no Brasil. No início dos anos 60, porém, o partido enfrentou severas críticas quanto ao seu posicionamento político acarretando profundas dissensões e formações políticas independentes. O início deste processo está relacionado com o V Congresso do PCB, realizado em agosto de 1960, que definiu uma linha política programática de cunho liberal reformista que norteou a atuação do partido até o golpe militar de 1964. No V Congresso, o PCB reiterou a defesa da “revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista” no

---

<sup>10</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003.

Brasil. Ela deveria ser alcançada por meios pacíficos, ou seja, rejeitava-se a tática de luta armada e, por conseguinte, a violência revolucionária imediata.

A tese predominante se referia à consecução da revolução socialista brasileira a partir de duas etapas. A primeira etapa seria marcada pela “revolução nacional e democrática, de conteúdo antiimperialista e antifeudal”, que consistiria em viabilizar o desenvolvimento capitalista no país rompendo com a estrutura arcaica predominante no campo, ou seja, o grande latifúndio, e a dependência econômica estrangeira, concebida como exploração imperialista; preparando desse modo a passagem para o socialismo. Tudo isso poderia ser alcançado por meio da implementação de reformas estruturais, tema que a época do governo de João Goulart ganhou importância com o movimento pelas chamadas reformas de base.

As teses presentes no programa reformista do PCB ainda continham a defesa do postulado de “união nacional”, ou seja, os comunistas acreditavam que a revolução socialista poderia ser alcançada por meio de uma aliança entre o operariado, os camponeses e a burguesia nacional. Discordando dessa orientação, importantes lideranças se retiraram do PCB e criaram outra agremiação política: o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962. O PC do B rejeitou a proposta do caminho pacífico para consecução da revolução socialista brasileira sob os argumentos de que era ilusória a proposta de alianças de classes “num país em que a burguesia já era a classe dominante e tinha vinculação estreita com o imperialismo”<sup>11</sup>. O PC do B alinhou-se ao Partido Comunista da China (PCCh), que na época era comandado por Mao Tse-tung. Com esse alinhamento político, “o maoísmo ganhava difusão institucionalizada no Brasil”<sup>12</sup>. Os programas políticos do PCB e do PC do B, porém, defendiam a tese do *etapismo*, ou seja, a concepção da necessidade de preparação das condições sociais e políticas de transição para o socialismo. Discordando da tese do etapismo,

---

<sup>11</sup> Id. *ibid*; p. 34.

<sup>12</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003, 6ª edição, p.38.

outras correntes de esquerda surgiram com propostas alternativas com vistas à consecução da revolução socialista como tarefa imediata. Neste aspecto, merecem destaque as organizações trotskistas.

Uma das primeiras organizações política representante do pensamento trotskista ortodoxo foi o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) que utilizou a sigla POR (T). Filiado a Quarta Internacional trotskista e a facção do argentino J. Posadas – dissidente trotskista que inaugurou a corrente de pensamento denominada posadista . Nesta época surgiu também a Organização Revolucionária Marxista (ORM), que ficou publicamente conhecida por POLOP, em razão do periódico que publicava com o título *Política Operária*. A POLOP formou-se da fusão de setores da Juventude do Partido Socialista Brasileiro (seção Guanabara) com a Juventude Trabalhista de Minas Gerais e a Liga Socialista. Tinham referências teóricas provenientes de vários pensadores, tais como Rosa Luxemburgo, Trotsky, Bukarin, Gunder Frank, August Brandler e Ernest Talheimer.

Outra importante organização política de esquerda que surgiu no período foi a Ação Popular (AP), resultado da atuação de militantes estudantis radicais dissidentes que militavam na Juventude Universitária Católica (JUC). Em razão de a JUC ser uma entidade vinculada à Igreja Católica – voltada para tarefas de evangelização no meio estudantil – os estudantes jucistas engajados no movimento estudantil romperam com as limitações impostas pela hierarquia clerical conservadora às atividades de caráter político. No decorrer do conflito com a hierarquia da Igreja até a dissidência dos seus quadros que fundaram a Ação Popular (AP), os estudantes jucistas formularam um ideário social articulando preceitos da ideologia marxista à filosofia cristã, dando origem ao chamado “socialismo humanista”. Como organização política autônoma, a AP ampliou suas atividades inserindo-se nos movimentos de

massa, principalmente entre os operários e camponeses, e com isso conseguiu adesão de militantes pertencentes a várias categorias sociais e profissionais.

Os estudantes universitários continuaram sendo a maioria e o setor mais ativo dentro da AP, que se manteve em atividade no meio estudantil. Foi justamente no meio estudantil universitário que a esquerda cristã conseguiu maior influência e expressão política, abrindo caminho para a renovação do movimento estudantil. Com a ascensão de militantes da esquerda cristã nos cargos de liderança das principais organizações estudantis representativas, o movimento estudantil universitário se transformou num movimento de massa. De 1961 a 1964, a esquerda cristã consolida sua hegemonia política no movimento estudantil elegendo, primeiramente através da JUC e depois da AP, as três últimas diretorias da UNE em regime de legalidade democrática<sup>13</sup>.

O golpe militar de 1964 representou um divisor de águas para as correntes de esquerda, dando início a uma nova etapa no processo de dissidências e divisões no âmbito do PCB e de outras agremiações políticas. Os fatores principais que determinaram o aparecimento de novas agremiações políticas de esquerda estão relacionados com a proposta de luta armada para desencadear o processo revolucionário socialista. Do PCB saíram às primeiras dissidências armadas<sup>14</sup>: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). As organizações armadas se inspiraram na teoria do “foquismo”, que era proveniente da experiência da Revolução Cubana. O foquismo se baseava numa concepção puramente militar da revolução, que despreza tanto o apoio das massas como a necessidade da direção da

---

<sup>13</sup> Foram: Aldo Arantes (1961); Vinicius Caldeira Brant (1962); José Serra (1963). Depois do golpe militar de 1964, a AP conseguiu eleger José Luís Moreira Guedes (1966); Luís Travassos (1967); Jean Marc Van Der Weid (1969).

<sup>14</sup> Dissidentes do PCB criariam outras organizações menos influentes, como a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Ambas desarticuladas no final da década de 1960.

guerrilha por um partido marxista. Na concepção dos defensores do foquismo, o processo revolucionário deveria começar com a preparação de um pequeno foco guerrilheiro (ações de vanguarda) em regiões rurais ou urbanas, e que depois se projetaria como desencadeador da guerra popular para derrotar a ditadura militar e implantar o socialismo.

A principal organização guerrilheira urbana defensora do militarismo extremo foi, sem dúvida, a ALN, que surgiu em 1967. Seu líder máximo, Carlos Mariguella, propôs o desencadeamento de ações armadas nas grandes cidades com vistas a obter primeiramente recursos (armas, militantes, dinheiro) para serem usados na preparação da guerrilha rural. Nas áreas rurais, os militantes da ALN objetivaram a criação de um Exército de Libertação Nacional. O grupo que deu origem ao MR-8 era originalmente uma dissidência do PCB denominada Dissidência da Guanabara (DG), em 1966. Em sua sigla, usou como referência a morte de “Che” Guevara, ocorrida a 9 de outubro de 1967. O MR-8 também realizou ações armadas em áreas urbanas. A organização sofreu reveses diante da repressão policial militar e chegou a ser totalmente desarticulada em 1972, mas foi reorganizada nos anos seguintes com uma nova linha de ação política a partir da crítica e rejeição a luta armada. O PCBR foi fundado em abril de 1968, e defendeu em seu programa político a luta armada, chegando a desfechar algumas ações armadas em áreas urbanas para obtenção de recursos e fazer propaganda revolucionária.

O PC do B também produziu dissidência. O partido tinha se posicionado favorável a luta armada no campo. A direção do Partido identificou a região do rio Araguaia, ao sul do Pará, local ideal para fixação do núcleo iniciador da guerra popular. Contudo, a demora da organização da guerrilha rural produziu dissidências no Partido. Surge então, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), que realizou ações armadas nas áreas canavieiras da Zona

da Mata, região Nordeste. E o PC do B - Ala Vermelha, que organizou pequenos focos guerrilheiros rurais.

O processo de divisão da esquerda expandiu-se. Em 1969, dissidentes da AP e da POLOP criam o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O Partido começou a organizar ações armadas a partir de núcleos de militantes no Nordeste, Goiás, São Paulo e Minas Gerais. A própria AP neste período passou por um processo de transformação político e ideológico com a assimilação do maoísmo, o que fez a organização aproximar-se do PC do B. Em março de 1971, os dirigentes mais influentes da AP formalizaram o processo de “marxização” e mudaram sua denominação para Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML). Em janeiro de 1973, dirigentes da APML decidiram pela sua incorporação ao PC do B. Mas a AP, porém, assegurou sua existência como organização política independente. As agremiações políticas trotskistas também sofreram cisões.

De acordo com Gorender, afora o PCB, “os trotskistas ortodoxos foram o único segmento da esquerda brasileira que se imunizou inteiramente contra a febre militarista dos anos 60”<sup>15</sup>. Os trotskistas defendiam o caminho revolucionário para a conquista do poder, porém recusaram o terrorismo e a luta armada isolada das massas. Rejeitaram ainda o foquismo e a estratégia maoista de guerra popular. Sob o enfoque da revolução permanente, os trotskistas continuaram a se inspirar no modelo insurrecional soviético, atribuindo prioridades às lutas de classe operária nas cidades sob a direção do partido de vanguarda. As primeiras cisões entre os trotskistas ocorreram no POR (T). Em razão das divergências com a doutrina de J. Pousadas, um grupo de militantes estudantis de São Paulo se desvincularam e fundaram Movimento Estudantil 1º de Maio, em 1966. Outra cisão deu origem a Fração Bolchevique Trotskista (FBT), em 1969. Em 1967, a POLOP sofreu dois processos de cisão.

---

<sup>15</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 2003, 6ª edição, p. 92.

Surgiu então o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Desfalcada com as constantes dissidências, os militantes da POLOP decidiram pela fusão com a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, fazendo surgir o Partido Comunista Operário (POC), em 1968. Em 1969, o COLINA se aproximou da VPR e da fusão das duas organizações surgiu a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares).

Na concepção dos grupos e organizações guerrilheiras, a luta armada tinha se tornado a única alternativa diante da transformação do regime militar numa ditadura repressiva. A fase inicial das atividades da guerrilha urbana, que data de meados de 1967, parecia indicar que os grupos, organizações e partidos de esquerda armada seriam vitoriosos, pois as ações ofensivas tiveram grande êxito, principalmente as da ALN, COLINA, VPR, PCBR e PC do B Ala Vermelha<sup>16</sup>. Não obstante, a situação começou a se reverter em favor da ditadura tão logo entrou em funcionamento o extenso e eficiente conjunto de órgãos de Repressão e Informação criados para combater a guerrilha urbana e desarticular os movimentos de oposição<sup>17</sup>. Em meados de 1972, a esquerda armada tinha perdido a capacidade de executar ações ofensivas frente ao cerco repressivo. Os grupos, organizações e partidos armados foram sendo destruídos ou se desagregaram por completo. A esquerda armada objetivou preparar a guerrilha rural como fase decisiva de formação do exército popular que se encarregaria de derrotar a ditadura e desfechar o processo revolucionário. Porém, foi derrotada pelo aparelho

---

<sup>16</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 354.

<sup>17</sup> De 1964 até 1968, as atividades de repressão política ficaram sob exclusiva jurisdição civil, destacando-se neste período a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Departamento de Política Federal (DPF) e Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SESPs). A partir de 1969, entraram em funcionamento os Centros de Informações de cada ramo das Forças Armadas: CIE no Exército, SISA na Aeronáutica e CENIMAR na Marinha. Além do Serviço Nacional de Informações (SNI), Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e órgãos paramilitares clandestinos tais como a Organização Bandeirantes (OBAN). Para informações detalhadas sobre a estrutura, composição, funcionamento e atribuições de cada um desses órgãos consultar o estudo de FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*, Rio de Janeiro: Record, 2001.

repressor do Estado militar antes de se aproximar minimamente desse objetivo. O PC do B, que não havia se envolvido em ações armadas urbanas, preparou o foco rural que resultou na única experiência de luta armada no campo: a Guerrilha do Araguaia. Mas, ao contrário do que sucedeu aos guerrilheiros urbanos, os militares evitaram que a Guerrilha do Araguaia bem como as operações militares para combatê-la tivessem qualquer repercussão pública. Neste caso em particular, os órgãos de repressão agiram sigilosamente no combate ao foco guerrilheiro, que foi completamente aniquilado em fins de 1974<sup>18</sup>.

O período em que a esquerda armada estava sendo derrotada pelas forças militares foi uma fase importante de surgimento de um processo de autocrítica. A autocrítica emergiu dos militantes remanescentes que vivenciaram a experiência de engajamento nas ações guerrilheiras e sobreviveram à repressão política. Como consequência, ocorreu uma mudança importante no sentido de rejeição da violência como forma de luta política, bem como das posturas vanguardistas e foquistas. Surge desse processo uma nova esquerda, também denominada de esquerda “alternativa” ou “democrática”. Conforme ressalta Nascimento Araújo:

“O que ocorreu na maior parte dos países que sediaram essa experiência foi que, depois do desmantelamento das organizações armadas, os sobreviventes fizeram uma revisão crítica da proposta de luta armada e optaram por uma reinserção na luta política legal. No Brasil, ainda sob ditadura militar, grupos, partidos e organizações rearticularam-se, buscando uma nova inserção na vida política do país, forçando a legalidade, procurando espaços abertos e públicos de atuação. A partir daí, um novo conjunto de organizações políticas se formou, desvinculando da opção pela luta armada e permeado por novos debates – em especial, pela discussão da tática de enfrentamento da ditadura militar. A luta democrática, sua

---

<sup>18</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Ver páginas 191-205 e 399-464. Não houve processos judiciais relativos às ações militares e réus acusados de participação na guerrilha. A maioria dos guerrilheiros foi morto e os militares se livraram dos corpos.

importância, seus impasses, limites e alcances tornaram-se a questão central”<sup>19</sup>.

A esquerda estudantil que emergiu na década de 1970 não abandonou seus objetivos prioritários: o combate à ditadura militar e a construção do socialismo. Ocorre que tais objetivos seriam alcançados por meio da tática de trabalho de mobilização das massas dentro dos limites da legalidade democrática. Neste sentido é uma “nova esquerda”, sem dúvida, mas apenas no que concerne à reavaliação das estratégias e táticas de luta no enfrentamento da ditadura militar. Conforme veremos no estudo da reconstrução histórica do movimento estudantil da década de 1970, devido à fusão entre a militância estudantil e militância política o movimento estudantil que ressurgiu também foi portador dos conflitos políticos engendrados pela transformação da esquerda.

### **1.3 O 30º Congresso de Ibiúna e o declínio do movimento estudantil (1968)**

Para melhor entendimento das condições e do modo como o movimento estudantil da década de 1970 foi retomado, convém considerarmos primeiramente o declínio do movimento estudantil da década anterior. O ano de 1968 foi o ápice da radicalização do movimento universitário, processo evidenciado pela mobilização de expressivos contingentes de estudantes universitários em grandes manifestações públicas. Neste ano, os estudantes esforçaram-se para defender as conquistas históricas anteriormente alcançadas pelo movimento estudantil (relacionadas com a modernização e democratização do sistema de ensino superior) e a retomada do controle sobre as organizações estudantis de âmbito local, estadual e nacional. Para o movimento estudantil, travar essas duas modalidades de luta

---

<sup>19</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 98.

implicava necessariamente combater a ditadura militar. O regime que se estabeleceu com o Golpe de 1964 estava em vias de implementar um projeto de modernização da Universidade, que contrariava os princípios de reforma do ensino superior defendidos pelo movimento estudantil. As autoridades militares também criaram uma legislação específica para a área universitária com objetivo de anular a autonomia das organizações estudantis.

A Lei nº 4.464 (9/11/1964), conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, nome do então ministro da Educação, substituiu as antigas organizações estudantis por novas organizações e alterou os métodos de seleção dos representantes estudantis. No âmbito de cada instituição universitária, os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretórios Centrais Estudantis (DCEs) foram as únicas organizações estudantis que bem ou mal funcionaram de acordo com o intento da legislação repressiva. Os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs) e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) previstos na Lei Suplicy jamais tiveram vida regular<sup>20</sup>.

Pela legislação em vigor, as Uniões Estaduais Estudantis (UEEs) e principalmente a União Nacional dos Estudantes (UNE) eram considerados organizações ilegais. A permanência dessas organizações no pós-64 tornou-se possível na clandestinidade. Enquanto foi possível manter em funcionamento a UNE, as lideranças estudantis asseguraram a capacidade de mobilização das massas estudantis e a coordenação nacional do movimento universitário. Atuando na clandestinidade, a UNE estava destituída de sede, patrimônio, infraestrutura e verbas e manteve-se com o esforço dos estudantes que pertenciam aos quadros da diretoria<sup>21</sup>. De acordo com o ex-militante estudantil e vice-presidente da 29ª gestão da diretoria da UNE, Nilton Santos:

---

<sup>20</sup> O Rio Grande do Sul foi o único Estado brasileiro em que o Diretório Estadual dos Estudantes foi constituído e funcionou segundo as normas da legislação vigente.

<sup>21</sup> Depoimento de Luís Raul Machado, vice-presidente da 29ª gestão da diretoria da UNE. In: *Histórias da UNE*. Vol. 1, São Paulo: Livramento, 1ª edição, 1980, p. 58.

“A UNE funcionou bem até o período de maio/junho 68. Nesse período, ela não foi apenas a organização reconhecida pelos estudantes, mas foi de fato a direção política do ME. Direção política não apenas pelas suas orientações políticas, mas pela presença física da diretoria nas atividades de agitação, mobilização e organização das manifestações mais importantes que houve no período”<sup>22</sup>.

Com a ascensão e radicalização do movimento estudantil, a ditadura promove intensa repressão e perseguição contra as lideranças estudantis. Neste aspecto, alguns episódios foram decisivos para acelerar o declínio do movimento estudantil universitário. Diversos autores que se debruçaram sobre o assunto, bem como ex-dirigentes estudantis, consideraram que a tentativa fracassada de realização do 30º Congresso Clandestino da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968, é considerado o marco da desagregação organizativa e declínio do movimento estudantil. As lideranças estudantis prepararam um minucioso esquema de segurança que caiu por terra devido a inúmeras falhas na sua organização.

Constatou-se que, no decorrer dos preparativos para o Congresso clandestino da UNE, as autoridades públicas tomaram conhecimento prévio e detalhado da localização do evento. A realização de um Congresso clandestino da extinta e ilegal UNE, com a presença de delegados estudantis provenientes de todas as universidades públicas e privadas do país, oferecia uma oportunidade única para que as autoridades militares preparassem o cerco e a repressão sobre o setor avançado do movimento estudantil universitário, ou seja: as vanguardas estudantis. No Congresso compareceram delegados estudantis provenientes de diversas instituições de ensino superior que estavam reunidos para discutir as propostas políticas em pauta e escolher uma nova diretoria para a UNE, que teria a missão de assegurar sua sobrevivência e rearticular o movimento estudantil em âmbito nacional. Representou

---

<sup>22</sup> Depoimento de Nilton Santos, vice-presidente da 29º gestão da diretoria da UNE. In: *Histórias da UNE*. Vol. 1, São Paulo: Livramento, 1º edição, 1980, p. 70.

naquele momento um marco político e organizativo muito importante para o movimento estudantil. Foi concebido em várias etapas, de modo a permitir uma ampla participação e representatividade dos estudantes universitários a partir de debates e votações em assembleias gerais universitárias e assembleias regionais nos estados<sup>23</sup>.

Iniciado em agosto de 1968, as duas primeiras etapas visavam tornar claro para os estudantes em geral as tendências políticas que atuavam dentro do movimento estudantil bem como as propostas de ação defendidas por cada grupo político as quais as lideranças estudantis estavam vinculadas. Buscava-se desse modo fortalecer as bases do movimento estudantil. O 30º Congresso completaria a terceira etapa, com a participação de um grupo de delegados estudantis que tinham sido eleitos a partir de uma ampla discussão de base, e estavam encarregados de eleger a diretoria da UNE. Interrompido pela repressão, não foi possível dar continuidade a quarta e última etapa do processo que consolidaria a posse da nova direção da UNE. O número total de participantes do Congresso de Ibiúna ainda é tema de controvérsias. Estima-se a presença de 800 delegados estudantis.

Com base no exame do Inquérito Policial Militar (IPM) elaborado pelas autoridades do DOPS de São Paulo, constata-se que a repressão policial deteve 693 estudantes universitários. O IPM sobre o 30º Congresso Clandestino da UNE registrou informações detalhadas sobre os estudantes detidos que, ao serem sistematizadas e analisadas, fornecem um quadro minucioso sobre a composição do grupo estudantil<sup>24</sup>. O grupo estudantil detido em Ibiúna, apresenta as seguintes características: com relação à distribuição por gênero, cerca de 77% eram estudantes do sexo masculino, e 23% do sexo feminino. Com relação à distribuição

---

<sup>23</sup> Depoimento de Nilton Santos, vice-presidente da 29ª gestão da diretoria da UNE. In: Histórias da UNE, volume 1, São Paulo: Livramento, 1ª edição, 1980, p. 72.

<sup>24</sup> O IPM do 30º Congresso Clandestino da UNE encontra-se no Arquivo do Estado de São Paulo: AESP-DOPS. A sistematização dos dados apresentados foi realizada por mim, em 2004, para um projeto de pesquisa independente.

por faixa etária 66% compreendia estudantes entre 21 e 25 anos; 23% se situava na idade entre 18 e 20 anos; 10 por cento abrangia a faixa etária entre 26 e 30 anos de idade. Com relação à distribuição por região do país, 56% eram provenientes de instituições de ensino superior da Região Sudeste; 24% da Região Nordeste; 14% da Região Sul e; 5% da Região Centro Oeste. Mobilizações de protesto ocorridas em várias cidades lograram pressionar as autoridades públicas para libertarem a quase totalidade dos estudantes detidos. Mas a detenção permitiu que todos os estudantes fossem fichados e vigiados posteriormente. Essa situação agravou-se ainda mais quando a ditadura militar radicalizou-se com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, que suspendeu os direitos e garantias constitucionais dos brasileiros intensificando a repressão policial militar.

Ainda assim, as lideranças estudantis investiram na remontagem do 30º Congresso, mas avaliaram que ele não poderia ser realizado publicamente e de forma aberta. Como alternativa criaram-se os Congressos Regionais. Em abril de 1969, por meio do esquema de Congressos Regionais, o líder estudantil Jean Marc Von Der Weid foi eleito presidente da UNE. Jean Marc Von Der Weid havia participado do 30º Congresso Clandestino da UNE, em Ibiúna, e conseguiu driblar a repressão. Porém, após um breve período à frente da UNE, ele foi preso, em setembro de 1969. Com a prisão de Jean Marc, o vice-presidente da UNE, Honestino Guimarães, é efetivado presidente da entidade, em setembro de 1971.

A diretoria da UNE funcionou de forma cada vez mais precária até sua completa extinção em 1973 com o desaparecimento e assassinato de Honestino Guimarães<sup>25</sup>, em outubro; e de mais três diretores, Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado; todos mortos pelos órgãos de repressão da ditadura militar. A UNE cumpria um papel fundamental na coordenação e condução nacional do movimento estudantil. “(...) a

---

<sup>25</sup> MONTEIRO, Maria Rosa Leite: *Honestino: o bom da amizade é a não cobrança*. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.

UNE sempre esteve à frente do ME e sempre foi uma organização representativa e reconhecida pelos estudantes, sendo capaz de garantir as lutas e a continuidade do movimento”<sup>26</sup>. De fato, sem a UNE para coordenar nacionalmente as atividades estudantis, o movimento estudantil perdeu expressão e importância política. Neste sentido é oportuno mencionar um relatório oficial do governo militar que análise a situação do movimento estudantil no período pós-68:

“Enfatizamos em trabalhos anteriores, que após 1968, as tentativas realizadas com o intuito de levar os estudantes aos movimentos de massa vinham fracassando por vários motivos, entre os quais a falta de lideranças capacitadas, o abandono do trabalho de conscientização por parte das cúpulas estudantis em favor da linha *militarista*, a legislação específica promulgada, a atuação vigorosa dos órgãos de segurança, que irmanados, conseguiram, senão deter, pelo menos controlar em seus nascedouros, as tentativas da esquerda em monopolizar os ideais da nossa juventude universitária”<sup>27</sup>.

A prisão dos 693 estudantes em Ibiúna acelerou o processo de esgotamento do movimento estudantil universitário. Paralelamente, a consolidação da ditadura militar no final dos anos 60 foi acompanhada da ampliação da repressão policial dirigida a todos os movimentos organizados de oposição política e eliminaram quaisquer tentativas de retomada do movimento estudantil.

---

<sup>26</sup> Depoimento de Nilton Santos, vice-presidente da 29ª gestão da diretoria da UNE. In: *Histórias da UNE*, vol. 1, São Paulo: Livramento, 1ª edição, 1980, p. 78.

<sup>27</sup> Dossiê Dops, intitulado “O movimento estudantil”, referência: Ordem Política (OP) nº 1194.

## 1.5 O ressurgimento do movimento estudantil

O movimento estudantil brasileiro da década de 1970 permanece um tema pouco estudado<sup>28</sup>. O período que engloba os anos de 1969 a 1973 apresenta o maior problema para pesquisa histórica. De modo geral, o que se encontra publicado sobre este período se refere basicamente a conjuntos de depoimentos orais de militantes estudantis que integraram as gestões clandestinas das diretorias da UNE<sup>29</sup>. Por outro lado, estudos que enfocam especificamente o movimento estudantil no transcurso da década, porém, tratam de delimitar o campo de investigação a temas específicos e/ou acompanhar a trajetória do movimento universitário de determinada região (ou seja, universidade, cidade ou Estado do país)<sup>30</sup>. Por outro lado, um enfoque de âmbito nacional sobre o movimento estudantil brasileiro foi objeto apenas de breves artigos<sup>31</sup>. Não obstante, todos esses estudos forneceram algum tipo de contribuição para a presente pesquisa. Adotando alguns dos pressupostos teóricos expostos no estudo de Martins Filho<sup>32</sup>, devemos considerar que qualquer análise sobre o movimento estudantil deve situá-lo em conjunturas historicamente determinadas, pois, os conteúdos das reivindicações estudantis, as alianças e as táticas de luta empreendidas pelo movimento

---

<sup>28</sup> Para uma avaliação da produção acadêmica brasileira sobre o tema, consultar CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Jovens e Participação Política*. In: SPÓSITO, Marília Pontes (ccod.). *Juventude e escolarização*. série estado do conhecimento, nº 7. Brasília: MEC/INEP/COMPED.

<sup>29</sup> Ver, *História da UNE*, Vols., 1 e 2, São Paulo: Livramento, 1980; *História da UNE, 60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro: UNE, 1997. Especificamente sobre a última gestão da diretoria clandestina da UNE, ver MONTEIRO, Maria Rosa Leite. *Honestino: o bom da amizade é a não cobrança*. Brasília: Da Anta Casa, 1998.

<sup>30</sup> Ver HAYASHI, Maria Cristina. *Política e Universidade: a consciência estudantil, 1964-1979*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar): 1986. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil (1964-1980)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): 1987. ANDRADE, Carlos Alberto Nascimento de. *A organização política dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 1994.

<sup>31</sup> Ver MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes e a política no Brasil (1962-1992). In: *Revista Teoria e Prática*. UFSCar, setembro de 1994, pp. 1-19. ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa\_Ômega, 1979.

<sup>32</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papius, 1987.

estudantil sofrem mudanças. No início dos anos 70 não havia movimento estudantil organizado nacionalmente e nem regionalmente. O horizonte de ação dos militantes estudantis havia se reduzido a tal ponto que as atividades estudantis ocorriam no espaço restrito e confinado das faculdades e, numa hipótese mais otimista, no espaço da universidade. Conforme relata o ex-militante estudantil e aluno do curso de Ciências Sociais da USP, Paulo Moreira Leite:

“Ninguém se juntava pra nada e também não ficava sabendo de nada do que acontecia em outros lugares. Nos primeiros três ou quatro anos da década de 1970 era muito difícil, eu diria quase impossível, que acontecimentos relacionados com atividades estudantis ocorridos em outros lugares tivessem alguma capacidade de repercutir na Universidade, mesmo que ficassem sabendo pelos jornais. Neste contexto, as atividades estudantis tinham importância apenas local, porque aconteciam numa escala muito reduzida. A ação dos militantes estudantis se limitava ao espaço restrito das escolas e faculdades, e numa perspectiva mais otimista, mas também mais arriscada, se tentava fazer algo mobilizando os estudantes do campus”<sup>33</sup>.

A fragmentação das atividades estudantis impede e dificulta o levantamento de dados abrangentes de modo a incluir toda a gama de ação dos militantes estudantis, pelo menos até meados do ano de 1975. A partir da segunda metade da década de 1970, começa a se definir com mais clareza a dinâmica de retomada do movimento estudantil. O movimento estudantil foi sendo lentamente retomado nas universidades públicas das capitais de estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia, em menor escala no Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, entre outras. Portanto, o eixo da retomada do movimento estudantil se fixa predominantemente nas universidades públicas, seguida de algumas universidades particulares diferenciadas, como é o caso das Pontifícias Universidades Católicas

---

<sup>33</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite ao autor, São Paulo, 2006.

(principalmente a de São Paulo) e algumas poucas faculdades particulares, ditas “isoladas”. Pelas razões apontadas e pelo fato de que todos os ex-militantes estudantis que foram objeto do presente estudo terem vínculos com o movimento estudantil paulista a primeira etapa da pesquisa de reconstrução histórica centrou-se na retomada do movimento estudantil de São Paulo, com enfoque no caso da USP<sup>34</sup>. Quais as particularidades do movimento estudantil uspiano? A USP foi o centro irradiador das principais atividades estudantis que abriram caminho para retomada do movimento estudantil paulista. O caso da USP também é emblemático para se entender a influência da militância política no processo de retomada do movimento estudantil. Como veremos, todas as tendências estudantis que apareceram publicamente na USP em meados de 1975 já existiam e atuavam no meio estudantil da Universidade desde o início da década.

## **1.6 A Universidade de São Paulo**

Na década de 1970, as autoridades militares e governamentais haviam estabelecido cerrada vigilância e forte controle policial sobre o meio estudantil universitário. Em decorrência dos anos de intensa atividade e radicalização do movimento estudantil, os estudantes universitários formaram o segmento social mais bem vigiado e policiado. Leis específicas foram promulgadas para essa finalidade. Estava em vigor o Decreto-lei 477 (26/02/1969). Considerado o “AI-5 da educação”, o decreto tratava especificamente das infrações cometidas por alunos, professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados do país. Proibia qualquer tipo de atividade política, paralisação ou greve

---

<sup>34</sup> Ademais, a maioria dos militantes e lideranças estudantis que participaram do Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), iniciou sua trajetória universitária e militância estudantil a partir da USP.

escolar, passeatas não autorizadas, produzir ou distribuir material subversivo, e uso das dependências da escola para “fins de subversão”<sup>35</sup>.

O Decreto-lei 228 (28/02/1967) manteve a interferência nas organizações estudantis ao anular sua autonomia, a partir da alteração das regras para seleção dos representantes estudantis e do controle da burocracia universitária sobre as finanças. O decreto previa a existência dos Diretórios Acadêmicos (DAs), nas faculdades; e dos Diretórios Centrais Estudantis (DCE) em cada universidade. O artigo 7º estabelecia que a diretoria do DCE seria eleita pelo voto indireto através do colegiado formado por delegados dos DAs. O decreto também previa que qualquer tentativa do DCEs virem a se ligar a outras organizações fora da universidade acarretaria sua extinção<sup>36</sup>. O governo militar também criou a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI). A AESI fazia parte da engrenagem do aparato de Segurança e Informação da ditadura militar. Estava subordinada à Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Educação e Cultura (MEC-AESI), e dispunha de agentes infiltrados nos altos escalões das burocracias universitárias de praticamente todas as instituições de ensino superior públicas do país.

AESI exercia cerrada vigilância sobre os estudantes, professores e funcionários. Partia dela, por exemplo, o exame das contratações, suspensões, exonerações e punições a funcionários e professores, análise de todo o conteúdo programático dos cursos, publicações, seminários e conferências ministradas no âmbito das universidades, boletins, panfletos e jornais estudantis, além da monitoração das eleições para as organizações estudantis legais bem como o preparo de dossiês sobre os estudantes que compunham a diretoria dessas

---

<sup>35</sup> CHRISPINIANO, José. As leis da repressão aos estudantes, *Revista Adusp*, outubro de 2004, p. 71.

<sup>36</sup> Id. *ibid*; p. 71.

organizações<sup>37</sup> Não obstante, a vigilância e controle policial no meio estudantil ficaram muito dependentes do posicionamento das autoridades universitárias. A USP, maior universidade pública do país, por exemplo, convivia com uma situação dúbia e paradoxal diante do contexto ditatorial. A Universidade incorporou a sua estrutura administrativa todos os mecanismos legais de poder mencionados, que serviram para vigiar, punir e reprimir a comunidade acadêmica<sup>38</sup>.

Ainda assim, houve espaço para as atividades estudantis que contrariavam as normas em vigor. Os Centros Acadêmicos (CAs), por exemplo, mesmo sem terem existência legal e serem reconhecidos pela administração universitária, sobreviveram. Os CAs não dispunham de verbas oficiais e não eram reconhecidos por todas as direções das escolas e faculdades, mas eram tolerados. Ocupavam espaços físicos próprios, no interior das escolas e faculdades e realizavam eleições periódicas para composição das diretorias. Sua existência era produto do trabalho voluntário de reduzidos grupos de militantes estudantis. Para os propósitos deste estudo, o que interessa ressaltar é que as atividades de caráter estudantis estavam articuladas as atividades de militância política. Neste aspecto, é ilustrativo o relato do ex-militante estudantil e aluno do curso de Ciências Sociais da USP, Paulo Moreira Leite:

“Quem se envolvia com a questão estudantil eram na maioria os militantes dos grupos e organizações políticas de esquerda que atuavam na clandestinidade. Eles faziam jornalzinho, reuniões, promoviam atividades culturais como festas, shows de música, voltadas para o florescimento da vida coletiva. As restrições em torno das atividades estudantis pesavam tanto na época que somente aquele sujeito com um nível de consciência maior, que já tinha se engajado em algum grupo ou organização política se comprometia com as atividades que poderíamos chamar de *estudantil*, mas

---

<sup>37</sup> O acervo que reúne toda a documentação oriunda da AESI está sendo organizado pelo Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, com a denominação de Projeto República. Consultar: <http://www.ufmg.br/liberdade/descaminhosdaditadura.htm>.

<sup>38</sup> Para mais detalhes, ver O controle ideológico na USP (1964-1978). São Paulo: *Adusp*, 2004.

que naquele contexto se confundia com a própria atividade política. Era gente que tinha vontade, competência e sabia dos riscos”<sup>39</sup>.

Os CAs e os grêmios estudantis desempenharam um papel importante na retomada do movimento estudantil da USP. O DCE oficial da USP deixou de funcionar no início de 1972, desde então partiram dos CAs e dos grêmios as mobilizações em defesa de reivindicações relacionadas com melhoria das condições de ensino, de alimentação, de alojamento, mudança curricular, organização de manifestos e mobilizações de protesto contra prisões de estudantes. A partir dos CAs e Grêmios, os militantes dos grupos, organizações e partidos políticos de esquerda clandestinos mantinham viva sua atividade de militância política. Organizavam atividades extracurriculares, muito conhecidas na época por “grupos de estudo”, que encobriam na verdade as atividades políticas clandestinas. Conforme relata o ex-militante estudantil e aluno do curso de Arquitetura da USP, Marco Tabet:

“O que existia muito na USP eram os grupos políticos clandestinos que apareciam como grupos de *estudo* ou *discussão*, como se dizia na época. Quando ingressei na Universidade em 1973, ouvia falar muito de grupos de discussão sobre vários temas políticos que reuniam estudantes para debate e leituras de obras de autores que não eram de circulação permitida. Tudo ocorria de forma velada. Quando alguém era preso no campus ou vítima de alguma arbitrariedade policial, era justamente o pessoal que fazia parte dos grupos de estudo que se articulavam. As reuniões eram ocasiões oportunas para sensibilizar os estudantes, relatando as prisões e as torturas que determinada pessoa havia sofrido no DOPS ou DOI-CODI. O que mais pesava eram as prisões de alunos da USP”<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>40</sup> Depoimento de Marco Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

Ao que tudo indica as disputas entre esses grupos era permeado pelo sectarismo. Alguns usavam os centros acadêmicos como organismos de resistência à ditadura por meio de panfletos, boletins e exposição de murais e faixas nas escolas, denunciando arbitrariedades policiais. Outros desenvolviam atividades de vanguarda, sendo que a principal era a cooptação de militantes para ampliação dos quadros das organizações clandestinas. Quando se aproximava da época de eleições para os grêmios e os CAs era possível perceber, ainda que de forma superficial, o conflito político entre esses grupos a partir das chapas organizadas para disputa. Conforme relata o ex-militante estudantil e aluno do curso de Geografia, Geraldo Siqueira:

“Quando ingressei na USP, em 1971, os grupos e organizações políticas de esquerda disputavam o aparelhamento dos grêmios e CAs. Naquela época, eu fui capaz de distinguir três posições políticas divergentes. Os militantes pertencentes às organizações guerrilheiras que dispunham de células no meio estudantil universitário argumentavam que: *a guerra revolucionária contra a ditadura é feita lá fora com armas. Através dos centros acadêmicos podemos descobrir quem se dispõe a ir mais longe nesta direção, e então recrutamos para linha de frente.* Por outro lado, os militantes de grupos políticos que não se envolveram na luta armada ou que já tinham mudado de posição, usavam os centros acadêmicos para veicularem boletins, informes e jornais alternativos denunciando prisões, torturas e desaparecimentos de pessoas e estudantes, diziam que: *essas atividades podiam ajudar a salvar vidas e amenizar o sofrimento de quem estava preso e sendo torturado.* Os militantes do PCB se opunham a qualquer iniciativa prática. Alegavam que: *não podemos expor os centros acadêmicos fazendo denúncia de prisões, tortura e morte pela repressão, e nem mesmo recrutar guerrilheiros porque isso extrapola a competência das entidades estudantis. Este tipo de enfrentamento é frágil, porque a ditadura responde a fogo. Vocês estão declarando guerra à ditadura através da politização de uma atividade que deve ser acadêmica neste momento para não atrair a repressão. Agindo desse modo vocês estão envolvendo todos*

*os demais estudantes universitários no enfrentamento que eles não optaram*<sup>41</sup>.

O depoimento citado na seqüência a seguir pertence ao ex-militante estudantil e aluno do curso de Arquitetura da USP, Wilson Ribeiro dos Santos Junior, e também ilustra de forma contundente o sectarismo entre os militantes estudantis:

“Somente os estudantes mais interessados em política eram capazes de perceber a essência do conflito ideológico envolvendo os grupos políticos clandestinos que disputavam eleições para os grêmios e CAs. Em 1972, presenciei uma acirrada luta política entre os militantes do PCB e outras organizações políticas de esquerda que se articularam na disputa pelo controle do grêmio da FAU. Tudo era velado, e neste caso em particular, a disputa parecia ser apenas uma divergência interna dos estudantes e professores da nossa escola. A eleição foi disputadíssima, mas o PCB venceu. Na semana seguinte, os estudantes que apoiaram a chapa vitoriosa, como eu e alguns amigos recém chegados à Universidade, foram bombardeados por críticas dos militantes pertencentes a chapa de oposição. Foi a partir desse momento, que tomei conhecimento das divergências ideológicas, ou mais precisamente da polarização entre as posições políticas defendidas pelo PCB e o restante dos demais grupos e organizações políticas. Na FAU, como de resto na USP, as críticas ao PCB avançaram até desembocar no episódio da greve da Escola de Comunicação e Artes (ECA), em 1975”<sup>42</sup>.

Se por um lado, a existência de agremiações políticas ativas foi condição fundamental para estruturar a militância estudantil e, conseqüentemente um importante fator de estímulo para o movimento estudantil, por outro lado, a presença de variadas correntes políticas num mesmo espaço universitário ocasionou o surgimento de conflitos em torno da condução do movimento estudantil, criando inúmeros obstáculos ao seu avanço. Neste aspecto, o

---

<sup>41</sup> Depoimento de Geraldo Siqueira ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>42</sup> Depoimento de Wilson Ribeiro dos Santos Junior ao autor, São Paulo, 2006.

movimento estudantil da USP é um caso emblemático de um constante esforço no sentido de superação do dissenso entre a vanguarda estudantil. Quando as divergências políticas entre as lideranças estudantis foram superadas, o movimento estudantil da USP entrou numa fase de progressiva expansão.

As divergências políticas dentro do movimento estudantil uspiano afloraram sempre que o assunto envolvia a definição de prioridades reivindicativas, o modo de se proceder à mobilização da massa estudantil e as alianças ou aproximação dos estudantes com outros setores e segmentos da sociedade. Como veremos adiante, toda vez que as lideranças estudantis se articulavam em torno de determinados assuntos o movimento estudantil da USP afluía. Do contrário, quando divergências políticas insolúveis se manifestavam o movimento estudantil entrava em refluxo. Na primeira metade da década de 1970, os militantes e lideranças estudantis fizeram várias e importantes articulações políticas que possibilitaram dar uma relativa unidade ao movimento estudantil. Experiências nesta direção remontam ao ano de 1972. Neste ano, surgiu o Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos (CP), que teve como atribuição básica executar as atividades que caberiam ao DCE. O DCE oficial da USP funcionava conforme a legislação em vigor, ou seja, sua diretoria era escolhida por meio do voto indireto e a entidade estava vinculada à burocracia universitária.

O DCE oficial estava isolado do conjunto das escolas e faculdades e não era reconhecido pelos militantes estudantis como instância representativa legítima capacitada a canalizar as aspirações e reivindicações dos alunos da Universidade. Ainda assim, as lideranças estudantis se articularam na busca de unidade, criando o CP. Não há informações sobre o modo de funcionamento do CP e nem mesmo detalhes de suas atividades. No entanto, sabe-se que por meio do CP as lideranças estudantis travaram, em fins de 1971, uma luta contra o aumento de 100% nos preços do restaurante universitário que se situava junto ao

Crusp. De acordo com um boletim estudantil, essa reivindicação “foi o primeiro movimento unificado travado pelos estudantes da USP desde 1968”<sup>43</sup> Porém, o mesmo boletim ressalta que “as diferenças de opinião quanto aos objetivos a serem impressos ao movimento, terminaram por frustrá-lo em grande parte”<sup>44</sup>. No início de 1972, o CP e o DCE oficial da USP encerraram abruptamente suas atividades. No segundo semestre, as eleições para os grêmios e centros acadêmicos renovaram as direções dessas entidades. As novas diretorias fizeram alguns esforços para retomar o movimento estudantil. Desta vez, na tentativa de dar unidade ao movimento os militantes e lideranças estudantis criaram o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA). O CCA preencheu o vazio deixado pelo fim das atividades do CP e do DCE. O CCA desempenhou um papel importante ao coordenar um plebiscito em que os estudantes da USP se posicionaram contra a proposta governamental de implantação do ensino pago nas universidades públicas. Cerca de 10 mil estudantes (e professores) participaram do plebiscito. A maioria; ou seja, 95%, rechaçou a proposta que estava em estudo no Ministério da Educação<sup>45</sup>.

As diretorias dos grêmios e centros acadêmicos também fizeram vários esforços para romper com o isolamento político do movimento estudantil se aproximando de outros setores sociais. Na época, setores progressistas da Igreja Católica começaram a se posicionar publicamente contra as arbitrariedades e violência repressiva. Na medida em que o clero progressista assumiu controle de postos importantes e influentes dentro da instituição eclesiástica, a Igreja Católica consolidou sua posição de principal foco de oposição à

---

<sup>43</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> COSTA, Caio Túlio. *Cale-se*, São Paulo: A Girafa, p. 29. Na ocasião, o então ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, qualificou o plebiscito e as manifestações estudantis contra o Ensino Pago como uma “aliança de ricos com comunistas”. Ao que tudo indica, a repercussão das manifestações estudantis em várias universidades influenciou a decisão do governo de adiar mais uma vez a implantação da proposta, que estava prevista para vigorar desde 1966.

ditadura<sup>46</sup>. A mudança de posicionamento da Igreja foi um fator decisivo para que os militantes estudantis buscassem apoio do clero católico. Instância representativa da hierarquia da Igreja Católica no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou a emitir, através de suas assembléias periódicas, claros sinais de mudança da instituição eclesiástica diante das violações dos direitos humanos perpetradas pelos órgãos de repressão.

Em fins de 1972, as lideranças estudantis chegaram a um acordo e a maioria dos centros acadêmicos da USP apoiou um abaixo-assinado que havia sido subscrito por intelectuais, parlamentares e artistas e dirigido a CNBB “solicitando a essa entidade que se posicionasse contra as intensas arbitrariedades policiais que vinham ocorrendo”<sup>47</sup>. Mas foram as iniciativas e o apoio tácito de autoridades eclesiásticas locais que tiveram maior impacto e que de certo modo ajudam a compreender a reorganização do movimento estudantil da USP. Desde 1971, Dom Paulo Evaristo Arns ocupava o cargo de arcebispo metropolitano de São Paulo. A partir de 1973, o arcebispo entrou em confronto direto com as autoridades militares ao liderar uma campanha pelos Direitos Humanos que incluía atividades de denúncias públicas de tortura praticadas contra prisioneiros políticos<sup>48</sup>. O empenho e a atuação pública do cardeal arcebispo de São Paulo projetaram a Igreja Católica como uma importante força de oposição à ditadura. A ocorrência de um grave caso de tortura e assassinato de um militante estudantil, Alexandre Vannuchi Leme, pelos órgãos de repressão policial foi o fator determinante para uma nova aproximação entre os estudantes da USP e a Igreja Católica.

---

<sup>46</sup> Sobre esse assunto, consultar BRUNEAU, Thomas. *Religião e politização no Brasil: a igreja e o regime autoritário*, São Paulo: Loyola, 1979; e MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>47</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 10, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>48</sup> A iniciativa prática mais emblemática de Dom Paulo Evaristo Arns nesta área foi a criação, em 1972, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP). Composta por um grupo de profissionais liberais de várias áreas, a CJP-SP forneceu assistência jurídica e material aos presos políticos e auxiliou o arcebispo na propagação de denúncias de casos de tortura e repressão policial aos opositores da ditadura. Ver CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. São Carlos: Edusp, 2005.

## 1.7 A morte de Alexandre Vannuchi Leme

O estudante Alexandre Vannuchi Leme era aluno do curso de Geologia da USP e militante da ALN. Acusado injustamente de atividades terroristas, sua prisão, seguida de tortura, morte e tentativa de ocultação do cadáver, pelos agentes dos órgãos de repressão, em março de 1973, geraram comoção geral na Universidade e uma onda de agitações e protestos estudantis e do clero católico paulista que culminaram com a primeira grande manifestação pública de resistência e repúdio as arbitrariedades do Estado militar, na década de 1970. Quando a notícia do assassinato de Alexandre Vannuchi Leme se espalhou pela Universidade, os militantes e lideranças estudantis se rearticularam com objetivo de tomar providências. Conforme assinala o historiador Kenneth Serbin:

“No final de março e começo de abril, a USP fervilhou com reuniões, panfletagens, debates, mesas redondas e interrupções de aulas. Os colegas de Alexandre no curso de Geologia organizaram um comitê conjunto de professores e alunos, para investigar as circunstâncias da morte e estabelecer provas de sua inocência”<sup>49</sup>.

Os militantes estudantis da faculdade de Geologia conseguiram, com sucesso, que o caso da morte de Alexandre se transformasse num catalisador para uma ação unificada dos alunos da USP. A articulação entre os militantes estudantis da Universidade se deu novamente no âmbito do CCA. De acordo com Caio Túlio Costa:

---

<sup>49</sup> SERBIN, Kenneth, Anatomia de um crime: repressão, direitos humanos e o caso de Alexandre Vannuchi Leme, in: *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, nº 20-23, jan./dez., 1997, p. 11.

“Uma reunião do CCA encampou as propostas nascidas na assembléia da Geografia e declarou a universidade em luto. Propôs espalhar faixas pretas pelo campus e instruiu os alunos a usarem braçadeiras negras. Todas as divergências políticas se neutralizaram ante o fato catalisador de uma ação conjunta, sem rachas nem brigas por picuinhas. A palavra de ordem era divulgar o caso para o maior número possível de pessoas e enlutar, cobrir com um pano preto, as placas recém-instaladas de identificação das escolas. (...) Acionados indiretamente pela própria repressão, todos os mecanismos de organização estudantil se reestruturavam a partir de um dado-chave: mataram um militante estudantil. Começava-se a se azeitar a máquina de propaganda dos estudantes”<sup>50</sup>.

A ação conjunta dos militantes estudantis foi bem-sucedida. Conseguiram driblar a vigilância policial e mobilizar a massa estudantil, que aderiu em peso às manifestações pacíficas de luto e protesto pela morte de Vannuchi Leme. Conforme relata o ex-militante estudantil Paulo Moreira Leite:

“Ingressei na Universidade naquele mesmo ano. O Alexandre morreu em março. A morte dele foi trágica e comovente. Assisti a todas as assembléias estudantis realizadas nos Barracos [nome das antigas instalações onde funcionava o curso de Ciências Sociais]. Entre as resoluções aprovadas nas assembléias me recordo da proposta para que os estudantes manifestassem sua indignação pacificamente usando uma braçadeira preta como sinal de luto. No dia seguinte era difícil encontrar um só aluno que não portasse a braçadeira. Eu a usei durante uma semana, até mesmo para trabalhar. Foi uma coisa inusitada”<sup>51</sup>.

Na busca por maior respaldo político aos protestos e manifestações dos alunos da USP, militantes estudantis organizaram comitivas e solicitaram apoio de influentes deputados da oposição, advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e jornalistas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Também recorreram a Igreja, solicitando do

---

<sup>50</sup> COSTA, Caio Túlio, *Cale-se*, São Paulo: A Girafa, 2003, p. 76.

<sup>51</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite, São Paulo, 2006.

cardeal, Dom Paulo Evaristo Arns, que celebrasse uma missa na Universidade, para um público estimado em 10 mil estudantes. Temendo uma violenta repressão contra os estudantes, caso a missa fosse realizada na USP, o cardeal convenceu os estudantes de que deveria ser realizada na Catedral da Sé, no centro de São Paulo<sup>52</sup>. As autoridades públicas tomaram medidas no sentido de impedir a divulgação do evento pela imprensa e, na tentativa de impedir a chegada dos manifestantes deslocaram grande número de policiais para os arredores da Catedral da Sé. Mesmo assim, estima-se que 3 mil pessoas, em sua maioria estudantes, tenham comparecido a missa. Durante o culto, as autoridades eclesiásticas pronunciaram declarações em defesa dos direitos humanos respaldando-as em preceitos religiosos. Na prática, essas declarações eram críticas veladas ao governo e as arbitrariedades do regime ditatorial. O evento teve ampla repercussão ocasionando protestos estudantis em várias instituições de ensino superior do Estado de São Paulo e de outras cidades do país. De acordo com o historiador Kenneth Serbin:

“O episódio foi único. Pela primeira vez em quatro anos de guerra total contra a esquerda, os brasileiros se reuniram em massa para protestar contra a tortura e o assassinato. O clero e os estudantes desafiaram o sistema repressivo e seus líderes no ápice da violência”<sup>53</sup>.

Passados um período de tempo relativamente curto, porém, as agitações estudantis e manifestações públicas decorrentes do assassinato do Alexandre Vannuchi Leme refluíram. Mas, o episódio teve importantes desdobramentos. A aproximação entre os estudantes e o clero católico teve importância na decisão dos centros acadêmicos da USP de promoverem,

---

<sup>52</sup> SERBIN, Kenneth. Anatomia de um crime: repressão, direitos humanos e o caso de Alexandre Vannuchi Leme. *Teoria e Pesquisa*, nº 20-23, jan./dez., 1997, p. 12.

<sup>53</sup> Id. *ibid*; p. 20.

em setembro de 1973, a Semana de Reflexões sobre os Direitos do Homem<sup>54</sup>. No evento foram organizadas conferências com intelectuais, membros do clero progressista e parlamentares da oposição. O movimento estudantil da USP só voltaria a afluir no ano seguinte. Novamente, as prisões de militantes estudantis foi o fator desencadeador de articulações entre as lideranças estudantis cujas ações práticas possibilitaram a criação do chamado Comitê de Defesa dos Presos Políticos, em abril de 1974.

### **1.8 O Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP)**

Passados quase um ano das manifestações públicas decorrentes da morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme, uma nova onda de prisões de militantes estudantis que atuavam USP, ocorrida na primeira semana de abril, gerou mobilizações estudantis e a realização de uma Assembléia nos Barracos, que contou com a participação de cerca de 2 mil estudantes, onde foi deliberada a criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP)<sup>55</sup>. As atividades iniciais do CDPP se basearam em reuniões para discutir providências e solucionar o problema dos militantes estudantis presos<sup>56</sup>. A criação do CDPP ocorreu no início da gestão do coronel Erasmo Dias à frente da secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Erasmo Dias acompanhou toda evolução do movimento estudantil paulista e foi o principal responsável pelas medidas policiais preventivas e repressivas contra as ações estudantis no período que vai de 1974 a 1979. De acordo com o secretário:

---

<sup>54</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, O movimento estudantil e a luta política, p. 10-11, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>55</sup> Para a data da realização da Assembléia, ver Relatório de investigação do Dops, datado de 6 de abril de 1974. Referência: Ordem Política (OP). Pasta nº: 1237. Para o número de participantes da Assembléia, ver Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 11, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>56</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 02/74, de 16 de maio de 1974. AEG/CPDOC.

“Aqui em São Paulo, a primeira tentativa de reorganização do movimento estudantil foi quando os estudantes criaram o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP), na USP, em abril de 1974. Justamente quando assumi a secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Nós tínhamos no DOPS as delegacias de Ordem Política e de Ordem Social. A de Ordem Política cuidava desta parte. Eu tinha uma equipe no meio estudantil, eu pessoalmente gerenciava o trabalho dos agentes. Então, começamos a acompanhar as atividades do CDPP. Identificamos várias correntes de esquerda que estavam se reestruturando e outras que estavam se organizando. Eles formavam grupinhos, todos tinham jornalecos e usavam os centros acadêmicos para encampar essas atividades. Mas o CDPP não surtiu os efeitos desejados de apoio que eles tinham planejado. Tentaram ampliar as atividades do CDPP para outros estados, mas também fracassaram”<sup>57</sup>.

Conforme relato do coronel Eramos Dias, de fato, a partir da criação do CDPP e durante o breve período em que esteve em funcionamento, foi possível vislumbrar inúmeros outros grupos e organizações políticas de esquerda que estavam se organizando e atuando na USP. De acordo com o ex-militante estudantil e aluno do curso de Arquitetura da USP, Wilson Ribeiro dos Santos Junior:

“Na época em que surgiu o CDPP, eu ainda não estava vinculado organicamente a nenhum grupo político de esquerda em atividade na USP. Eu apenas flertava com algumas correntes de pensamento de esquerda participando dos inúmeros grupos de estudo que eram organizados pelos militantes estudantis. O CDPP realizou muitas reuniões e debates, e foi participando dessas atividades que eu pude perceber de maneira mais clara, o aparecimento de outras posições políticas que se opunham tenazmente ao chamado vanguardismo das organizações guerrilheiras remanescentes e ao pacifismo do PCB. Eram os militantes trotskistas que começavam a se organizar”<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Depoimento do coronel Erasmo Antonio Dias ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>58</sup> Depoimento de Wilson Ribeiro dos Santos Junior ao autor, São Paulo, 2006.

O CDPP assumiu aspecto de um movimento de massa, paralisando por várias semanas as aulas na Faculdade de Ciências Sociais. Inicialmente, estudantes e professores de várias escolas da USP participaram das reuniões e assembléias. A fim de ampliar as bases de apoio e as atividades do CDPP, os militantes e lideranças estudantis se aliaram a outros setores sociais democráticos que lutavam pelos mesmos objetivos. Repetiu-se então a tática empregada no episódio da morte de Alexandre Vannuchi Leme, houve uma reaproximação entre os estudantes e o clero católico progressistas e políticos da oposição pertencentes ao MDB. Desse modo, as atividades no âmbito do CDPP não se limitaram a discutir e solucionar os problemas dos estudantes que foram presos nos arrastões policiais do DOPS paulista<sup>59</sup>. Foram estabelecidos contatos com demais presos políticos e efetuadas ações mais abrangentes como denúncias de prisões e tortura, providencias para fornecer assistência material e jurídica aos presos e seus familiares. Conforme relata Paulo Moreira Leite:

“Estávamos em plena ditadura. Ninguém se juntava pra nada. De repente, um movimento de massa absurdamente grande que parou os Barracos. O CDPP adquiriu uma dimensão política, vieram muitos deputados e membros da Igreja Católica. Entre os militantes estudantis teve muitas discussões de com quem se aliar e como fazer para combater a ditadura. O CDPP mobilizou muito mais gente do que no episódio da morte do Alexandre Vannuchi Leme, embora nenhum dos estudantes presos naquela ocasião tenha sido morto e além do que não houve missa e manifestação pública fora da USP. Mas passados algumas semanas acabou, o CDPP foi diminuindo suas atividades até ser extinto”<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Manuscrito intitulado: Carta aberta ao Comitê de Defesa dos Presos Políticos, de autoria de presos políticos anônimos, datado de maio de 1974. Referência: Arquivo Luiz Araújo; Pasta nº 418, Unicamp; Arquivo Edgard Leuenroth.

<sup>60</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite ao autor, São Paulo, 2006.

Nos relatórios do SNI, a última referência ao CDPP aparece na Apreciação Sumária nº: 6/74, de 25 de junho de 1974. Portanto, tudo indica que o funcionamento do CDPP durou cerca de três meses. Porém, antes que as atividades se encerrassem por completo, o SNI elaborou um relatório sobre a situação das mobilizações estudantis na USP neste período, destacando que:

“O CDPP estruturou-se no campus da USP e, enquanto procurava agitar o meio estudantil, tentavam aliciar apoio entre a corrente progressista da Igreja Católica, políticos do MDB e líderes sindicais. De sua atividade resultou uma carta-denúncia, intitulada *Isto Você Não Poderá Ler nos Jornais*, que foi difundida em São Paulo e em outros Estados do país. Assinala-se que, tanto por força da eficiente ação da repressão, quanto por falta de receptividade entre os estudantes, o movimento está se esvaziando. Fortes são os indícios de que o insucesso das atividades do CDPP se deve ao fato de ter extravasado a sua declarada finalidade, quando pretendeu colocar-se a serviço do movimento estudantil radical em lugar de se ater ao problema dos estudantes presos. Por não ter o CDPP logrado motivar os universitários paulistas, prevê-se o breve estancamento de suas atividades”<sup>61</sup>.

Com base na exposição do relatório do SNI, verifica-se que na interpretação das autoridades policiais e governamentais o rigor da repressão policial e a falta de receptividade da massa estudantil seriam os dois fatores que explicariam o fim das atividades do CDPP. Não obstante, é mais provável que as divergências entre as lideranças estudantis em torno da condução do CDPP tenham sido as causas determinantes que obstruíram suas atividades. De acordo com um boletim estudantil:

---

<sup>61</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 06/74. AEG/CPDOC.

“(…) a nefasta atuação de certas correntes de opinião no movimento terminou por conduzi-lo rapidamente ao refluxo. Essas correntes de opinião, primando por um pseudo-radicalismo totalmente inconsequente, levaram a um progressivo estreitamento da base de apoio do CDPP, procuraram destruir a participação de outros setores democráticos (ala progressista da Igreja, parlamentares autênticos do MDB, elementos avançados da intelectualidade, etc.) sob a alegação de que se tratava de setores burgueses, pretenderam impor que só participassem do CDPP os *setores identificados com a ideologia do proletariado*, revelando, com isso, total incompreensão do que seja uma frente em que vários setores sociais se unem sem abrir mão de seus objetivos maiores que diferem de um setor para outro, para lutar por objetivos imediatos comuns”<sup>62</sup>.

O boletim citado não denomina quais as “correntes de pensamento” radicais que divergiram da condução das atividades do CDPP. O que importa destacar, porém, é que mais uma vez foi o sectarismo entre as lideranças estudantis que provocaram o refluxo do movimento estudantil da USP. Com o fim do CDPP as mobilizações da massa estudantil realmente refluíram, mas o episódio gerou um aumento de intensidade nos contatos entre os militantes estudantis. De acordo com o ex-militante estudantil e aluno do curso de Filosofia, Ronaldo Antonelli:

“Eu creio que depois do episódio da morte do Alexandre Vannuchi Leme, em 1973, o CDPP constituiu-se num outro momento importante que pode ser considerado a semente de reinício da reorganização do movimento estudantil dentro da USP. A assembléia que deliberou a criação do CDPP foi realizada no maior salão dos Barracos. Encheu de gente. Compareceram estudantes e professores de diversas escolas da USP e pessoas de fora. Nesta época eu já estava militando num grupo político de tendência trotskista, chamava-se Organização 1º de Maio, e era basicamente paulista. Erámos um punhado de gente. Além de toda a repercussão política, o CDPP proporcionou muitos contatos entre as

---

<sup>62</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado: A importância da reconstrução do DCE, p. 11, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

escolas da USP. Por meio desses contatos, os militantes da nossa organização tomaram conhecimento da existência de vários outros grupos políticos trotskistas que atuavam em outras escolas, mas que desconhecíamos. Por aí você pode ter uma idéia do grau de isolamento entre os estudantes da USP naquela época. Os contatos entre os militantes desses grupos políticos, especificamente os de *coloração* trotskistas, desencadearam aproximações, articulações e fusões. O que veio a ser a organização política trotskista que deu origem a tendência estudantil Liberdade e Luta, começou a ser gestada nessa época, logo após o CDP<sup>63</sup>.

Conforme o depoimento acima, de fato, mais do que qualquer outro grupo de militantes de esquerda, os trotskistas defendiam o socialismo, mas atuavam em organizações políticas distintas; orientados por diferentes correntes de pensamento. Tanto as organizações trotskistas matrizes como as que surgiram em decorrência de dissensões e *rachas* não se envolveram na luta armada e repudiaram a guerrilha, mas também se opunham tenazmente ao pacifismo do PCB. Conforme explica o ex-militante estudantil (trotskista) e aluno do curso de Ciências Sociais da USP, Julio Turra:

“Nós nos opunhamos a política praticada pelo PCB, pois, na nossa visão, foi o Partidão, através de sua política inconsequente de aliança e subordinação a burguesia nacional e apoio ao governo Jango, um dos principais responsáveis pela preparação do terreno para o golpe militar de 1964. Também éramos contrário a guerrilha, inspirada na teoria do foco revolucionário como estratégia de enfrentamento da ditadura militar. A gente dizia que não; que o foquismo, por mais heróico que seja o sacrifício individual dos militantes das organizações armadas, a maioria deles jovens estudantes, estava condenado ao fracasso porque não tinha relação com as massas e com o movimento da classe trabalhadora. Nossa aposta era, portanto, no trabalho com as massas, em particular, junto ao movimento estudantil”<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>64</sup> Depoimento de Julio Turra ao autor, São Paulo, 2006.

Na época em que o CDPP surgiu, a ditadura militar já havia derrotado todas as organizações guerrilheiras. Os militantes remanescentes dessas organizações já haviam feito uma revisão crítica da estratégia da luta armada e mudado de posicionamento político, voltando-se para a tática do trabalho de massa. A Apreciação Sumária nº 10/74, de 15 de agosto de 1974, apresenta uma análise que ilustra de forma contundente a transição que se processou no meio estudantil universitário:

“a) Trabalho de massa: nova tática da subversão.

Com a mudança de orientação da maioria das organizações subversivo-terroristas que atuam no Brasil, houve um declínio e, praticamente, a paralisação das ações que caracterizam a guerrilha urbana. Assim, com a diminuição dessas atividades terroristas – assassinatos, assaltos, atentados a bomba, etc. – a comunidade brasileira vem sendo levada a acreditar que o problema *subversão* já se encontra ultrapassado. Tal fato, no entanto, não é verdadeiro, pois o que realmente aconteceu foi uma mudança de tática, passando as organizações ao chamado *trabalho de massa*, difuso, subrepitício, junto ao meio estudantil e operário, objetivando atingir em médio prazo a rejeição do sistema capitalista por parte da sociedade brasileira. Por ser um trabalho difícil de ser detectado, em face das medidas de disfarce e de segurança de que é cercado, é muitas vezes confundido com justas reivindicações estudantis ou luta de operários por melhores condições de trabalho, daí decorrendo o real perigo de que se reveste a presente falta de atuação da subversão no país”<sup>65</sup>.

A estratégia de derrubada da ditadura militar por via da violência revolucionária a partir da tática do foquismo e da luta armada fracassou por completo. Ao menos no meio estudantil universitário da USP, os militantes dos grupos e organizações guerrilheiras remanescentes bem como os novos grupos que surgiram já tinham feito a crítica e autocrítica da luta armada e a partir dela optaram pela reinserção na luta política por meio do trabalho de

---

<sup>65</sup> SNI. Apreciação Sumária, nº: 10/74, de 15 de agosto de 1974. AEG/CPDOC.

mobilização de massa. Para essa nova esquerda, porém, restava superar o posicionamento político do PCB. Em abril de 1975, um grupo de militantes trotskistas que atuavam na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP desencadeou uma greve que provocou um novo ascenso do movimento estudantil. A greve da ECA é considerada um marco por ter encerrado com a influência do PCB dentro da Universidade e o ponto de partida da retomada permanente da reorganização do movimento estudantil uspiano.

### **1.9 A Greve da Escola de Comunicação e Artes**

Distintamente do que ocorreu nos episódios envolvendo a morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme, em 1973; e na criação do CDPP, em 1974, que desencadearam agitações e mobilizações estudantis momentaneas, a greve da ECA assumiu aspecto massivo cujo principal e mais importante desdobramento foi a retomada permanente das atividades e mobilizações estudantis voltadas para reorganização do movimento universitário. A greve, que parou a ECA por 73 dias, inicialmente contou com apoio e participação expressiva dos alunos da escola. Porém, na medida em que se prolongou extrapolou os limites da ECA recebendo apoio e adesão dos estudantes de outras unidades da USP e também de outras universidades<sup>66</sup>. A greve foi motivada pela insatisfação dos alunos com a gestão do diretor da escola, professor Manuel Nunes Dias, responsabilizado pela crescente onda de perseguição, repressão e arbitrariedades cometidas contra o corpo docente e discente da instituição. A principal reivindicação dos alunos grevistas era a imediata substituição do diretor da escola. O professor Nunes Dias era considerado íntimo colaborador dos órgãos de segurança e repressão da ditadura, que mantinham inúmeros agentes no campus da USP a fim de monitorar e

---

<sup>66</sup> CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. A ECA é o principal foco de agitação da USP. In: *Revista AduSP*, nº 33, outubro de 2004, p. 65.

reprimir todas as atividades estudantis consideradas subversivas. De acordo com depoimentos de ex-alunos e professores da ECA a relação de Nunes Dias com os órgãos de repressão era aparente a ponto de o consideravam praticamente como um agente do DOPS no comando da escola<sup>67</sup>.

Do início de seu mandato até a eclosão da greve, Nunes Dias havia praticado uma série de arbitrariedades contra estudantes e professores, entre as quais o sucateamento de equipamentos, proibição de feiras de livros e palestras, corte de verbas do Diretório Acadêmico da escola, censura com a retirada e proibição de cartazes nos murais estudantis. Os alunos costumavam protestar contra a gestão do diretor Nunes Dias espalhando boletins, panfletos e murais pela escola<sup>68</sup>. Nunes Dias também colaborava com a AESI, que funcionava, desde 1970 junto a Reitoria da USP e tinha como principal objetivo coletar diversos tipos de informações a fim de exercer o controle político e ideológico dentro da Universidade<sup>69</sup>. No segundo semestre de 1974, a pedido da AESI, o diretor deixou de renovar o contrato dos professores José Marques de Melo e Paulo Emílio Salles. O caso mais grave ocorreu em fins de 1974, com a prisão do professor Jair Borin, primeiro ex-aluno da ECA a ser contratado como docente. Detido por agentes policiais dentro das dependências da escola, Borin foi torturado e permaneceu preso por um longo período.

A indiferença do diretor Nunes Dias com o caso da prisão do professor Borin causou indignação entre professores e estudantes da escola<sup>70</sup>. Mas o fato que culminou com a eclosão da greve da ECA ocorreu no primeiro semestre de 1975, com o afastamento do professor de jornalismo Sinval Freitas Medina. Medina foi vítima de um artifício administrativo sutil,

---

<sup>67</sup> CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. A ECA é o principal foco de agitação da USP. In: *Revista Adusp*, nº 33, outubro de 2004, p. 64.

<sup>68</sup> Id. *ibid.*

<sup>69</sup> Depoimento do Professor José Marques de Melo, publicado na *Revista Adusp* nº 33, de outubro de 2004.

<sup>70</sup> CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. A ECA é o principal foco de agitação da USP. In: *Revista Adusp*, nº 33, de outubro de 2004, p. 64-5.

largamente empregado na área acadêmica naquele contexto autoritário, para se livrar dos professores indesejáveis ao regime do militar. Uma banca de qualificação reprovou Medina no exame de mestrado justificando o seu afastamento do quadro docente da escola. Com a reprovação, o contrato de Medina como docente foi cancelado. A repercussão foi imediata. Semanas antes da organização da assembleia estudantil que decretou a greve, um grupo de militantes estudantis trotskistas e três professores que se demitiram em solidariedade a Medina, se mobilizaram e criticaram a banca de qualificação sob a alegação de que a decisão obedeceu a critérios políticos<sup>71</sup>.

Diante da iminência da realização da assembleia que decidiria a paralisação das aulas, os militantes do PCB que controlavam o Centro Acadêmico Lupe Cotrim se opuseram, declarando-se contrários a realização do movimento grevista. A diretoria do Lupe Cotrim enviou um ofício ao Reitor da USP, comunicando que não concordavam com as concentrações e reuniões estudantis na Escola e que não convocou nenhuma assembleia<sup>72</sup>. Ainda assim, a assembleia foi realizada, em 16 de abril de 1975, e respaldou a decretação da greve estudantil que paralisaria a ECA por mais de dois meses. Conforme se recorda o ex-militante estudantil e aluno do curso de Arquitetura da USP, Marco Tabet; a greve da ECA gerou a primeira assembleia pública e aberta da USP.

“Participaram mais ou menos sessenta estudantes. Naquela época não havia oradores públicos, alguém falava alguma coisa expondo seu ponto de vista e logo em seguida saia de cena, e isso se repetia para evitar que fosse identificado pelos policiais infiltrados no campus. Foi um momento muito importante, pois os estudantes saíram do campo puramente ideológico para fazer alguma coisa concreta diante dos problemas que os

---

<sup>71</sup> Os militantes trotskistas pertenciam ao grupo denominado Nova Ação. Os três professores demissionários foram Cremilda Medina, esposa de Sinval Freitas Medina, Paulo Roberto Leandro; e o chefe do Departamento, Walter Sampaio.

<sup>72</sup> “Relatório do Movimento Estudantil da ECA”, fls. 2-3. Dops-AESP. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1405.

afligiam, ou seja, o funcionamento da escola e o cotidiano de asfixia política em que se vivia”<sup>73</sup>.

No sexto dia da greve, ocorreu um fato marcante. A diretoria do Centro Acadêmico Lupe Cotrim, presidida pelo aluno Edson Miguel, tentou assumir a liderança do movimento grevista com objetivo de contê-lo. Convocaram uma reunião onde foi apresentada a proposta de encaminhamento de uma delegação estudantil para se reunir com autoridades do Ministério da Educação. Diante desse fato, os militantes trotskistas pertencentes ao grupo de oposição ao PCB na ECA, realizaram uma outra “assembléia que decidiu destituir a diretoria do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (Calc) através da invasão e ocupação de sua sede”<sup>74</sup>. Quinze alunos assumiram a direção do Lupe Cotrim<sup>75</sup>. Com esse episódio encerrou-se o predomínio dos militantes do PCB na ECA e posteriormente em toda a USP. De acordo com Marcos Tabet:

“Os militantes do PCB eram contra tudo. Eles se opuseram categoricamente ao movimento grevista da ECA. Quando estourou a greve, os militantes do PCB, que controlavam o Centro Acadêmico Lupe Cotrim, espalharam um boato que era uma cilada armada pelo II Exército, dizendo que havia bombas, que a USP seria invadida por tropas policiais, etc. Creio que isso explica o porquê de muito pouca gente ter participado das primeiras assembléias. No desenrolar da greve, porém, a massa estudantil da ECA se revoltou e colocou os militantes do PCB pra correr, eles foram depostos de tudo quanto era entidade estudantil dentro da escola, começando pelo Calc. Na medida em que o movimento grevista cresceu, com o apoio e adesão de alunos de outras unidades, o PCB foi perdendo influência em praticamente toda a USP”<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> Depoimento de Marco Tabet, São Paulo ao autor, 2006.

<sup>74</sup> *Revista Adusp*, nº 33, de outubro de 2004, p. 65.

<sup>75</sup> “Relatório do Movimento Estudantil da ECA”, fls. 5. Dops-AESP. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1405.

<sup>76</sup> Depoimento de Marco Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

A crítica dirigida ao posicionamento político do PCB, proveniente dos militantes estudantis de outros grupos e organizações de esquerda atuantes na USP, era válida e condizente com a prática de atuação dos militantes comunistas. Conforme relata o ex-militante comunista e aluno do curso de Arquitetura da USP, Paulo Kliass:

“O PCB teve seus quadros dizimados e sua organização completamente desarticulada. Tínhamos muito medo e temor de retomar o movimento de massa, vamos dizer assim (...) de fazer as coisas acontecerem. Era sempre o temor de que se colocássemos a cabeça pra fora viria a repressão e o movimento seria derrotado. Por esse motivo, nos adaptamos a legislação vigente. As outras forças de esquerda achavam que não. De certo modo tinham razão, pois quando o movimento estudantil começou a se reorganizar e todos perceberam que não tinha mais tanta repressão e que dava pra começar a manifestar o descontentamento com a ditadura, o posicionamento passivo do PCB acabou sendo muito criticado. Chegou um momento em que o PCB foi superado, e outros grupos políticos acabaram exercendo maior influência no movimento estudantil da USP”<sup>77</sup>.

A fim de terem suas reivindicações atendidas, os alunos da ECA procuraram todas as formas de apoio para sustentar a greve. A estratégia teve vários desdobramentos. Para afastar a possibilidade de serem acusados de subversão e evitar uma possível ação policial, os estudantes prepararam um extenso abaixo assinado a partir de um relatório onde apontavam todas as arbitrariedades cometidas pelo diretor Manuel Nunes Dias em sua gestão. Cópias desse documento foram encaminhadas para o Reitor, o governador Paulo Egídio Martins, Secretaria de Educação, Igreja Católica, MDB e ARENA<sup>78</sup>. Outra iniciativa voltou-se para o próprio campus universitário. As lideranças estudantis tentaram dar uma unidade ao movimento grevista. Mas a inexistência de um diretório central estudantil no âmbito da USP dificultava enormemente a tarefa de centralização do comando de greve. Por esse motivo, as

---

<sup>77</sup> Depoimento de Paulo Kliass ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>78</sup> “Paralisadas aulas em curso da USP”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de abril de 1975, p. 25.

lideranças estudantis decidiram reativar o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA). O CCA passou a coordenar o movimento grevista. O CCA esforçou-se para mobilizar todos os alunos da Universidade. A primeira iniciativa neste sentido foi distribuir um panfleto cujo teor conclamava aos estudantes do campus a apoiar os alunos da ECA:

“(...) os alunos da Escola de Comunicações e Artes estão com suas aulas paralisadas, exigindo a renúncia de seu diretor, Manuel Nunes Dias. O movimento dos alunos da ECA entra neste momento numa fase decisiva. A Assembléia Geral do dia 30 de abril demonstrou, através do número de alunos que participaram dela – 515 estudantes -, que o movimento extrapolou os limites da ECA, tendo condições de repercutir ainda mais significativamente em todo “campus”, e em outras Universidades e Escolas do país. Isto depende, entretanto, do trabalho de divulgação que está sendo desenvolvido pelos alunos da ECA e pelos Centros Acadêmicos, no sentido de preparar a paralisação das aulas de quinta-feira, 8-5-1975, nas escolas da USP e do apoio aos colegas das Comunicações, culminando com duas Assembléias Universitárias (...), onde serão debatidas as propostas de continuidade do movimento”<sup>79</sup>.

No transcurso dos 73 dias de sua duração, o movimento grevista dos alunos da ECA ganhou adesão dos estudantes de praticamente todas as unidades da USP. As sucessivas assembléias contaram com expressivo número de participantes. A assembléia de 8 de maio contou com presença de cerca de mil estudantes<sup>80</sup>, enquanto que a do dia 25 participaram cerca de 1500 estudantes<sup>81</sup>. O que explicaria a forte adesão da massa estudantil da USP ao movimento grevista dos alunos da ECA? Na avaliação de Marcos Tabet:

---

<sup>79</sup> Panfleto intitulado “Todo apoio aos estudantes da ECA”. elaborado pelo CCA-USP. Arquivo Luiz Araujo, Pasta 419: Unicamp; Arquivo Edgard Leuenroth.

<sup>80</sup> CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. A ECA é o principal foco de agitação da USP. *Revista Adusp*, nº 33, de outubro de 2004, p. 65.

<sup>81</sup> Sensatos limites. *Veja*, 28 de maio de 1975, p. 25.

“A greve da ECA colocou em evidência os problemas que afetavam praticamente todas as escolas da USP. Eram problemas de caráter político relacionados com o ambiente fechado das escolas, em razão dos burocratas, professores e diretores autoritários que estavam tocando o barco. Durante a greve, as várias reuniões estudantis que ocorreram dentro da escola acabaram se transformando em oportunidades para os estudantes questionarem e discutirem a situação de autoritarismo e arbitrariedades que existia em praticamente todas as unidades da USP. Depois da greve da ECA, escolas da USP que nunca tinham se manifestado, feito assembléia ou movimento grevista passaram a fazê-lo”<sup>82</sup>.

É correta a afirmação de que as autoridades públicas não conseguiram entender as razões da greve da ECA<sup>83</sup>. Do início ao fim do movimento grevista, os órgãos de segurança e informação governamentais que dispunham de uma série de agentes infiltrados na Universidade trataram o movimento grevista como uma crise decorrente das deficiências do ensino superior, habilmente exploradas por “agitadores de esquerda”, ou seja, comunistas. A crise decorrente do movimento grevista da ECA mereceu atenção do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão encarregado de manter o presidente da República informado dos acontecimentos de âmbito nacional considerados mais relevantes, que elaborou um informe destacando que:

“O meio estudantil vem, ultimamente, sofrendo uma série de tentativas de agitação, que se desenvolvem explorando as já conhecidas deficiências existentes em nossas universidades. Na USP, em particular na Escola de Comunicações e Arte, este movimento já vem se arrastando há algum tempo, com a paralisação das aulas e seguidas reuniões (...)”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Depoimento de Marcos Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>83</sup> Ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 182.

<sup>84</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 10/75. AEG/CPDOC.

A imprensa de modo geral seguiu o mesmo caminho na interpretação do episódio. O semanário *Veja* produziu dois artigos sobre o assunto, num deles assinalou que a greve estudantil da ECA “parece decorrer muito mais de ostensivos desacertos do ensino superior do que da hipotética presença de provocadores”<sup>85</sup>. Em outro, chamou a atenção para as deficiências administrativas da escola apontando a inexistência de uma congregação, instância que daria a instituição “acesso à autonomia gozada pelas escolas plenamente consolidadas”<sup>86</sup>. Fundada em 1966, a ECA ainda não havia consolidado uma estrutura administrativa funcional com autonomia necessária para tratar e resolver seus problemas internos. Diferentemente das outras escolas e faculdades da USP, depois de oito anos de existência a ECA não dispunha de uma congregação, professores titulados e conselhos departamentais; por isso convivia com a interferência externa em sua gestão, de modo que seus diretores eram professores titulares provenientes de outras unidades.

Antes de ocupar o cargo de direção da ECA, Manuel Nunes Dias tinha sido chefe do Departamento de História. A partir dessas constatações, podemos entender a posição do governador do Estado, Paulo Egidio Martins, e do reitor da USP, Orlando Marques de Paiva, que apostaram na criação da Congregação como solução da crise<sup>87</sup>. A Congregação foi criada as pressas. Onze integrantes foram escolhidos para compô-la, representando o corpo discente e docente e a direção da escola<sup>88</sup>. As autoridades públicas e acadêmicas acreditaram que transferindo para a recém criada Congregação a tarefa de negociação do conflito, os alunos encerrariam a greve e aguardariam a decisão. Mas não foi o que aconteceu. Os alunos da ECA

---

<sup>85</sup> Estudantes: sensatos limites. *Veja*, 28 de maio de 1975, p. 25.

<sup>86</sup> 60 dias de crise. *Veja*, 18 de junho de 1975, p. 42. Por motivos diversos, durante a greve da ECA ocorreram agitações estudantis em outras universidades. Na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia os alunos entraram em greve; na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) de São Bernardo do Campo, os alunos realizaram assembléias permanentes para discutir mensalidades escolares; e na Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), os estudantes exigiam mudanças na estrutura curricular.

<sup>87</sup> 60 dias de crise. *Veja*, 18 de junho de 1975, p. 42.

<sup>88</sup> Como representante discente foi escolhido o estudante Caio Túlio da Costa.

mantiveram-se irreduzíveis, e ameaçaram prosseguir com a greve no segundo semestre caso a principal reivindicação do movimento não fosse atendida, ou seja, a renúncia do diretor Nunes Dias. A greve assumiu proporções inesperadas repercutindo publicamente. Sucederam-se vários debates e reuniões abertas ao público em geral que contou com a presença de políticos da oposição pertencentes ao MDB, jornalistas.

A centralização do movimento grevista da ECA no âmbito do CCA mostrou-se, porém, uma experiência frágil em razão das enormes divergências entre as lideranças estudantis no tocante as reivindicações prioritárias a serem encaminhadas<sup>89</sup>. Isso explica a série de reivindicações difusas que foram incorporadas ao movimento grevista, tais como: abolição do decreto-lei 477; revogação do Ato Institucional nº 5; anistia para os presos políticos; luta contra o ensino pago, a censura e o jubramento; pela liberdade de manifestação e organização; controle dos restaurantes universitários; abolição do atestado ideológico aos candidatos a cargos universitários; pelo direito de greve; pelos sindicatos livres; pela volta dos professores cassados e criação de creches para filhos de alunos e funcionários<sup>90</sup>.

As divergências políticas em torno das inúmeras reivindicações defendidas no âmbito do CCA enfraqueceram o movimento grevista da ECA. Antes da greve da ECA terminar o CCA se desagregou, e em seu lugar foi criado a Comissão Universitária. Conforme aponta um boletim estudantil, a Comissão Universitária pretendeu “representar os estudantes e dirigir suas lutas, mas foi a expressão máxima da total distorção dos princípios organizativos que vem ocorrendo nos últimos tempos, na USP”<sup>91</sup>. De acordo com esse mesmo boletim, a

---

<sup>89</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 12, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>90</sup> Dossiê Dops, intitulado “O movimento estudantil”. Referência: Ordem Política (OP) nº 1194.

<sup>91</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 12, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

criação da Comissão Universitária foi uma manifestação clara da luta política entre as lideranças estudantis:

“A comissão universitária era o tipo de forma de organização *feita sobre encomenda* para atender as necessidades particulares da corrente de pensamento que a criou. Essa corrente de pensamento, que, se por um lado, pela própria estreiteza de sua política, sempre foi posição vencida na maioria das escolas, nunca conseguindo apoio da massa suficiente para se eleger como direção para os respectivos acadêmicos, por outro, congrega uma pequena parcela bastante disponível e mobilizada, vem, invariavelmente procurando criar formas organizacionais postizas que possa assegurar sua hegemonia”<sup>92</sup>.

A Comissão Universitária deixou de existir. Os alunos da ECA retornaram as aulas sem que a principal reivindicação que motivou a greve fosse atendida: ou seja, a saída do diretor Nunes Dias. Mas seria engano interpretar o fim do movimento grevista da ECA como uma derrota do movimento estudantil da USP. Ao contrário das agitações e mobilizações estudantis dos anos anteriores, após a greve da ECA o movimento estudantil da USP não refluuiu. O número de militantes estudantis engajados era reduzidíssimo, mas o suficiente para iniciar um movimento mais amplo dentro da Universidade. O que explicaria então essa fase de progressiva reorganização do movimento estudantil? Com base nos depoimentos de ex-militantes estudantis, a greve da ECA é considerada um marco para o movimento estudantil da USP em razão do episódio ter encerrado com a crítica que ao longo dos anos vinha sendo dirigida aos militantes comunistas do PCB. A maioria dos grupos, organizações e partidos políticos clandestinos que se opunham ao PCB passaram a exercer maior influência, e por esse motivo os militantes estudantis tiveram que se posicionar mais claramente sobre as

---

<sup>92</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 12, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

estratégias para sustentar o movimento estudantil. Conforme explica Wilson Ribeiro dos Santos Junior:

“A crítica ao PCB era uma página virada, uma questão superada. Restava definir um novo rumo para ação política do movimento estudantil. Nesta época, nossas reflexões teóricas sobre os movimentos de massa eram ainda difusas. Os grupos e organizações de esquerda, incluindo o grupo trotskista a qual me filiei, passaram a elaborar com mais presteza e refinamento, tanto discursivo como teórico, algumas análises conjunturais que se prestaram a fornecer certa orientação para nossas posições e futuras ações políticas dentro do movimento estudantil”<sup>93</sup>.

### **1.10 As tendências estudantis**

Foi no bojo das discussões em torno da retomada e reorganização do movimento estudantil uspiano, estimuladas pela greve da ECA, que os grupos, organizações e partidos políticos clandestinos passaram publicamente a se autodenominarem “tendências” estudantis. Não se dispõe de pesquisas historiográficas sobre a formação das tendências estudantis em outras universidades do país. Em razão de nesta época não haver contatos nacionais entre os militantes dos inúmeros grupos, organizações e partidos de esquerda clandestinos, o momento e o modo como ocorreu o surgimento das tendências estudantis ficou restrito ao espaço de cada universidade.

No caso da USP, por exemplo, a formação das tendências estudantis ocorreu através de um processo simultâneo, mas não sincrônico. Ou seja, alguns grupos, organizações e partidos políticos que se encontravam mais organizados se articularam mais rapidamente. É possível afirmarmos que os militantes trotskistas se adiantaram saindo na frente deste processo. Mais do qualquer outro grupo político, os militantes trotskistas atuavam em várias

---

<sup>93</sup> Depoimento de Wilson Ribeiro dos Santos Junior, São Paulo, 2006.

organizações, sendo as principais a Fração Bolchevique Trotskista (FBT), a Organização Marxista Brasileira (OMB) e a Organização 1º de Maio (antigo Movimento Estudantil 1º de Maio). Num dado momento, as lideranças dessas três organizações apararam suas divergências e se fundiram politicamente. A fusão deu origem a Organização Socialista Internacionalista (OSI). A OSI por sua vez deu origem a tendência Liberdade e Luta, que ficou mais conhecida no meio estudantil como Libelú. A Libelú se consolidou como a segunda maior força dentro da USP. Tinha maior expressão nas faculdades de Arquitetura, Comunicação, Filosofia, Economia e Ciências Sociais.

Prosseguindo, o PC do B deu origem a Caminhando. A Caminhando era a terceira força dentro da USP. Tinha maior expressão nas faculdades de Medicina, Politécnica e Ciências Sociais. A organização política conhecida como Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) originou a Organizar a Luta. A organização política denominada Liga Operária deu origem a Mobilização. A Ação Popular (AP) deu origem a Refazendo, que agregou também militantes oriundos de outras três organizações políticas de esquerda remanescentes: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

A Refazendo se consolidou como a principal força dentro da USP, vencendo as duas primeiras eleições para o DCE-Livre, em 1976 e 1977. Tinha maior expressão nas faculdades de Geologia, Física, geografia, Psicologia, Politécnica e Ciências Sociais. O caso da formação da tendência Refazendo é particularmente interessante e útil para análise. Seus militantes acabaram se atrasando no processo de constituição da tendência estudantil. Isso ocorreu, sobretudo, em razão das características dos grupos políticos formaram a Refazendo e que se encontravam completamente desorganizados tanto em relação aos seus quadros de militantes

como em relação a sua estrutura organizacional. Segundo explica a ex-militante estudantil e aluna do curso de Psicologia da USP, Vera Paiva:

“O PC do B que deu origem a Caminhando e as organizações trotskistas que deram origem a Libelú eram obviamente mais organizados e acabaram se articulando mais rapidamente. Nós ainda estávamos desorganizados, porque nós não éramos num grupo político coeso. Erámos um conjunto de centros acadêmicos com composições muito distintas, com estudantes que eram ex-militantes de outros grupos políticos (alguns já extintos outros desfalcados), e até mesmo estudantes como eu que nunca tinha pertencido a grupo político nenhum. A Refazendo foi constituída de uma maioria de militantes da AP, e uma minoria de militantes e ex-militantes provenientes da ANL e do MR-8. Não concordávamos com o posicionamento político das demais tendências, porém, nós não tínhamos uma posição política definida. Na verdade, eu sempre quis atuar no movimento estudantil como *independente*, ou seja, sem fazer parte de grupo político nenhum. Ocorre que naquela época, para militar no movimento estudantil você era de certo modo forçado a assumir um posicionamento político. Caso contrário, não havia espaço para atuação”<sup>94</sup>.

O caso da Refazendo parece indicar também que a unidade organizacional advinda com a formação da Tendência resultou num fortalecimento dos grupos políticos de origem que, conforme foi assinalado, eram fracos e se encontram desarticulados<sup>95</sup>. As tendências estudantis expressavam, portanto, os posicionamentos e orientações político-ideológicas dos ativistas do movimento estudantil. A gênese das tendências estudantis são os grupos, organizações e partidos políticos de esquerda clandestinos. Não obstante, as tendências não devem ser confundidas com o grupo, organização ou partido político de origem. A formação de uma tendência estudantil tinha um objetivo interno, pois servia para diferenciar o quadro de militantes que atuavam especificamente no meio estudantil universitário de outros

---

<sup>94</sup> Depoimento de Vera Paiva, São Paulo, 2006.

<sup>95</sup> Depoimento de Beatriz Bicudo de Castro Tibiriça, São Paulo, 2006.

militantes pertencentes ao mesmo grupo que atuavam, porém, em outras áreas; no movimento sindical, movimentos populares, entre outros<sup>96</sup>.

Os estudantes engajados no movimento estudantil concebiam as tendências estudantis mais propriamente como sendo as “faces legais” das organizações clandestinas de esquerda<sup>97</sup>. Para sobreviverem naquele contexto ditatorial e burlar o sistema repressivo policial, todas as tendências estudantis adotavam denominações distintas dos grupos, organizações e partidos políticos de origem. Entretanto, era prática comum de militantes pertencentes a uma mesma tendência estudantil, mas que atuavam em outras escolas e /ou universidades, adotar outras denominações. Por exemplo, na PUC-SP, os militantes da tendência Caminhando adotaram outra denominação, chamada *Unidade*. Enquanto que a Libelú chamava-se *Liberdade e Ação*. Na Faculdade Casper Líbero, a Caminhando usava a denominação *Construir*. Conforme relato do ex-militante estudantil e aluno do curso de Ciências Sociais, Julio Turra:

“Em geral a Libelú mantinha a mesma denominação em vários lugares. Mas tinha sempre uma exceção que não confirma a regra. Um outro exemplo pode ser dado no caso da Refazendo que chegou a apresentar uma chapa numa universidade paulista com o nome de *Faca Amolada*, que era uma referência a uma música do Milton Nascimento que na época fazia muito sucesso. Quem estava vinculado a uma tendência sabia distinguir claramente os respectivos posicionamentos políticos; neste caso, sabíamos que a chapa *Faca Amolada*; que controlava determinado centro acadêmico, era na verdade a tendência estudantil Refazendo”<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> Sobre esse assunto, consultar os manuscritos “Concepção de tendência estudantil” e “Contribuição à discussão do caráter da tendência”, Referência: Arquivo Luiz Araujo, Pasta nº 418. Unicamp: Arquivo Edgard Leuenroth.

<sup>97</sup> Depoimento de Marcos Bernardino de Carvalho ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>98</sup> Depoimento de Julio Turra, São Paulo ao autor, 2006.

A adoção de denominações distintas por parte de uma mesma tendência estudantil fazia parte dos objetivos de assegurar que o grupo político em questão não ficasse publicamente em evidência. Esse problema, porém, variava muito para cada um dos vários grupos políticos clandestinos. O PC do B, em particular, por sua trajetória e sua condição de partido clandestino perseguido pelos órgãos de repressão da ditadura, tinha enorme preocupação com questões de segurança interna. As medidas adotadas para atuar na mais estrita clandestinidade tornaram complexo os vínculos que o Partido estabeleceu com os militantes da tendência Caminhando. De acordo com a ex-militante estudantil e aluna do curso de História da USP, Márcia Barral:

“Ingressei na Caminhando na época em que a tendência estava se consolidando, ou seja, no segundo semestre de 1975. Mas foi somente em meados de 1978 é que tomei conhecimento da vinculação entre a Caminhando e o PC do B. Desde o início, eu fui uma militante de base muito ativa. Cheguei a participar de reuniões importantes com dirigentes do PC do B, porém, sem saber a importância que tinham dentro do Partido. Fiz parte de delegações estudantis que se reuniam em vários Estados para discutir os rumos do movimento estudantil. Depois, quando começaram as passeatas públicas, fiquei encarregada, juntamente com outros militantes das outras tendências estudantis, da área de segurança do movimento estudantil. O PC do B tinha como objetivo criar um braço legal no movimento estudantil universitário com alguns militantes que ficaram encarregados de trazer a linha política do Partido para o movimento. Mas era um grupo muito restrito de militantes dentro da Caminhando que executava essas tarefas. A preocupação com a segurança do grupo era tão importante que ofuscava a vinculação orgânica entre a tendência e o Partido. Lembro que, depois do Massacre da Lapa (ocorrido em 16 de dezembro de 1976, ocasião em que os órgãos de repressão mataram toda a Executiva Nacional do PC do B), e nas semanas seguintes prenderam numerosos militantes do Partido, os cuidados com a segurança foram redobrados. Portanto, assim como eu, muitos militantes da Caminhando não

tinha clareza e também informação precisa de que pertencíamos a uma organização política clandestina de esquerda”<sup>99</sup>.

Por outro lado, o surgimento das tendências estudantis possibilitou aos estudantes em geral tomar maior conhecimento dos respectivos posicionamentos políticos que se expressavam nas propostas e plataformas programáticas. À medida que as tendências estudantis foram se constituindo formalmente passaram a expressar de forma cada vez mais organizada suas idéias para enfrentar o problema relacionado com o “vazio” de direção do movimento estudantil e de como ele deveria ser conduzido. Foi uma fase muito rica e importante da retomada do movimento estudantil, marcada pela realização de acirradas assembleias estudantis. De acordo com Paulo Moreira Leite:

“Antes da formação das tendências estudantis, os grupos políticos disputavam as eleições para os grêmios e centros acadêmicos a partir da formação de chapas que não diziam muita coisa. Teve uma vez que o PC do B ganhou uma eleição para o centro acadêmico das Ciências Sociais com uma chapa chamada *Chapão*, que representava uma aliança de todos os outros grupos contra nós, trotskistas. Mas conforme foram sendo adotadas denominações permanentes (Caminhando, Refazendo, Libelú, Organizar a Luta, etc.) a distinção das posições políticas foi ficando cada vez mais compreensível para os estudantes em geral. Nesta fase, as assembleias estudantis se tornam muito politizadas. São assembleias muito ideológicas a partir de discussões doutrinárias. Eram ocasiões em que as lideranças estudantis expunham a estratégia de cada grupo político que estavam vinculadas sobre a reorganização e condução do movimento estudantil da USP”<sup>100</sup>.

---

<sup>99</sup> Depoimento de Márcia Barral ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>100</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite ao autor, São Paulo, 2006. Essa afirmação foi corroborada pelos depoimentos de estudantes que não militaram no movimento estudantil.

Antes das tendências estudantis chegarem a um acordo definitivo para solucionar o problema da falta de unidade e direção do movimento estudantil uspiano, uma nova crise emergiu devido à morte do jornalista Vladimir Herzog, que foi brutalmente torturado e assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura. Mais uma vez, a ECA se transformou no centro irradiador das agitações e manifestações estudantis que paralisaram por uma semana quase a totalidade das unidades da USP. Novamente, acordos provisórios entre as tendências estudantis determinaram a reativação da Comissão Universitária para conduzir o movimento estudantil.

### **1.11 A crise de outubro**

No transcurso do ano de 1975, os órgãos de repressão organizaram uma ofensiva contra a estrutura clandestina do PCB. A chamada Operação Jacarta ocasionou centenas de prisões por todo o país. O cerco policial em busca de militantes comunistas infiltrados concentrou-se em São Paulo. As redações dos grandes e pequenos órgãos de imprensa paulista foram as áreas mais visadas pela ação policial contra os comunistas<sup>101</sup>. Em 25 de outubro, os agentes do DOI-CODI detiveram Vladimir Herzog, jornalista e diretor do Departamento de Telejornalismo da TV-Cultura. Herzog militava no PCB, mas não desenvolvia atividade clandestina e nem era considerado um quadro importante dentro do Partido. Mesmo assim, Herzog foi detido, prestou depoimento sob torturas e foi assassinado pelos agentes do DOI-CODI. A versão oficial fornecida pelo II Exército, a de que Herzog se suicidou, tornou-se insustentável. Como era jornalista de grande prestígio e ex-professor da ECA, as torturas e trágico assassinato de Herzog tiveram enorme repercussão pública. O

---

<sup>101</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 159-187.

velório e o sepultamento de Vladimir Herzog foram marcados por grande tensão em razão da presença e pressão dos agentes dos órgãos de repressão.

Os estudantes da USP compareceram ao funeral de Herzog e após a cerimônia os militantes estudantis distribuíram panfletos conclamando a população a participarem de uma concentração em frente à reitoria da USP<sup>102</sup>. Uma assembléia foi realizada na ECA no dia 27 de outubro, à tarde, onde compareceram cerca de 1200 pessoas e foi deliberada a greve geral que se estenderia 31 de outubro, dia do culto ecumênico na Catedral da Sé. Além da USP, os estudantes universitários conseguiram paralisarem as aulas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP)<sup>103</sup>. A greve contou com a adesão de cerca de 30 mil estudantes<sup>104</sup>.

Para conduzir o movimento grevista na USP, as lideranças estudantis reativaram a Comissão Universitária. Um boletim estudantil destaca que na “condução do movimento (...), outras tendências mais representativas fizeram valer, em alguns momentos, suas propostas. Assim, o processo desenrolou-se sob uma direção conjugada prevalecendo ora uma, ora outra posição”<sup>105</sup>. A Apreciação Sumária do SNI, datada de 3 de novembro de 1975, avaliou da seguinte forma a situação do movimento estudantil da USP no período entre os dias 24 a 31 de outubro:

---

<sup>102</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 159-187, p. 183.

<sup>103</sup> CHRISPINIANO, José. USP parou em repúdio ao assassinato de Herzog. *Revista Adusp*, nº 33, de outubro de 2004, p. 66-67.

<sup>104</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 184.

<sup>105</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 12, datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

“Na Universidade de São Paulo, o movimento estudantil que tem permanecido em estado latente, voltou a agitar a Universidade sob pretexto, agora, das prisões de estudantes por órgãos de segurança. A situação foi agravada pelo suicídio do jornalista Vladimir Herzog, em torno do qual giraram as manifestações. Os alunos em plenário, e em *desobediência consciente* à circular do Ministro da Justiça, resolveram *conceder* prazo às autoridades, para, até o dia 28 de outubro, libertar todos os presos políticos, caso contrário entrariam em greve. Atualmente, 13 cursos da USP têm suas aulas paralisadas. (...) Observa-se, também, um grande movimento de união entre os estudantes, sindicato de jornalistas, clero e políticos do MDB”<sup>106</sup>.

O consenso alcançado entre as lideranças estudantis reunidas na Comissão Universitária permitiu que os estudantes universitários se reaproximassem de outros setores sociais, que se aliaram em defesa de uma luta comum. Os estudantes, o clero católico e o sindicato dos jornalistas decidiram realizar um ato de repúdio pela morte de Vladimir Herzog. Optaram pela realização de um culto ecumênico, na Catedral da Sé. Também apoiaram e participaram da cerimônia líderes de outras religiões. O governo tomou providências para obstruir o acesso da população ao local. No entanto, compareceram a Catedral da Sé cerca oito mil pessoas, a maioria estudantes universitários, que desde a chegada até o encerramento do culto ecumênico mantiveram-se em silêncio<sup>107</sup>. O episódio uniu firmemente as oposições democráticas e se constituiu no mais expressivo ato público de repúdio a ditadura militar.

Terminado o culto ecumênico, as lideranças estudantis da USP tentaram manter a mobilização estudantil para dar continuidade as manifestações de repúdio as prisões políticas. Para isso, organizaram a Semana dos Direitos Humanos, com debates e reuniões onde participaram estudantes, professores, líderes sindicais, religiosos e políticos da oposição<sup>108</sup>. A

---

<sup>106</sup> SNI. *Apreciação Sumaria*, nº: 11/75. AEG/CPDOC.

<sup>107</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 198.

<sup>108</sup> Eventos similares foram organizado pelos militantes estudantis na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Comissão Universitária manteve-se em funcionamento por mais um breve período antes de ser novamente desativada. De acordo com um boletim estudantil:

“Para opor-se ao manobrismo reinante na comissão universitária, formou-se uma frente constituída por diretorias dos Centros Acadêmicos e grupos de alunos, o chamado *Grupo dos 16*, o qual, sem princípios políticos claramente definidos e existindo à base de um frágil denominador comum terminou por desaparecer”<sup>109</sup>.

Após um breve período de funcionamento e uma tentativa frustrada de modificar a sua composição (com a criação do “grupo dos 16”), a Comissão Universitária esvaziou-se, ocasionando o relativo isolamento entre as tendências estudantis e a indefinição dos rumos do movimento estudantil uspiano. As agitações e mobilizações estudantis na USP prosseguiram mais algumas semanas no mês de novembro para em seguida refluírem no período das férias estudantis. Entretanto, o problema da falta de uma direção permanente e estável para o movimento estudantil da USP seria definitivamente solucionado no primeiro semestre de 1976.

### **1.12 O surgimento do DCE-Livre**

Como ficou demonstrada na análise apresentada nos tópicos anteriores, a inércia do movimento estudantil da USP na primeira metade da década de 1970 não era devido à inexistência de lideranças estudantis capacitadas e motivadas para exercerem o papel de vanguarda estudantil, mas o sectarismo entre os vários grupos e organizações políticas que compunham as bases da militância estudantil e que tinham opiniões e idéias diferentes com

---

<sup>109</sup> Boletim estudantil apreendido pelo Dops paulista, intitulado *A importância da reconstrução do DCE*, p. 12; datado de 1976. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

relação ao modo de se proceder a retomada e condução do movimento estudantil. O Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos (CP), o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) e a Comissão Universitária foram tentativas artificiais e precárias em termos organizacionais de acabar com a dispersão e o voluntarismo das atividades e ações estudantis promovidas muitas vezes sob iniciativa direta dos militantes estudantis que controlavam os grêmios e os centros acadêmicos. O funcionamento desses órgãos estava baseado em acordos provisórios entre as lideranças estudantis, que se uniam para enfrentar problemas imediatos e dar conta das necessidades do momento. Por não funcionarem com base em regras estatutárias pré-definidas e uma diretoria ou colegiado legitimados pelo voto direto dos estudantes da Universidade, havia sempre desconfianças por parte das lideranças estudantis.

No contexto das agitações estudantis que tomaram impulso com a greve da ECA seguida do episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog, as tendências estudantis que estavam se constituindo concluíram, porém, que a “crise de direção” era a principal causa que impedia o movimento estudantil uspiano de avançar. A novidade da fase que se inicia logo após a greve da Eca residiu justamente no consenso a que chegaram as tendências estudantis em torno da idéia de criação de um diretório central estudantil livre, ou seja, um DCE totalmente desvinculado do controle da burocracia universitária e cuja escolha da diretoria fosse baseada no voto direto dos estudantes da USP. Inúmeros informes e boletins estudantis deste período, como os citados a seguir, são categóricos na conclusão da necessidade de um órgão estudantil central e representativo do conjunto dos estudantes como condição para que o movimento estudantil da USP pudesse se consolidar e expandir-se.

“A necessidade de união de todos os estudantes em torno de um plano de lutas comuns é colocado para nós a cada momento com maior urgência. Este início de semestre é marcado por uma série de manifestações isoladas, que estão exigindo o posicionamento dos estudantes de toda a USP. O isolamento dessas lutas se deve à falta de entidades representativas livres, mais abrangentes que pudessem centraliza-las (...)”<sup>110</sup>.

“(...) ao lutamos pela defesa dos nossos interesses, caminhamos no sentido da expansão do nosso movimento e da consolidação desta expansão. (...) ficou patente em nossas próprias manifestações a necessidade e reconstrução do Diretório Central dos Estudantes”<sup>111</sup>.

“(...) Muitas lutas de vital importância para os estudantes e para a sociedade extravasam os limites das escolas tomadas isoladamente. E elas só podem ser tomadas como conseqüente e encaminhadas com êxito através de uma entidade que represente o conjunto dos alunos da Universidade. Nessa medida, consideramos legítimo e indispensável o desencadeamento do processo que visa constituir o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP”<sup>112</sup>.

“Analisando a experiência de nossas mobilizações no Campus da USP, quer nas lutas específicas de cada Escola quer nas lutas mais gerais, alguns pontos evidenciam-se neste processo e chama nossa atenção, tais como: o sectarismo das posições fechadas dos grupos em detrimento da necessária unidade dos estudantes frente aos objetivos comuns, falta de uma direção política consistente e assumida com representatividade. O Diretório Central dos Estudantes é uma forma de organização que viabilizará a centralização de nossas lutas e a afirmação de uma direção política”<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> Boletim estudantil intitulado *Pela União das Lutas dos Estudantes*; de autoria do grupo *Construção*, datado de 28 de agosto de 1975. Arquivo DOPS. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1238.

<sup>111</sup> Boletim estudantil intitulado *Plataforma de Lutas*, de autoria do grupo *União*, datado de agosto de 1975. Arquivo DOPS. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1238.

<sup>112</sup> Boletim estudantil intitulado *Pelo DCE: proposta de encaminhamento*, de autoria do grupo de *Estudantes de Ciências Sociais e Filosofia e Centro de Estudos de Química*, datado de outubro de 1975. Arquivo DOPS. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1238.

<sup>113</sup> Boletim estudantil intitulado *Proposta para o Congresso de Encaminhamento do Diretório Central dos Estudantes*, de autoria do grupo *Proposta Representação*, p. 1-2, datado de junho de 1975. Arquivo DOPS. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1238.

“Passados mais de seis anos da destruição do DCE-USP pelo governo militar, colocou-se a necessidade e a possibilidade de sua reconstrução imediata. A exigência de uma entidade em nível da USP, que centralize as lutas é algo que se tornou evidente durante o ano passado, ano de intensas mobilizações, que tiveram como um dos seus aspectos centrais a luta contra a repressão e por nossa liberdade de organização e expressão. A construção do DCE livre significa o aprofundamento dessas lutas (...)”<sup>114</sup>.

Além do consenso em torno da criação de um DCE-Livre, os boletins e panfletos estudantis fazem menção, de modo cada vez mais frequente e explícito, a referências a “democracia” e as “liberdades democráticas”<sup>115</sup>. O tema das liberdades democráticas fará parte dos programas políticos de praticamente todas as tendências estudantis e se converterá na reivindicação central do movimento estudantil em 1977. Depois de vários debates e assembleias, em 26 de março de 1976, no anfiteatro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), foi realizada a Assembleia Universitária que deliberou a formação do DCE-Livre. Na ocasião também foi marcada a data das eleições que definiria a direção da nova entidade, ela ocorreu nos dias 11 e 12 de maio. A maioria dos CAs apoiou a formação do DCE-Livre reconhecendo a nova entidade como instância representativa de todos os estudantes da USP respaldada pelo processo eleitoral que teve como princípio a eleição direta para escolha da primeira e subsequentes diretorias<sup>116</sup>. A finalização do processo de formação das tendências estudantis ocorreu após a estruturação das chapas que disputaram a eleição para compor a primeira diretoria do DCE-Livre da USP. O pleito estudantil foi precedido de

---

<sup>114</sup> Boletim estudantil intitulado *Reconstruir o DCE*, sem referência de autoria e página, datado de abril de 1976. Arquivo DOPS. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>115</sup> Conjunto variado de panfletos, boletins e informes de origem estudantil apreendidos pelo Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pastas nº 1238, 1430 e 1440.

<sup>116</sup> A criação do DCE-Livre e o pleito que elegeu a primeira diretoria foram alvos de críticas do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da USP. Ver *Jornal de Debates*, com a data de 19 a 25 de abril de 1976, título *A eleição não democrática do Diretório da USP*, de autoria do representante estudantil Marco Antonio Tigrão. Jornal apreendido pelo Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pasta: 1237.

uma acirrada campanha. As inúmeras tendências estudantis concorreram organizando chapas integradas por até 10 estudantes. Participaram do pleito: Refazendo, Liberdade e Luta, Caminhando, Alternativa e Organizar a Luta. As plataformas e os programas das tendências estudantis que concorreram ao pleito eram muito semelhantes, pois, abordavam os assuntos relacionados verbas para a Universidade, a luta contra o ensino pago, a defesa da democratização do ensino superior<sup>117</sup> Mas existiam divergências programáticas entre as chapas concorrentes e elas se situavam no plano do encaminhamento das lutas reivindicativas. Conforme explica Julio Turra:

“A grande polêmica na época, era com relação aos caminhos que deveriam ser trilhados para conquistarmos as reivindicações. De um lado estavam aqueles que defendiam a idéia de que deveríamos partir da crítica da Política Educacional do Governo, a chamada PEG, para então chegarmos ao problema da ditadura e formular a crítica ao regime. A outra posição invertia o caminho, isto é, defendia a idéia de que deveríamos partir da crítica da ditadura para depois abordarmos os problemas educacionais. Ou seja, era uma polêmica permanente no movimento estudantil daquela época, em torno da seguinte questão: deveríamos partir do geral, isto é, da crítica da ditadura; para se chegar ao específico, ou seja, as reivindicações educacionais, ou deveríamos partir do específico para chegar ao geral”<sup>118</sup>.

Conforme o previsto, a eleição para escolha da primeira diretoria do DCE-Livre ocorreu nos dias 11 e 12 de maio. Entretanto, depois da eleição as 40 urnas que continham um total de quase 8 mil votos da eleição e que se encontravam guardadas nas dependências da Faculdade de Economia e Administração (FEA) foram roubadas no dia seguinte. O roubo das urnas foi imputado aos agentes do DOPS que agiam na Universidade<sup>119</sup>. O roubo das urnas

---

<sup>117</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.21.

<sup>118</sup> Depoimento de Julio Turra ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>119</sup> *Revista Adusp*, nº. 33, outubro de 2004, p. 70.

obrigou a realização de nova eleição, que foi marcada para o dia 18 e 19 de maio. No intuito de evitar a repetição do roubo das urnas com os votos da nova eleição, os militantes estudantis promoveram a “noite da vigília”. As urnas foram guardadas no prédio da Faculdade de Geografia. Foram programadas uma série de atividades culturais e políticas com a participação de estudantes, intelectuais, jornalistas, artistas, políticos grupos de música e de teatro.

O evento atraiu cerca de 700 estudantes. As atividades tiveram início com a projeção de filmes que traziam um conteúdo de crítica social<sup>120</sup>. Em seguida, foi realizada uma peça de teatro intitulada *Eu sei quem roubou as urnas*, que satirizava a ditadura em seus esforços de conter a reorganização do movimento estudantil. Por último, foi realizada uma rodada de debates entre os representantes das chapas que concorreram ao pleito estudantil para a diretoria do DCE-Livre. Na ocasião os representantes estudantis se pronunciaram a respeito das respectivas cartas-programas e sobre os acontecimentos mais importantes ocorridos no meio estudantil universitário do país<sup>121</sup>.

No dia 20 de maio foram apresentados os resultados da apuração dos votos. O número total de votantes foi de 12.253 alunos. O grupo Refazendo venceu o pleito, com 4.362 votos; em segundo lugar ficou o grupo Liberdade e Luta, com 2.955 votos; em terceiro lugar ficou a Caminhando, com 1.497 votos; a chapa Organizar a Luta obteve 834 votos, enquanto que o grupo Alternativa obteve 246 votos. Votos em branco, 1.777, e nulos, 582<sup>122</sup>. A Refazendo elegeu, portanto, a diretoria do recém criado DCE-Livre da USP. A primeira gestão foi composta pelos seguintes estudantes: Lídia Goldstein, Vinícius Sigionelli, Vera Paiva,

---

<sup>120</sup> Os filmes exibidos foram: *Zebro*, de Osvaldo Candeias, que conta a história de um operário; e *Brancaleone nas Cruzadas*, de Mário Monicelli.

<sup>121</sup> Relatório do Dops, Informe de nº 48, sem data. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

<sup>122</sup> Relatório do DOPS, sem data, intitulado “O Movimento Estudantil”, p. 6. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1194.

Geraldo Siqueira, Maria Terezinha de Figueiredo, Marcelo Garcia, Beatriz Bicudo Tibiriça, Carlos Eduardo Massapera e Paulo Roberto Massoca. Em homenagem ao estudante assassinato pela ditadura, Alexandre Vannuchi Leme, o DCE-Livre da USP recebeu seu nome.

As tendências estudantis que passaram a ter maior influência no movimento estudantil da USP representavam as esquerdas que se opunham à violência revolucionária das organizações de luta armada e a política do PCB. Paradoxalmente, do início ao fim do processo de constituição e afirmação das tendências estudantis, o DOPS paulista e os órgãos de Informação foram incapazes de elaborar sequer um documento oficial desvendando os vínculos entre as tendências estudantis e os grupos, organizações e partidos de esquerda clandestinos.

Todos os relatórios oficiais produzidos pelos Órgãos de Informações padeciam de um surpreendente anacrônismo ao continuarem apontando o PCB como principal liderança política do movimento estudantil uspiano. Os agentes do DOPS paulista, por exemplo, produziram um relatório oficial sobre as atividades estudantis visando à reconstrução do DCE-Livre, que demonstra de forma contundente o quanto as interpretações dos órgãos de informações se afastavam da realidade do movimento estudantil da USP. O PCB já não tinha importância, mas as autoridades encarregadas da vigilância e repressão no meio estudantil universitário continuavam a afirmar que:

“(...) o Movimento Estudantil, dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro, e apoiado por outros setores da esquerda, caminha para sua primeira vitória neste ano de 1976, com a efetivação de assembléias visando à formação do Diretório Central Estudantil da Universidade de São Paulo”<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> Relatório do Dops, sem título, datado de 28 de março de 1976, referência Ordem Política (OP), Pasta nº 1237.

De teor mais emblemático, é o relatório posterior que analisa detalhadamente as atividades estudantis no campus da USP durante o segundo semestre de 1976.

“Ao analisarmos o Movimento Estudantil em 1976, constatamos que a pouco mais de uma semana do reinício das aulas, na Universidade de São Paulo e demais campi, já se podia apreciar o elevado número de panfletos distribuídos, todos eles primando pelo caráter subversivo da campanha sublimar que carreavam, especialmente nos anos anteriores (...), seus redatores passaram a divulgar, pura e simplesmente, a *derrocada do regime capitalista* e a *falência das instituições democráticas burguesas* (...), as publicações distribuídas revelam a obediência de seus responsáveis aos ditames do Partido Comunista Brasileiro, a um comando único, ou ainda, à Central Comunista de Informações, instalada na Universidade de São Paulo”<sup>124</sup>.

Com a formação do DCE-Livre Alexandre Vannuchi Leme, os militantes estudantis da USP deram um passo concreto e significativo para reorganização do movimento estudantil. Depois de anos de esforços, o isolamento entre estudantes e escolas da USP foi rompido e o movimento estudantil alcançou a tão almejada unidade permanente. Legitimado pelo voto direto dos estudantes e por um processo eleitoral livre, o DCE-livre estabilizou a direção do movimento estudantil da USP. Conforme explica Marco Tabet:

“Entre o período que vai do início do segundo semestre de 1975, marcado por intensos debates e assembleias que trataram da questão da criação do DCE-Livre, até a realização da eleição para compor a primeira diretoria, havia ocorrido uma mudança muito importante nas relações entre as tendências estudantis. Houve uma regulação democrática bastante significativa alcançada através do consenso em torno da aceitação de regras mínimas baseada nos princípios democráticos do voto direto dos estudantes e na realização de eleições livres para a seleção das chapas concorrentes aos cargos das organizações estudantis. Outra coisa

---

<sup>124</sup> Relatório do DOPS, sem data, intitulado “O Movimento Estudantil”, p. 5, referência Ordem Política (OP), Pasta nº 1194.

importante foi a difusão de cartas-programas como modo de apresentação dos respectivos posicionamentos políticos e divulgação de propostas”<sup>125</sup>.

Tentativas de criação de diretórios centrais livres já haviam ocorrido em outras universidades públicas do país. Mas os esforços nesta direção acabaram resultando em “rebeliões” das diretorias dos DCEs oficiais, que depois de assumirem a direção pelo voto indireto burlavam os estatutos e adotavam práticas políticas contrárias as normas da legislação em vigor; ou em realizações de eleições diretas para compor a diretoria dos DCEs oficiais em funcionamento<sup>126</sup>. Mas é provável que a criação do DCE-Livre da USP tenha repercutido em outros meios universitários levando militantes estudantis a se mobilizarem para concretizar o mesmo objetivo. Em junho do mesmo ano, por exemplo, lideranças estudantis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contrariaram as normas em vigor realizaram eleições diretas para compor a diretoria dos respectivos diretórios centrais dos estudantes<sup>127</sup>.

A criação do DCE-Livre permitiu a centralização do movimento estudantil uspiano, mas com base nos depoimentos de ex-integrantes da primeira diretoria do DCE-Livre, não havia planejamento de longo prazo no sentido estabelecer prioridades para o movimento estudantil dentro e fora da USP. De acordo com Vera Paiva, que integrou a primeira diretoria que fundou o DCE-Livre Alexandre Vannuchi Leme:

---

<sup>125</sup> Depoimento de Marco Tabet, São Paulo, 2006.

<sup>126</sup> Consultar o Anexo 1, que expõe a relação das ocorrências sobre o movimento estudantil nos anos de 1974, 1975 e 1976.

<sup>127</sup> Idem., junho de 1976.

“Não tínhamos nada em vista. Pretendíamos apenas tocar o DCE. Nem cogitávamos em planejar atividades no sentido de uma articulação nacional do movimento estudantil. As iniciativas e decisões que tomamos decorreram dos acontecimentos que foram surgindo, e desse modo fomos avançando”<sup>128</sup>.

Paralelamente ao avanço progressivo da reorganização do movimento estudantil da USP, patente a partir da criação do DCE-Livre, o ano de 1976 sinalizou a retomada do movimento estudantil em diversas universidades do país. A partir deste ano, o movimento estudantil começou a assumir contornos nacionais. Na ausência de uma organização estudantil de âmbito nacional (ou seja, a UNE) capaz de centralizar as atividades estudantis, as Reuniões e Encontros Nacionais de Estudantes criaram as condições para o estabelecimento de contatos entre universitários de todo o país e também iniciativas consensuais no sentido de unificar as lutas estudantis.

### **1.13 Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs)**

Em meados de 1975, surgiram os Encontros Nacionais a partir da articulação entre estudantes universitários provenientes de uma mesma área de estudo. As Reuniões e os Encontros Nacionais de Estudantes por área não eram considerados ilegais, sobretudo porque derivavam de atividades estudantis direcionadas para discussão e encaminhamento de reivindicações para solucionar problemas de caráter educacionais que afetavam determinados cursos superiores. A Apreciação Sumária do SNI, datada de outubro de 1975, expressou as preocupações das autoridades públicas com as reuniões e encontros nacionais de estudantes, assinalando que:

---

<sup>128</sup> Depoimento de Vera Paiva ao autor, São Paulo, 2006.

“A constante realização de Encontros Nacionais de Estudantes contando com a presença de agitadores políticos e jornalistas contestadores do regime, poderá conduzir os universitários brasileiros a uma escalada de protestos e greves. Admite-se que tem ocorrido para a formação desse clima de agitação a omissão de autoridades universitárias, seja na correção de reais distorções, seja no atendimento e reivindicações às vezes justas, seja finalmente na ausência de medidas punitivas de sua alçada”<sup>129</sup>.

Em sua *Apreciação Sumária* datada de dezembro, o SNI elaborou um novo relatório, desta vez de teor mais analítico, sobre a rearticulação dos estudantes universitários a partir das reuniões e encontros nacionais, ao afirmar que:

“(…) o progressivo fluxo de informações e troca de *experiências* entre as lideranças estudantis dos diversos Estados (...) tem favorecido a criação de uma *unidade de pensamento*, capaz de repercutir, numa fase posterior, em reivindicações comuns por parte de lideranças estudantis de diversas regiões do país”<sup>130</sup>.

De fato, conforme apontou o SNI no relatório acima citado, as reuniões e encontros nacionais de estudantes produziram articulações entre lideranças estudantis que deram, ainda que superficialmente, certa unidade e orientação política ao movimento estudantil em escala nacional. Conforme explica Paulo Kliass:

“Com base em minha experiência de militante do PCB e participante ativo dessas reuniões e encontros nacionais de estudantes creio que é possível afirmar que esses eventos tiveram importância crucial na articulação nacional entre as tendências estudantis. Participei do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA), Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (ENECON), Encontro Nacional dos Estudantes de Medicina (ENEM) entre outros, todos eram oportunidades para que as forças políticas que estavam por trás da organização desses eventos

---

<sup>129</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 08/75. AEG/CPDOC.

<sup>130</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 16/75, AEG/CPDOC.

entrarem em contato com grupos políticos provenientes de outras cidades e Estados. Nos encontros nacionais que congregaram estudantes de todas as áreas essas articulações ampliaram-se. Foi participando dos encontros nacionais que tomei conhecimento das condições da estrutura clandestina do PCB fora da USP. O Partido estava desorganizado e com a maioria da direção no exílio. O que existia nesta época eram agrupamentos de militantes espalhados pelo país, mas isolados uns dos outros”<sup>131</sup>.

Em 1976, paralelamente as reuniões e encontros nacionais de estudantes por área, tiveram início os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) congregando universitários de todo o país. Foi através dos ENEs que o movimento estudantil assumiu contorno nacional. Em 3 de abril foi realizada, nas dependências da Faculdade de Física da USP, a primeira Reunião Nacional dos Estudantes de todo o país, contando com a participação de representantes estudantis de várias universidades e faculdades públicas e privadas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Minas gerais e Bahia<sup>132</sup>. Com base em informações dos agentes policiais, o DOPS paulista elaborou o seguinte relatório sobre o evento:

“Em clima agitado e tenso, demonstrativo da existência de cisões no seio do movimento estudantil, o plenário aprovou as seguintes propostas: realização de uma Semana de Luta pelas Liberdades Democráticas, de 20 a 30 de abril; com manifestações de apoio aos Deputados Federais cassados e aos operários; concretização de Reuniões Nacionais, a 15 de maio em Belo Horizonte, a 29 de maio e a 29 de agosto na USP, e a 30 de novembro em local a ser designado: um Encontro Nacional de Estudantes (...)”<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> Depoimento de Paulo Kliass ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>132</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 16/76. AEG/CPDOC.

<sup>133</sup> Relatório do DOPS, sem data, intitulado “O Movimento Estudantil”, p. 7, referência Ordem Política (OP), Pasta nº 1194. Os Deputados Federais cassados foram Amaury Muller e Nadir Rossetti, ambos do MDB.

Conforme trecho citado do relatório oficial do Dops paulista, a Semana de Lutas pelas Liberdades Democráticas foi a única proposta consensual em termos de reivindicação política, de caráter imediato, a ser adotada pelo movimento estudantil. Pelo menos na USP, o evento foi realizado conforme o previsto. Mas há indicações de que as Semanas de Lutas pelas Liberdades Democráticas foram patrocinadas em diversas outras faculdades e universidades<sup>134</sup>. É importante ressaltar, que tanto nesta Reunião Nacional de Estudantes como nos Encontros Nacionais, as representações estudantis em sua maioria eram provenientes dos centros acadêmicos. Isso ocorreu porque a maioria das universidades públicas não contavam com DCEs como o da USP. Mas, mesmo no caso da USP, nem todos representantes estudantis que fizeram parte das mesas coordenadoras e das deliberações desses eventos pertenciam ao DCE-Livre, alguns pertenciam aos centros acadêmicos sob controle de tendências estudantis mais influentes<sup>135</sup>.

Em 28 de agosto, na Faculdade de Engenharia da USP, campus de São Carlos, as lideranças estudantis concretizaram a realização do Primeiro Encontro Nacional de Estudantes (I ENE). Cerca de 600 estudantes universitários participaram do evento<sup>136</sup>. Foi no âmbito do I ENE “que os estudantes deram os primeiros passos para uma organização nacional”<sup>137</sup>. Pela primeira vez, a mesa coordenadora colocou em pauta a discussão a respeito de um órgão para coordenar o movimento estudantil nacionalmente. De acordo com um relatório elaborado pelo Dops paulista:

---

<sup>134</sup> Ver conjunto das 13 Apreciações Sumárias do SNI elaboradas no ano de 1976. Com relação a documentação do Dops paulista, ver Ordem Política (OP), Pasta 1194. Ver também ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa\_Ômega, 1979, p. 21.

<sup>135</sup> Ver Relatório do DOPS, sem data, intitulado “O Movimento Estudantil”, p. 8, referência Ordem Política (OP), Pasta nº 1194.

<sup>136</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa\_Ômega, 1979, p. 21.

<sup>137</sup> Idem., p. 21.

“Mais uma vez a finalidade precípua desse Encontro não se tornara realidade; a derrota da moção apresentada pela bancada da Universidade Federal Fluminense, com a qual pretendia a formação de um Comitê Central para dirigir o Movimento Estudantil nos moldes da antiga UNE, revelou a existência de graves distorções contrárias às lideranças esquerdistas”<sup>138</sup>.

Tendo em vista que o assunto exigiria mais discussões entre os representantes estudantis, a proposta de criação de uma organização estudantil de escopo nacional (nos moldes da extinta UNE) foi precipitada. Mas a rejeição da proposta no âmbito do I INE não significou o fim do debate em torno dessa questão. Novas discussões a respeito da reorganização do movimento estudantil a partir da criação de uma organização central reaparecerão no II ENE, em outubro. O II ENE foi realizado em 16 de outubro, na Faculdade de Ciências Sociais da USP. O evento reuniu 281 delegados estudantis e mais de 500 estudantes na condição de observadores de 40 escolas de oito Estados (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Brasília, Rio de Janeiro e Pernambuco)<sup>139</sup>. Foram apresentadas três pautas para o debate: Reorganização do Movimento Estudantil; Lutas a Serem Encaminhadas; e Posição dos Estudantes Face às Eleições de 15 de Novembro. Apenas o último item foi objeto de deliberação. O II ENE deliberou pela realização da *Campanha pelo Voto Nulo* nas eleições municipais de 15 de novembro de 1976<sup>140</sup>. A aprovação da proposta decorria da avaliação por parte dos representantes estudantis de que “tanto do MDB quanto a Arena, partidos criados através do AI-2, desenvolvem uma política

---

<sup>138</sup> Relatório do DOPS, sem data, intitulado “O Movimento Estudantil”, p. 8, referência Ordem Política (OP), Pasta nº 1194.

<sup>139</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa\_Ômega, 1979, p. 21.

<sup>140</sup> “Os estudantes explicam o seu voto nulo”. *Jornal da Tarde*, 19 de outubro de 1976, p. 18.

<sup>140</sup> Idem.

<sup>140</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa\_Ômega, 1979, p. 21.

<sup>140</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 45/76. AEG/CPDOC.

<sup>140</sup> “Os estudantes explicam o seu voto nulo”. *Jornal da Tarde*, 19 de outubro de 1976, p. 18.

de sustentação do regime militar”<sup>141</sup>. Foram criadas comissões estudantis em várias universidades para divulgar a *Campanha pelo Voto Nulo*. Paralelamente, decidiu-se pela realização de um plebiscito nacional a ser realizado no meio estudantil universitário, consultando os estudantes com base numa única pergunta: *Você considera estas eleições livres?* As lideranças estudantis comemoraram a vitória do plebiscito apontando que “cerca de 96 por cento dos universitários consultados responderam *não* a pergunta da cédula”<sup>142</sup>. Por outro lado, o SNI assinalou que:

“(…) a anulação do voto no pleito municipal do dia 15 de novembro não surtiu os efeitos pretendidos por seus promotores. No Rio de Janeiro e em São Paulo, ponderável parcela dos estudantes optou pelo apoio a candidatos opositores identificados com suas reivindicações”<sup>143</sup>.

Apesar das controvérsias sobre a importância da realização do plebiscito estudantil e seus resultados, o que deve ser destacado é que, em conjunto, as atividades estudantis ocorridas no transcurso de 1976 deixaram claro que o movimento estudantil avançou consideravelmente. Tanto no âmbito da USP como em outros meios universitários, a reorganização do movimento estudantil sinalizou uma mudança no padrão da repressão política, no sentido de abrandamento das ações policiais ostensivas. Este período coincide com a conjuntura de liberalização política promovida no âmbito do governo do presidente Ernesto Geisel<sup>144</sup>. Nos depoimentos dos militantes e lideranças estudantis que tiveram participação ativa no processo de retomada e reorganização do movimento estudantil da USP, o ano de 1976 aparece como um momento de inflexão do regime militar. Para esses ativistas do movimento estudantil, o

---

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A Volta da UNE, de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa\_Ômega, 1979, p. 21.

<sup>143</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº: 45/76. AEG/CPDOC.

<sup>144</sup> Ver GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

declínio da repressão política é interpretada como uma perda de legitimidade social e apoio político da ditadura militar. Questionado sobre a mesma questão do abrandamento da repressão policial aos estudantes, o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias deu a seguinte explicação:

“Era uma diretriz. Nessa fase nós tratamos [os estudantes] dessa forma para não reacender os ânimos, porque imaginávamos que com esse tratamento não haveria radicalização. Você não ia botar fogo onde você sabe que a chama é difícil de apagar”.<sup>145</sup>.

De fato, enquanto as atividades estudantis se restringiram ao interior das dependências das instituições de ensino superior, a repressão policial contra a reorganização do movimento estudantil retrocedeu significativamente. A repressão policial foi retomada a partir do momento em o movimento estudantil saiu às ruas, realizando passeatas, manifestações e atos públicos.

---

<sup>145</sup> Depoimento de Erasmo Dias ao autor, São Paulo, 2006.

## QUADRO GERAL 1.

**Ocorrências nacionais mais relevantes sobre o Movimento Estudantil entre 1974 a 1979 – de acordo com o Serviço Nacional de Informações (SNI).** Fonte: Apreciações Sumárias do SNI (Arquivo Ernesto Geisel -Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) / FGV:RJ).

Ano ou mês	Cidade ou Estado	Instituição / Ocorrência
1974 março	Belo Horizonte São Paulo São Carlos Porto Alegre Salvador	<p><b>UFMG:</b> Diretório Central Estudantil (DCE) e Diretórios Acadêmicos difundiram periódicos e boletins que criticam a política educacional do governo.</p> <p><b>USP:</b> estudantes da Faculdade de Medicina paralisam suas atividades escolares em protesto contra a indefinição da “categoria de estagiário”. Na Escola de Comunicações e Arte (ECA) foram publicados boletins estudantis contra o diretor da instituição.</p> <p><b>Faculdade de Engenharia de São Carlos:</b> paralisação estudantil em protesto contra o fechamento do restaurante universitário.</p> <p><b>UFRGS:</b> greve dos estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em protesto contra a demissão de quatro professores.</p> <p><b>UFBA:</b> concentração estudantil em frente a Reitoria por reivindicações administrativas.</p>
1974 abril maio	São Paulo	<p><b>USP:</b> os órgãos de segurança desarticulam células de organizações subversivas e prendem vários militantes. O episódio culmina com a criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP).</p>
1974 junho	São Paulo	<p><b>USP:</b> o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP) sediado na Universidade tenta implantar-se em outros Estados.</p> <p>Realização da IV Semana de Estudos de Jornalismo com a presença de estudantes considerados subversivos.</p> <p>Prisão de 3 estudantes acusados de pertencerem ao Setor de Apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN).</p>
1974 agosto setembro	São Paulo	<p><b>USP:</b> intensificação das atividades de distribuição de panfletos e boletins estudantis de caráter contestatórios.</p>
1975 junho	São Paulo Salvador	<p><b>USP:</b> greve estudantil na Escola de Comunicação e Artes (ECA) cuja reivindicação é a saída do diretor da Escola. O episódio gera constantes reuniões e assembléias estudantis.</p> <p><b>UFBA:</b> greve dos estudantes da Faculdade de Medicina</p>
1975 outubro	SP MG RJ	<p><b>USP, UFMG e UFF:</b> protestos e paralisações estudantis em decorrência da morte do jornalista Vladimir Herzog.</p> <p>Em São Paulo, estudantes se unem a políticos da oposição, organizações da sociedade civil e o clero católico progressista e participam do Culto Ecumênico na Catedral da Sé, em memória a Vladimir Herzog.</p> <p>No Rio de Janeiro, cerca de 800 estudantes fizeram uma passeata pela cidade até a Assembléia Legislativa, apresentando reivindicações educacionais e políticas.</p>

1975 outubro novembro	São Paulo Campinas Brasília Rio de Janeiro	<b>USP, UNICAMP, UnB e UFF:</b> agitações estudantis continuam a ocorrer por causa da morte do jornalista Vladimir Herzog.
1975 novembro dezembro	Salvador Rio de Janeiro	<b>UFBA:</b> o DCE e vários centros acadêmicos organizam panfletagem que aborda o problema do “jubilamento”. Assembléia permanente dos alunos do Instituto de Letras mobiliza os estudantes com objetivo de organizar um Encontro Nacional dos Estudantes da respectiva área.  <b>UFF:</b> em decorrência da morte do jornalista Vladimir Herzog, o DCE promove a Semana dos Direitos Humanos. No evento são realizados debates e reuniões abertas ao público em geral.
1976 fevereiro março	São Paulo Salvador	<b>USP:</b> lideranças estudantis aproveitam o início do ano letivo para distribuírem panfletos com objetivo de estimular a participação dos calouros no movimento universitário.  <b>UFBA:</b> o DCE realiza panfletagem com mensagens de protesto político incentivando os calouros a participarem do movimento universitário.
1976 abril	Belo Horizonte Salvador São Paulo São Carlos	<b>UFBA:</b> paralisação das aulas na Faculdade de Economia como reação à suspensão das atividades do Diretório Acadêmico (DA)  <b>UFMG:</b> greve dos alunos do Centro de Estudos Sociais que reivindicam melhores condições de ensino.  <b>USP:</b> realização do Primeiro Encontro Nacional de Estudantes (I ENE) com participação de representações dos Estados de SP, RJ, RS, ES, PR, MG e BA.  <b>USP/São Carlos:</b> realização da Semana de Lutas pelas Liberdades Democráticas.
1976 abril maio	São Paulo RS PE Brasília	<b>USP:</b> criação de um DCE-Livre e eleições diretas para compor a diretoria. Realização da Semana de Lutas pelas Liberdades Democráticas.  <b>Universidade Vale dos Sinos, UFPE e UFF:</b> as novas diretorias dos DCEs se “rebelam” e definem novos objetivos e atividades que são contrárias a Política Educacional do Governo Federal.  <b>UnB:</b> a Reitoria decide suspender as eleições para os Diretórios Universitários (DU). As autoridades universitárias alegaram que as chapas Oficina e Unidade realizaram propaganda eleitoral de caráter subversiva. Foi aberto Inquérito Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades.
1976 junho	Belo Horizonte Porto Alegre	<b>UFMG, UFRGS:</b> contrariando a legislação em vigor, os estudantes realizam eleições diretas para compor as diretorias dos DCEs.
1976 agosto	Brasília São Paulo Campinas	<b>UnB:</b> fim da greve estudantil pela anistia aos estudantes punidos pela Reitoria.  <b>USP:</b> fim das manifestações estudantis contra o aumento do preço das refeições no Restaurante Universitário.  <b>UNICAMP:</b> protesto estudantil contra as condições do Restaurante Universitário.
1976 setembro	São Carlos Belo Horizonte	<b>USP/São Carlos:</b> Realização da segunda Reunião Nacional de Estudantes  Em Belo Horizonte foi realizado o Terceiro Encontro Nacional de Estudantes de Administração (ENEAD) reunindo cerca de 900 participantes.

1976 outubro	São Paulo	<b>USP:</b> realização do Segundo Encontro Nacional de Estudantes (II ENE) que contou com a presença de 900 universitários. Entre as resoluções aprovadas está a recomendação do <i>Voto Nulo</i> nas eleições municipais de 15 de novembro e um plebiscito nacional questionando a opinião pública sobre a legitimidade do processo eleitoral vigente.
1976 novembro	Não consta	DCEs de diversas universidades anunciam o III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE) previsto para ser realizado em São Paulo, em abril.
1977 fevereiro março	SP RJ RGS	Em diversas universidades ocorrem distribuições de panfletos que contestam a política governamental.
1977 abril	SP RJ	Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e Rio de Janeiro: ocorrem manifestações estudantis contra aumento das taxas e anuidades.
1977 maio	São Paulo Porto Alegre Rio de Janeiro Salvador Belo Horizonte	<p>Manifestações estudantis em diversas universidades em protesto contra a prisão de 8 estudantes pertencentes a organização clandestina denominada Liga Operária, que realizava panfletagem na região do ABC paulista, no 1º de maio.</p> <p>Ocorrem concentrações e manifestações estudantis em defesa do <i>Dia Nacional de Luta pela Anistia e Liberdades Democráticas</i>.</p> <p>Reuniões de lideranças estudantis com vistas a organização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), previsto para ser realizado em Belo Horizonte, e como alternativa em São Paulo.</p> <p><b>UnB:</b> em assembléia geral, estudantes decidem entrar em greve em protesto as punições impostas, pela Reitoria, a 16 universitários que participaram das agitações do <i>Dia Nacional de Luta pela Anistia e Liberdades Democráticas</i>.</p>
1977 junho	Belo Horizonte São Paulo Rio de Janeiro Salvador Porto Alegre	<p><b>UFMG:</b> invasão policial da Universidade impede a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE).</p> <p>Em diversas cidades ocorrem manifestações estudantis em protesto a repressão policial ao III ENE e em solidariedade aos estudantes e lideranças estudantis detidas.</p>
1977 julho	São Paulo Brasília Rio de Janeiro Belo Horizonte	<p><b>PUC-SP:</b> o movimento estudantil participa da XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No evento, é criado o Comitê 1º de Maio, que reúne estudantes, intelectuais e políticos, cujas tarefas e objetivos, segundo as autoridades policiais, são eminentemente a contestação ao regime.</p> <p><b>UnB:</b> prossegue a greve estudantil em protesto as sanções disciplinares impostas, pela Reitoria, a 16 estudantes.</p> <p><b>USP, PUC-RJ, UFMG:</b> protestos estudantis contra a prisão de militantes da organização clandestina Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)</p>
1977 agosto	São Paulo	<p>Ocorrência de diversas manifestações e passeatas estudantis em defesa do <i>Dia Nacional de Luta</i>.</p> <p>Lideranças estudantis decidem fazer uma nova tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), em São Paulo, em 21 de setembro.</p>

1977 setembro	São Paulo	<b>USP:</b> fracassada tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE).  <b>PUC-SP:</b> estudantes realizam secretamente o III ENE, e criam a Comissão Pró-UNE que pretende organizar o congresso de refundação da União Nacional dos Estudantes. No Ato Público comemorativo que se seguiu ao evento, a polícia dissolve a manifestação, invade e depreda a Universidade e prende 512 estudantes.
1978 fevereiro março	Salvador	<b>UFBA:</b> em assembléias e reuniões os estudantes decidem participar da campanha pela Anistia, a luta pela ampliação do crédito educativo e a realização do “Dia Nacional do Protesto”, comemorativo aos 10 anos da morte do estudante Edson Luiz.
1978 março	São Paulo Ribeirão Preto São Carlos ABC paulista Salvador.	Pequenas greves e paralisações estudantis ocorrem em diversas universidades públicas e privadas tendo como principal motivo reivindicações educativas.
1978 maio	São Paulo	Realizada eleições estudantis para compor a diretoria da recém criada União Estadual dos Estudantes (UEE-SP). O movimento estudantil paulista previa a participação de 450 mil universitários, mas somente cerca de 35 mil votaram.  <b>USP:</b> a Reitoria afirma não reconhecer a existência legal da UEE-SP.
1978 junho	Salvador	<b>UFBA:</b> estudantes organizam um Congresso Estudantil para discutir o tema da Reforma Universitária.
1978 agosto	Não consta	Ocorrência de pequenas greves estudantis cujas reivindicações estão centradas em problemas do ensino superior.
1978 outubro	São Paulo	<b>USP:</b> realizado o IV Encontro Nacional dos Estudantes (IV ENE). No evento, os estudantes deliberam a realização de um Congresso que tratará da refundação da União Nacional de Estudantes (UNE).
1978 outubro novembro	Rio de Janeiro	<b>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro:</b> estudantes se mobilizam pela criação de um DCE-Livre. Estudantes participam das manifestações da Semana <i>Pró-Anistia e Caminhada pela Democracia</i> .
1978 novembro dezembro	Londrina	<b>Fundação Universidade Estadual de Londrina:</b> por decisão do Reitor da Universidade, o Diretório Central Estudantil (DCE) é extinto. Em protesto, estudantes organizam uma assembléia geral com a participação de jornalistas, políticos do MDB, presidente do Comitê Londrinense de Anistia e Direitos Humanos para debater a situação.
1979 janeiro	Rio de Janeiro Salvador Belo Horizonte Porto Alegre	Após diversas reuniões, lideranças estudantis deliberam para abril e maio a realização do Congresso de refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE)

### 2.0 Ano de 1977: os estudantes saem às ruas

Somente quando o movimento estudantil adquiriu dimensão nacional é que se torna razoavelmente viável estudar mais apropriadamente sua dinâmica geral. Isso ocorre em 1977, ano marco pelas grandes manifestações estudantis ocorridas pelo país. A saída dos estudantes para as ruas representou o auge da retomada do movimento estudantil universitário da década de 1970. A exposição detalhada das manifestações e reivindicações estudantis de 1977 ajuda a compreender a dinâmica geral do movimento estudantil. A primeira manifestação estudantil pública ocorreu em São Paulo no início do primeiro semestre, em 30 de março. Desde o início do ano letivo os estudantes da USP realizaram várias assembléias para discutirem a crise da Universidade devido à escassez de recursos e cortes de verbas para as áreas de ensino e pesquisa.

Na noite de 29 de março, o DCE-Livre coordenou uma assembléia geral deliberando a organização de uma concentração estudantil prevista para ser realizada no início da tarde do dia seguinte nas proximidades da Secretaria de Educação, no largo do Arouche, região central da cidade. Os estudantes da USP receberam apoio de representações estudantis da PUC-SP e de outras escolas superiores particulares. A manifestação teve por objetivo expor publicamente a situação do ensino superior e reivindicar mais verbas e ensino público e gratuito para toda a população<sup>146</sup>. De acordo com Vera Paiva:

---

<sup>146</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Omega, p. 25

“Conseguimos mobilizar os estudantes a partir da discussão do aumento do preço do bandeirão. Naquela ocasião, era patente que havia corrupção no uso do dinheiro gasto para manutenção do bandeirão, e para compensar o desvio de verbas, a administração queria aumentar os preços. Invadimos o bandeirão e servimos refeição gratuitamente para os alunos. Foi à forma que encontramos para mobilizarmos os estudantes. Na assembléia do dia 29 foram apresentadas propostas para que nossa primeira manifestação pública ocorresse no dia 31 de março, data do aniversário do golpe de 1964. Chegamos a um consenso que seria imprudente medirmos forças com a ditadura, optamos então por sair para a rua no dia 30. A reivindicação era o bandeirão e não um protesto contra a ditadura”<sup>147</sup>.

A notícia da agitação no meio estudantil da USP logo chegou ao conhecimento das autoridades públicas do Estado. O governador, Paulo Egydio Martins, emitiu um comunicado considerando a reivindicação justa, mas a manifestação estudantil ilegal<sup>148</sup>. A fim de impedir que os estudantes chegassem ao local da manifestação, o governador encarregou a Secretaria de Segurança Pública de preparar um esquema de policiamento preventivo. Na manhã do dia 30 de março, o secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, mobilizou milhares de policiais militares e dezenas de agentes do Dops. A polícia militar e viária cercou e impediu o trânsito nas ruas próximas ao Arouche e nas imediações da Cidade Universitária, parando e revistando pessoas e veículos<sup>149</sup>. O esquema de policiamento preventivo chamado de “operação-bloqueio” provocou um enorme congestionamento do trânsito<sup>150</sup>. Pela manhã, os estudantes realizaram uma reunião de emergência e concluíram que não conseguiriam realizar a manifestação conforme planejado. Os planos foram mudados. Saíram em passeata da Cidade Universitária até o largo de Pinheiros, distante cerca de dois quilômetros; retornando em seguida à USP<sup>151</sup>.

---

<sup>147</sup> Depoimento de Vera Paiva ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>148</sup> “Desproporção e Imprudência”. *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1977, p. 20.

<sup>149</sup> “Impossível reunir no Arouche”. *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1977, p. 20.

<sup>150</sup> “Bloqueio à passeata paralisa trânsito”. *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1977, p. 21.

<sup>151</sup> “Assembléia decide mudança de local”. *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1977, p. 20.

A passeata foi pacífica e reuniu cerca de dois mil e quinhentos estudantes. Os estudantes partiram da Escola Politécnica e percorreram em silêncio as ruas Alvarenga e depois seguiram pelas avenidas, Vital Brasil, Valdemar Ferreira e Eusébio Matoso até chegarem ao largo de Pinheiros. Durante a passeata foram erguidos faixas e cartazes com os dizeres: “Pelo Ensino Público e Gratuito”, “Mais Verbas para Educação”, “Escolas para Todos” e “Contra aumentos superiores a 35 por cento”<sup>152</sup>. Ao chegarem ao largo de Pinheiros os estudantes se concentraram na Praça e improvisaram um palanque. Discursaram e depois foi lida uma “carta aberta à população”, documento em que os estudantes expuseram os problemas da Universidade<sup>153</sup>. Após a leitura, os estudantes iniciaram a marcha de retorno em direção a Cidade Universitária. Policiais e agentes de segurança, munidos de veículos e helicópteros, observaram do começo ao fim a primeira passeata estudantil.

O único incidente registrado ocorreu no largo do Arouche, com a prisão de treze estudantes<sup>154</sup> que pertenciam a faculdades isoladas, eles não sabiam que a passeata havia sido transferida de local. Os estudantes presos foram encaminhados para o Dops. Lá foram fichados e depois separados individualmente. Cada um deles foi avisado por um delegado para não se envolverem mais em protestos políticos. Os estudantes presos permaneceram no Dops e foram liberados no final da tarde<sup>155</sup>. Antes, porém, a passeata no largo de Pinheiros já tinha terminado. Ao retornarem a Cidade Universitária, os manifestantes se dirigiram para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e fizeram uma nova assembléia deliberando a paralisação das aulas até que os treze estudantes presos fossem libertados.

---

<sup>152</sup> “Passeata reuniu 2.500 estudantes”. *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1977, p. 21.

<sup>153</sup> “Leitura: 20 minutos”. *Folha de S. Paulo*, 31 de março de 1977, sem referência de página.

<sup>154</sup> “No centro, treze estudantes detidos”. *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1977, p. 21. Foram presos: Márcio Maia Vilela, Sérgio Gomes da Silva, Silvana Gomes da Silva, Glauco Zegna, Jale Menezes Zabaglia, Carlos César Pereira, Maurício Barbosa Romeiro Terra, Igor Fuser, Cláudia Maria Costin, Antonio Carlos Bicalho Kehl, Cristina Assis Brasil Moraes, Ilana Marion Ajzeneberg e Mário Roberto Fortunato.

<sup>155</sup> Depoimento de Igor Fuser ao autor. São Paulo, 09 de maio de 2007.

No dia seguinte a passeata, o governador Paulo Egydio propôs um encontro no Palácio dos Bandeirantes com uma comissão de estudantes para discutir o problema das verbas da USP e das anuidades das escolas particulares. Os estudantes, porém, queriam que o encontro fosse realizado na Cidade Universitária<sup>156</sup>. Nenhuma das partes queria ceder. Mas na assembléia da FAU, na qual participaram cerca de 5 mil estudantes, foram escolhidos 22 alunos pertencentes a USP e a PUC-SP para um encontro com o governador<sup>157</sup>. Nas semanas seguintes ocorreram várias audiências para negociação<sup>158</sup>. Havia uma série de divergências entre os representantes estudantis no que se refere às reivindicações educacionais. Conforme explica a integrante do grupo de negociação, a ex-militante estudantil e aluna da PUC-SP, Ciça Guedes:

“Naquela época, eu militava na Libelú. Nossa tendência estudantil era contra a idéia de destinar verbas do Ministério da Educação para as faculdades e universidades particulares, até mesmo para aquelas que funcionavam em regime jurídico diferenciado, como era o caso das Universidades Católicas. Por esse motivo, nas negociações com o governador Paulo Egydio Martins nossa reivindicação (nós enquanto alunos da PUC-SP) era que o governo estadual intercedesse para que as anuidades fossem congeladas. Havíamos organizado um boicote aos pagamentos. Na época era fácil fazer isso, pois o único meio dos alunos pagarem as mensalidades era dirigindo-se diretamente ao guichê da faculdade. Chegamos à sofisticação de recolher os carnes dos alunos, que nos confiavam a guarda para garantir que ninguém pagasse as mensalidades. Houve um nível muito alto de adesão, e creio que isso levou à suspensão dos reajustes anunciados pela Reitoria. A PUC-SP estava fazendo o primeiro movimento de expansão com a construção do prédio novo, e aquele boicote de fato atrapalhou a Universidade. A par das divergências entre as tendências estudantis no que tange a palavra de ordem *mais verbas para a educação*, o protesto contra a alta das

---

<sup>156</sup> “O governador: sete horas de plantão. E os estudantes não apareceram”. *Jornal da Tarde*, 31 de março de 1977, p. 20.

<sup>157</sup> Greve dramatizada. *Veja*, 6 de abril de 1977, p. 75.

<sup>158</sup> Na época, o jornal Diário Popular acompanhou todas as reuniões de negociações.

mensalidades era consensual. Era uma conjuntura que favorecia a revolta dos estudantes contra os aumentos, pois o milagre econômico já havia minguado e a inflação estava voltando”<sup>159</sup>.

Além da USP e da PUC-SP, problemas educacionais envolvendo verbas e condições do ensino superior também foram as principais causas da deflagração de paralisações, greves e protestos estudantis ocorridos no Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e PUC-RJ; em Minas Gerais, na Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e no Rio Grande do Sul, na PUC-RS e Universidade do Vale dos Sinos<sup>160</sup>. Em 9 de março, o SNI elaborou um relatório registrando que:

“Terminado o período de férias, ativistas do *movimento estudantil* intensificaram a distribuição de panfletos, particularmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, em que contestam a política governamental e criticam a *crecente elitização de ensino*, o aumento das anuidades e do preço da alimentação nos restaurantes universitários (sic)”<sup>161</sup>.

Em abril, as agitações estudantis prosseguiram nestes centros urbanos, mas os protestos e reivindicações estudantis não tinham unidade nem coordenação que fossem além do âmbito de cada uma das escolas e instituições de ensino superior mencionadas. Ou seja, ocorreram isoladamente a partir de problemas educacionais específicos de determinadas escolas e universidades. No relatório de 20 de abril, o SNI assinalou que:

---

<sup>159</sup> Depoimento de Ciça Guedes ao autor, maio de 2007.

<sup>160</sup> Para detalhes das manifestações estudantis ocorridas nessas instituições de ensino superior, consultar os seguintes artigos do semanário *Veja*: Um certo inconformismo, 13 de abril de 1977, p. 49-50; Os novos sinais de vida, 20 de abril de 1977, p. 75.

<sup>161</sup> SNI. *Apreciação* Sumária, nº 10, de 9 de março de 1977. AEG/CPDOC.

“As recentes manifestações de universitários ocorridas na USP e nas Universidades Católicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo por motivação o aumento das taxas e anuidades, que consideram exagerados, e a necessidade de maiores recursos para o ensino superior, alcançaram ampla divulgação na imprensa e conseguiram um expressivo índice de mobilização estudantil”<sup>162</sup>.

A única exceção às reivindicações educacionais que motivaram às manifestações estudantis dos meses de março e abril ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde um reduzido número de estudantes, pouco mais de 200, organizou uma manifestação de caráter político, restrito ao campus universitário, para protestar contra a prisão de 16 alunos pela Polícia Federal e a decisão do governo de decretação do fechamento do Congresso Nacional para edição do chamado “Pacote de Abril” <sup>163</sup>. No final de abril, porém, já era patente o refluxo das manifestações dos universitários. O semanário *Veja* publicou um artigo onde expôs as principais razões para o encerramento gradativo dos protestos estudantis, ao salientar que tanto nas instituições de ensino superiores públicas quanto nas particulares as reivindicações estudantis de caráter educacionais haviam sido parcialmente atendidas devido ao empenho das direções universitárias em dialogar com os estudantes e a aceitação do Ministério da Educação em solucionar alguns problemas, principalmente aqueles relacionados com as taxas e anuidades<sup>164</sup>.

---

<sup>162</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 14, de 20 de abril de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>163</sup> Para a passeata, ver o artigo Um certo inconformismo. *Veja*, 13 de abril de 1977, pp. 49-50. Sobre o fechamento do Congresso Nacional e o Pacote de Abril, ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, especialmente as páginas 358 a 366.

<sup>164</sup> A palavra dos reitores. *Veja*, 27 de abril de 1977, p. 66-68.

## 2.1 A UnB

Enquanto na maioria das universidades e escolas superiores os protestos estudantis em defesa de reivindicações educacionais gradualmente cessaram, cedendo lugar às reuniões e assembléias fechadas para preparação do III ENE (marcado para o dia 4 de junho em Belo Horizonte) e de eleições para os DCEs (que na maioria das universidades estavam previstas para serem realizadas nos meses de maio e junho)<sup>165</sup>, na Universidade de Brasília (UnB), porém, a mobilização estudantil prosseguia. Os estudantes da UnB se mostraram insatisfeitos com duas questões de caráter educacional: o jubramento e as taxas impostas pela secretaria para a expedição de documentos.

O jubramento estava previsto nos estatutos das universidades brasileiras e estabelecia uma severa punição ao aluno com baixo rendimento escolar: o afastamento do aluno da universidade. Porém, em nenhuma outra universidade do país, o estatuto do jubramento havia punido tantos estudantes como na UnB. Em seus oito anos de vigência, cerca de 1753 estudantes foram forçados a se desligarem da Universidade. Na lista de jubramento preparada para o ano de 1977 já tinham sido incluídos 378 estudantes<sup>166</sup>. Os estudantes da UnB consideravam o jubramento uma forma de discriminação sócio-econômica que recaía sobre aqueles alunos que não dispunham de tempo integral para se dedicar aos estudos porque precisavam trabalhar para seu sustento. As taxas, por outro lado, foram consideradas táticas para a implantação do ensino pago nas universidades públicas. As reivindicações dos alunos da UnB, entretanto, não encontraram receptividade da direção da Universidade. Na época, a reitoria estava sob a direção do militar da reserva e doutor em Física, o capitão-de-mar-e-

---

<sup>165</sup> Na USP, por exemplo, a eleição para o DCE-Livre ocorreu em 2 de junho. Votaram cerca de 16 mil alunos, de um total de 30 mil. A chapa Refazendo novamente venceu o pleito com uma expressiva votação, mais de 50 % dos quase 15 mil votos válidos.

<sup>166</sup> A palavra dos reitores. *Veja*, 27 de abril de 1977, p. 65.

guerra José Carlos de Almeida Azevedo. Considerado um reitor inflexível e extremamente autoritário, Azevedo não se dispôs a atender nenhuma reivindicação estudantil. Sem solução via negociação através do diálogo, os militantes e lideranças estudantis da UnB prepararam um plebiscito no campus para tratar das duas questões educacionais prementes que incomodavam os alunos.

A crescente insatisfação dos estudantes da UnB e os protestos estudantis dela decorrentes, bem como a reação da reitoria ao se valer de mais punições e emprego da repressão policial, acabaram sendo a causa de freqüentes paralisações das aulas que culminaram com a deflagração de uma greve universitária que se estendeu pelos meses seguintes. As manifestações estudantis presenciadas em agosto por todo o país, foram motivadas, em parte, pelo apoio e solidariedade que estudantes de outros Estados prestaram aos alunos da UnB. Porém, para compreendermos a evolução dos protestos estudantis na UnB e sua influência sobre a dinâmica geral do movimento estudantil é imprescindível nos voltarmos para os acontecimentos dos meses de maio e junho.

## **2.2 Os protestos de maio**

As manifestações estudantis em defesa de reivindicações de caráter educacional, que irromperam de forma isolada em algumas universidades situadas nas grandes capitais, nos meses de março e abril, pareciam indicar que o movimento estudantil ainda não tinha condições de se projetar em escala nacional mobilizando os estudantes em torno de causas ou lutas reivindicatórias em comum, principalmente lutas de caráter político. A principal razão dessa condição de debilidade era a deficiência organizacional do movimento diante do processo, ainda embrionário, de constituição e fortalecimento dos diretórios centrais estudantis; para não falar da ausência de organizações estudantis mais amplas de âmbito

estadual. Neste quadro, é compreensível o fato de que o declínio das manifestações estudantis geradas pelas carências materiais da universidade, bastante evidentes no final de abril, tenha tirado momentaneamente o meio estudantil universitário do foco de atenção do governo e do noticiário da imprensa<sup>167</sup>. Não obstante, um fato isolado, relacionado com a prisão de um pequeno grupo de militantes (estudantes e operários) de uma inexpressiva organização clandestina de esquerda, foi suficiente para gerar uma seqüência de grandes manifestações estudantis que alcançaram amplitude nacional.

Na madrugada da véspera do feriado de 1 de maio, os órgãos de segurança foram alertados por uma denúncia telefônica anônima que levou ao cerco e detenção de três jovens estudantes-operários que estavam a bordo de um veículo transportando panfletos que serviriam para convocar os trabalhadores para manifestações de protesto no dia do Trabalho. Foram presos Celso Giovanetti Brambilla, José Maria de Almeida e Márcia Basseto Paes. A prisão dos três levou a detenção de mais cinco jovens: Ademir Mariani, Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fátima Dwek e Cláudio Lúcio Gravina<sup>168</sup>. Os oito jovens eram estudantes universitários pertencentes a USP, PUC-SP e Universidade Federal de São Carlos, sendo que quatro também trabalhavam como metalúrgicos em fábricas de automóveis da região do ABC paulista. Todos militavam na organização clandestina Liga Operária<sup>169</sup>. A prisão e a incomunicabilidade dos oito estudantes foi o estopim deflagrador de protestos estudantis na capital paulista, depois pelo interior do Estado até se alastrarem pelo país. Na

---

<sup>167</sup> Na Apreciação Sumária do SNI, nº 16, que abrange o período de 25 de abril a 1 de maio, não há referências ao meio universitário e ao movimento estudantil. O extenso artigo publicado no semanário *Veja*, de 27 de abril, pp. 66-68, analisou as atividades do movimento estudantil em 7 universidades e apontou como a principal causa do refluxo e encerramento das manifestações estudantis a habilidade dos reitores em dialogar e negociar com os estudantes. Os alunos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, entraram em greve dia 19 de abril e mantiveram o movimento grevista, cuja reivindicação era o afastamento da diretora Maria Helena Abreu, apontada pelos estudantes como a principal responsável pelas deficiências materiais dos cursos.

<sup>168</sup> Arquivo do Dops. Referência: Série Dossiês: Pasta nº 50-Z-O-15381.

<sup>169</sup> Para detalhes da operação policial que levou a prisão dos 8 estudantes-operários, ver “Oito estudantes presos. Distribuíam panfletos”. *Jornal da Tarde*, 04 de maio de 1977, p. 15.

primeira semana de maio, assembléias, greves e protestos estudantis começaram a agitar o meio universitário da capital e interior paulista. Na capital, os DCEs da USP e da PUC-SP foram os principais organizadores da mais expressiva manifestação estudantil pública da década, com a realização de uma grande passeata ocorrida no dia 5, na qual participaram cerca de 10 mil estudantes provenientes de diversas universidades do Estado<sup>170</sup>.

Quando começou a agitação no meio estudantil paulista, as passeatas públicas foram proibidas pelo governo, mas as reuniões e concentrações estudantis foram toleradas desde que ocorressem nos limites das escolas e faculdades ou no campus universitário. Como estratégia, os estudantes marcavam concentrações estudantis em faculdades e escolas que se encontravam fora dos campi e nas proximidades do centro da cidade, para em seguida marchar em passeata pelas ruas. A Faculdade de Direito da USP, situada no Largo São Francisco, se prestou a esse propósito<sup>171</sup>. A decisão sobre a primeira grande passeata estudantil de maio foi um evento marcante. Em 4 de maio, um Ato Público realizado a noite nas dependências da PUC-SP, sob a coordenação dos DCEs livres da USP e da PUC-SP; reuniu representações estudantis de inúmeras universidades e faculdades particulares da Grande São Paulo, além de representantes da Associação de Professores da PUC; Frente Nacional do Trabalho; Movimento de Oposição Aberto dos Professores; políticos do MDB (pertencentes ao grupo dos autênticos); Movimento de Oposição do Sindicato dos Jornalistas e dos Bancários; Comissão Metropolitana dos Estudantes e Movimento Feminista Pela Anistia<sup>172</sup>. Da articulação entre esses setores sociais e políticos surgiu o Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia, entidade que passou a se encarregar da unificação da luta pela libertação

---

<sup>170</sup> “Passeata reúne 10 mil estudantes em São Paulo”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 1977, 19.

<sup>171</sup> “Concentração não foi vetada; passeata será impedida”. *Folha de S. Paulo*, 05 de maio de 1977, p. 21.

<sup>172</sup> Os políticos do MDB que participaram foram os deputados estaduais Alberto Goldman e Wanderley Macris, e o vereador Benedito Cintra. Também compareceu Terezinha Zerbini, na época, presidente do Movimento Feminino pela Anistia.

dos presos políticos e pela anistia geral<sup>173</sup>. Cerca de 4 mil pessoas, na maioria estudantes, participaram do evento, que abordou os seguintes temas: liberdades democráticas; fim das torturas; da repressão e das leis de exceção; libertação dos presos políticos; anistia aos banidos e exilados; pela revogação do AI-5<sup>174</sup>. No fim do Ato, os estudantes realizaram uma assembléia para deliberar os preparativos finais da passeata que ocorreria no dia seguinte.

Tradicionalmente considerado um “território livre” pelo governo e pelos estudantes paulistas, partiu do Largo São Francisco a primeira grande passeata de maio. Cerca de 3 mil estudantes se concentraram em frente a Faculdade de Direito. Em seguida, lideranças estudantis fizeram breves discursos e colocaram em votação a realização da passeata que pretendia chegar até a Praça da República<sup>175</sup>. Nos limites do viaduto do Chá, a passeata já contava com 10 mil estudantes. Os manifestantes portaram inúmeros cartazes e faixas, sendo que a principal tinha a seguinte mensagem de protesto: “Anistia aos presos políticos – pelas liberdades democráticas”. As palavras de ordem proferidas exigiam o “fim das torturas e perseguições políticas, libertação imediata dos estudantes presos e anistia ampla e irrestrita”<sup>176</sup>. Um forte esquema policial impediu, porém, os estudantes de prosseguirem com a manifestação. Pela primeira vez em nove anos, os estudantes entraram em confronto direto com a polícia, que reagiu e conteve os manifestantes<sup>177</sup>. Apesar dos policiais conterem a manifestação, os estudantes conseguiram distribuir mais de 30 mil panfletos que resumiam as razões do protesto e as reivindicações estudantis. Chamada de “Carta Aberta à População”, o documento de caráter político continha os seguintes dizeres:

---

<sup>173</sup> Documento do Dops intitulado “Comitê 1º de Maio”. Referência: AESP - Ordem Política (OP), Pasta nº 0717.

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> “Meio-dia, reunião no Largo”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 1977, p. 21.

<sup>176</sup> Novas figuras na política, *Veja*, 11 de maio de 1977, pp. 20-26. Este artigo é a mais extensa e detalhada reportagem sobre a manifestação estudantil.

<sup>177</sup> “Gás lacrimogêneo força recuo”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 1977, p. 21; e “O cel. Erasmo comanda a ação”. *Folha de S. Paulo*, 06 de maio de 1977, p. 20.

“Hoje, consente quem cala: Basta às prisões; Basta de violência. Não mais aceitamos mortes como as de Wladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e Alexandre Vanucchi Leme. Não aceitamos que as autoridades maltratem e mutilam nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis como Manuel da Conceição. Hoje, viemos às ruas para exigir a imediata libertação dos nossos companheiros operários – Celso Brambilla, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida e Ademir Marini – e os estudantes – Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Júlio Gravina – presos sob a alegação de subversão. Hoje, neste país, são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos, todos aqueles que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, a alta do custo de vida, as péssimas condições de vida e trabalho. Todos aqueles que protestam contra as contínuas violências policiais. Subversivos enfim, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população. Hoje, não mais suportamos as correntes. Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de manifestação, expressão e organização de todos os setores oprimidos da população. Queremos falar com os que nos oprimem. E entendemos que a melhor maneira de falarmos e de lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através dos sindicatos e entidades livres de nossas organizações independentes. Na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo os estudantes criaram as suas entidades livres (DCEs Livres). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas, que impedem a nossa liberdade de manifestação e organização. Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos. É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: Fim às torturas, prisões e perseguições políticas; Libertação imediata dos companheiros presos; Anistia Ampla e Irrestrita a todos os presos, banidos e exilados; Pelas liberdades democráticas”<sup>178</sup>.

---

<sup>178</sup> “Carta Aberta a População”. *Folha de S. Paulo*, 06 de maio de 1977, p. 21.

Em várias cidades do interior paulista também ocorreram manifestações. Em Ribeirão Preto, cerca de 3 mil estudantes organizaram uma concentração, fizeram discursos e distribuíram cópias da “carta aberta à população” e depois saíram em passeata pelas ruas do centro da cidade. Em Campinas, pouco mais de 3 mil estudantes se reuniram no largo do Rosário, centro da cidade, e distribuíram 20 mil exemplares da carta aberta. Em São Carlos, cerca de 5 mil estudantes realizaram uma passeata semelhante<sup>179</sup>. Em nenhuma dessas manifestações houve interferência policial. Em seu primeiro relatório de maio, o SNI elaborou o seguinte informe sobre a situação no meio estudantil paulista:

“No último dia 5, estudantes de diversas universidades, particularmente em São Paulo, voltaram à paralisação das aulas e à realização de concentrações sob o pretexto de libertar oito estudantes (...) presos quando divulgavam panfletos de exaltação ao *1 de maio do trabalhador*, que entendiam devesse ser comemorado sem a presença de autoridades governamentais e com a participação dos que se opõem ao *regime de exceção* e defendem os interesses dos setores oprimidos e explorados. Contidas as manifestações estudantis, até agora, nos limites dos campi universitários, e agindo as autoridades federais e estaduais com prudência e moderação, as concentrações têm transcorrido de forma pacífica, embora centradas em temas especificamente políticos. Os dados disponíveis indicam que os ativistas no meio estudantil, orientados e apoiados por comunistas e radicais do partido oposicionista, continuarão pressionando os estudantes no sentido da realização de *atos públicos* contra a ditadura e em favor da anistia geral e liberdades dos presos políticos. (...) para impedir que essas concentrações evoluam para níveis indesejáveis, ensejando, inclusive, o surgimento de *mártires*, torna-se importante a neutralização dos líderes e das minorias organizadas e o esclarecimento da opinião pública”<sup>180</sup>.

---

<sup>179</sup> Novas figuras na política, *Veja*, 11 de maio de 1977, pp. 25-26.

<sup>180</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 17, de 11 de maio de 1977. AEG/CPDOC.

Enquanto transcorriam as manifestações estudantis na capital e interior paulista, estudantes universitários de outros Estados começaram a preparar manifestações de solidariedade e apoio. Em Belo Horizonte, primeiramente os alunos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e depois do Instituto de Ciências Exatas da UFMG decretaram greve. No Rio de Janeiro, os estudantes da PUC-RJ e do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, em greve desde abril; expressaram o apoio às manifestações dos estudantes paulistas. Em Salvador, estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia paralisaram as aulas e entraram em greve. Em Curitiba, um forte esquema policial tentou impedir que os estudantes da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Católica realizassem uma assembléia geral metropolitana para protestar contra a prisão dos oito estudantes-operários paulistas. Por fim, em Brasília, os estudantes da UnB, com suas aulas parcialmente paralisadas e constantes protestos, realizaram duas assembléias gerais onde foram debatidos os temas abordados nas manifestações estudantis ocorridas pelo país<sup>181</sup>.

### **2.3 O Dia Nacional de Luta**

Na terceira semana de maio iniciaram-se as articulações nacionais entre as lideranças estudantis com vistas a dar unidade às reivindicações políticas do movimento universitário e também discutir formas de manter e ampliar a mobilização estudantil<sup>182</sup>. Em Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza, foram realizadas várias assembléias estaduais com a presença de representações estudantis de importantes universidades e faculdades locais. Enquanto que as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro serviram de sedes para a realização

---

<sup>181</sup> Estudantes: novas figuras na política, *Veja*, 11 de maio de 1977, pp. 26.

<sup>182</sup> “Reuniões fixarão a greve nacional”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de maio de 1977, p. 22.

de assembléias gerais que contaram com a participação de representações estudantis de outros Estados<sup>183</sup>.

Os militantes e lideranças estudantis chegaram a um consenso e decidiram decretar o Dia Nacional de Luta, em 19 de maio. Neste dia, pretendiam deflagrar uma greve geral universitária acompanhada de manifestações e atos públicos por todo o país, com a participação de diversos setores da sociedade e políticos<sup>184</sup>. Também foi aprovada a proposta de coleta de assinaturas para um abaixo-assinado, a ser redigido pelo Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia, que seria entregue ao governo. O documento pedia a imediata libertação dos oito estudantes-operários presos no ABC paulista além de exigir “o fim das prisões, torturas e assassinatos”, e reivindicava ainda “o direito a livre organização e liberdade de expressão”<sup>185</sup>.

O governo militar reagiu imediatamente à radicalização do movimento estudantil. Após as primeiras ondas de protestos, o Departamento de Polícia Federal proibiu emissoras de rádio e televisão de divulgarem notícias sobre manifestações estudantis<sup>186</sup>. Após tomar conhecimento do Dia Nacional de Luta, o Ministério da Justiça emitiu um comunicado aos governadores determinando que fossem tomadas rigorosas providências policiais no sentido de impedir quaisquer manifestações coletivas; incluindo concentrações, passeatas e protestos em logradouros públicos<sup>187</sup>. Em seu relatório que abrange o período de 9 a 15 de maio, o SNI elaborou o seguinte informe:

---

<sup>183</sup> “Reuniões fixarão a greve nacional”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de maio de 1977, p. 22.

<sup>184</sup> *Idem*.

<sup>185</sup> *Idem*.

<sup>186</sup> Estudantes: novas figuras na política. *Veja*, 11 de maio de 1977, p. 25.

<sup>187</sup> Estudantes: os riscos da escalada. *Veja*, 18 de maio de 1977, pp. 25-28.

“Prosseguem, sobretudo em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador as reuniões de universitários com vistas ao *ato público* que pretendem realizar no próximo dia 19 de maio, denominado, com pequenas variações, *Dia nacional da luta pela anistia e liberdades democráticas*. O acompanhamento das atividades do movimento estudantil em cada uma dessas cidades indica que há divergência não só quanto aos eventos previstos, mas também no que respeita ao local de realização dos mesmos. (...) A par da intensa distribuição de panfletos convocando os estudantes e o público em geral para o ato público, há um esforço evidente no sentido de envolver os trabalhadores nas atividades programadas, todas elas de cunho essencialmente político. Vale assinalar que as investidas feitas até agora não surtiram o efeito desejado, pois a área trabalhista, como aconteceu em outras oportunidades, se mostra arredia aos apelos recebidos. De qualquer forma, os líderes universitários prosseguem no seu intento (...). No seu trabalho de proselitismo, exploram fatores de ordem econômica e social, emprestando particular ênfase ao aumento do custo de vida e às perspectivas de desemprego”<sup>188</sup>.

Nas vésperas do Dia Nacional de Luta, governadores e autoridades universitárias de um extremo ao outro do país pressionaram os estudantes para cancelar as concentrações e passeatas públicas ou ao menos contê-las nos limites das faculdades e campi universitários<sup>189</sup>. Em São Paulo, local de maior número de universitários e centro irradiador dos maiores protestos de rua, um forte esquema policial, arquitetado pela Secretaria de Segurança Pública, e pelo diretor da Faculdade de Direito da USP, Rui Barbosa Nogueira, impediu os estudantes de usarem as dependências daquela instituição para realização de uma assembléia e concentração estudantil no largo São Francisco<sup>190</sup>. Como alternativa ao bloqueio policial, os estudantes improvisaram um ato público na Faculdade de Medicina da USP, situada fora da Cidade Universitária, no bairro de Pinheiros. Cerca de 10 mil estudantes estiveram presentes.

---

<sup>188</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 18, de 18 de maio de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>189</sup> “General Dilermando diz que II Exército não vai interferir”. *O Globo*, 19 de maio de 1977, p. 12.

<sup>190</sup> “Os estudantes. Decidido: hoje, a manifestação proibida”. *Jornal da Tarde*, 19 de maio de 1977, p. 12.

A Faculdade foi cercada por tropas policiais para impedir a saída dos manifestantes para as ruas<sup>191</sup>.

Falhas de comunicação entre as lideranças estudantis resultaram na ida de estudantes para o largo São Francisco. O largo chegou a abrigar cerca de 3 mil manifestantes. Os manifestantes que se encontravam na Faculdade de Medicina souberam do que estava acontecendo no Largo, e então antes de iniciar o ato público foi realizada uma assembléia colocando em votação duas propostas: uma propunha que todos os estudantes presentes fossem se juntar aos manifestantes sitiados no largo São Francisco; a outra propunha que os manifestantes permanecessem na Faculdade de Medicina. Postas em votação, prevaleceu a segunda proposta. Enquanto transcorria a manifestação na Faculdade de Medicina, os estudantes que se encontravam no largo São Francisco ficaram sitiados e depois foram violentamente reprimidos e perseguidos pela polícia<sup>192</sup>.

A manifestação na Faculdade de Medicina foi marcada pela leitura e distribuição do Manifesto Paulista da Jornada Nacional de Luta Pela Anistia (documento semelhante à carta aberta à população, de 5 de maio) onde os estudantes exigiam a libertação dos oito estudantes-operários presos além de repetir as quatro frases que compunham o repertório das reivindicações políticas: *libertação dos presos, fim das torturas, prisões e perseguições políticas, anistia ampla e irrestrita e liberdades democráticas*<sup>193</sup>. Além de universitários, participaram do evento alguns políticos do MDB, membros do clero católico, representantes dos metalúrgicos, dos bancários e estudantes secundaristas<sup>194</sup>. Os manifestantes aprovaram a realização do segundo Dia Nacional de Luta<sup>195</sup>. As manifestações estudantis de 19 de maio

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Os estudantes, de novo. *Veja*, 25 de maio de 1977, p. 26.

<sup>193</sup> “Os estudantes”. *Jornal da Tarde*, 20 de maio de 1977, p. 19.

<sup>194</sup> “Na USP, concentração na Medicina” *Jornal da Tarde*, 20 de maio de 1977, p. 20.

<sup>195</sup> Idem.

alcançaram abrangência nacional. Porém, a ação das polícias estaduais impediu a saída dos estudantes para as ruas. Com exceção de São Paulo, São Carlos e Salvador, onde houve confrontos envolvendo manifestantes e policiais<sup>196</sup>, no restante do país não foram registrados incidentes. As maiores concentrações estudantis foram presenciadas no Rio de Janeiro (cerca de 4 mil manifestantes se reuniram no campus da PUC-RJ); em Brasília (cerca de 2 mil estudantes organizaram uma concentração e passeata interna na UnB); em Porto Alegre (cerca de mil e quinhentos manifestantes se reuniram na UFRGS); em Belo Horizonte (mais de mil manifestantes se reuniram na UFMG, e cerca de 2 mil em Juiz de Fora); e Manaus (cerca de 500 manifestantes se reuniram na Universidade Federal do Amazonas)<sup>197</sup>. Em seu primeiro relatório elaborado após as manifestações estudantis de 19 de maio, o SNI elaborou o seguinte parecer sobre o Dia Nacional de Luta:

“Impedidas as passeatas, as concentrações estudantis do dia 19 último transcorreram sem incidentes de maior gravidade. As lideranças universitárias em cada Estado estão promovendo uma série de reuniões, tendo em vista o exame dos resultados do *Dia Nacional de Luta* e a organização de novos atos públicos, previstos para o dia 15 e 18 de junho. Pretendem ainda realizar, no curto prazo, o *III Encontro Nacional dos Estudantes* para exame das possibilidades de criação de órgãos do movimento estudantil a nível estadual e nacional”<sup>198</sup>.

---

<sup>196</sup> Os estudantes, de novo. *Veja*, 25 de maio de 1977, pp. 28-30. Em São Paulo, as forças policiais empregaram jatos de água, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para dispersar os estudantes que se reuniram no largo São Francisco. Em São Carlos, cerca de mil estudantes se concentraram numa praça da região central da cidade e depois decidiram seguir em cortejo até o campus Universidade Federal. Porém, 500 policiais que acompanhavam a manifestação reprimiram duramente os estudantes. Em Salvador, cerca de 3 mil estudantes foram reprimidos nas ruas por policiais quando já haviam encerrado a manifestação que fizeram em frente à Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

<sup>197</sup> Os estudantes, de novo. *Veja*, 25 de maio de 1977, pp. 30-31.

<sup>198</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 19, de 25 de maio de 1977. AEG/CPDOC.

Segundo o artigo do semanário *Veja*, somando-se a agitação estudantil em todo o país, “menos de 50 mil universitários participaram das manifestações do dia 19 de maio – ou seja, 5% do vasto contingente de 1 milhão de brasileiros matriculados em cursos superiores”<sup>199</sup>. No final do mês, a onda de manifestações estudantis declinou significativamente. Não obstante, três focos de agitações no meio estudantil continuaram a incomodar o Governo. O principal deles era proveniente do cronograma do movimento estudantil, que previa para a primeira semana de junho a realização do III ENE. O segundo foco de agitação estudantil se referia a UnB, onde os estudantes deflagraram uma greve geral para protestar contra a decisão do reitor Azevedo de punir severamente 16 alunos acusados de liderarem as manifestações do dia 19 de maio ocorridas no campus. O terceiro foco estava ligado à previsão de realização do segundo Dia Nacional de Luta<sup>200</sup>.

## 2.4 O III ENE

Em junho, os centros de irradiação da agitação estudantil se deslocaram para as cidades de Belo Horizonte, Brasília e São Paulo. No dia 4, os estudantes planejaram realizar o III ENE. O local escolhido para o Encontro foi a Faculdade de Medicina da UFMG, em Belo Horizonte. O governo militar foi tolerante com o I e II ENEs, mas reprimiu com violência as tentativas de realização do III ENE temendo que o Encontro deliberasse os preparativos para a recriação da proscrita UNE<sup>201</sup>. De fato, esse era o principal objetivo dos estudantes<sup>202</sup>. Entretanto, para encobrir esse objetivo, as lideranças estudantis veicularam a idéia de que no

---

<sup>199</sup> Os estudantes, de novo. *Veja*, 25 de maio de 1977, p. 27.

<sup>200</sup> Estudantes: longe da trégua. *Veja*, 1 de junho de 1977, p. 23. Para detalhes sobre a manifestação do dia 19 de maio na UnB ver os seguintes artigos: “UnB pode aplicar o 477 para punir responsáveis” e “Para alunos, a crise é do regime”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1977, p. 21.

<sup>201</sup> Encontro, prisões e greves. *Veja*, 8 de junho de 1977, p. 23.

<sup>202</sup> Conjunto de panfletos e boletins estudantis sobre o III ENE apreendidos pelo DOPS paulista. Referência: Ordem Política (OP) - Pastas nº 1439 e 1440.

Encontro seriam debatidas as seguintes propostas: Formas de Organização, Condições de Ensino e Assistência e, por fim, Situação Política do País. Nas assembléias estudantis realizadas ao longo de maio ficou decidido que as escolas, faculdades e universidades poderiam enviar quantos delegados estudantis desejassem, mas o número de votos foi fixado em cinco para cada instituição de ensino superior. Previa-se que cerca de 2 mil representantes estudantis participariam do Encontro em Belo Horizonte<sup>203</sup>. O governo do Estado, porém, sob o comando de Aureliano Chaves, estava disposto a cumprir as determinações das autoridades federais que consideraram ser ilegal o III ENE. Armou-se então um amplo esquema de policiamento preventivo envolvendo outros Estados, com objetivo de fazer com que o fluxo de estudantes com destino a Belo Horizonte fosse contido antes que os delegados estudantis deixassem suas respectivas localidades<sup>204</sup>.

Várias delegações estudantis foram interceptadas antes de chegar a Belo Horizonte, e algumas dezenas de estudantes que chegaram a capital acabaram sendo presos. No total, foram detidas 480 pessoas. Todas foram encaminhadas ao Dops local para serem interrogadas. Os estudantes presos foram classificados em três categorias: *massa*, *membro de entidade* e *membro de entidade e liderança*. Os que se enquadravam nas duas primeiras categorias foram fichados e logo liberados; os demais, cerca de 30 estudantes, permaneceram mais alguns dias detidos. Segundo uma reportagem de *Veja* (edição de 8 de junho de 1977) a ação policial foi considerada um desastre, pois um número significativo de pessoas presas não pôde ser enquadrado em nenhuma das três categorias especificadas. Junto com os estudantes foram detidas duas equipes de futebol formadas por funcionários da Petrobrás e 32 alunos da

---

<sup>203</sup> Estudantes: Encontro, prisões, greve. *Veja*, 8 de junho de 1977, p. 23.

<sup>204</sup> *Idem.*, p. 23.

Universidade Federal de Ouro Preto que estavam a bordo de um ônibus fretado em direção a uma expedição científica<sup>205</sup>.

Em Belo Horizonte, tropas combinadas da Polícia Militar, do Dops e da Polícia Metropolitana cercaram a UFMG para bloquear o acesso dos estudantes às dependências da Faculdade de Medicina. Mesmo com todas essas medidas policiais, cerca de 400 estudantes representantes de delegações paulistas, gaúchas, cariocas, baianas, paranaenses e mineiras, conseguiram furar o cerco policial e se reunir na Faculdade de Medicina<sup>206</sup>. Diante da impossibilidade de deixarem o prédio da Faculdade de Medicina, sob ameaça de serem detidas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional, as delegações estudantis ficaram em vigília<sup>207</sup>. Após receberem garantias de que seriam apenas interrogados, os 348 estudantes sitiados se renderam. Ao deixarem o recinto, eles atravessaram um corredor polonês formado por 600 policiais e foram conduzidos ao batalhão da Polícia<sup>208</sup>.

O malogro do III ENE e a repressão policial contra as delegações estudantis ocasionou manifestações de solidariedade e protesto de universitários em São Paulo (estudantes da USP, PUC-SP e dezenas de faculdades paulistas paralisaram suas aulas), em Salvador (estudantes da Universidade Federal da Bahia decretaram greve de dois dias), e no Rio de Janeiro (estudantes da PUC-RJ e de algumas faculdades da UFRJ paralisaram suas aulas)<sup>209</sup>. Após a repressão policial aos estudantes em Belo Horizonte, o SNI elaborou um informe que deixa claro a preocupação do governo com a criação de qualquer organização estudantil de escopo nacional:

---

<sup>205</sup> Estudantes: Encontro, prisões, greve. *Veja*, 8 de junho de 1977, p. 24.

<sup>206</sup> *Idem.*, p. 23.

<sup>207</sup> A paz longe do campus. *Veja*, 15 de junho de 1977, p. 25.

<sup>208</sup> *Idem.*; p. 25.

<sup>209</sup> *Idem.* Em outras cidades, como em Aracajú, Curitiba e Porto Alegre, reduzidos números de estudantes fizeram manifestações discretas. Na UFMG não houve manifestações estudantis porque o reitor, Eduardo Osório Cisalpino, colocou a Universidade em recesso por alguns dias.

“(…) aponta-se como fator de primordial importância, na contenção da agitação estudantil, a necessidade de ajustarem-se procedimentos no meio universitário, de modo a dificultar as articulações em nível nacional. Nesse sentido, as disposições que regulam o funcionamento das entidades estudantis, por mais que possam despertar críticas e ataques, apresentam resultados altamente positivos, variando o tratamento dos problemas, de Universidade para Universidade, segundo maior ou menor grau de sensibilidade e energia dos reitores”<sup>210</sup>.

Em 6 de junho, o SNI elaborou um Relatório reservado ao presidente da República, general Ernesto Geisel, expondo a situação na área estudantil e sugerindo adoção de algumas medidas governamentais. Interessa-nos aqui, reproduzir parte deste Informe:

“Medidas a serem tomadas – O problema é delicado. Por um lado, temos a necessidade de evitar a proliferação de protesto estudantil pela utilização de medidas de violência. Por outro lado, há necessidade de ação pronta e eficaz, para que o exemplo do que acontecer em determinados lugares não sirva de estímulo para a generalização das manifestações. Alguns princípios parecem básicos e devem orientar a ação do Governo na presente situação: 1) Há necessidade de uniformidade de ação. Nas recentes manifestações estudantis, o que se viu foi à ação disciplinar, até moderada, do reitor da Universidade de Brasília e a omissão dos demais reitores. Em conseqüência, a ação dos agitadores se concentrou contra aquele reitor. 2) Ação coordenada, serena e segura das autoridades encarregadas da segurança e as ligadas ao problema estudantil, em todos os centros onde houver tentativa de agitação. Os líderes agitadores deverão ser punidos. O direito de comparecer às aulas deverá ser assegurado. O uso da Força Policial deverá ser medida extrema, mas utilizado, sem hesitação, quando necessário. 3) Estímulo às lideranças democráticas. É preciso não esquecer que a melhor forma para se opor aos estudantes comunistas, é pela ação dos próprios estudantes. O exemplo da ação dos estudantes democratas em Porto Alegre e Curitiba é bem significativo: nos últimos acontecimentos foram eles que praticamente neutralizaram a ação dos subversivos. 4) O Dispositivo de Segurança Interna, previsto nas

---

<sup>210</sup> SNI, *Apreciação Sumária*, nº 21, de 8 de junho de 1977. AEG/CPDOC.

diretrizes em vigor, já está alertado. Todos os órgãos de segurança estão acompanhando a situação e prontos a agir, mas só tomarão qualquer iniciativa mediante ordem da Presidência da República”<sup>211</sup>.

Embora o governo temesse a radicalização do movimento estudantil face à previsão de ocorrência de um maior número de manifestações estudantis por todo o país, isso não aconteceu. Os protestos estudantis motivados pela repressão policial ao III ENE refluíram rapidamente. A situação estudantil na UnB passou a ser o principal foco de atenção do Governo Federal, mas levou dois meses para agravar-se e provocar reflexos no movimento estudantil. As punições impostas pelo reitor da UnB aos 16 alunos tiveram como consequência a decretação de uma greve geral estudantil<sup>212</sup>.

Decretada em 31 de maio, a greve paralisou completamente a UnB<sup>213</sup>. O reitor Azevedo tentou esvaziar o movimento grevista de dois modos. Primeiramente prometeu rever as punições. Em seguida, decretou recesso na Universidade (entre os dias 6 a 8 de junho). Ambas as medidas fracassaram. Com a continuidade da greve, cerca de 3 mil policiais da tropa de choque da Polícia Militar cercaram a UnB. No dia 6, após a realização de uma nova assembléia geral que votou pela continuidade da greve, a UnB foi invadida por tropas policiais<sup>214</sup>. No campus, 300 policiais à paisana passaram a vigiar os estudantes. A

---

<sup>211</sup> *Informação para o Sr. Presidente: Agitação na Área Estudantil*, documento avulso datado de 6 de junho de 1977. Fonte: SNI. AEG/CPDOC.

<sup>212</sup> Dois deles foram suspensos por 29 dias, três por dez dias e onze por três dias. Entre os alunos punidos, estavam o ex-presidente do Diretório Universitário, Rocine Castelo de Carvalho, e o atual presidente Flávio Alberto Botelho.

<sup>213</sup> Encontro, prisões e greve. *Veja*, 8 de junho, p. 24. O artigo enfatiza que nem o reitor nem os grevistas queriam ceder. Os estudantes grevistas, porém, tinham ao seu favor uma vantagem tática, pois como as suspensões aos 16 alunos tinham data marcada para acabar, a greve não se estenderia indefinidamente, afastando, desse modo, o esvaziamento da paralisação. Após dois dias de greve, o reitor Azevedo sinalizou com a possibilidade de rever as punições desde que os grevistas retornassem as aulas. A proposta não foi aceita pela liderança do movimento grevista.

<sup>214</sup> Professores, funcionários, alunos e repórteres foram presos. No mesmo dia, Rosalyn Carter, esposa do presidente norte-americano Jimmy Carter, encontrava-se em Brasília, em visita oficial. Durante a cerimônia de recepção, alunos da UnB conseguiram entregar a sra. Rosalyn uma carta-aberta na qual comunicaram os motivos do movimento grevista e a violência policial contra os estudantes. Esse episódio deixou influentes autoridades militares e governamentais furiosas.

continuidade do movimento grevista levou as forças policiais a efetuarem mais prisões. A repressão policial, por sua vez, desencadeou sucessivas ondas de protestos estudantis levando a reitoria a responder com mais punições contra os manifestantes<sup>215</sup>. Abalada por freqüentes protestos estudantis e ações policiais repressivas, a situação na UnB evoluiu para uma grave crise política<sup>216</sup>. Autoridades do Governo Federal e parlamentares se mobilizaram para conter a radicalização de alguns setores das forças armadas que tentaram se valer da situação na UnB como pretexto para alterar os rumos da política de liberalização do regime. A permanente repressão policial contra os estudantes da UnB gerou protestos e manifestações de solidariedade e apoio de vários setores sociais, mas foi somente em meados do mês de agosto que o episódio teve ressonância no movimento estudantil.

## **2.5 O segundo Dia Nacional de Luta**

Em vários Estados o movimento estudantil tentou cumprir o calendário de manifestações públicas programadas para o mês de junho. No dia 15, estava previsto para ocorrer o segundo Dia Nacional de Luta, ocasião para os estudantes retornarem as ruas em defesa da anistia e protestar contra a repressão política. Por todo o país, comitês 1º de Maio pela Anistia, formados por estudantes universitários e representantes de outros segmentos sociais, se encarregaram da organização das manifestações regionais<sup>217</sup>. As vésperas do segundo Dia Nacional de Luta, porém, importantes núcleos do movimento estudantil, tais como Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, resolveram de última hora substituir as

---

<sup>215</sup> Esse assunto será retomado nos tópicos seguintes.

<sup>216</sup> Para detalhes da crise política, ver GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, especialmente as páginas 420-29. Logo no início da greve, uma comissão parlamentar formada pelos senadores Magalhães Pinto, Itamar Franco e Roberto Saturnino tentaram, sem sucesso, intermediar as negociações entre os estudantes e o reitor Azevedo. Outras tentativas de intermediação do conflito também fracassaram.

<sup>217</sup> Estudantes. As incertezas da trégua. *Veja*, 22 de junho de 1977, p. 22.

prometidas manifestações de rua por concentrações estudantis dentro das universidades. Somente os estudantes paulistas e cariocas realizaram passeatas. No Rio de Janeiro, os estudantes da Universidade Federal Fluminense planejaram se concentrar em frente ao Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa. Mas o presidente da Assembléia, deputado Cláudio Moacir, do MDB, retirou o prometido apoio aos manifestantes. Os estudantes acabaram se concentrando nas imediações da Assembléia Legislativa e saíram em passeata pela Rua São José em direção a movimentada Avenida Rio Branco, centro da cidade. Cerca de 500 manifestantes distribuíram cópias de um documento que explicava as razões do protesto estudantil. Ao se aproximarem do cruzamento com a Avenida Almirante Barroso, porém, os manifestantes foram surpreendidos pela polícia e se dispersaram e a passeata chegou ao fim<sup>218</sup>.

Em São Paulo, estudantes da capital, liderados pelo Comitê 1º de Maio Pela Anistia e DCEs-Livres da USP e PUC-SP, tinham planejado realizar um ato público na praça Fernando Costa, localizada nas proximidades do Parque Dom Pedro II, região central da cidade. Para impedir a manifestação o governo do Estado mobilizou 32 mil policiais militares. Sob o comando do secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, os policiais se muniram de cães pastores, caminhões com jatos de água, carros blindados e uma variedade de artefatos, como bombas de gás lacrimogêneo, spray pimenta e *flash-light* (equipamento luminoso capaz de provocar cegueira momentânea). Os estudantes paulistas tinham desenvolvido, porém, diversas estratégias para burlar a repressão policial. Conforme explica Wilson Ribeiro dos Santos Junior:

---

<sup>218</sup> Estudantes. As incertezas da trégua. *Veja*, 22 de junho de 1977, p. 23.

“Fomos aperfeiçoando as técnicas da logística das manifestações. Os militantes estudantis colaboraram dentro de suas respectivas áreas de estudo. Os estudantes da FAU, por exemplo, se encarregavam de organizar o trajeto das passeatas, elaborando mapas das ruas e observando as conexões que poderiam servir de pontos de fuga e dispersão para os manifestantes escaparem de numa eventual perseguição policial. Os estudantes da ECA se encarregavam das comunicações. Eles tinham contatos com jornalistas e isso facilitava a obtenção de informações sobre os esquemas gerais de policiamento e sobre a localização e movimentação das tropas policiais. Contávamos com duas centrais de comunicação, que na maioria das vezes ficavam sediadas estrategicamente na região central da cidade: uma na Faculdade de Medicina da USP e outra na Avenida Paulista. Por meio delas, ficávamos sabendo de prisões de estudantes e rapidamente repassávamos a informação para as lideranças do movimento estudantil e para imprensa”<sup>219</sup>.

As autoridades públicas paulistas acreditavam que conseguiriam impedir a ocorrência de qualquer manifestação estudantil nas ruas da cidade. A polícia parecia ter tudo sob controle. Porém, inesperadamente, grupos de estudantes, até então camuflados nas filas dos ônibus e misturados à multidão de populares, se juntaram formando um aglomerado de mil e quinhentos manifestantes que rapidamente saíram em passeata pela Rua 25 de Março, conduzindo a bandeira nacional e uma faixa com os dizeres *Abaixo a Repressão*<sup>220</sup>. Os manifestantes conseguiram avançar até a avenida Senador Queirós, gritando palavras de ordem contra a carestia e a repressão policial, cantando o Hino nacional e o Hino da Independência. Alguns manifestantes atiraram ao chão, inúmeros frascos de vidro contendo amoníaco, substância conhecida como um dos raros antídotos contra o gás lacrimogêneo. Os policiais perseguiram os manifestantes e promoveram as primeiras prisões. Dispersados por bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes, os manifestantes se espalharam pelas ruas do centro

---

<sup>219</sup> Depoimento de Wilson Ribeiro dos Santos Junior ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>220</sup> Estudantes. As incertezas da trégua. *Veja*, 22 de junho de 1977, p. 23.

da cidade para, em seguida, tornarem a se juntar (formando agrupamentos de cem, trezentos e até quinhentos estudantes) e novamente sair em passeatas pela Praça do Correio, o vale do Anhangabaú, o lardo do Paissandu, as avenidas Rio Branco e São João, o viaduto Santa Ifigênia e vários outros logradouros<sup>221</sup>.

O momento de maior tensão ocorreu quando os manifestantes se dirigiram para o largo São Francisco e se concentraram em frente à Faculdade de Direito. Cerca de 2 mil estudantes hastearam a bandeira brasileira, cantaram o Hino Nacional e leram uma carta aberta à população, além de ouvirem discursos de alguns oradores que subiram na tribuna. O coronel Erasmo Dias chegou ao local e posicionou as tropas policiais. Ele concedeu um prazo para que os manifestantes deixassem o local, mas decorridos metade do tempo ordenou que a polícia avançasse sobre os estudantes. Jatos de água e gás lacrimogêneo forçaram a entrada dos estudantes para o interior da Faculdade. O coronel ameaçou invadir a escola caso os estudantes não se retirassem. A manifestação chegou ao fim com a intervenção do diretor da Faculdade, Ruy Barbosa Nogueira, que negociou com o coronel Erasmo Dias a saída pacífica dos estudantes. Além das violências físicas contra repórteres e manifestantes, os policiais prenderam 91 pessoas. A maioria dos manifestantes detidos eram estudantes, junto com eles foram presos onze artistas<sup>222</sup>.

O segundo Dia Nacional de Luta não atingiu as dimensões numéricas do primeiro. O SNI não dedicou atenção alguma as manifestações do dia 15 de junho. A imprensa, por outro lado, não explorou detalhadamente as razões que ocasionaram o refluxo da mobilização estudantil no âmbito nacional. Mas um artigo de *Veja* apontou que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as passeatas poderiam ter sido mais bem-sucedidas caso não tivessem ocorrido defecções dos supostos aliados externos do movimento estudantil e divergências entre as

---

<sup>221</sup> Estudantes. As incertezas da trégua. *Veja*, 22 de junho de 1977, p. 23.

<sup>222</sup> *Idem.*, p. 24.

lideranças estudantis<sup>223</sup>. Somado ao malogro do segundo Dia Nacional de Luta, o adiamento do III ENE (inicialmente previsto para o dia 21, mas adiado para o segundo semestre) e a proximidade das férias de julho, foram fatores que provocaram um novo refluxo do movimento estudantil.

## **2.6 Reivindicações educacionais versus reivindicações políticas**

A mobilização dos estudantes universitários e a condução do movimento estudantil por parte dos militantes e lideranças estudantis foram concebidas pelas autoridades públicas como obra da ação de “minorias politicamente organizadas”. Sob o prisma governamental, os militantes e lideranças estudantis sempre agiam visando o interesse dos grupos políticos aos quais pertenciam. A influência majoritária dos grupos políticos de esquerda junto ao meio estudantil universitário servia de justificativa para explicar, de modo bastante simplista; que o descontentamento e mobilização dos estudantes eram fomentados pela da ação das lideranças estudantis radicais interessadas em manipular o movimento estudantil para consecução de seus objetivos políticos. Qualquer protesto estudantil orientado para crítica das políticas governamentais era considerado invariavelmente o produto da atividade subversiva dos grupos políticos de esquerda.

Mas havia uma diferença fundamental na maneira como o governo avaliava as agitações no meio estudantil universitário motivadas especificamente por questões educacionais, por um lado, e por questões políticas, por outro. De modo geral, reivindicações estudantis de caráter educacionais são consideradas justas, enquanto que reivindicações de

---

<sup>223</sup> Idem., p. 22 e 24. No caso do Rio de Janeiro, o artigo se referia basicamente a falta do prometido apoio dos deputados estaduais do MDB carioca a passeata estudantil. Em São Paulo, a manifestação pública foi aprovada por uma diferença de 49 votos, numa assembléia que reuniu cerca de mil estudantes.

natureza política são concebidas como ilegítimas<sup>224</sup>. O Governo e os órgãos de imprensa mais influentes compartilhavam da idéia de que o movimento estudantil deveria se importar única e exclusivamente com os problemas acadêmicos, ou seja, com questões educacionais. Por conta disso, quando os protestos estudantis de cunho político eclodiram, o movimento estudantil foi alvo de muitas críticas.

No auge dos protestos estudantis de maio, uma alta fonte do Governo Federal argumentou: “Há uma faixa, uma só que trate de reivindicações estudantis? Alguém está pedindo verbas para pesquisa, melhores professores? Não. Agora já são outras motivações, outros interesses. As manifestações foram contaminadas pela subversão (...)”<sup>225</sup>. Seguindo a mesma linha de argumentação, o ministro da Educação, Ney Braga foi enfático ao afirmar que “todos os estudantes, alertados sobre a real natureza dos acontecimentos, estarão certamente atentos para evitar que suas legítimas aspirações sejam desvirtuadas”<sup>226</sup>. O procurador geral da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa, declarou que “o país ouve vozes dissonantes e minoritárias de sua mocidade estudantil, partidas de indivíduos inconseqüentes que procuram perturbar a paz social”<sup>227</sup>. Críticas mais elaboradas foram publicadas nos editoriais e artigos dos jornais de grande circulação. Em sua edição de 7 de maio, O Estado de S. Paulo explicou que:

---

<sup>224</sup> As Apreciações Sumárias do SNI e os Relatórios do Dops são fontes indispensáveis para qualquer pesquisa sobre o assunto. Declarações oficiais do governo publicadas pela imprensa constituem outra fonte de pesquisa. Quando estourou a greve da ECA, por exemplo, o governador do Estado, Paulo Egydio Martins, o secretário de segurança Pública, coronel Erasmo Dias, e o reitor da USP, Orlando Marques de Paiva; deram declarações afirmando que o movimento grevista não tinha caráter subversivo. O mesmo ocorreu com as paralisações e greves presenciadas em outras escolas e universidades no primeiro e segundo semestre de 1975. A este respeito, ver os artigos publicados no semanário *Veja*: Estudantes, sensatos limites, 28 de maio de 1975, p. 25; 60 dias de crise, 18 de junho de 1975. O mesmo ocorreu com as manifestações estudantis presenciadas em março e abril de 1977. A este respeito, ver os artigos publicados no semanário *Veja*: Um certo inconformismo, 13 de abril de 1977, p. 49-50; Os novos sinais de vida, 20 de abril de 1977, pp. 75; A palavra dos reitores, 27 de abril de 1977, p. 66-68.

<sup>225</sup> Estudantes: o risco da escalada. *Veja*, 18 de maio de 1977, p. 26.

<sup>226</sup> Estudantes: novas figuras na política. *Veja*, 11 de maio de 1977, p. 26.

<sup>227</sup> Estudantes. Longe da trégua. *Veja*, 1 de junho de 1977, p. 23.

“(...) o movimento estudantil reorganizou-se. Não existe uma nova UNE, mas comissões regionais e municipais que, embora não permanentes, estão reunindo condições para transmitir e fazer cumprir diretrizes, assim como para organizar assembléias e concentrações. A facilidade de comunicações, surgidas de algum tempo pra cá, permitiu a realização de encontros nacionais de estudantes que, cada vez mais assumem caráter político. Negar que haja presença extremista na movimentação seria tolice. O grave, porém, é que se tenha criado condições para essa movimentação (...)”<sup>228</sup>.

Em sua edição de 19 de maio, o editorial do mesmo órgão de imprensa foi mais contundente, ao afirmar que:

“(...) é lastimável que a grande massa dos estudantes se tenha deixado levar, no ardor da disputa, pelas palavras de ordem política que acabaram por empolgar seu movimento. Quando se comparam os *slogans* das primeiras manifestações com os que, hoje, inspiram o processo, não se pode deixar de registrar sua profunda transformação. A defesa de justas causas estudantis cedeu lugar à idéia política do confronto, e aquilo que parecia ser defensável desejo de melhorar as condições pedagógicas e da vida universitária demonstrou face inteiramente distinta, perdendo os problemas do ensino seus traços característicos. Essa transmutação do caráter do movimento estudantil previsível desde o início e apressada pela decisão governamental de proibir as passeatas, coloca os estudantes de fato preocupados com a solução dos problemas existentes na área universitária diante de um problema: não dar apoio aos que os convocaram para esse estranho *dia nacional de luta*, preservando assim, a inteireza das reivindicações estudantis, ou marchar com eles em definição política clara”<sup>229</sup>.

---

<sup>228</sup> “Estudantes”. *O Estado de S. Paulo*, 07 de maio de 1977, p. 20.

<sup>229</sup> “Nunca é tarde para aprender”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1977, p. 2.

O Jornal do Brasil também publicou vários editoriais e artigos do gênero, indagando sobre a relação entre as reivindicações políticas do movimento estudantil e sua suposta vinculação com os interesses dos grupos políticos subversivos. Em 7 de maio, por exemplo, o Jornal publicou a seguinte análise da Carta Aberta a População:

“(...) o conteúdo político da carta aberta dos universitários paulistas ambiciona repercussão nacional. O documento não tem a mais remota origem nos problemas da universidade brasileira, cujas deficiências em todo o país dariam densa substância nacional a reivindicações de melhoria do nosso ensino superior por parte dos seus maiores interessados. Salta aos olhos de qualquer leigo, na leitura do manifesto, um aspecto que faz do documento uma espécie de apostila de agitação social. (...) O Brasil não está em condições de absorver testes de alta-tensão subversiva como esse, de comando oculto que utiliza os universitários de São Paulo e que tem o objetivo de desencadear a solidariedade violenta em todo o país (...) Não podem os estudantes se deixar levar como simples massa de manobra”<sup>230</sup>.

Em outro editorial, publicado em 10 de maio, o Jornal enfatizou que:

“O processo de agitação estudantil subitamente desencadeado em diversos pontos do território nacional constitui um teste. Teste à ingenuidade natural, à ignorância política e à inexperiência social dos estudantes. (...) Teste à inteligência e à firmeza das autoridades acadêmicas ou das que sejam chamadas a suprir suas pusilanimidades ou cumplicidades. As reivindicações apresentadas, os apelos à solidariedade do clero e do operariado, a perturbação do trabalho nas principais cidades do país nada têm a ver com a universidade e seus graves e reais problemas. Que os estudantes tenham o bom senso e a inteligência de compreender que estão sendo covardemente manejados para serviço de causa estranha aos seus problemas”<sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> “Carta Aberta”. *Jornal da Tarde*, 07 de maio de 1977, sem referência de página.

<sup>231</sup> “Lucidez e Coragem”. *Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1977, sem referência de página.

Mesmo os editoriais e artigos de teor moderado não deixaram de confinar os estudantes universitários e o movimento estudantil aos problemas do ensino superior. Porém, quando não dirigem serradas críticas as reivindicações políticas, os órgãos de imprensa especulam sobre a extensão e prováveis causas da influência subversiva no movimento estudantil. Num editorial deste tipo, o *Jornal da Tarde* expôs a tese de que:

“(...) quando os estudantes são tratados sem violência indiscriminada e progressiva, o movimento estudantil responde política e civilizadamente, como convém aos que, afinal, têm apenas fome e sede de participação democrática e que, quando muito, são desviados de seus objetivos por radicais e subversivos. (...) As autoridades governamentais deveriam refletir e agir, não no sentido de criar a espiral de violência que houve em 68, quando uma parcela dessa geração marginalizada entregou-se à sedução da solução de força e o desespero, que não conduziu a nada; mas deveriam agir, isto sim, no sentido de criar as condições para que essa juventude não seja mais conquistada por subversivos e para que tenha canais de manifestação dos seus anseios”<sup>232</sup>.

Em dois artigos, o jornal *Folha de S. Paulo* considerou que o movimento estudantil tinha se desvirtuado devido à imprudência e o radicalismo das lideranças estudantis:

“Parece iminente que um conjunto de medidas virá reafirmar, nos próximos dias, a autoridade que membros do Governo vêem posta em causa pelo movimento estudantil. A apontada ação de elementos radicais na coordenação e a imprudência de certas atitudes (...), acionaram o mecanismo repressivo (...). É de esperar que as lideranças estudantis tenham o necessário e indispensável descortino para se aperceberem de que, a partir de um certo ponto do seu processo de reivindicação, os temas começam a assumir uma conformação mais contundente. Daí para a frente, a mobilização em torno de seus objetivos corre o risco de, por um lado, servir de massa crítica para a consecução de metas que escapam à sua esfera de ação e conhecimentos; e de outro, vir a somar-se aos demais

---

<sup>232</sup> “Uma lição de maturidade dada pelos mais jovens”. *Jornal da Tarde*, 09 de maio de 1977, p.16.

dados da situação política nacional (...) produzindo resultados cuja amplitude e profundidade é de difícil previsão”<sup>233</sup>.

Da mesma forma:

“(...) o confronto direto que estudantes pretendem impor aos agentes policiais, ao insistir em fazer manifestações de rua clara e reiteradamente proibidas, não pode ter outro resultado senão o de desgastá-los e desprestigiá-los. (...) Os estudantes, pelo menos em São Paulo, haviam, depois de longos anos, conquistado um espaço físico e político para externar suas reivindicações no interior dos campi acadêmicos. (...) No lugar de consolidá-las e dela tirar os numerosos frutos que ainda lhes poderiam fornecer, os estudantes precipitadamente, passaram a substituí-las por proibidas manifestações de rua, correndo o risco de pô-la a perder”<sup>234</sup>.

Argumentos semelhantes aos publicados nos artigos precedentes também foram expostos em O Estado de S. Paulo:

“Em qualquer setor da vida nacional há possibilidade e crescente probabilidade de infiltração de elementos comunistas, trotskistas, marxista-leninistas, maoístas, fidelistas, guevaristas e igual presença ativa de liberal-democratas condenados ao ostracismo (...). E não se ignora, infelizmente, que, sob a instabilidade e indefinição vigentes, a qualquer momento a divisão latente pode explodir em conflito e em violência. Há dez dias atrás louvávamos nestas colunas a inteligência na ação que tinha assegurado, na passeata partida da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a preservação do prestígio da autoridade, junto com a ordem pública e a liberdade de expressão e de reunião que a Carta Magna continua enumerando entre os direitos do cidadão brasileiro (...) Agora constatamos que a atitude aparentemente sábia de dias atrás era recuo tático, para uma reavaliação das operações e resultados. (...) entre slogans que só

---

<sup>233</sup> “O Aríete e o Dispositivo”. *Folha de S. Paulo*, 08 de junho de 1977, sem referência de página.

<sup>234</sup> “Jogo Perigoso”. *Folha de S. Paulo*, 25 de agosto de 1977, sem referência de página.

emudecem, por motivos opostos, na plenitude democrática ou nas trevas de uma ditadura, surgiram outros, mais agressivos (...)"<sup>235</sup>.

Com base na exposição do conjunto de editoriais pode-se afirmar que os mais importantes e influentes órgãos de imprensa se interessaram, basicamente, em formular críticas aos rumos do movimento estudantil universitário, deixando de lado qualquer preocupação com a dinâmica interna do movimento, em particular com questões relacionadas com as divergências políticas entre as lideranças estudantis e a participação do estudantado. A exceção a essa regra pode ser aplicada às reportagens publicadas por *Veja*. Os artigos de *Veja* têm a vantagem de apresentar alguns dados empíricos sobre o movimento estudantil, e com base neles fazer algumas análises mais objetivas.

Em sua edição de 11 de maio, por exemplo, o semanário publicou uma extensa reportagem apontando o despreparo e inexperiência da atual geração de lideranças estudantis paulistas nas negociações com as autoridades públicas e na condução dos protestos de rua. *Veja* argumenta que as reivindicações estudantis continham uma série de temas políticos abrangentes demais, a ponto de serem incompreensíveis para a população em geral e para a maioria dos universitários que poderiam fornecer maior apoio ao movimento, avalia o artigo<sup>236</sup>. Prosseguindo nesta questão, em 15 de junho, num artigo mais consistente, *Veja* apresenta uma análise mais objetiva das possibilidades de expansão do movimento estudantil, ao observar que:

---

<sup>235</sup> “Os confinados à radicalização”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 1977, p.21.

<sup>236</sup> Estudantes: novas figuras na política. *Veja*, 11 de maio de 1977, p. 24.

“(...) proliferam indícios de que na maioria dos Estados os jovens líderes vêm perdendo o controle do movimento para inexperientes alunos dos primeiros anos das faculdades, de presença hegemônica nas assembleias gerais. As principais universidades é verdade, já possuem correntes com programas mais definidos, como ocorre na USP. Mas só agora começam a surgir afinidades políticas interestaduais, ainda assim restritas aos grupos formados pelos mais ativos militantes. (...) poderosas entidades estudantis do passado, que poderiam compensar a ausência de lideranças individuais, foram varridas pelas severas normas baixadas pelo governo em 1969 (...). Algumas entidades têm exibido certo poderio, como os DCEs livres que surgiram nos últimos meses, nos moldes do DCE-Livre Alexandre Vannuchi Leme, da USP. De nenhuma forma, entretanto, as siglas de agora revelam o mesmo poder de arregimentação exibido até poucos anos atrás por órgãos hoje proscritos, como as UEEs e, principalmente a UNE”<sup>237</sup>.

Em sua edição de 18 de maio, *Veja* afirmou que o movimento estudantil padecia de enorme fragilidade devido ao processo, ainda em curso, de reconstrução das organizações estudantis representativas; mas principalmente em razão do posicionamento *vanguardista* das lideranças estudantis que nas assembleias discutiam e aprovavam decisões em plenário, excluindo, portanto, a massa estudantil do processo decisório<sup>238</sup>. Em 25 de maio, o semanário publicou um extenso artigo com as estimativas sobre o contingente de estudantes universitários que participaram das manifestações estudantis do primeiro Dia Nacional de Luta. Registrou que por todo o país foram mobilizados cerca de 5% (quase 50 mil estudantes) do vasto contingente de 1 milhão de estudantes universitários; considerando, assim, exagerado o alarde do governo<sup>239</sup>. Num breve artigo, publicado na edição de 1 de junho, *Veja* retomou a discussão sobre as possibilidades de radicalização do movimento estudantil, e considerou improvável que as atuais lideranças estudantis conduzissem o movimento na mesma direção

---

<sup>237</sup> A paz longe do campus. *Veja*, 15 de junho de 1977, p. 27.

<sup>238</sup> Estudantes: os riscos da escalada. *Veja*, 18 de maio de 1977, pp. 27-28.

<sup>239</sup> Os estudantes, de novo. *Veja*, 25 de maio de 1977, pp. 26-31.

dos rumos do movimento estudantil da década anterior, em particular, o de 1968. O artigo argumenta que, em comparação com a geração de lideranças estudantis da década passada, a maioria das atuais lideranças estudantis também são adeptas das ideologias de esquerda, mas politicamente moderadas. Também chama a atenção para o fato de que as rivalidades políticas entre as tendências estudantis se traduziam em divergências meramente semânticas. Como exemplo, longas discussões em torno da adoção de palavras de ordem: *abaixo a ditadura* ou *pelas liberdades democráticas?* Ou ainda, *liberdades políticas* ou *liberdades democráticas?*<sup>240</sup>. Com relação a essa última questão, entretanto, é possível afirmar que os artigos publicados por *Veja* são extremamente simplistas porque chegam a anular quase que por completo, as distinções políticas que existiam entre as tendências estudantis. Certamente, isso se deve ao fato de que, nesta fase da retomada do movimento estudantil universitário, na maioria das universidades as tendências estudantis se encontravam ainda em processo de constituição. Esta situação se traduzia numa falta de definições programáticas.

Em São Paulo, ao contrário, a consolidação das tendências estudantis se refletia no dinamismo do movimento estudantil paulista. No tocante a USP, onde no início de junho ocorreram eleições estudantis para compor a direção do mais influente DCE-livre do país, os debates e programas políticos das mais influentes tendências estudantis, Refazendo, Liberdade e Luta e Caminhando, eram mais consistentes. As tendências partilhavam da tese de que a ditadura militar atravessava uma fase de crescente e irreversível perda de legitimidade política e social, evidenciada pela insatisfação de numerosos setores da população com relação ao governo. Avaliaram que, dos setores sociais que se encontrava em oposição ao regime ditatorial, o movimento estudantil era o mais organizado. Rejeitavam também a idéia de organizarem manifestações estudantis de rua para enfrentar a polícia.

---

<sup>240</sup> Estudantes. Longe da trégua. *Veja*, 1 de junho de 1977, p. 23.

Com relação às divergências políticas mais acentuadas contrapunham as tendências Refazendo e Liberdade e Luta. A Refazendo avaliava que os estudantes não tinham condições de conduzir a luta contra a ditadura, em razão das deficiências organizacionais do movimento estudantil. Dentro desta perspectiva, o movimento estudantil estava na *defensiva* travando uma luta de *resistência*. A prioridade deveria ser dada então, a consolidação dos espaços políticos conquistados nos últimos anos, por meio do fortalecimento das organizações estudantis existentes e da articulação com outros setores e segmentos sociais, tais como a Igreja Católica e o MDB<sup>241</sup>. Por outro lado, a Liberdade e Luta relutava em corroborar as teses e análises do grupo político concorrente. O grupo apontava a ausência de repressão policial violenta contra as manifestações estudantis como uma evidência de que a debilidade do regime é bem maior do que supunham as outras tendências. Por conta disso, defendia a tese de que o movimento estudantil estava na *ofensiva* e que, conseqüentemente, tenderia a crescer com a adesão de outros setores sociais caso o governo decidisse usar a força policial de forma violenta contra os estudantes<sup>242</sup>.

Uma questão a ser colocada se refere à existência ou não de divergências políticas fora do campo das tendências estudantis de esquerda. Um raro artigo publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, em sua edição de 18 de maio, reproduziu na íntegra, um manifesto de lideranças estudantis gaúchas. O documento foi elaborado pelo Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) do Rio Grande do Sul, único órgão de representação estudantil a funcionar de acordo com as normas oficiais criadas pelo governo militar. Congregando 55 Diretórios Acadêmicos do Estado, o DEE-RS emitiu manifesto criticando os protestos estudantis do primeiro Dia Nacional de Luta e a condução esquerdista do movimento estudantil:

---

<sup>241</sup> Os estudantes, de novo. *Veja*, 25 de maio de 1977, p. 29.

<sup>242</sup> *Idem.*; p. 29.

“(…) não podemos, como legítimos representantes da maioria universitária gaúcha, nos omitir ante a atual situação, sob pena de consentirmos que a opinião pública continue iludida por uma minoria ativista, que, escondida por trás de simpáticas reivindicações de liberdades democráticas, preparam este País para um regime ditatorial de esquerda que daí pode advir. Os meios de comunicação têm dado ênfase as concentrações, passeatas e manifestações de universitários dos principais centros do País, como sendo uma parcela da comunidade a se levantar contra o atual estado de coisas. E esta ênfase dada, é de certa forma exagerada. Determinados setores bem específicos da imprensa, olham com lentes de aumento tais concentrações. Em Porto Alegre, por exemplo, 80 ou 100 estudantes de uma população universitária que chega a 45 mil membros, multiplicam-se por milagre (...). Tais fatos passam despercebidos junto à opinião pública que, assim é enganada, não chegando a ter um conhecimento real de que por este Brasil afora, existem milhares de universitários preocupados em reivindicar com coerência no sentido de melhorar a situação vigente. Em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, por contatos que temos mantido com autênticos líderes estudantis, vemos confirmada esta constatação. (...) procuramos mostrar nossa idéias sobre o que efetivamente seja a democracia, a liberdade e tantos outros temas que movimentos de esquerda vêem levantando como bandeira. Isto para que não venhamos a ser chamados de reacionários, fascistas e outras denominações afins, tão bem manipuladas por marxistas infiltrados, de forma já profissional, no meio estudantil. Ou seja, como falar em liberdades democráticas e direitos humanos quando estes elementos se omitem em buscar está verdadeira democracia? Lutamos e devemos continuar lutando pela real democracia”<sup>243</sup>.

## 2.7 A retomada do movimento estudantil

Conforme previsto pelo governo, durante o período das férias de julho as atividades do movimento estudantil diminuíram sensivelmente. De imediato, a preocupação do Governo Federal era com a situação na UnB e a realização da 29º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Prevista para ser realizada na segunda semana

---

<sup>243</sup> “Distribuído ontem documento contra as manifestações”. *Folha de S. Paulo*, 18 de maio de 1977, p. 20.

de julho, em Fortaleza, Ceará; a reunião da SBPC havia sido previamente cancelada pelos organizadores. Os motivos principais foram à falta de apoio e a imposição, por parte do Governo Federal, de inúmeros obstáculos ao evento. Temendo que o evento servisse de palco para a propaganda política oposicionista ditadura, o Governo negou verbas e proibiu o uso das dependências das universidades públicas federais. Num relatório, o SNI resumiu a apreensão governamental:

“Não poucos acusam o Governo Federal de criar, propositadamente, obstáculos intransponíveis à realização do evento, pela preocupação de que a reunião da SBPC em Fortaleza/CE viesse a repetir, em seus aspectos contestatórios, o *happening* de Brasília em 1976. Nesse ano, a Assembléia Geral da SBPC aprovou, por aclamação, moções de caráter político, entre elas a proposta da Associação nacional dos Cientistas Sociais, reivindicando a reintegração dos professores afastados das universidades por motivos políticos, a anistia aos presos políticos e a anulação do Dec-Lei 477/69. (...) as reuniões anuais dessa entidade têm-se caracterizado, ultimamente, pela exploração de assuntos de cunho político-ideológico e de nítida contestação ao Governo e à Revolução (...). Ademais, os dados disponíveis indicam que as lideranças universitárias de esquerda pretendiam valer-se da reunião em Fortaleza para o prosseguimento da agitação estudantil”<sup>244</sup>.

Os organizadores da SBPC tentaram tirar o evento da jurisdição federal, buscando apoio das universidades estaduais. O presidente da SBPC, o físico Oscar Sala, recorreu à USP. Mas o reitor, Orlando Marques de Paiva, negou-se a ajudar<sup>245</sup>. A comunidade científica ficou encurralada. Foi então que o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns resolveu o problema da sede, permitindo o uso das dependências da PUC-SP<sup>246</sup>. A reunião da SBPC foi realizada entre os dias 6 e 13 de julho. O Governo Federal responsabilizou as lideranças

---

<sup>244</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 23, de 22 de junho de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>245</sup> GASPARI. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 421.

<sup>246</sup> *Idem.*; p. 422.

estudantis pela obtenção das verbas e o local necessários para realização da SBPC, acusando-as se tentarem de valer do evento para consecução das atividades do movimento estudantil<sup>247</sup>. Terminada a 29ª Reunião da SBPC, a UnB passou para o centro das atenções do Governo. O reitor Azevedo havia antecipado o recesso escolar (que durou de 22 de junho a 24 de julho). Essa medida não surtiu os efeitos esperados, pois, os estudantes permaneceram mobilizados para dar continuidade à greve no segundo semestre. Em seu primeiro relatório de julho, o SNI previu acertadamente que:

“(...) o caso da UnB poderá servir de pretexto para a retomada das agitações estudantis no segundo semestre, ensejando mesmo, por sua projeção em âmbito nacional, manifestações de solidariedade dos diretórios de outras universidades do País. Neste quadro, crescem de importância o encerramento e solução, o mais breve possível, do Inquérito Administrativo instaurado pelo Reitor”<sup>248</sup>.

Antes de decretar o recesso escolar, o reitor Azevedo havia instituído uma Comissão de Inquérito a fim de apurar as responsabilidades dos alunos envolvidos na organização e liderança do movimento grevista. No dia 18 de julho, com base no relatório da Comissão, Azevedo expulsou 30 estudantes e suspendeu 34, por períodos que variaram de 5 a 90 dias<sup>249</sup>. No dia 25, tropas policiais invadiram novamente a UnB para garantir o reinício das aulas. A repressão policial atingiu estudantes, professores, funcionários e até mesmo repórteres que estavam na Universidade, agravando a crise estudantil. O apoio de parcela dos professores, cerca de 150 dos 730 docentes; juntamente com a criação de uma comissão de pais de alunos,

---

<sup>247</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 27, de 20 de julho de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>248</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 25, de 6 de julho de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>249</sup> “Expulsos 30 estudantes da UnB”. *Folha de São Paulo*, 19 de julho de 1977, sem referência de página. Este artigo reproduziu na íntegra a declaração do reitor Azevedo sobre a decisão tomada.

encorajou a continuidade do movimento grevista<sup>250</sup>. Os estudantes prosseguiram com a greve geral e permaneceram dentro do campus promovendo manifestações de protesto<sup>251</sup>. Em 3 de agosto, uma comissão estudantil composta por 400 estudantes da UnB se concentrou na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a fim de pressionar os parlamentares no sentido de terem suas reivindicações atendidas. As reivindicações estudantis haviam se ampliado, além da revogação das punições impostas pela reitoria ao grupo de estudantes envolvidos em manifestações de protesto e na organização da greve, os estudantes também exigiram anistia aos estudantes que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional além da retirada do policiamento do campus<sup>252</sup>. A crise estudantil na UnB foi o principal fator gerador de uma nova onda de protestos estudantis, presenciadas durante o mês de agosto em várias regiões do país. Somou-se a ela, a prisão, no Rio de Janeiro, de 19 militantes da organização política de esquerda denominada MEP. Em seu primeiro relatório de agosto, o SNI registrou que:

“No Rio de Janeiro, o Comitê 1º de Maio pela Anistia promoveu vários encontros e afixou cartazes nas principais universidades do Grande Rio, convidando os estudantes para uma manifestação de protesto contra a prisão de subversivos integrados na organização clandestina Movimento pela Emancipação do Proletariado – MEP. No Distrito Federal, apesar das medidas adotadas, prossegue sem solução à vista o problema da normalização das atividades escolares da UnB. A frequência às aulas continua bastante reduzida, e os professores, que se dizem constrangidos pela presença de policiais no campus, vêm adotando posições que se identificam, clara ou veladamente, com a atitude de resistência passiva dos alunos contra o Reitor”<sup>253</sup>.

---

<sup>250</sup> Estudantes. Agora em duas frentes. *Veja*, 10 de agosto de 1977, p. 30. Os professores passaram a realizar assembléias para debater a crise na Universidade, e passaram a remeter diversos comunicados a reitoria protestando contra a presença de policiais no campus. Os pais e familiares de alunos, por outro lado, também se mobilizaram e encaminharam um manifesto ao presidente Geisel solicitando a abertura do diálogo com os estudantes.

<sup>251</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 29, de 3 de agosto de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>252</sup> “Estudantes vão ao Congresso”. *Folha de São Paulo*, 04 de agosto de 1977, sem referência de páginas.

<sup>253</sup> *Apreciação Sumária* do SNI, nº 29, de 3 de agosto de 1977. AEG/CPDOC.

## 2.8 As manifestações estudantis no segundo semestre

Partiram da USP as primeiras manifestações de solidariedade aos estudantes da UnB. Na manhã do dia 03, numa assembléia geral, organizada por representações estudantis da USP, PUC-SP, Universidade Mackenzie e Faculdade Casper Líbero, os estudantes aprovaram a proposta de paralisação das aulas. Essa medida foi inócua, pois na USP, bem como na maioria das escolas e universidades particulares, as aulas só tiveram início na segunda semana de agosto. À noite, numa nova assembléia, desta vez contando com a presença de pequenas representações estudantis da UnB, de Florianópolis, do Rio Grande do Sul, Escola Superior de Marketing, Faculdades Integradas Santo Antônio e de outras escolas isoladas, além de uma Comissão de Mães pelos Direitos Humanos, foram apresentadas várias moções de protestos<sup>254</sup>. Ficou decidido que no dia seguinte haveria uma pequena passeata dentro do campus da USP, a fim de promover o *enterro simbólico* do reitor da UnB. Conforme o planejado, os manifestantes (cerca de mil estudantes) conduziram um caixão de madeira pintado de preto, com uma suástica nazista, simbolizando o funeral do reitor Azevedo. Os estudantes saíram do campus e percorreram algumas ruas das imediações, mas logo retornaram. As reivindicações estudantis se concentraram em três pontos principais: a saída dos policiais do campus da UnB, a libertação dos estudantes presos e a demissão do reitor Azevedo. A manifestação foi seguida por policiais à paisana e vigiada a distância por tropas de choque. Não houve confronto entre os policiais e os estudantes<sup>255</sup>.

---

<sup>254</sup> “As moções de anteontem à noite”. *Folha de S. Paulo*, 05 de agosto de 1977, sem referência de página. Os estudantes de medicina de Florianópolis leram um documento em defesa das liberdades democráticas e repudiaram a outorga da medalha de *Pacificador* ao médico legista Harry Shibata, devido ao seu envolvimento com os órgãos de repressão da ditadura. Também foram aclamadas moções pela liberdade do jornalista e escritor, Renato Tapajós, preso recentemente pelo DOPS paulista por ser considerado um subversivo.

<sup>255</sup> Um relato detalhado da manifestação foi publicado no artigo “Estudantes realizam *enterro* de reitor”. *Folha de S. Paulo*, 05 de agosto de 1977, p. 21.

Manifestação semelhante a dos estudantes da USP ocorreu em Belo Horizonte, no dia 11. Cerca de 500 estudantes da UFMG realizaram, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, um julgamento e condenação *simbólicos* do reitor da UnB<sup>256</sup>. À noite, em São Paulo, cerca de 2 mil estudantes se concentraram no largo São Francisco, na Faculdade de Direito. O ato público foi patrocinado pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto com apoio dos DCEs da USP e da PUC-SP, que aproveitaram a oportunidade das comemorações do 60º aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. O evento mais uma vez extrapolou o âmbito do movimento estudantil. Marcaram presenças representantes da sociedade civil, tais como os juristas Dalmo Dallari, Helio Bicudo e Gofredo Silva Teles, além de inúmeros advogados de presos políticos. Deputados Federais, vereadores e políticos do MDB também participaram, com destaque para o presidente nacional do Partido, Ulisses Guimarães. Professores universitários também integraram o evento, bem como representantes estudantis da UnB e de outras universidades<sup>257</sup>.

Uma dezena de faixas especificou as reivindicações dos manifestantes: *Anistia Ampla e Irrestrita; Pelas Liberdades Democráticas; Constituinte Democrática e Soberana; Pela Revogação das Punições na UnB; Fora Tropas e Para os Quartéis os militares*. Terminado o ato público, os estudantes iniciaram uma passeata percorrendo algumas ruas do centro da cidade. No percurso, a manifestação foi recebendo adesão de populares. Os manifestantes receberam aplausos e chuva de papéis picados. Aos gritos, os estudantes entoaram algumas palavras de ordem mais radicais como: *abaixo a ditadura, abaixo a repressão e o povo na rua*

---

<sup>256</sup> “Julgamento simbólico na U. Federal de Minas”. *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 1977, p. 19.

<sup>257</sup> “Estudantes reúnem-se no largo”. *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 1977, p. 15. A presença de agentes policiais nas passeatas tinha por objetivo identificar os líderes das manifestações estudantis. Passados alguns dias, os estudantes acabavam sendo intimados a comparecer a delegacia para prestar depoimentos.

*derruba a ditadura*. Agentes policiais foram deslocados para as ruas, mas se limitaram a observar os manifestantes<sup>258</sup>.

No Rio de Janeiro, a prisão dos 19 militantes do MEP teve maior repercussão. A detenção, incomunicabilidade e torturas sofridas pelos presos na Delegacia de Polícia Política e Social (DPPS) e DOI-CODI carioca provocou protestos da hierarquia da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa<sup>259</sup>. No mesmo dia em que os estudantes paulistas se manifestaram publicamente, as lideranças estudantis cariocas organizaram uma assembléia no pátio da PUC-RJ, que contou com a presença de 800 estudantes, ocasião em que foi deliberada a decretação de uma greve regional prevista para o próximo dia 18. As manifestações estudantis programadas para o dia 18 fariam parte de terceiro Dia Nacional de Luta. As reivindicações se concentrariam em protestos contra as prisões de estudantes do Rio e de Brasília.

No Rio de Janeiro, os estudantes planejaram realizar uma manifestação no campus da UFRJ, na Praia Vermelha, com a queima, em via pública, de instrumentos de tortura e de exemplares da Lei de Segurança Nacional, além do enterro simbólico do reitor da UnB<sup>260</sup>. Porém, na véspera, a manifestação foi transferida para o campus da PUC-RJ. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*: “A mudança de local (...) foi decidida na noite de ontem, durante uma reunião de lideranças. O pouco respaldo e a menor mobilização dos estudantes das escolas da UFRJ (...) determinou a transferência”<sup>261</sup>. As lideranças estudantis cariocas previam que com a mudança haveria maior adesão da massa estudantil. Mas se enganaram, pois, no dia da manifestação apenas 1.500 estudantes marcharam pelo campus da PUC-RJ repetindo os gestos simbólicos de enterro do reitor Azevedo e queima da Lei de Segurança

---

<sup>258</sup> “Passeata, sem interferências dos policiais”. *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>259</sup> Estudantes. Agora em duas frentes. *Veja*, 10 de agosto de 1977, p. 31-32.

<sup>260</sup> “Estudantes do Rio decidiram paralisar as aulas no dia 18”. *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>261</sup> “Ato Público no Rio”. *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 1977, p. 12.

Nacional. Em Porto Alegre, apenas 100 estudantes saíram em passeata pela Avenida Osvaldo Aranha em direção ao centro, gritando *slogans* contra o reitor Azevedo.

Em Belo Horizonte, o cerco policial impediu que os estudantes da UFMG, em greve parcial, saíssem às ruas. Como alternativa, os estudantes repetiram dentro do campus a cerimônia de enforcamento do reitor Azevedo<sup>262</sup>. Em São Paulo, os estudantes planejaram realizar uma concentração no largo São Francisco, mas desistiram da idéia. Na USP, e também em outras universidades paulistas, o que ocorreu foram manifestações e reuniões internas. De acordo com *Veja*, a inexpressiva adesão dos estudantes paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos às manifestações do dia 18 foi um reflexo das divergências entre as lideranças estudantis:

“As manifestações estudantis acabaram mobilizando um número de militantes muito inferior ao das concentrações do primeiro semestre – e deixando uma pergunta: estaria o movimento estudantil, enfim, experimentando um refluxo? A resposta está nas próximas semanas, quando se poderá avaliar até que ponto os estudantes estão cansados das divergências internas detectadas no campus, traduzidas nas ordens e contra-ordens emanadas de sucessivas e desgastantes assembleias. E também, até que ponto resistirá seu mais notório traço de união no movimento, a campanha pela demissão do reitor José Carlos de Almeida Azevedo, da UnB, envolvida numa crise que, em tese, já custou a milhares de alunos, a perda do semestre letivo”<sup>263</sup>.

O SNI avaliou as manifestações estudantis da seguinte forma:

---

<sup>262</sup> Universidade. O 3º estágio. *Veja*, 24 de agosto de 1977, p. 24.

<sup>263</sup> Universidade. O 3º estágio. *Veja*, 24 de agosto de 1977, p. 24.

“As manifestações pronunciadas para o dia 18 de agosto, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre não alcançaram o sucesso esperado pelos ativistas do movimento estudantil, sendo reduzido o comparecimento de universitários aos atos públicos programados. Vale ressaltar a divergência que se verificou em São Paulo, entre a Comissão Executiva Nacional dos DCEs e o Comitê 1º de Maio pela Anistia, quanto à data de realização do Dia Nacional de Luta. Em oposição ao Comitê 1º de Maio, integrado por grupos esquerdistas mais radicais, a Comissão Executiva Nacional dos DCEs, mais bem organizada e contando com maior apoio da massa estudantil, escolheu a data de 23 de agosto para as manifestações de *solidariedade aos companheiros presos no Rio de Janeiro e em Brasília*. Pela movimentação havida durante a semana, São Paulo deverá constituir-se no principal foco de agitação estudantil no dia 23”<sup>264</sup>.

A versão do relatório do SNI está correta, pois, a Comissão Executiva Nacional dos DCEs havia, de fato, se reunido em São Paulo, no dia 15; e escolhido o dia 23 como data mais apropriada para as manifestações do terceiro Dia Nacional de Luta Pelas Liberdades Democráticas. Compareceram à reunião os representantes estudantis de dez DCEs de vários Estados<sup>265</sup>. Na nota convocatória, os estudantes fizeram menção a greve na UnB e as punições e prisões de estudantes e jornalistas no Rio de Janeiro. Na reunião, foram discutidas as formas de manifestação para o dia 23 e a questão da consolidação e avanço do movimento estudantil. De imediato, os estudantes decidiram pela efetivação de uma campanha nacional pela garantia de realização do III ENE, remarcado para o dia 21 de setembro, em São Paulo<sup>266</sup>.

---

<sup>264</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 32, de 24 de agosto de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>265</sup> “Estudantes fixaram novo *Dia Nacional de Luta*”. *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 1977, p. 19. A reunião contou com representantes dos seguintes DCEs: USP, PUC-SP, Universidade Federal de São Carlos, Diretório Universitário da UnB, DCE da UFRGS e PUC-RGS, da PUC- MG, da Universidade Estadual de Londrina-Paraná, da UFBA e UFF.

<sup>266</sup> Idem.

## 2.9 O terceiro Dia Nacional de Luta

Ao se aproximar do dia 23, a previsão era de ocorrência de manifestações estudantis em diversas cidades e também de expectativa otimista com relação à adesão da massa estudantil<sup>267</sup>. Em São Paulo, em particular na USP, a ocorrência de sucessivas assembléias gerais, indicava que os estudantes paulistas estavam dispostos a desafiar a proibição governamental de saírem às ruas<sup>268</sup>. Os estudantes planejaram uma concentração no largo do Paissandu, onde ocorreria um ato público de protesto contra as prisões de estudantes em Brasília e Rio de Janeiro, contra a ocupação policial da UnB, em defesa da revogação das punições impostas aos alunos e a demissão do reitor Azevedo. Para impedir a manifestação dos estudantes paulista, o secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, mobilizou 20 mil policiais militares. As principais ruas do centro da cidade foram bloqueadas com objetivo de impedir o afluxo de manifestantes para o largo. A estratégia dos estudantes foi à formação de uma série de agrupamentos nas ruas e avenidas próximas, que depois deveriam convergir<sup>269</sup>.

As numerosas confluências de manifestantes que se formaram deram corpo a passeatas e comícios *relâmpagos* que serviram de oportunidade para que fossem erguidas faixas e proferidas palavras de ordem de *abaixo a ditadura, abaixo a repressão, o povo nos apóia*; entre outras. Como em outras manifestações, os populares aderiram aos protestos se juntando aos manifestantes e lançando do alto dos prédios chuvas de papel. A polícia entrou em ação e usou bastante violência contra os manifestantes<sup>270</sup>. O centro de São Paulo se transformou numa praça de guerra. A manifestação estudantil e a ação policial duraram cerca de 5 horas. Na época, o coronel Erasmo Dias declarou a imprensa que:

---

<sup>267</sup> “Estudantes marcam para hoje à tarde as manifestações”. *Folha de S. Paulo*, 23 de agosto de 1977, p. 21.

<sup>268</sup> “Estudantes da USP preparam o dia 23”. *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>269</sup> “Em vários locais do centro, estudantes reuniam-se em grupos”. *Folha de S. Paulo*, 24 de agosto de 1977, p. 20.

<sup>270</sup> “Passeatas foram dispersadas com violência”. *Folha de S. Paulo*, 24 de agosto de 1977, p. 20.

“Foi uma luta inglória. Tomamos todas as precauções necessárias para que não houvesse a passeata e, diante da insistência de uma minoria de agitadores, tivemos que reagir a altura. (...) se várias pessoas que não tinham nada que ver com a manifestação apanharam, a culpa não cabe à Polícia. (...) Nós não vamos mudar nada. Eu sei como agir e conheço bem a história: primeiro as manifestações se dizem pacíficas, depois começam as provocações (...)”<sup>271</sup>.

Passados 30 anos das manifestações do dia 23 de agosto, em São Paulo, o coronel Erasmo Dias, hoje com 86 anos de idade, se recordou do episódio enfatizando que:

“Sempre procurei me adiantar, chegando com os policiais nos locais das manifestações antes dos estudantes. Agindo assim, consegui abortar várias passeatas e concentrações estudantis aqui na capital. Mas dessa vez, eles conseguiram me tapear. Confesso que fiquei assustado embora sempre deixasse transparecer o contrário. Para dispersar a massa, a multidão, tem duas coisas muito boas: uma delas é a água, que esfria a cabeça; a outra é o gás lacrimogêneo, que faz chorar. Era isso que eu usava para conter os estudantes”<sup>272</sup>.

O grau de violência policial contra as manifestações na capital ultrapassou várias vezes o comentário sarcástico do coronel. No terceiro Dia Nacional de Luta, por exemplo, além do gás lacrimogêneo e jatos de água, os policiais utilizaram bombas de efeito moral, de gás vermelho, viaturas, cassetetes, a cavalaria e cães pastores. Foram efetuadas dezenas prisões, ao todo 197; e numerosas pessoas, na maioria estudantes, ficaram gravemente feridas, entre elas quatro policiais<sup>273</sup>. Ações policiais repressivas também foram presenciadas em Campinas e Porto Alegre. No campus da UFRGS, 1.500 alunos foram cercados por 700 soldados da Brigada Militar, fortemente armados<sup>274</sup>. Quando os estudantes saíram para as ruas

---

<sup>271</sup> “Inquérito sobre as agressões”. *Folha de São Paulo*, 25 de agosto de 1977, p. 19.

<sup>272</sup> Depoimento de Erasmo Dias, São Paulo, 2006.

<sup>273</sup> “Inquérito sobre as agressões”. *Folha de São Paulo*, 25 de agosto de 1977, p. 19.

<sup>274</sup> Estudantes. A escalada da violência. *Veja*, 31 de agosto de 1977, p. 28.

em frente ao campus, os policiais avançaram perseguindo e prendendo manifestantes. Os estudantes tentaram escapar do cerco policial e se dirigir para o centro da cidade, mas foram impedidos por uma vigorosa ação ofensiva dos policiais. Dos edifícios próximos, populares lançaram uma chuva de papel picado. Enquanto isso, no centro da cidade, um agrupamento de cerca de 100 estudantes improvisou uma passeata *relâmpago* que percorreu oito quadras e depois se dispersou voluntariamente. A agitação durou cinco horas, “com resultado que não se registrava desde os tumultuados dias de 1968: 32 prisões, dezenas de feridos, quatro soldados hospitalizados e sete jornalistas agredidos a cassetete”<sup>275</sup>.

No centro de Campinas, 500 estudantes se agruparam no largo do Rosário e leram em voz alta um manifesto à população. Mas a manifestação também foi reprimida com bastante violência<sup>276</sup>. Em Salvador, um pequeno grupo de estudantes ocupou o centro da cidade durante duas horas, proferiram palavras de ordem e foram aplaudidos pela população, depois fizeram um comício na Praça Castro Alves. Neste caso, não houve interferência da polícia. Em outras cidades, como Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e Recife, os estudantes não saíram às ruas. Apenas realizaram cerimônias de protesto nos campi, repetindo o ato simbólico do enterro de reitor da UnB<sup>277</sup>. Uma avaliação objetiva das manifestações do terceiro Dia Nacional de Luta deixa entrever que a participação da massa estudantil, bem como da população de modo geral, foi muito reduzida. No relatório sobre o período, o SNI foi irônico, ao enfatizar que:

---

<sup>275</sup> Idem.; pp. 28-29.

<sup>276</sup> Estudantes. A escalada da violência. *Veja*, 31 de agosto de 1977, p. 29.

<sup>277</sup> Idem.; p. 29.

“As manifestações programadas para o dia 23 de agosto alancaram maior realce em São Paulo e Salvador. Enquanto na primeira houve a necessidade de emprego da força policial para fazer prevalecer as determinações que proíbem a realização de concentrações e passeatas, o centro da capital baiana assistiu ao desfile de alentado numero de manifestantes, sem qualquer interferência das autoridades”<sup>278</sup>.

A ocorrência de repressão policial contra as manifestações estudantis em algumas cidades, principalmente em São Paulo, repercutiu nacionalmente. O ministro da Educação, Ney Braga, emitiu um comunicado em defesa da ação policial, além de considerar que as manifestações estudantis foram lideradas por uma minoria de estudantes irresponsáveis<sup>279</sup>. No Congresso Nacional e na Assembléia Legislativa de São Paulo, influentes parlamentares e políticos da oposição proferiram discursos e emitiram comunicados condenando a violência policial<sup>280</sup>. Na semana seguinte às manifestações do dia 23 de agosto, o meio estudantil universitário aquietou-se. Em São Paulo, havia previsão de um quarto Dia Nacional de Luta, na semana da Pátria. Mas para o alívio das autoridades públicas, a proposta foi rejeitada pelas lideranças estudantis paulistas<sup>281</sup>.

Do período que vai dos dias 24 de agosto a 17 de setembro, o movimento estudantil deu trégua às manifestações de rua. No dia 27 de agosto, no prédio da Escola Politécnica da USP, mais de 2 mil estudantes universitários e 800 delegados estudantis de mais de cem escolas superiores do Estado, se reuniram livremente para debater e estabelecer os fundamentos da primeira UEE-Livre<sup>282</sup>. Mas o saldo organizacional obtido pelo movimento estudantil paulista, com os preparativos para criação da primeira UEE-Livre, não preocupou

---

<sup>278</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 33, de 31 de agosto de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>279</sup> “Repercutiu ontem repressão contra as manifestações”. *Folha de S. Paulo*, 25 de agosto de 1977, p. 19.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 33, de 31 de agosto de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>282</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, pp. 33-34.

tanto os governos federal e estadual. A ditadura mudou de foco, concentrando-se unicamente na segunda tentativa de realização do III ENE (primeira etapa da reconstrução da UNE), previsto para o dia 21 de setembro, na USP<sup>283</sup>.

## **2.10 III ENE: segunda tentativa**

Dia 18 de setembro, um domingo – início da semana em que os militantes estudantis finalizaram os preparativos para a segunda tentativa de realização do III ENE –, cerca de 5 mil pessoas (2 mil estudantes) participaram de um ato público de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos, no Santuário da Penha, capital paulista. A manifestação foi organizada pelo chamado Movimento Justiça e Libertação, entidade que congregou membros de comissões de base da Igreja Católica e das oposições sindicais, além dos DCEs da USP e PUC-SP<sup>284</sup>. A manifestação terminou com uma passeata pelas ruas do bairro. A polícia, entretanto, foi mobilizada rapidamente e reprimiu com violência os manifestantes. Novamente, o secretário de segurança Pública, coronel Erasmo Dias, comandou a ação policial, que resultou em perseguição, invasão de residências e na prisão de 52 pessoas<sup>285</sup>. Na mesma semana, o coronel Erasmo Dias deu declarações públicas prometendo impedir a realização do III ENE. Repetiu-se então, a ação policial efetuada meses antes em Belo Horizonte. Na tarde do dia 20, uma terça-feira, as estradas de acesso a capital paulista foram bloqueadas. Uma meticulosa ação policial levou à interceptação de um número não divulgado de delegados estudantis de outros Estados, que foram presos ou enviados de volta a suas cidades de origem<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 33, de 31 de agosto de 1977. AEG/CPDOC.

<sup>284</sup> Relatório DOPS, intitulado O Movimento Estudantil. Referência: AESP. Série Dossiês: 50-C-22-9833

<sup>285</sup> ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 31.

<sup>286</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*, 28 de setembro de 1977, p. 32.

No início da noite, o campus da USP foi completamente cercado por soldados da Polícia Militar. No dia 21, além da USP, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a PUC-SP amanheceram cercadas por tropas policiais. Ao todo, 15 mil policiais (civis e militares) foram mobilizados e ficaram de prontidão pelas ruas da cidade. Por volta das 8h40, 200 estudantes se aglomeraram num trevo que dá acesso à USP, gritando palavras de ordem de *abaixo a repressão*. Os manifestantes tentaram avançar para a Cidade Universitária, mas os policiais conseguiram dispersá-los<sup>287</sup>.

Impossibilitados de entrarem na Cidade Universitária, cerca de 300 militantes estudantis rumaram para a Faculdade de Medicina da USP, localizada fora do campus, na avenida Dr. Arnaldo. Eles se reuniram no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC) e supostamente decidiram a iniciar a reunião do III ENE. A notícia chegou ao conhecimento do coronel Erasmo Dias, que seguiu imediatamente para o local. Acompanhado do delegado geral da Polícia, Tácito Pinheiro Machado; do comandante da Polícia Militar, coronel Torres de Melo; e do diretor do DOPS, Romeu Tuma; o coronel Erasmo Dias expediu ordens para que os policiais cercassem a Faculdade. O coronel se recordou do episódio na Faculdade de Medicina explicando que:

“(...) quando os estudantes quiseram reconstruir a UNE, a primeira decisão para impedi-los desse intento era que não se caracterizasse atentado à ordem pública. Então, a primeira vez que eles se reuniram [na Faculdade de Medicina da USP] eu cheguei antes. Eu os reuni e disse: *Se quiserem fazer reunião aqui dentro façam. Podem até instituir o budismo se quiserem, mas da porta pra fora não. Porque da porta pra fora vocês vão atentar contra as ordens constituídas, vocês vão desafiar o princípio da autoridade e isso vai caracterizar desobediência civil. Sou o responsável pela ordem pública e por isso vou impedir. Desobediência civil é desordem pública, é problema de Polícia. Eu vou prender vocês e entregar todos pro*

---

<sup>287</sup> Idem.; p. 32.

A versão do coronel Erasmo Dias contraria, porém, as informações apresentadas pelos órgãos de imprensa que acompanharam a ação policial. De acordo com a reportagem do jornal Folha de S. Paulo, entre outros, os estudantes reunidos no Centro Acadêmico receberam do coronel um ultimato para saírem do recinto e se entregarem, caso contrário os policiais invadiriam o local. Os estudantes imediatamente “colocaram uma faixa sobre os vidros das janelas, com os dizeres: *Queremos José Gregori mediador* e uma bandeira brasileira. Tal fato mereceu do cel. Erasmo Dias o comentário: *Não somos palhaços. Quem faz imposições somos nós*”<sup>289</sup>. O coronel Erasmo Dias aceitou a solicitação dos estudantes, sob a condição de que ele mesmo designaria os mediadores. Foram eles: o diretor do DOPS, Romeu Tuma; e os diretores da Faculdade de Medicina, Erasmo Castro Tolosa e Antonio Geraldo de Freitas Neto. De acordo com a reportagem do semanário Veja:

“O coronel Erasmo Dias propôs que todos os alunos saíssem e se identificassem, conduzidos pelos mediadores, o que não foi aceito. O diálogo durou apenas dez minutos. *Se é para sermos presos, então ninguém se identifica e vai todo mundo junto*, propuseram os universitários. Em seguida, 25 peruas C-14 do DOPS encostaram junto ao local e os estudantes saíram do Centro Acadêmico, muitos cobrindo o rosto para evitar fotos”<sup>290</sup>.

---

<sup>288</sup> Depoimento do coronel Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>289</sup> “Ação policial foi maior na Faculdade de Medicina”. *Folha de S. Paulo*, 22 de setembro de 1977, p. 20-21. José Gregori, advogado, era membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

<sup>290</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*. 28 de setembro de 1977, p. 33.

De braços dados, os estudantes saíram e se colocaram de frente para a tropa. Foram detidos 210 estudantes<sup>291</sup>. Todos foram encaminhados diretamente ao Dops paulista e, após prestarem depoimentos, foram liberados a noite. Não obstante, a reportagem de Veja apresentou indícios de que a reunião de estudantes na Faculdade de Medicina não passou de uma encenação, ou seja, foi uma tática das lideranças do movimento estudantil com o objetivo de despistar as autoridades públicas. De acordo com Veja:

“Entre os 210 presos da Medicina foram identificados raros delegados de outros Estados ao Encontro e mesmo assim menos expressivos. No DOPS os policiais admitiam que os verdadeiros líderes deveriam estar pela cidade, organizando o III ENE para o dia seguinte (...). E Erasmo Dias já começava a demonstrar irritação com os resultados do dia. *Atiramos nos pombos e acertamos nos urubus*, desabafou ele. A quinta-feira comprovaria suas suspeitas. Escondidos em alojamentos espalhados pela cidade, os delegados do III ENE programavam o encontro para a sala 225 da PUC”<sup>292</sup>.

A versão do de Veja está correta. Enquanto os estudantes se preparavam para realizar secretamente o III ENE, nas dependências da PUC-SP, as lideranças do movimento estudantil resolveram organizar diversas manifestações *relâmpagos* pela cidade com objetivo de desviar a atenção das autoridades policiais. Foram bem sucedidas no intento. Porém, a realização e a comemoração do III ENE provocaram a mais violenta ação policial repressiva presenciada no ano: a invasão policial da PUC-SP.

---

<sup>291</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*. 28 de setembro de 1977, p. 33.

<sup>292</sup> *Idem*, p. 33.

## QUADRO GERAL 2.

Ocorrências mais relevantes sobre o Movimento Estudantil em São Paulo no ano de 1977 de acordo com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP). FONTE: Arquivo do Estado de São Paulo - AESP-DOPS / DOSSIÊ Nº 50-C-22-9840/9816.

<b>Data</b>	<b>Local ou instituição</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Desfecho</b>
30 de março	<b>Largo de Pinheiros</b>	Concentração estudantil organizada pelo DCE-Livre da USP e prevista para ser realizada no Largo do Arouche. Em razão das medidas policiais preventivas os estudantes realizaram uma passeata que saiu do campus da Universidade e prosseguiu até o Largo de Pinheiros. Cerca de 3 mil estudantes participaram da passeata reivindicando mais verbas para o ensino superior.	Sem Interferência Policial.
03 de maio	<b>PUC-SP</b>	Ato Público pelas liberdades democráticas, fim das torturas, da repressão e das leis de exceção, libertação dos presos políticos, anistia aos banidos e exilados, contra o AI-5. O evento deu origem ao "Comitê Primeiro de Maio pela Anistia", integrado por diversos segmentos da sociedade civil. Foi realizada uma assembléia que discutiu a realização e os preparativos de uma passeata marcada para o dia 05. Cerca de 5 mil estudantes participaram do evento.	Sem interferência Policial.
05 de maio	<b>Largo São Francisco e Viaduto do Chá</b>	Passeata estudantil em protesto contra a prisão de militantes estudantis e operários no dia 1º de maio. Os organizadores do evento elaboraram e leram uma "Carta Aberta à População" que continha reivindicações em defesa das liberdades democráticas, fim da repressão, torturas e assassinatos. Cerca de 10 mil estudantes participaram da passeata.	Reprimido
19 de maio	<b>Faculdade de Medicina da USP</b>	Ato Público organizado pelo Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia, Movimento Pela Anistia e DCE-Livre da USP e PUC-SP, denominado de Dia Nacional de Luta em defesa da anistia e contra a repressão política. Previsto para ser realizado no largo São Francisco. Em razão das medidas policiais preventivas, cerca de 8 mil os estudantes se concentraram na Faculdade de Medicina da USP. O largo São Francisco, porém, chegou a reunir 3 mil estudantes que improvisaram uma manifestação que foi violentamente reprimida pela polícia.	Contido / Reprimido
15 de junho	<b>Vários pontos do centro da cidade</b>	Passeata estudantil programado pelo Comitê Primeiro de Maio pela Anistia e DCE-Livre da USP como parte da programação do segundo Dia Nacional de Luta em defesa da anistia e contra a repressão política. Previsto para ser realizado na praça Fernando Costa. Em razão das medidas policiais preventivas, os manifestantes realizaram protestos e passeatas em vários pontos do centro da cidade. Cerca de 2 mil estudantes participaram do evento.	Reprimido
04 de agosto	<b>USP</b>	Ato Público de protesto contra o Reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Carlos Azevedo, devido as prisões e punições impostas aos alunos que participaram das manifestações do dia 19 de maio. Cerca de 1 mil estudantes participaram do evento.	Sem interferência Policial

11 de agosto	<b>Largo São Francisco</b>	Ato Público patrocinado pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, para comemorar o sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. Militantes estudantis aproveitaram o evento para realizarem manifestações políticas em defesa das liberdades democráticas e anistia. Cerca de 2 mil estudantes participaram do evento.	Sem interferência Policial
18 de agosto	<b>Largo São Francisco</b>	Passeata de protesto em solidariedade aos alunos da UnB e aos 19 militantes estudantis presos no Rio de Janeiro no final de julho. Divergências entre as lideranças estudantis estaduais levaram os estudantes paulistas a desistirem da manifestação pública.	Abortado
23 de agosto	<b>Vários pontos do centro da cidade</b>	Ato Público organizado pelos DCEs da USP e PUC-SP como parte da programação do terceiro Dia Nacional de Luta” em protesto contra as prisões de estudantes do Rio de Janeiro e Brasília e a ocupação policial da UnB. Previsto para ser realizado no Largo do Paissandú. Em razão das medidas policiais preventivas, os estudantes fizeram pequenas concentrações e manifestações em vários pontos da cidade. Cerca de 2 mil estudantes participaram do evento.	Reprimido
18 de setembro	<b>Santuário da Penha</b>	Ato de “Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos”, organizado pelo Movimento Justiça e Libertação e DCEs da USP e PUC-SP. Cerca de 5 mil pessoas, na maioria estudantes, participaram do evento.	Reprimido
21 de setembro	<b>Faculdade de Medicina da USP</b>	Tentativa de realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE). Cerca de 300 estudantes ficaram encurralados dentro da Faculdade. Destes, 206 foram detidos pela polícia.	Reprimido
22 de setembro	<b>PUC-SP</b>	Ato Público para comemorar a realização secreta do III Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), Estima-se que o evento tenha concentrado 5 mil estudantes.	Reprimido

**IMAGENS DAS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS EM SÃO PAULO**

**(1977)**



**Foto 1:** Primeira passeata estudantil (30 de março).  
Estudantes saindo da USP rumo ao Largo de Pinheiros.  
Fonte: Folha Imagem.



**Foto 2:** Faculdade de Direito do largo São Francisco (**05 de maio**).  
Concentração estudantil antes do início da passeata que percorrerá o viaduto do Chá.  
Fonte: Folha Imagem



**Foto 3:** Estudantes no viaduto do Chá, momentos antes do confronto com a polícia (**05 de maio**).  
Fonte: Folha Imagem



**Foto 4:** Ato Público na Faculdade de Medicina da USP (**19 de maio**).  
Estudantes na entrada principal da Faculdade, pouco antes de seu diretor ordenar o fechamento da escola.  
Fonte: Folha Imagem



**Foto 5:** Coronel Erasmo Dias, de prontidão no largo São Francisco, concede entrevista aos repórteres que acompanham a tentativa de manifestação estudantil (**19 de maio**).  
Fonte: Fernando Santos/Folha Imagem



**Foto 6:** Tropa de choque no Parque D. Pedro II (15 de junho).  
Policiais preparados para impedir a manifestação estudantil na Praça Fernando Costa.  
Fonte: Folha Imagem



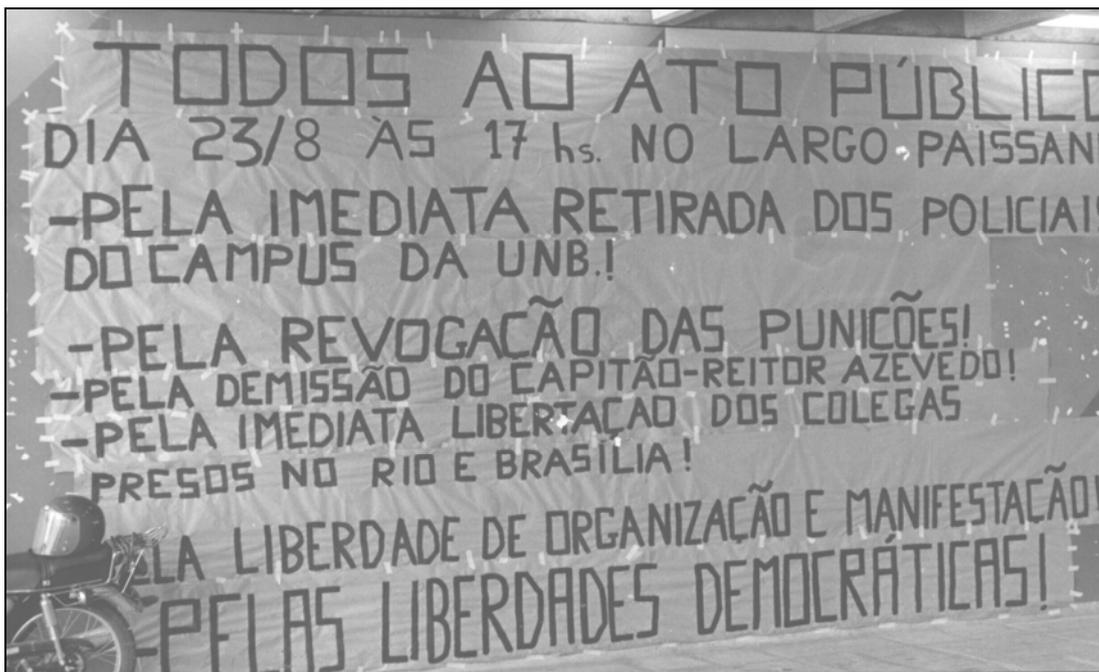
**Foto 7:** Depois de realizarem várias passeatas *relâmpagos* pelo centro da cidade, os estudantes se concentraram no largo São Francisco e foram encurralados por policiais militares na Faculdade de Direito da USP (15 de junho).  
Fonte: Folha Imagem



**Foto 8:** Reunião de abertura da 29ª SBPC. Teatro da Universidade Católica (TUCA) (6 de julho)  
Fonte: ACI-PUC-SP



**Foto 9:** Manifestação estudantil no campus da USP (04 de agosto).  
Estudantes seguem para o prédio da reitoria para realizarem o ato simbólico do “enterro do reitor da UnB, José Carlos Azevedo”.  
Fonte: Folha Imagem



**Foto 10:** Cartaz afixado na USP, conclamando os estudantes para o Ato Público do dia 23 de agosto, no largo do Paissandu.  
Fonte: Folha Imagem



**Foto 11:** Policiais militares reprimem manifestação estudantil (23 de agosto). Impedidos de se concentrarem no largo do Paissandu, os estudantes fazem manifestações em vários pontos do centro da cidade.  
Fonte: Folha Imagem.

### 3.0 O Ato Público e a invasão da PUC-SP

Já se passaram três décadas do Ato Público e invasão policial da PUC-SP, mas ainda permanecem sem explicações as razões que levaram as autoridades ligadas à área de Segurança Pública do Estado, a empreenderem o que foi considerado o episódio mais violento e arbitrário de ação policial contra o movimento estudantil e a uma universidade. A repressão aos estudantes e a invasão policial da Universidade Católica envolveu um contingente de 900 homens, a maioria pertencia à tropa de choque da polícia militar; o restante, cerca de duas centenas de policiais civis e dezenas de agentes do Dops<sup>293</sup>.

O exame de inúmeros depoimentos e declarações de estudantes, professores e autoridades públicas e artigos da imprensa, recentes e daquela época, indicam que o episódio da PUC-SP recebeu tratamento bastante diverso. Foi interpretado como o resultado de uma ação policial premeditada, minuciosamente planejada pelos governos (federal e estadual), como uma represália à Universidade Católica. Dentro desta linha de análise, o Ato Público serviu apenas como uma justificativa para que as tropas policiais invadissem a PUC-SP sob alegação da necessidade de perseguir os estudantes que tentavam escapar do cerco policial. A trajetória histórica da PUC-SP e sua vinculação ao clero católico progressista, juntamente com o fato dos policiais terem apreendido provas materiais de supostas atividades subversivas e contestatórias ao regime militar, reforçam essa tese. Uma variante dessa linha interpretativa aponta o secretário de Segurança Pública do Estado, coronel Antonio Erasmo Dias, como principal mentor da ação policial, que serviu, portanto, para compensar o fracasso de impedir a o III ENE. Ademais, o coronel Antonio Erasmo Dias teria agido à revelia da autoridade do

---

<sup>293</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*, 28 de setembro de 1977, p. 31.

governador Paulo Egydio Martins<sup>294</sup>. Por outro lado, há aqueles que vêm e justificam o episódio da PUC-SP como mero acidente, provocado, sobretudo, pelo comportamento descontrolado da massa estudantil diante do cerco policial. Essa última justificativa se enquadra na versão que o coronel Antonio Erasmo Dias apresentou em seu depoimento, ao declarar ironicamente que:

“Nunca gostei de policial militar perto de estudante. Mas naquele dia a situação exigia a presença de policiais, porque tinha tanto estudante amontoado que a própria massa podia gerar conseqüências trágicas para eles mesmos. É igual o que acontecesse com as torcidas de futebol. Eu tenho pavor de massa. Com massa só tem uma saída: evitar que ela adquira poder explosivo. Mas quando a massa se condensa, chega um momento que a força de repulsão é maior e ela explode. Eu senti que ela ia explodir e não pude fazer nada. Porque nessa altura dos acontecimentos (...) aquele bando de gente (...) eu não podia controlar os soldados que estavam distantes. É difícil conter a reação de um soldado diante de um estudante, que pode destemperar e botar fogo. Repentinamente, uma bomba de gás lacrimogêneo é lançada e a confusão tem início. Eu não mandei jogar nenhuma bomba. Disso não tenha dúvida”<sup>295</sup>.

Antes, porém, de proceder à reconstrução histórica do episódio da PUC, é necessário que a análise seja ampliada de modo a incluir o III ENE. No centro da maior e mais brutal operação militar desde 1968, destinada a reprimir uma manifestação comemorativa dos estudantes universitários, está à realização do III ENE. Depois de duas tentativas abortadas, os militantes estudantis conseguiram finalmente realizar o Encontro que deliberou, em caráter definitivo, os preparativos organizacionais da primeira etapa de recriação da UNE. Cabe indagar, portanto, os motivos do empenho da ditadura no sentido de impedir a qualquer custo

---

<sup>294</sup> As referências das fontes bibliográficas pesquisadas sobre o assunto são analisadas mais adiante.

<sup>295</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor, São Paulo, 2006.

que a UNE ressurgisse. Esse questionamento adquire maior relevância quando se considera o quadro geral da reorganização do movimento estudantil.

Como vimos no capítulo anterior, a reorganização do movimento estudantil caminhou paralelamente ao processo crescente de afrouxamento da repressão política no meio estudantil universitário; perceptível a partir de 1975. Progressivamente, os militantes estudantis foram rompendo com o quadro normativo da legislação estudantil. Neste contexto, ocorreu a retomada dos CAs e a criação dos DCEs-livres, juntamente com eleições diretas para seleção de representantes estudantis. No transcurso deste processo gradual, não houve um só caso de interferência policial nas novas organizações estudantis<sup>296</sup>. Mesmo sendo considerados ilegais e sem reconhecimento por parte do governo e das burocracias universitárias, os DCEs, por exemplo, se impuseram no meio estudantil e foram aceitos. O mesmo ocorreu depois com a criação das UEEs livres. Diante dessas considerações, como explicar então, a determinação do governo no sentido de barrar o ressurgimento da UNE? Creio que boa parte da explicação reside na própria dinâmica do movimento estudantil de 1977. A eclosão dos protestos estudantis de rua a partir de maio ocorreu de forma tão repentina e inesperada que surpreendeu a ditadura militar e até mesmo os militantes estudantis. Neste aspecto, é ilustrativo o depoimento de ex-lideranças estudantis da USP:

“(...) no início de maio de 1977, não poderíamos prever a magnitude que o nosso movimento iria adquirir naquele ano. Não podíamos imaginar que mais um ato de protesto à prisão de companheiros estudantes e operários que faziam uma panfletagem no ABC no primeiro de maio, juntasse; quase como se fosse da noite para o dia, mais de cinco mil

---

<sup>296</sup> A responsabilidade pelo furto das urnas contendo os votos da primeira eleição para compor o DCE-livre da USP foi imputada aos agentes policiais do Dops paulista. O episódio reflete um típico caso de ação policial ilegal.

pessoas em frente à PUC, e, três dias depois, mais de 10 mil pessoas em pleno centro da cidade, em pleno largo São Francisco (...)<sup>297</sup>.

Certamente, o caráter massivo dos protestos estudantis deixou transparecer para a área governamental que as limitações do movimento estudantil deviam-se a inexistência de uma organização estudantil independente de caráter nacional, capaz de centralizar as atividades do movimento estudantil<sup>298</sup>. As lideranças estudantis avaliavam a situação da mesma forma. Para compensar a inexistência da UNE, foram feitos vários esforços com vistas a dar certa unidade às reivindicações e protestos estudantis. No decorrer deste período, foram constantes as tentativas de articulação nacional como forma de romper com o caráter isolado das manifestações estudantis. O apoio da massa estudantil às passeatas e concentrações públicas e o recuo da repressão policial foram fatores que serviram de estímulo para que os militantes e lideranças estudantis dessem passos mais ousados na reorganização do movimento estudantil.

O maior dinamismo do movimento estudantil em alguns Estados (principalmente em São Paulo) determinou, porém, que o debate em torno da recriação da UNE fosse apresentado antes de terem sido criadas as UEEs. Mesmo depois do Congresso de refundação da UNE, ocorrido 1979, a maioria dos Estados ainda não tinham criado suas respectivas UEEs. Mas mesmo assim, havia amplo consenso entre as lideranças estudantis em torno da necessidade de recriação da UNE. As divergências mais acentuadas se referiram ao número e aos procedimentos eleitorais para seleção dos representantes estudantis<sup>299</sup>. Depois de superada esta etapa ficou acordado que os representantes estudantis do III ENE se encarregariam de

---

<sup>297</sup> Depoimento de Vera Paiva e Laís Abramo. Publicado no site:

<http://www.ptgte.org.br/pt25anos/anos70/artigos.quemcalaconsente.php>.

<sup>298</sup> Avaliação constatada a partir da análise do conjunto das 128 Apreciações Sumárias do SNI.

<sup>299</sup> Conjunto de boletins estudantis e cartas-programas apreendidas pelo Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1440.

formar a Comissão Pró-UNE, que coordenaria o congresso de recriação da organização nacional<sup>300</sup>. Conforme salienta Ronaldo Antonelli:

“Todas as tendências estudantis mobilizaram seus militantes dentro das faculdades e universidades para que todas elegessem seus delegados estudantis e depois os encaminhassem para São Paulo, sede nacional do III ENE. Era importante também que cada instituição de ensino superior levasse o maior número possível de estudantes para o Encontro. Nossa preocupação naquele momento foi mostrar para a sociedade e para o governo que o movimento estudantil tinha representatividade e apoio da massa estudantil suficientes para refundar a UNE”<sup>301</sup>.

Mas a partir da avaliação das duas tentativas fracassadas de realização do III ENE as lideranças estudantis chegaram à conclusão que o Encontro teria poucas chances de se concretizar caso fosse realizado publicamente<sup>302</sup>.

### **3.1 A Universidade Católica**

A PUC-SP foi fundada em agosto de 1946 a partir da fusão da Faculdade Paulista de Direito com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento<sup>303</sup>. Nos anos 70, a Universidade Católica assumiu uma posição institucional progressista de destaque no cenário político nacional. O caráter progressista da Universidade Católica resultou na consolidação de um projeto político de Universidade comprometida com a expansão dos direitos de cidadania e com o ensino e pesquisa, concebidos como instrumentos de transformação da sociedade. O cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, desempenhou um papel decisivo neste

---

<sup>300</sup> Idem.

<sup>301</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>302</sup> Depoimento de Marco Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>303</sup> A iniciativa foi aprovada pelo então cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Em janeiro de 1947, por iniciativa do papa Pio XII, a Universidade Católica recebeu o título de Pontifícia.

processo. Quando assumiu a direção da Arquidiocese de São Paulo, em fins de 1970, Dom Paulo também se transformou no Grão-Chanceler da Universidade Católica. Sob estímulo do cardeal, a PUC-SP se transformou num centro de apoio e suporte institucional das diretrizes pastorais da Igreja. Uma série de iniciativas da Arquidiocese de São Paulo levou a Universidade Católica a se aproximar dos movimentos populares e se engajar em projetos de mudança social. O 1º Plano Bienal de Pastoral, posto em prática no início de 1976, por exemplo, mobilizou expressivos contingentes de alunos em apoio à chamada “Operação Periferia”. Na ocasião, a Igreja instalou núcleos de assistência jurídica e social nas localidades mais pobres da cidade e recorreu aos alunos dos cursos de Direito, Serviço Social, Jornalismo, Educação, entre outros; que passaram a prestar serviços diretos à população da periferia<sup>304</sup>.

O contato com os problemas sociais provocou mudanças pedagógicas importantes. A principal delas foi a adoção de uma proposta curricular inovadora, denominada de Ciclo Básico. Os professores começaram a ministrar cursos cujo conteúdo programático oferecia aos alunos uma visão crítica do país a partir da abordagem dos problemas sociais e políticos<sup>305</sup>. Numa atitude inédita, a PUC-SP começou também a admitir vários professores de universidades públicas, principalmente da USP, que tinham sido cassados ou foram aposentados forçadamente pelos governos militares<sup>306</sup>. O ambiente acadêmico da Universidade Católica favorecia também a luta interna por democracia e autonomia universitária. Sob a égide da política autoritária da ditadura militar, a situação vigente nas universidades públicas e particulares era de proibição de qualquer associação voluntária e

---

<sup>304</sup> Para detalhes da Operação Periferia, ver ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Em Defesa dos Direitos Humanos: encontro com o repórter*. Rio de Janeiro: Brasília Rio, 1978, especialmente páginas 86, 88 e 89; e SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999. Sobre a participação dos alunos e da comunidade acadêmica, depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor, São Paulo, 2007.

<sup>305</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor, São Paulo, 2007.

<sup>306</sup> Renomados professores tais como Florestan Fernandes, Paulo Freire e Octávio Ianni passaram a fazer parte do quadro de docentes da Universidade.

participação conjunta da comunidade acadêmica (professores, funcionários e alunos) nas decisões de caráter administrativas e pedagógicas. Na PUC-SP, entretanto, a situação era de democracia relativa<sup>307</sup>. Os docentes se mobilizaram e criaram, em 25 de setembro de 1976, a Associação dos Professores (APROPUC/SP). Primeira entidade do gênero, a APROPUC passou a lutar pela defesa dos direitos dos docentes, melhores condições de trabalho e a influir nas discussões internas a respeito dos métodos pedagógicos, carreira acadêmica e reforma dos estatutos da Universidade Católica<sup>308</sup>. Influenciados diretamente pela iniciativa dos professores, os funcionários também se articularam e fundaram a Associação dos Funcionários Administrativos (AFAPUC)<sup>309</sup>.

Dentro do panorama da reorganização do movimento estudantil paulista, a PUC-SP também se destacou<sup>310</sup>. Entre as faculdades e universidades particulares, a Universidade Católica foi palco de um movimento estudantil bastante dinâmico, fato que pode ser constatado pelas constantes articulações com os estudantes da USP e a liderança conjunta em todas as manifestações e protestos estudantis de rua ocorridos na capital<sup>311</sup>. O ano de 1976 representou a primeira fase de ascensão do movimento estudantil na Universidade Católica. No transcurso deste ano, os militantes estudantis pertencentes a grupos políticos de esquerda conquistaram mais espaço levando ao declínio a influência das tendências estudantis liberais

---

<sup>307</sup> O termo “democracia relativa” foi cunhado por João Edênio dos Reis Valle para caracterizar e distinguir o funcionamento interno da PUC-SP nos anos 70. Em comparação com outras instituições de ensino superior e até mesmo entre as universidades católicas, a PUC-SP avançou no debate em torno da Estatuínte, Democracia, Autonomia, Departamentalização, Carreira Docente, Colegiado e Papel da Universidade. Para mais detalhes, ver Revista PUC Viva. Edição Especial, nº 00, outubro a dezembro de 2006.

<sup>308</sup> Ver: [http://www.apropucsp.org.br/historia/rev\\_01.html](http://www.apropucsp.org.br/historia/rev_01.html). Para mais detalhes, consultar o artigo de Ana Mercês Bahia Bock. Entidade imprescindível. *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

<sup>309</sup> Ver: <http://www.afapuc.org.br/historico/>

<sup>310</sup> Para uma síntese do movimento estudantil na PUC-SP no transcurso da década de 1960, ver o artigo do ex-militante estudantil Antonio da Costa Ciampa, Entre o velho e o novo. In: *Revista PUC Viva*. Edição Especial, nº 0, outubro a dezembro de 2006.

<sup>311</sup> Para detalhes sobre o movimento estudantil na PUC-SP com enfoque sobre a atuação do DCE-Livre, consultar Arquivo do Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pastas nº 1235, 1386, 1562; e Ordem Social (OS), Pasta nº 1084.

ou de direita<sup>312</sup>. A partir de então, as organizações estudantis foram reconstruídas. As faculdades que até essa época não tinham organização estudantil criaram seus respectivos CAs (Letras, Pedagogia, Fonoaudiologia e Ciências Sociais, Filosofia e Psicologia, são alguns exemplos). Nas faculdades que tinham representação estudantil oficial no âmbito dos DAs, essas organizações estudantis foram transformadas em CAs (Economia e Direito, por exemplo)<sup>313</sup>. A fase seguinte, da consolidação do movimento estudantil, foi diretamente influenciada pela nomeação, em fins de 1976, da primeira mulher a assumir a reitoria da Universidade Católica: Nadir Gouvêa Kfourri.

Sob a gestão de Kfourri (1976-1980), o movimento estudantil na PUC-SP avançou significativamente. No final de 1976 começaram os debates em torno da criação do DCE-Livre. A Comissão de Calouros, que estava organizando a recepção dos novos alunos transformou-se em Comissão Pró-DCE-Livre<sup>314</sup>. O DCE-Livre da PUC-SP entrou em atividade no final de maio de 1977 com a primeira eleição livre (após nove anos) para escolha da diretoria. As tendências estudantis mais influentes que disputaram o pleito foram: Unidade (integrada por militantes comunistas vinculados ao PC do B); Liberdade e Ação (integrada por militantes trotskistas vinculados a OSI); e Proposta (que também era integrada por militantes trotskistas, mas vinculados a uma outra organização política clandestina, denominada Convergência Socialista)<sup>315</sup>. A tendência estudantil Unidade formou uma chapa com sete estudantes (seis deles provenientes do campus Monte Alegre, capital, e um do de Sorocaba) e venceu as eleições com 50,3% dos votos (3.451 votos). As outras chapas obtiveram a seguinte votação: Proposta, 27,7% (1.898 votos) e Liberdade e Ação, 12,6% (862

---

<sup>312</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor, São Paulo, 2007.

<sup>313</sup> Depoimento do ex-aluno e liderança estudantil (vinculado à tendência estudantil Unidade), Marco Antonio Villa ao autor. São Paulo, 2007.

<sup>314</sup> “Boletim Informativo da Comissão Pró-DCE-Livre da PUC-SP”. Arquivo do Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1562.

<sup>315</sup> Como vimos anteriormente, na USP, essas tendências estudantis adotavam denominações distintas.

votos); votos brancos e nulos somaram 9,4% (643 votos) <sup>316</sup>. Este breve histórico do ambiente universitário característico da Universidade Católica nos permite, portanto, compreender o papel da instituição na resistência à ditadura militar. A PUC-SP era concebida pela ditadura militar como uma extensão das atividades de contestação política de iniciativa do clero católico progressista em aliança com os movimentos de oposição. Neste sentido, o depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias é emblemático:

“Nesta época a Igreja progressista dava muito abrigo para toda essa gente que queria se rebelar contra o regime. A Igreja incentivava a maioria dos movimentos de oposição, principalmente o movimento estudantil. Na PUC-SP, os centros acadêmicos e o diretório central estudantil eram usados para atividades subversivas. Tudo era acobertado pela Igreja e tinha a complacência da direção da Universidade. Você sabia que a maioria dos jornalecos subversivos que eram distribuídos nas universidades paulistas eram impressos na PUC-SP? Pois é, eu dispunha de agentes especializados que monitoravam as atividades estudantis dentro da PUC-SP. Eles tinham uma gráfica que servia basicamente para imprimir jornais e panfletos estudantis contestatórios. Eles [as lideranças estudantis] acreditavam que a PUC-SP fosse intocável. Que a polícia jamais entraria lá. Se equivocaram”<sup>317</sup>.

### **3.2 A realização secreta do III ENE**

No dia 21 de setembro, o campus da PUC-SP, localizado no bairro de Perdizes, amanheceu cercado por tropas policiais porque o governo o considerou um local alternativo para sede do III ENE. Depois da detenção dos delegados estudantis reunidos na Faculdade de Medicina da USP, o bloqueio policial da PUC-SP foi suspenso<sup>318</sup>. Mesmo assim, a reitora

---

<sup>316</sup> “Tabela dos resultados das eleições do DCE-Livre da PUC-SP”. Arquivo do Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1562. As eleições ocorreram nos dias 25 e 26 de maio de 1977.

<sup>317</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>318</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

Nadir Kfoury expediu ordens para que a Universidade permanecesse fechada. A decisão da reitora de suspender por completo o expediente na Universidade Católica foi tomada seguindo a orientação de uma Delegada do Ministério da Educação (MEC), que supunha que os estudantes ainda poderiam intentar realizar o III ENE<sup>319</sup>. Os estudantes, entretanto, tinham outros planos.

Com a ajuda das lideranças estudantis paulistas, os delegados estudantis que conseguiram escapar do cerco policial armado para impedir o acesso a capital paulista, e aqueles que não participaram da reunião abortada na Faculdade de Medicina da USP, foram deslocados para residências de estudantes e alojamentos espalhados pela cidade<sup>320</sup>. Estava tudo preparado para o dia seguinte, onde seria feita uma nova tentativa de realização do III ENE, desta vez na PUC-SP<sup>321</sup>. Os militantes estudantis também já tinham planejado fazer várias manifestações pela cidade, sob a denominação de Dia Nacional de Protesto<sup>322</sup>. Tratava-se, portanto, de uma estratégia para despistar o governo enquanto estavam sendo concluídos os preparativos para realização secreta do Encontro. Conforme previsto, na manhã do dia 22, um pequeno grupo de estudantes se reuniu em frente à Faculdade de Medicina da USP e protestaram contra a repressão policial ocorrida no dia anterior<sup>323</sup>. Por volta das 11:00 horas, cerca de mil estudantes se concentraram em frente à reitoria da USP, fizeram uma pequena manifestação de protesto contra o reitor e depois seguiram para a PUC-SP, que voltou a funcionar normalmente. Faixas e cartazes espalhados pela Universidade Católica anunciavam

---

<sup>319</sup> Declaração da reitora Nadir Kfoury no IMP da invasão da PUC. Arquivo do Dops paulista. Referência: Série Dossiê, nº 50-C-22-9827.

<sup>320</sup> Depoimento de Hugo Lanzi ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>321</sup> Depoimento de Hugo Lanzi ao autor, São Paulo, 2006. Ver também, Estudantes. A Universidade invadida. *Veja*. 28 de setembro de 1977, p. 33.

<sup>322</sup> Panfleto estudantil datado de 21 de setembro de 1977, intitulado Carta Aberta a População, de autoria dos DCEs-Livre da USP, PUC-SP, PUC-RS, UFSCar, UFF, UFMG, UFBA, UFRS, Universidade de Viçosa e Diretório Universitário de Brasília. Apreendido pelo Dops paulista. Referência: Ordem Política (OP), Pasta nº 1440.

<sup>323</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*, 28 de setembro de 1977, p. 33.

que as 12:00 horas haveria uma Assembléia Metropolitana, no salão Beta<sup>324</sup>. A Assembléia Metropolitana foi uma encenação que serviu para desviar a atenção tanto das autoridades acadêmicas quanto dos agentes policiais à paisana que se encontravam no recinto<sup>325</sup>. Enquanto ela estava sendo realizada, setenta delegados estudantis de dez Estados se reuniram por quase duas horas na sala 225 localizada no Prédio novo<sup>326</sup>. Conforme explicou Vera Paiva e Laís Abramo:

“A tática utilizada para romper com a vigilância policial foi a seguinte: enquanto algumas lideranças estudantis organizavam uma reunião aberta com os estudantes no Salão Beta (debaixo do Teatro TUCA), outro grupo se reunia em uma das salas de aula do segundo andar do Prédio Novo. Sentados como alunos, um companheiro do DCE da UFRGS de pé, na frente fingindo ser o professor – para que quem passasse pelos corredores pensasse que se tratava simplesmente de uma aula qualquer – rapidamente construíram um consenso e deram o passo que naquele momento era fundamental: a criação da Comissão Pró-UNE”<sup>327</sup>.

Terminada a reunião, um estudante membro do DCE-Livre da USP se dirigiu ao pátio que dá acesso aos dois prédios da Universidade Católica e anunciou, com auxílio de um megafone, que o III ENE foi realizado<sup>328</sup>. No Encontro foi estabelecido que a recém criada Comissão Pró-UNE deveria ser dirigida por um colegiado composto de representantes de todos os DCEs e deveria se encarregar de: 1) coordenar as lutas estudantis em âmbito nacional; 2) fazer propaganda da história da UNE; 3) promover debates em torno de sua reconstrução; 4) elaborar um periódico nacional; e 5) organizar o IV ENE, deliberando sua data e local<sup>329</sup>.

---

<sup>324</sup> IPM da invasão da PUC-SP. Arquivo do Dops paulista. Referência: Série Dossiê, nº 50-C-0-6251.

<sup>325</sup> A invasão da PUC em São Paulo: uma nova etapa? *Revista Isto É*, 28 de setembro de 1977, p. 6-9.

<sup>326</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*, 28 de setembro de 1977, p. 33.

<sup>327</sup> Publicado no site: <http://www.ptgte.org.br/pt25anos/anos70/artigos.quemcalaconsente.php>.

<sup>328</sup> A invasão da PUC em São Paulo: uma nova etapa? *Revista Isto É*, 28 de setembro de 1977, p. 6-9.

<sup>329</sup> Estudantes. A universidade invadida. *Veja*, 28 de setembro de 1977, p. 33.

De acordo com o professor João Edênio dos Reis Valle, que na época ocupava o cargo de vice-reitor comunitário da Universidade Católica, os membros da reitoria presenciaram a agitação estudantil e o clima de apreensão no campus, mas não tinham informações precisas do que os estudantes estavam realmente fazendo<sup>330</sup>. A reitoria só foi informada pouco depois das 14:00 horas, quando um grupo de lideranças estudantis se dirigiu ao próprio vice-reitor comunitário para comunicar em caráter oficial que o III ENE havia sido realizado na PUC-SP<sup>331</sup>. Por ter ocorrido às portas fechadas e a partir de uma reunião de cúpula, pairava dúvidas quanto à efetivação do III ENE<sup>332</sup>. De acordo com João Edênio dos Reis Valle:

“Aquele dia foi marcado por muitos boatos, porém, poucos sabiam do que realmente estava acontecendo. Depois de ter sido informado pelo grupo de estudantes, eu me dirigi a tal sala onde supostamente ocorreu o Encontro. A princípio, duvidei de que tivesse ocorrido. Porém, logo em seguida, emissoras de rádio, como a Jovem Pan, começaram a divulgar a notícia e já falavam que o governador Paulo Egydio Martins estava ciente do que tinha ocorrido na PUC-SP e também já havia convocado uma reunião de emergência para estudar as medidas de força que seriam adotadas pela Secretaria de Segurança Pública e pelo Dops. A reunião governamental foi confirmada pela jornalista Irede Cardoso, que na época fazia cobertura para o jornal Folha de S. Paulo e, com frequência, mantinha a reitoria informada dos acontecimentos referentes ao movimento estudantil. Ademais, um professor de Direito da PUC-SP que tinha acesso ao Governo do Estado participou da reunião governamental”<sup>333</sup>.

---

<sup>330</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. In: *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

<sup>331</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002. O ex-militante estudantil e aluno da PUC-SP, do curso de Ciências Contábeis; Flávio Jorge Rodrigues da Silva, em depoimento a mesma Revista, apresenta uma versão contrária ao afirmar que a reitoria, em particular o vice-reitor comunitário, sabia com antecedência que os estudantes planejavam realizar secretamente o III ENE nas dependências da Universidade Católica e os apoiava indiretamente.

<sup>332</sup> Em seus depoimentos no IPM da invasão da PUC-SP, a reitora Nadir Kfoury e João Edênio dos Reis Valle, por exemplo, afirmaram categoricamente não acreditarem que o III ENE tenha se efetivado. Ver Arquivo do Dops. Referência: Série Dossiês, nº 50-C-0-6252/50-C-229828.

<sup>333</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor. São Paulo, 2007.

### 3.3 Os preparativos para o Ato Público

O grupo estudantil que se dirigiu à reitoria para transmitir a informação sobre a realização do III ENE, também solicitou a autorização da direção para o uso do Teatro da Universidade Católica, o TUCA, para que fosse realizado um ato público comemorativo. A decisão de realizar o ato público foi tomada logo após o Encontro, a partir de uma pequena reunião restrita à participação das lideranças estudantis paulistas, que ocorreu numa sala do terceiro andar do Prédio Novo. As tendências estudantis Refazendo e Caminhando<sup>334</sup>, juntamente com as direções do DCEs-Livres da PUC-SP e da USP<sup>335</sup>, foram ostensivamente contrárias à realização do ato público porque avaliaram que haveria repressão policial. Conforme explica Beatriz Tibiriçá:

“Aquela semana tinha sido muito tumultuada. Nós já tínhamos sido reprimidos no Ato da Penha, dia 18; e depois na Faculdade de Medicina. Por esse motivo, os militantes da Refazendo acharam que seria impróprio o Ato Público, pelo menos naquela noite, pois pressentimos que haveria dura repressão. Já tínhamos deliberado que as tendências estudantis de outros Estados não deveriam tomar parte na decisão”<sup>336</sup>.

Colocada em votação, porém, os defensores da proposta de manifestação pública venceram por uma diferença de dois votos. Tudo indica que a reunião não foi representativa, mesmo assim a aprovação da proposta foi acatada por todos<sup>337</sup>. A Refazendo e outras tendências estudantis ainda tentaram aprovar uma resolução contra o Ato Público, mas

---

<sup>334</sup> Depoimento de Beatriz de Castro Bicudo Tibiriçá ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>335</sup> Informações fornecidas pelo ex-militante estudantil, Marcos Pontes Nogueira. Devo a Marco Antonio Villa a obtenção dessa informação.

<sup>336</sup> Depoimento de Beatriz de Castro Bicudo Tibiriçá ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>337</sup> Informações fornecidas por Marcos Ponte Nogueira.

perderam novamente a votação<sup>338</sup>. Para os defensores da proposta, o ato público era imprescindível. Conforme explica, Marco Tabet:

“Uma crítica permanente que a ditadura dirigia ao movimento estudantil era dele ser conduzido por uma minoria que não tinha nenhuma representatividade e nem apoio no meio universitário. Por isso, as lideranças estudantis sempre foram muito atentas às formalidades. A reconstrução das organizações estudantis e os encontros nacionais eram amplamente divulgados e abertos ao público em geral, e acredito que isso de certa forma contribuiu para desarmar o sistema repressivo. No caso do III ENE foi mais difícil, porque era o Encontro que ia refundar a UNE. Depois do que ocorreu na Faculdade de Medicina, concluímos que fracassaríamos novamente caso repetíssemos a fórmula. Então optamos por realizar o Encontro a partir de uma reunião secreta e de cúpula. Imediatamente após a reunião, avaliamos que era necessário realizar uma manifestação tendo por objetivo principal comunicarmos as deliberações e, secundariamente, comemorarmos a vitória. Como era de praxe, tomamos algumas medidas de segurança. Mas ninguém se preparou e nem mesmo imaginou que haveria uma operação policial daquele tipo, com tantas prisões de estudantes, além da invasão e depredação da Universidade Católica”<sup>339</sup>.

Antes de optarem pelo TUCA, porém, as lideranças estudantis cogitaram de usar as dependências da Faculdade Getúlio Vargas (FGV)<sup>340</sup>. As discussões sobre o local mais apropriado para realização do ato público giraram em torno da preocupação com uma possível repressão policial. Algumas lideranças estudantis argumentaram que os estudantes estariam mais seguros ao abrigo de uma instituição de ensino superior privada de elite. A maioria, no entanto, salientou que o fato da PUC-SP estar vinculada a Igreja Católica afastaria enormemente as possibilidades de uma represália policial<sup>341</sup>. A reitoria da PUC-SP negou-se, porém, a atender ao pedido dos estudantes. Conforme o depoimento fornecido por João

---

<sup>338</sup> Depoimento de Beatriz de Castro Bicudo Tibiriçá ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>339</sup> Depoimento de Marco Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>340</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>341</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor. São Paulo, 2006.

Edênio dos Reis Valle, foi uma decisão acertada porque a reitoria foi avisada por um professor de Direito da PUC-SP, que participou da reunião de emergência convocada à tarde pelo governador Paulo Egydio Martins, no Palácio dos Bandeirantes, da existência de um plano de repressão policial contra a manifestação pública prevista<sup>342</sup>. Temendo pela segurança de todos, a reitoria não permitiu o uso do Teatro, e o vice-reitor comunitário tentou demover o grupo de lideranças estudantis da idéia de fazer qualquer manifestação pública. Conforme registra o professor Edênio:

“Minhas razões eram de segurança e como eu representava a reitoria tive de decidir rápido. Os estudantes saíram bravos da sala. Não acreditaram que o Governo do Estado, o Dops e a Secretaria de Segurança Pública estavam só esperando um pretexto para dar um golpe de misericórdia no movimento estudantil e prender todos em flagrante por estarem realizando uma manifestação pública terminantemente proibida por lei”<sup>343</sup>.

Mesmo tendo sido impedidos de se reunirem no TUCA os estudantes não desistiram e planejaram realizar o Ato Público em frente ao Teatro. Por volta das 17:00 horas, inúmeras faixas e cartazes afixados nos portões e muros da Universidade Católica anunciavam “Aqui foi realizado o Congresso de reconstrução da UNE” e “Ato Público as 21:00”<sup>344</sup>. Um panfleto estudantil intitulado *Convocatória*, de autoria dos DCEs-livres da USP, PUC-SP e UFSCar e cujo teor conclama os estudantes a participarem da manifestação, foi reproduzido e rapidamente distribuído em várias faculdades e universidades paulistas<sup>345</sup>. As lideranças

---

<sup>342</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor. São Paulo, 2007. João Edênio preferiu não mencionar a identidade do professor de Direito, apenas disse que ele está vivo, e que é considerada uma pessoa importante em São Paulo.

<sup>343</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor. São Paulo, 2007.

<sup>344</sup> Inquérito da Invasão Policial da PUC-SP elaborado pelo Dops paulista. Referencia: Série Dossiês, pasta nº 50-C-22-9840.

<sup>345</sup> IPM da PUC-SP. Referencia: AESP: Série Dossiês, Pasta nº 50-C-22-9840. Uma cópia do panfleto foi apreendido e arquivado pelo Dops paulista. Ver Ordem Política (OP). Pasta nº 1440.

estudantis ficaram encarregadas de mobilizar o maior número possível de estudantes em suas respectivas faculdades para participarem do evento na PUC-SP<sup>346</sup>. Embora tenha se posicionado contrária a realização do Ato Público, a Refazendo obteve a prerrogativa de dirigir a manifestação e organizar a mesa diretora encarregada de proferir os discursos e as palavras de ordem previamente acordadas<sup>347</sup>.

As lideranças estudantis tomaram algumas medidas de segurança que deveriam ser rigorosamente seguidas. A principal delas foi estabelecer que os delegados e lideranças estudantis que participaram da reunião e organização do III ENE não poderiam discursar e nem mesmo participar do Ato Público. Essa medida teve por objetivo evitar dos participantes serem identificados, e eventualmente presos, pelos agentes policiais<sup>348</sup>. Ficou acertado também que os delegados estudantis de outros Estados deveriam retornar a suas cidades de origem o mais rápido possível. Seguindo essa orientação, até o final da tarde praticamente todos eles já tinham deixado a capital paulista<sup>349</sup>. As incertezas diante dos boatos de repressão policial levaram algumas tendências estudantis da PUC-SP a acionarem seus respectivos dispositivos de segurança como, por exemplo, a destruição de todo material político arquivado nos CAs. Conforme relembra Ciça Guedes:

“Por causa da quantidade de agentes policiais que lotaram a PUC-SP logo após a reunião do III ENE, a tendência estudantil a qual eu pertencia, Liberdade e Ação, avaliou a possibilidade de haver repressão braba à noite. Decidimos, então, queimar toda papelada comprometedora que existia na faculdade. Fizemos isso nas casas de militantes que residiam perto da PUC-SP, na minha, por exemplo. Mas nem todas as tendências tiveram essa preocupação. Os militantes da Convergência Socialista, que dirigiam muitos CAs na PUC-SP, por exemplo, eram muito relaxados em

---

<sup>346</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>347</sup> Depoimento de Hugo Lenzi ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>348</sup> Depoimento de Hugo Lenzi ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>349</sup> Informações extraídas de vários depoimentos coletados.

questões de segurança e acabaram deixando uma série de documentos do partido clandestino que sustentava a tendência no CA de Filosofia. No momento da invasão os policiais entraram no CA e apreenderam todo o material”<sup>350</sup>.

A insistência dos estudantes em prosseguir com a manifestação em frente ao TUCA fez com que a reitoria organizasse uma comissão informal composta pelos vice-reitores, alguns professores, funcionários e alunos que permaneceram de plantão aquela noite<sup>351</sup>. Em razão da calma presenciada no campus no final daquela tarde, a reitora Nadir Kfoury foi convencida pelos integrantes da comissão informal a voltar à sua residência. Ela acatou a proposta mediante o compromisso de que fosse permanentemente informada dos acontecimentos<sup>352</sup>.

### **3.4 Os preparativos da ação policial**

O coronel Antonio Erasmo Dias comandou a operação de repressão e invasão da Universidade Católica e, por esse motivo, esperava-se que pudesse esclarecer pormenores da ação policial. Contudo, na tentativa de responsabilizar unicamente os manifestantes, o coronel forneceu um depoimento contendo muitas informações contraditórias. Não obstante, quando confrontadas com os fatos, as informações e a versão do coronel Antonio Erasmo Dias podem ser facilmente refutadas de modo a esclarecer o episódio. O coronel relatou que, imediatamente após a realização do III ENE, agentes policiais que se encontravam no campus da PUC-SP lhe transmitiram a informação. Também foi informado do Ato Público logo que as lideranças estudantis o anunciaram. O coronel nega, porém, que tenha participado da

---

<sup>350</sup> Depoimento de Ciça Guedes ao autor. São Paulo, 2007.

<sup>351</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle ao autor. São Paulo, 2007.

<sup>352</sup> Idem.

reunião de emergência convocada pelo Governador do Estado, à tarde, no Palácio dos Bandeirantes, para discutir a adoção de medidas policiais. De acordo com o coronel Antonio Erasmo Dias: “Sempre tive autoridade e autonomia absoluta com relação às ações policiais. Só depois é que eu comunicava ao governador. O que aconteceu na PUC-SP não fugiu a essa regra”<sup>353</sup>.

Os depoimentos de vários estudantes que se dirigiram para a PUC-SP para participarem do Ato Público, ou simplesmente para assistirem aula, confirmam que por volta das 18:00 horas começou uma movimentação incomum de policiais nas imediações do bairro. Viaturas policiais civis e militares foram posicionadas cerca de duas quadras antes do quarteirão onde está situada a Universidade Católica. Formaram um cerco policial, mas não efetuaram nenhum bloqueio e nem mesmo impediram o acesso do público ao local. O coronel Antonio Erasmo Dias confirmou essa informação ao esclarecer que: “nós cercamos aquele quarteirão inteiro com a polícia militar, mas ficamos longe, bem longe”<sup>354</sup>. Não há estimativas do número exato de policiais concentrados nas imediações da Universidade Católica neste horário, mas tudo indica que o contingente foi aumentado à medida que se aproximava o horário previsto para realização do Ato Público, as 21h00min. Também já havia sido notada a presença de um número elevado de policiais a paisana no campus<sup>355</sup>. Com base no fato de que os policiais surpreenderam os manifestantes minutos depois do início do Ato Público, o coronel Antonio Erasmo Dias foi questionado sobre a ineficácia da suposta ação policial preventiva. De acordo com a explicação do coronel:

---

<sup>353</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Depoimento de Ciça Guedes ao autor. São Paulo, 2007.

“A minha estratégia sempre foi essa, ou seja, a de impedir qualquer manifestação estudantil antes mesmo que os estudantes começassem a se aglomerar. O problema, naquele momento em que os policiais cercaram os quarteirões, no final da tarde, foi que eu estava reunido no meu gabinete com auxiliares para tratar de assuntos referentes a problemas da secretaria de Segurança. Então eu falei pro comandante da Polícia Militar: *você cerca ai como sempre*. Mas quando eu soube que eles pretendiam sair pra rua, eu falei para o governador: *vou ter que ir pra lá agora, porque eu acho que está passando dos limites do desejável*. Não pude chegar antes. Se eu tivesse chegado antes certamente eu teria conseguido impedir que a manifestação se iniciasse.”<sup>356</sup>.

Se considerarmos o histórico de todas as ações policiais preventivas conduzidas pelo próprio coronel Antonio Erasmo Dias no sentido de impedir as manifestações estudantis de rua presenciadas em São Paulo até a data de invasão da Universidade Católica, é forçoso crer que uma manifestação estudantil da importância como a que estava planejada para a noite de 22 de setembro e a vultosa ação policial que se seguiu, não tenham recebido a devida atenção ou prioridade do secretário de Segurança Pública, conforme ele mesmo alega. Ademais, o coronel Antonio Erasmo Dias se esquivou de fornecer detalhes sobre a suposta reunião de gabinete que ele diz ter consumido seu tempo a ponto de ter que deixar a cargo do chefe da polícia militar os preparativos iniciais da ação policial, além de tê-lo feito se atrasar para chegar ao local da manifestação<sup>357</sup>. Momentos antes do início do Ato Público, os policiais civis e militares tinham avançado em direção ao quarteirão onde está localizado o prédio da Universidade Católica, mas ainda não tinham ocupado a Rua Monte Alegre, que dá acesso à frente do Teatro TUCA<sup>358</sup> e que neste momento já estava tomada por cerca de 5 mil estudantes<sup>359</sup>. Nas portas de entrada do TUCA foi colocada uma mesa que foi usada pelas

---

<sup>356</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>357</sup> Idem.

<sup>358</sup> Depoimento de Igor Fuser ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>359</sup> De todas as estimativas apresentadas sobre o contingente de estudantes que participaram da manifestação, a cifra mencionada é a menor.

lideranças estudantis para coordenarem a manifestação. No campus, grupos de militantes estudantis percorreram as salas de aula para convocar os alunos a participarem da manifestação<sup>360</sup>. O Ato Público começou no horário previsto, por volta das 21h00 min. Conforme se recorda Hugo Lenzi:

“Eu tinha participado do III ENE na PUC-SP, então a ordem era que eu não podia aparecer na manifestação de jeito nenhum. A Refazendo tinha a prerrogativa de dirigir o Ato Público. Mas o militante estudantil que ia fazer o discurso de abertura não apareceu. Então, me ligaram dizendo: *você vai ter que vir pra cá*. Cheguei em cima da hora. Fui de carro, e quando eu estava próximo a PUC-SP dei algumas voltas nos quarteirões e me assustei com a quantidade de policiais. Entrei na PUC-SP e logo me reuni com as outras lideranças estudantis e disse: *eu acho melhor a gente não ir em frente com a manifestação, porque os policiais estão prontos pra reprimir com violência*. Mas todos me responderam: *agora não dá mais pra voltar atrás porque já estamos aqui e tem milhares de estudantes lá na rua esperando o início da manifestação, além do mais, nós vencemos, eles não vão reprimir*. Eu disse: *então vai ter que ser uma coisa rápida, a gente faz alguns discursos breves, gritamos as palavras de ordem e em seguida desmobilizamos a massa estudantil*. Eu comecei a ler a Carta Aberta e, não tinha se passado nem cinco minutos, ouviram-se as sirenes das viaturas, apitos e os policiais avançando sobre os estudantes. As bombas de gás foram lançadas logo em seguida. O pânico foi geral”<sup>361</sup>.

Os depoimentos de outros estudantes corroboram a versão de que os manifestantes foram surpreendidos pelos policiais que avançaram rapidamente sobre a mesa diretora, em seguida rasgaram os cartazes e faixas que transmitiam as palavras de ordem, lançaram bombas de gás lacrimogêneo no meio da multidão e encurralaram os estudantes que tentaram furar o cerco policial. Depois de alguns minutos as lideranças estudantis perderam completamente o controle da situação. Aos gritos, algumas lideranças orientaram os

---

<sup>360</sup> Informação extraída de vários depoimentos coletados.

<sup>361</sup> Depoimento de Hugo Lenzi ao autor. São Paulo, 2006.

estudantes a sentarem ao chão, enquanto que outras pediam que se refugiassem no interior da PUC-SP<sup>362</sup>. Alguns relatos dos momentos iniciais da repressão policial o Ato Público são ilustrativos a esse respeito:

“Fui pra PUC-SP participar da manifestação. Fiquei bem próximo à porta de entrada do TUCA. Surpreendentemente encontrei um amigo que me disse: *vamos sair daqui enquanto é tempo porque isso aqui é uma grande ratoeira. Você notou a quantidade de policiais nas imediações?* Decidimos sair logo que começaram o discurso de abertura. Mas já era tarde demais. Primeiro ouvimos apitos dos policiais e depois a tropa de choque avançou. Depois que lançaram as primeiras bombas de efeito moral aquilo virou um campo de guerra”<sup>363</sup>.

“Fui com alguns colegas porque ninguém achou que haveria repressão. Como de praxe, bem no início do Ato abriram-se as falas para os informes e discursos. Instantes depois, começou a movimentação das tropas de policiais militares e o lançamento de bombas de efeito moral”<sup>364</sup>.

“Éramos estudantes da USP e reunimos um grupo para ir a PUC-SP. Sabíamos da possibilidade de repressão, mas ninguém cogitou de uma invasão da Universidade, até porque, até aquela data não tinha ocorrido nenhum caso semelhante. Tudo aconteceu muito rápido, mal tinha começado a manifestação e as bombas começaram a cair no meio da multidão. Havia tantas pessoas tentando entrar pelo portão principal da PUC-SP que muitas acabaram se ferindo por terem sido pisoteadas e prensadas nas grades”<sup>365</sup>.

“Eu participei de praticamente todas as manifestações estudantis em São Paulo, mas nunca presenciei o que ocorreu aquela noite na PUC-SP. Fui contra a realização do Ato Público. Além do mais, eu tinha participado do III ENE então nem poderia ter ido pra manifestação. Mas os outros membros do DCE-Livre da USP já tinham sido presos em manifestações anteriores, e como existia um sistema de revezamento eu

---

<sup>362</sup> Depoimento de Álvaro Wolmer ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>363</sup> Depoimento de Paulo Gomes Proença Soares ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>364</sup> Depoimento de Luis Carlos Helou ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>365</sup> Depoimento de Álvaro Wolmer ao autor. São Paulo, 2006.

fiquei encarregada de fazer a segurança das lideranças estudantis vinculadas a Refazendo. Fiquei surpresa com o contingente de estudantes que aderiram à manifestação, pena que acabou tendo aquele desfecho trágico. Os policiais e os soldados foram pra cima dos estudantes como se estivessem numa guerra. Eu e mais alguns estudantes conseguimos nos refugiar no TUCA e fomos os últimos a serem presos”<sup>366</sup>.

“Eu tinha sido presa numa manifestação anterior e também tinha participado do III ENE. Neste caso, a orientação da Caminhando foi bastante clara: eu não poderia em hipótese alguma estar presente na manifestação na PUC-SP. Como meu processo ainda não tinha chegado e eu não tinha sido intimada a depor, eu acabei indo pra PUC-SP. Lá encontrei com o líder da Caminhando, o Celso Máximo Figueiredo. Ele me disse que se houvesse repressão eu deveria correr para dentro da PUC-SP. Fiz exatamente isso na esperança que os policiais não avançassem pra dentro do campus. Mas não adiantou muita coisa, porque eles entraram e acabei sendo presa. Fiquei em estado de choque por presenciar a violência policial e não pelo fato de ter sido detida”<sup>367</sup>.

“Ingressei em 1977 na USP. Particpei de todas as manifestações de rua, em São Paulo. Na grande maioria das vezes tivemos que correr da polícia, mas não era algo que chegava próximo à barbárie. Então, saímos em grupo e fomos à manifestação na PUC-SP. Ouvi boatos de que haveria repressão policial, mas eu imaginei que fosse como das outras vezes, então fui sem medo. Chegamos no instante em que as bombas foram disparadas no meio da multidão, e então começou a correria desenfreada. Ninguém entendeu o que estava acontecendo e acho que até hoje se perguntam qual o objetivo de fazer o que fizeram com os estudantes e com o campus da PUC-SP”<sup>368</sup>.

“Nossa tendência, a Liga Operária, era uma das menores, então nosso discurso seria um dos últimos. Elaboramos um discurso defendendo a formação de um partido socialista. Era eu quem ia falar. Mas a polícia dispersou a multidão antes mesmo do representante da Refazendo terminar o primeiro discurso. Quando começaram a jogar as bombas de gás aquilo

---

<sup>366</sup> Depoimento de Beatriz de Castro Bicudo Tibiriçá ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>367</sup> Depoimento de Márcia Barral ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>368</sup> Depoimento de Vera Domscke ao autor. São Paulo, 2006.

se transformou num campo de guerra. Quando os policiais perceberam que a manifestação estava sendo dirigida da mesa onde estávamos, eles foram rapidamente pra cima de nós. Sob o risco de ser preso, escondi rapidamente no bolso o papel do discurso e fiquei com ele até ser levado. Só consegui jogá-lo fora instantes antes de entrar em um dos ônibus que transportou os estudantes detidos”<sup>369</sup>.

“Nas negociações sobre as palavras de ordem que seriam proferidas durante o Ato Público, a Libelú não conseguiu aprovar o tão polêmico *abaixo a ditadura*. Então resolvemos romper com o acordo de lideranças e combinamos que o nosso melhor orador, o estudante Josimar Melo, apelidado de *Bicho*, deveria se meter no meio do discurso de alguém e levantar as faixas e gritar: *abaixo a ditadura*. Ele subiu na sacada do TUCA e logo no início da manifestação ele pretendia começar a gritar, mas no mesmo instante começou a repressão. Fugimos para o campus da PUC-SP. De lá demos um jeito de sair pra uma rua pouco movimentada. A gente se refugiou no telhado de uma casa e permanecemos lá a noite toda”<sup>370</sup>.

“Cheguei a PUC-SP com alguns colegas. Entramos pelo Prédio Novo, ou seja, pela rua de trás. Lá também estava cheio de policiais. Havia um clima de repressão, mas não esperávamos que a reação policial fosse tão intensa. Chegamos à manifestação e logo em seguida as bombas de gás começaram a cair. Eu já tinha presenciado o uso de gás lacrimogêneo em algumas passeatas estudantis, mas no caso da PUC-SP, as bombas foram lançadas no meio da multidão. O gás sufoca e provoca ardor nos olhos, acompanhado de um cheiro muito desagradável e a sensação de que o corpo está em chamas. Ficamos desorientados. No pânico conseguimos arrombar as portas do TUCA e entrar lá. Os policiais avançaram primeiro para o campus e só depois da invasão e depredação eles foram procurar manifestantes dentro do Teatro. Os policiais entraram, não bateram em ninguém, só pediram para que todos saíssem de mãos dadas”<sup>371</sup>.

---

<sup>369</sup> Depoimento de Antonio José Moreira Filho ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>370</sup> Depoimento de Julio Turra ao autor. São Paulo, 2006.

<sup>371</sup> Depoimento de Igor Fuser ao autor. São Paulo, 2006.

“O público era numeroso (...). Pouco tempo depois do início dos discursos ouviu-se o ruído dos pneus e sirenes. Chegava o alto comando da Secretaria de Segurança, do Dops e da Polícia Militar, No mesmo instante, dezenas dos que assistiam ao ato em meio ao público se transformaram em policiais. Começaram a gritar e a bater. Bombas de gás e de efeito moral estouravam causando pânico e correria (...), reconheci o coronel Antonio Erasmo Dias e o delegado Romeu Tuma, estavam na frente do TUCA em meio às nuvens de fumaça”<sup>372</sup>.

Não há indicações sobre o horário preciso em que o coronel Antonio Erasmo Dias se dirigiu a PUC-SP. Ele foi visto em público logo no início da ação repressiva contra os manifestantes. Em seu depoimento, o coronel procurou responsabilizar os estudantes reforçando a versão de que a ação policial foi consequência direta da atitude imprevisível da massa estudantil e imprudência das lideranças estudantis.

“O problema todo foi que os estudantes saíram de dentro das dependências da PUC-SP. Eu estava lá e chamei a reitora, dona Nadir Kfour, e disse: *Manda essa garotada ir pra dentro. Manda voltarem pra dentro porque senão eu vou ser obrigado a reprimir*. A reitora não tinha a menor condição de interferir. A responsabilidade era das lideranças estudantis. É aquela velha história, se não tivesse manifestação pública eles não capitalizavam, eles precisavam de visibilidade e apoio público. Os estudantes continuaram a sair e se aglomerarem na rua. Neste momento, a tropa de policiais militares que estava em volta começou a reprimir. Ela estava na retaguarda e entrou em contato com a massa. Os policiais estavam desarmados, só tinham bombas de gás lacrimogêneo. Então neste momento um policial jogou uma bomba de gás e gerou um pavor desgraçado, e dali pra frente ninguém mais segurou. E foi então que pra ver se acalmava eu invadi. Entramos com dois pelotões dentro da PUC-SP”<sup>373</sup>.

---

<sup>372</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. In: *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

<sup>373</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

Duas informações contidas no depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias citado acima podem ser facilmente refutadas. Primeiro, a reitora Nadir Kfoury não presenciou a manifestação porque desde o final da tarde estava em sua residência e só retornou a PUC-SP após a invasão policial e prisão dos estudantes<sup>374</sup>. Segundo, embora haja indícios de que policiais civis à paisana estavam infiltrados na manifestação, até o início do Ato Público não havia policiais fardados cercando o local da concentração estudantil, ou seja, os estudantes foram surpreendidos com a chegada de viaturas que pararam nas esquinas das ruas Monte Alegre e Bartira<sup>375</sup>.

Os policiais desceram das viaturas e, munidos de cassetetes e escudos, começaram a perseguir os manifestantes. A maioria buscou refúgio no campus. A entrada desordenada de estudantes por um dos portões que dão acesso a Universidade Católica, situado na mesma rua em que ocorreu a manifestação pública, ou seja, na Rua Monte Alegre, fez com que vários estudantes caíssem na rampa em declive e fossem pisoteados e prensados contra as grades e os muros. O tumulto e o pânico aumentaram com as bombas de gás que foram lançadas e explodiram em frente ao portão e na rampa. Praticamente todos os casos de ferimentos provocados nas vítimas do episódio ocorreram no breve período de tempo que vai do lançamento da primeira bomba de gás até dispersão e fuga dos estudantes para o campus. Oficialmente, porém, a polícia reconheceu apenas dezenove casos de vítimas de ferimentos – dezoito mulheres e um homem –, todos eram estudantes<sup>376</sup>. Com exceção de uma das

---

<sup>374</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. In: *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

<sup>375</sup> “Relato da invasão da PUC. DCE-Livre da PUC-SP”. Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, 28 de novembro de 1977, sem referência de página.

<sup>376</sup> AESP-Dops. Série Dossiês, Pasta nº 50-C-0-5368. As vítimas oficiais são: Anita Simis, Cristina Martins Vidal França, Dora Luiza Egidio, Graziela Eugênia Augusta, Iria Visona, Jurema Curso Troiano Stulp, Jair Aires Borba, Leda Sewo, Cláudia Maria Costin, Lucia Cabral Janel, Márcia Regina Choueri, Marli Loureto, Maria Cristina Raduan, Marta de Oliveira Braga, Nadir Melara de Castro Souza, Tereza Arbocese, Virginia Maria Finzetto, Verônica Juca Kokai e Sonia Regina Martins Machado.

vítimas<sup>377</sup>, o restante dos casos de ferimentos envolveu queimaduras provocadas por bombas que, ao caírem no chão, expeliram gases, outras liberaram labaredas de fogo e outras expeliram substâncias líquidas<sup>378</sup>.

O número de vítimas oficiais que o Estado reconheceu é certamente exíguo, pois excluí os inúmeros casos de pessoas que ficaram feridas pelas agressões policiais e lesões que ocorreram durante a dispersão e perseguição dos manifestantes. Mas além desse fato, o Inquérito Policia Militar sobre a invasão da PUC-SP, preparado pela Secretaria de Segurança Pública e o DOPs paulista, responsabilizou unicamente as lideranças estudantis pelos casos oficiais de vítimas de ferimentos, sustentando que:

“Os ferimentos foram resultantes do contato direto das vítimas prostradas no chão, com as bombas de gás lacrimogêneo (...). O único ponto de fuga, uma rampa em declive com apenas três metros de largura, entre o *prédio velho* e o TUCA, foi indicado pelas lideranças estudantis responsáveis pelo Ato Público, para que por ele se escoassem mais de duas mil pessoas. Deduzimos assim, que se responsáveis houve pelas lesões sofridas pelos participantes, a culpa só pode ser atribuída aos organizadores do Ato Público, não só pela impropriedade do local, mas pelo desafio à Lei que esta representou”<sup>379</sup>.

A entrada dos policiais na Universidade Católica ocorreu em seguida à fuga dos manifestantes para o campus. O alerta para que a tropa de choque e os policiais civis invadissem o campus foi dado pelo coronel Antonio Erasmo Dias com uso de um mega-fone e um rádio comunicador<sup>380</sup>. Os policiais agiram de forma rápida e coordenada adentrando ao campus por todos os portões de acesso, localizados nas ruas Bartira, Ministro de Godoy e

---

<sup>377</sup> O estudante Jair Aires Borba sofreu ferimento em uma das mãos ao ser prensado contra uma janela, no momento em que tentava entrar na PUC-SP. AESP-Dops. Série Dossiês, Pasta nº 50-C-22-9826.

<sup>378</sup> A estudante Maria Cristina Raduan ficou gravemente ferida, tendo cerca de 30% do seu corpo atingido por queimaduras de 1º e 3º graus. Seguida das estudantes Iria Visona e Graziela Eugênio Augusta.

<sup>379</sup> IPM da invasão da PUC-SP. AESP-Dops. Série Dossiês, Pasta nº 50-C-22-9826.

<sup>380</sup> Depoimento de Egmar Depieri ao autor. São Paulo, 2006.

João Ramalho e, principalmente, pela Rua Monte Alegre<sup>381</sup>. Primeiramente os policiais fizeram um arrastão perseguindo todos que estavam dentro do campus. Estudantes, professores e funcionários que se encontram no restaurante universitário, nas salas de aulas, nas sedes dos CAs e DCE-Livre, na biblioteca e nas salas administrativas, foram desalojados dos recintos com truculência pelos policiais<sup>382</sup>. Os policiais não hesitaram em usar de violência física, como golpes de cassetetes, ponta pés, socos e espancar aquelas pessoas que manifestaram resistência. A primeira onda de depredação das dependências da PUC-SP ocorreu, portanto, no momento em que os policiais adentraram ao campus em busca de manifestantes. Aos poucos, estudantes, professores e funcionários foram retirados da PUC-SP e obrigados a saírem em fila e de mãos dadas. Atentamente vigiados pelos policiais da tropa de choque, todos os detidos foram conduzidos a um enorme terreno que ficava defronte a PUC-SP, e que era usado como estacionamento de veículos. Conforme relata o coronel Antonio Erasmo Dias: “Em frente tinha um estacionamento, era o único lugar com capacidade pra reunir toda aquela gente. Já estava previsto que seria feita uma triagem para saber quem seria levado preso”<sup>383</sup>.

### 3.5 A depredação

Os policiais que permaneceram no campus varejaram as dependências da Universidade Católica, arrombando as portas das sedes das entidades estudantis, dos departamentos administrativos e dos arquivos a procura de material que indicasse atividades estudantis subversivas. Praticamente toda mobília e os equipamentos foram destruídos nesta

---

<sup>381</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. In: *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

<sup>382</sup> “Relato da invasão da PUC. DCE-Livre da PUC-SP”. Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, 28 de novembro de 1977, sem referência de página.

<sup>383</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

ação. Como não houve testemunhas da ação policial nesses locais, a dimensão dos estragos e dos prejuízos materiais só foi notada depois que a polícia permitiu a entrada de membros da direção da PUC-SP e de jornalistas. O único local que ainda não havia sido invadido era a gráfica. A reitora Nadir Kfoury chegou a PUC-SP pouco depois das 22h00min. Acompanhada do professor de Direito, Hermínio Marques Porto, a reitora rapidamente foi ao encontro do coronel Antonio Erasmo Dias. O coronel avisou a reitora Nadir Kfoury que daria ordens para invadir a gráfica. A reitora ponderou: “Para que isso, o Sr. já acabou com tudo”<sup>384</sup>.

O coronel Antonio Erasmo Dias reafirmou sua decisão de invadir a gráfica, mas atendeu a solicitação do professor Hermínio Marques Porto, para que um membro da reitoria acompanhasse a ação policial<sup>385</sup>. Antes dos policiais deixarem as dependências da PUC-SP, duas equipes técnicas do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança, especializadas em danos materiais, efetuaram o laudo pericial. Os peritos fizeram imagens fotográficas dos locais e de todo material apreendido: dinheiro, correspondências, panfletos, jornais e revistas, faixas, cartazes, livros e etc., que serviriam para o laudo oficial que apurou as responsabilidades pelo ocorrido na PUC-SP. Todo material foi transportado para um caminhão e levado para o Departamento de Ordem Política do Dops paulista<sup>386</sup>.

### **3.6 Os estudantes presos**

Calcula-se que cerca de 1500 pessoas, na maioria estudantes, foram detidas e desalojadas das dependências da PUC-SP e do TUCA e depois levadas para o estacionamento, inclusive todas as vítimas de ferimentos, onde permaneceram sentadas e

---

<sup>384</sup> “Presos 1.000 na PUC”. *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 1977, sem referência de página.

<sup>385</sup> *Idem*.

<sup>386</sup> IPM da invasão da PUC-SP. AESP-Dops. Série Dossiês, Pasta nº 50-C-22-9840-9816. O IPM procedeu à uma minuciosa descrição e análise de todo material apreendido. A maior parte deste material, porém, se perdeu devido à má conservação nos arquivos do Dops.

atentamente vigiadas pelos policiais<sup>387</sup>. Por volta das 22h40min o coronel Antonio Erasmo Dias se dirigiu ao estacionamento e munido de um mega-fone comunicou aos detidos que seria efetuada uma triagem que indicaria quem seria levado preso e fichado na sede da polícia. A polícia queria determinar quem tinha participado da manifestação, e o critério mais sensato, talvez o único, de obter essa informação era identificar quem não estava vinculado a PUC-SP. Os professores e os funcionários foram rapidamente identificados e liberados. Restaram os estudantes. Os estudantes da PUC-SP também foram liberados, menos aqueles que tinham antecedentes por participarem de manifestações anteriores<sup>388</sup>. Os estudantes que no momento não estavam de posse do documento de identidade estudantil para provar que era aluno da PUC-SP, recorreu às listas de presença trazidas para o estacionamento por funcionários administrativos e o vice-reitor comunitário<sup>389</sup>.

Delegados do Dops e da polícia civil coordenaram o processo de triagem. No final, 514 estudantes foram separados dos demais e levados detidos em vinte ônibus da prefeitura, que foram escoltados por viaturas policiais. O grupo estudantil compunha-se de 302 homens e 212 mulheres<sup>390</sup>. Entre os detidos, cerca de dez estudantes pertenciam aos quadros de lideranças estudantis<sup>391</sup>. Todas as vítimas oficiais de ferimentos por queimaduras e escoriações também integraram o grupo de estudantes presos. As que estavam em estado mais grave, porém, foram encaminhadas para atendimento médico em hospitais da região<sup>392</sup>. O grupo de estudantes detidos foi dividido; 92 estudantes foram encaminhados para a sede do

---

<sup>387</sup> “Relato da invasão da PUC. DCE-Livre da PUC-SP”. Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, 28 de novembro de 1977, sem referência de página.

<sup>388</sup> “Presos 1.000 na PUC”. *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 1977, sem referência de página.

<sup>389</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. In: *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

<sup>390</sup> Relatório do Dops paulista, intitulado “Relação dos estudantes detidos por participarem da manifestação de protesto na PUC-SP”. AESP-Dops. Série Dossiê, Pasta nº 50-C-0-3880-3867.

<sup>391</sup> Foram: Beatriz de Castro Bicudo Tibiriça, Celso Máximo de Figueiredo, Hugo Lenzi, Henrique Sampaio Pacheco, Jorge Roldan, Marco Tabet, Rui Gerbi Veiga, Roberto Pereira Melo, Antonio José Moreira Filho e Ronaldo Antonelli.

<sup>392</sup> Eram: Maria Cristina Raduan, Iria Visona e Graziela Eugênio Augusta. As outras receberam atendimento ambulatorial no local antes de seguir para a polícia.

Dopa paulista; o restante, 422, foi encaminhado para a sede do Batalhão Tobias Aguiar (Rota)<sup>393</sup>. Todos os detidos tiveram que responder a um questionário contendo 17 questões que abrangeu desde dados pessoais, conhecimento sobre o movimento estudantil de 1968 e até o grau de participação e envolvimento dos estudantes no movimento estudantil de 1977. Antes de serem fichados, cada um dos estudantes recebeu uma cópia do questionário e uma folha de papel em branco. O questionário respondido foi anexado junto com a respectiva ficha policial de cada estudante.

Nos arquivos do Dops paulista foi possível localizar 400 desses questionários respondidos, que corresponde a 78% do total. É evidente que, as circunstâncias em que os estudantes presos tiveram que responder ao questionário inviabilizaria por completo sua utilização como método de pesquisa para se apreender alguns aspectos do movimento estudantil de 1977. Neste caso em particular, devemos considerar, portanto, que o elevado grau de pressão psicológica, intimidação e medo a que foram submetidos os estudantes presos constituem fatores que influenciaram as respostas fornecidas, de modo a impedir que tenhamos um retrato fidedigno da posição dos estudantes diante do movimento estudantil. Não obstante, a sistematização e cruzamento de alguns desses dados apresentaram resultados bastante surpreendentes que merecem menção.

Do conjunto das 17 questões contidas no questionário, duas foram selecionadas porque se revelaram particularmente proveitosas para a análise: a de número 7, que levanta o seguinte questionamento “*Tem participado de eleições estudantis, reuniões, encontros, assembleias, atos públicos e passeatas, quais, quando?*”; e a de número 11, talvez a mais importante, que levanta o seguinte questionamento “*Está de acordo com o atual movimento estudantil? Por que?*”. A tabela 1 abaixo fornece os resultados.

---

<sup>393</sup> “Relato da invasão da PUC. DCE-Livre da PUC-SP”. Publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, 28 de novembro de 1977, sem referência de página.

**Tabela 1: Questionário PUC-SP (cruzamento de duas questões)**

Está de acordo com o atual movimento estudantil?	Nº (%)	Por que? (Justificativa apresentada)	Nº (%)	Tem participado de eleições estudantis, reuniões, encontros, assembleias, atos públicos ou passeatas?
<b>SIM</b> 234 (59%)	185 (47%)	Quando reivindica melhores condições de ensino	97 (52%)	Algumas dessas atividades
	32 (8%)	Algumas reivindicações são justas	15 (47%)	Algumas dessas atividades
	17 (4%)	Porque luta por democracia	13 (76%)	Algumas dessas atividades
<b>SEM RESPOSTA</b> 97 (24%)	Todos alegaram não ter posição definida		6 (6%)	Algumas dessas atividades
<b>NÃO</b> 69 (17%)	41 (10%)	O movimento se radicalizou	8 (19%)	Algumas dessas atividades
	28 (7%)	Não apresentaram justificativas	3 (10%)	Algumas dessas atividades
<b>TOTAL</b> 400 (100%)			<b>TOTAL</b> 140 (35%)	<b>Algumas das atividades</b>

Nos dados apresentados na Tabela 1 chama a atenção o fato da questão exposta na coluna 1, que pode ser interpretada como uma sondagem referente à aprovação (ou grau de apoio) dos estudantes que estavam presos em relação ao movimento estudantil, ter apresentado um índice positivo de acordo com as respostas de 234 estudantes, número que corresponde a 59% do total da amostra. Abaixo, na mesma coluna, aparecem 97 estudantes que não forneceram respostas para a mesma questão, número que corresponde 24% do total da amostra. Em seguida, temos 69 estudantes que afirmaram não concordar com o movimento estudantil, número que corresponde a 17% do total da amostra. Os dados também foram trabalhados de modo a extrair as justificativas apresentadas para cada conjunto de respostas. Os resultados estão localizados nas colunas 2 e 3. Com relação aos estudantes que afirmaram concordar com o movimento estudantil (234 estudantes); 185 deles (46%) foram categóricos ao salientarem que apóiam o movimento estudantil apenas quando as reivindicações se

referem a melhoria das condições de ensino; 32 estudantes (8%), apresentaram o argumento genérico de que “algumas reivindicações são justas”; enquanto que 17 estudantes (4%) justificaram o apoio ao movimento estudantil em razão da luta por democracia. Dos resultados até aqui avaliados importa ressaltar a existência de uma clara distinção que opõe reivindicações educacionais a reivindicações políticas mais amplas. Os dados permitem afirmar, portanto, que a maioria dos estudantes que apóiam o movimento estudantil reconheceu que a luta por melhores condições de ensino é uma reivindicação legítima da categoria estudantil.

Dos 69 estudantes (17%) que responderam não concordar com o movimento estudantil; 28 deles (7%) não apresentaram nenhuma justificativa; enquanto que mais da metade, 41 estudantes (10%), se valeram de vários argumentos que foram agrupados genérica e arbitrariamente sob a denominação de “radicalismo”, termo que expressa uma série de críticas ao movimento estudantil tais como: “os estudantes não sabem o que querem”; “o movimento deveria se preocupar com problemas estudantis e não com liberdades democráticas”; “porque não trata de problemas acadêmicos”; “porque não se restringe às escolas”; “tem muita violência e confusão”; “extrapola o papel de estudante”; “o movimento perturba a vida universitária”; “porque está disperso”; “o movimento tomou o rumo da política”; “as lideranças estudantis não sabem fazer reivindicações”; “o movimento é manipulado por comunistas”; “o movimento perturba a ordem pública”; “há muitas divergências”.

As colunas 4 e 5, apresentam o cruzamento dos dados já discutidos com uma outra questão pertinente que integra o questionário, e que se refere ao grau de participação e envolvimento dos estudantes no movimento estudantil. Para tornar a análise mais compreensível, as porcentagens foram calculadas sobre o total de cada conjunto de questões.

Uma primeira observação geral que se pode fazer é a diferença de participação entre os dois grupos de estudantes, os que apóiam e os que não apóiam o movimento estudantil. Somando os dados da coluna 4 é possível notar que entre os estudantes que apóiam o movimento estudantil (234 estudantes), mais da metade, cerca de 125 estudantes (53%) alegaram ter participado de alguma atividade estudantil citada na pergunta do questionário.

Observa-se também que o grau de participação é maior entre aqueles estudantes que justificaram o apoio ao movimento estudantil referindo-se a luta por reivindicações políticas. Comparando-se esses dados com o grupo dos estudantes que disseram não apoiarem o movimento estudantil observa-se que, dos 69 estudantes; apenas 11 deles (16%) alegaram ter participado de alguma das atividades estudantis. Por fim, entre os 97 estudantes (24%) que não forneceram nem resposta e nem justificativas referente ao apoio ao movimento estudantil; apenas 6 estudantes (6%) alegaram ter participado de alguma das atividades estudantis.

O comentário que pode ser feito diante dos resultados dos dados apresentados na Tabela 1 é que, embora as circunstâncias nas quais os estudantes presos tiveram que fornecer as informações contidas no questionário elaborado pela polícia tenha exercido algum tipo de influência nas respostas, não se deve considerar o conjunto dos dados como completamente enviesados. O simples fato da maioria dos estudantes ter respondido positivamente que “sim”, concordando com o movimento estudantil, é bastante significativo. Ademais, o cruzamento das informações referente ao apoio ao movimento estudantil com aquelas relacionadas ao grau de participação em atividades estudantis, enfraquece a hipótese de que qualquer referência negativa ou de desaprovação ao movimento estudantil tenha sido determinada pelas circunstâncias e contexto em que o questionário foi respondido.

### 3.7 o IPM da invasão da PUC-SP

Depois da soltura de todos os estudantes, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo instaurou um Inquérito Policial que teve por finalidade apontar os responsáveis pelo Ato Público e invasão policial da Universidade Católica. Como era previsto, o IPM responsabilizou unicamente os estudantes pelo episódio da PUC-SP. Sete estudantes foram indiciados como "principais responsáveis", e os critérios usados pela polícia basearam-se nos antecedentes registrados no Departamento de Ordem Política do Dops paulista, tais como: participação deles em manifestações anteriores, vinculação com as chapas estudantis que atuavam no âmbito dos DCEs da PUC-SP e da USP e ainda a tentativa de participação do III ENE em Belo Horizonte<sup>394</sup>. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O IPM ainda indiciou trinta e cinco estudantes como "co-responsáveis" sem, no entanto, apresentar razões objetivas, apenas considerando-os "frutos do ardor de uma juventude mal orientada, vítimas de uma propaganda deletéria que se desenvolve em nossos organismos de ensino superior"<sup>395</sup>.

Considerando a exposição e análise dos fatos apresentados até o momento, tudo indica que a invasão policial da PUC-SP foi premeditada. Se o coronel Antonio Erasmo Dias estivesse realmente interessado em evitar a manifestação pública certamente teria se empenhado e concretizado este objetivo sem encontrar resistências. As informações mais

---

<sup>394</sup> Os sete estudantes indiciados foram: Afrânio Raes Filho, Beatriz Bicudo de Castro Tibiriçá, Henrique Sampaio Pacheco, Marisa Terezinha Mamede Frischemburder, Eduardo Fonseca Neto, Jorge Roldan e Marco Antonio Villa. IPM da invasão da PUC-SP. AESP-Dops. Série Dossiês, Pasta nº 50-C-22-9824.

<sup>395</sup> Os trinta e seis estudantes foram: Fernando Aurélio Galvanese, Celsa Celita do Nascimento, Paulo de Tarso Mendonça, Antonio José Moreira Filho, Luiz Aurélio de Jesus Salles, Sonia Cogiola Caleffi, Ana Maria Blanques, Ana Maria Machado, Antonio Carlos de Oliveira, Antonio Sérgio Bichir, Cláudia Maria Costin, Antonio Eduardo de Andrade Garcia Fernandes, Cleide Napoleão, Fernando Rocha Nogueira, Flávio Jorge Rodrigues da Silva, Ida Maria Caminada Bismara, João Bentes Coroa, José Eduardo, Ricardo Augusto Monteiro Fonseca, Roberto Papaleo, Ronaldo Antonelli, Ariosvaldo da Silva Diniz, Antonio Marques Alves Junior, Hideyo Saito, Luiz Felipe Carneiro Novaes, Sergio Toganto Magini, Allen Hebert, Luiz Carlos Prates, Marco tabet, Mario Sergio Marques Conti, Roxane Andrade de Souza, José Augusto Abdalla Saad, Josué Cesidio de Carvalho, Grécia Conceição Soares da Motta e Antonio Augusto da Costa Faria.

importantes que reforçam a tese da intenção e planejamento prévio da invasão policial da Universidade Católica provêm de duas fontes oficiais. A primeira é a informação fornecida pelo próprio coronel Antonio Erasmo Dias. Questionado sobre a suposta ilegalidade da ação policial que violou a autonomia universitária, o coronel retrucou:

"Não foi uma ilegalidade. Eu tinha um mandato judicial que dava respaldo para eu entrar lá com a polícia pra empreender buscas e apreensão de material subversivo que nós já sabíamos que era produzido na gráfica da PUC-SP. Eu estava de posse desse mandato há muito tempo. A oportunidade surgiu naquela ocasião. Nós invadimos pra perseguir os manifestantes, mas depois que eu estava lá dentro eu pensei: já que estou aqui vou aproveitar pra efetuar vistoria e apreensão. E o que nós encontramos lá dentro é prova cabal das atividades estudantis subversivas com a complacência da reitoria. As conseqüências indesejáveis que houve foram conduta normal de operação, não houve como evitar. Eu nada mais fiz do que cumprir com o estrito dever e agi dentro da legalidade"<sup>396</sup>.

A existência de um mandato judicial por si só é um indicador bastante concreto da intenção e possibilidade de uma ação policial. Além dessa informação, é igualmente importante considerar o depoimento do coronel aposentado, Dilton Carvalho de Souza. Na noite da invasão policial da PUC-SP, o coronel Dilton Carvalho de Souza era o subcomandante do 1º Batalhão da Polícia de Choque (B. P. C.), que foi deslocado para o local da manifestação. Conforme explica o coronel aposentado:

"Eu comandava o 1º Batalhão de Polícia de Choque que foi mobilizado para fornecer apoio às polícias civis e militares que estavam nas proximidades da PUC-SP. Na reunião do comando que antecedeu a saída dos soldados do quartel, à tarde, a possibilidade de ocorrência de uma invasão policial foi explicitamente considerada e dada como certa, só não sabíamos em que momento. Saímos do quartel e ficamos estacionados num

---

<sup>396</sup> Depoimento do coronel Antonio Erasmo Dias ao autor. São Paulo, 2006.

bairro distante da PUC-SP. Quando veio a ordem para nos dirigirmos pro local, o trânsito estava muito congestionado e por isso tivemos muita dificuldade para chegar a tempo. Quando chegamos, a invasão já tinha sido efetuada pelos policiais civis e militares. Os soldados da tropa de choque não precisaram entrar na PUC-SP. Só nos restou o trabalho de ajudar no encaminhamento e vigilância dos estudantes para o estacionamento. Depois da triagem, nosso agrupamento escoltou alguns ônibus que conduziram os estudantes presos<sup>397</sup>.

Constatada a premeditação da ação policial, resta aventar hipóteses sobre o principal mentor da invasão da PUC-SP. Naquela conjuntura política ditatorial, as lideranças estudantis consideravam seriamente a idéia de que havia uma autoridade governamental (civil ou militar) de Brasília, ou seja, do Governo Federal, que estava por trás das atividades de repressão ao movimento estudantil. Conforme o depoimento de um militante estudantil que estava próximo ao coronel Antonio Erasmo Dias no momento que precedeu a ordem dada para que os policiais avançassem para dentro das dependências da Universidade Católica, um soldado da polícia militar que portava um telefone móvel se dirigiu rapidamente para junto do coronel comunicando que uma autoridade superior de Brasília estava na linha. Esse militante estudantil testemunhou a conversa e afirmou que se tratava de um militar de alta patente, e que imediatamente depois de terminada a ligação, o coronel Erasmo Dias deu ordens para os policiais entrarem no campus<sup>398</sup>. Além desse testemunho, há também o do então vice-reitor comunitário, João Edênio dos Reis Valle, que acompanhou o coronel Antonio Erasmo Dias no momento em que estava no estacionamento procedendo à triagem das pessoas detidas. Conforme seu relato:

---

<sup>397</sup> Depoimento do coronel Dilton Carvalho de Souza ao autor. São Paulo, 2007.

<sup>398</sup> Depoimento de Egmar Depieri ao autor. São Paulo, 2006

“No momento culminante da invasão, quando o estacionamento já estava lotado de prisioneiros, toca o telefone móvel que estava no estacionamento. Era de Brasília. Chamavam ao telefone o coronel Erasmo. Aproximei-me discretamente e pude escutar palavras isoladas do coronel que falava muito alto. Ele tentava se justificar ante uma alta autoridade do governo federal, que lhe passava uma carraspada. Sempre julguei que quem estava do outro lado da linha era o chefe da Casa Militar da Presidência, general Hugo Abreu. Seja quem for, essa autoridade desaprovava o que estava acontecendo e parecia estar transmitindo ordens para que se atenuasse a dureza com que a ação foi conduzida”<sup>399</sup>.

Confrontado com a versão apresentada pelo militante estudantil e pelo professor João Edênio dos Reis Valle, o coronel Antonio Erasmo Dias negou categoricamente que tenha recebido qualquer telefonema de qualquer autoridade militar superior. Conforme a resposta do coronel Antonio Erasmo Dias:

“De modo algum. O presidente Geisel, por exemplo, sempre concordou em gênero, número e grau com que eu fazia. Além disso, eu já afirmei que tinha mandato pra entrar lá na PUC-SP. Portanto, eu não fui orientado por nenhum superior e nem dei satisfações a ninguém depois do ocorrido”.

Não há elementos suficientes reunidos para confirmar a hipótese da existência de uma ação policial planejada que fosse além do âmbito da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e do Governo do Estado, como explicação para a invasão da Universidade Católica. Ao completar 30 anos do episódio, em 22 de setembro de 2007, a imprensa recordou os fatos trazendo a tona novos depoimentos que reforçam essa hipótese. Os depoimentos mais importantes são do ex-governador Paulo Egydio Martins, que evocou para si a responsabilidade da operação policial alegando que:

---

<sup>399</sup> Depoimento de João Edênio dos Reis Valle. In: *Revista PUC Viva*, nº 17, julho a outubro de 2002.

“Havia um decreto do presidente da República que proibia terminantemente reunião da UNE em qualquer local, em qualquer Estado (...). A tropa estava nas ruas desde cedo. Às 6 e meia, os estudantes deixaram o teatro e foram enfrentar a polícia na rua. Atiraram pedras. O Erasmo me ligou e disse: *e agora, o que eu faço?* Quem deu a ordem para intervir fui eu. Mandei impedir baderna de estudante na rua. A ação policial não foi ato do Erasmo. Essa responsabilidade eu assumo. Eu tinha que exercer a autoridade de governador. Desrespeitei o decreto presidencial até um determinado ponto que a minha consciência indicou. Não havia bomba incendiária. Era lacrimogêneo. Umas moças tentaram pegar e jogar de volta nos policiais. Acabaram se queimando (...) Não me arrependo de nada. Com decreto ou sem decreto, faria tudo de novo. Se fosse governador, novamente eu repetiria tudo, exatamente como fiz”<sup>400</sup>.

O coronel Erasmo Dias também concedeu novos depoimentos em que sustentou sua versão da ação policial. Reafirmou que não cometeu excessos nem crimes porque agiu de acordo com a lei. Questionado pela reportagem sobre uma reavaliação da ação policial, o coronel sustentou que: “Não faria nada diferente. Provei que o ato era um foco subversivo. Fiz a mesma coisa com bandidos”<sup>401</sup>.

---

<sup>400</sup> Depoimento do ex-governador Paulo Egydio Martins. In: *Folha de S. Paulo*, 22 de setembro de 2007. Caderno Brasil, sem referência de página.

<sup>401</sup> Idem.

**Anexo 1: Questionário respondido pelos estudantes detidos no Ato Público da PUC-SP.** Fonte: Arquivo do DOPS-SP - Referência: Ordem Política (OP): Autos de Investigação, Pastas nº 1567, 1568, 1569.

Nome:

Data e Local de Nascimento:

Residência:

Local de trabalho

Escola em que estuda:

Ano ou semestre e curso:

**1)** Se trabalha, onde? Desde quando? Quanto ganha?

**2)** Qual a ocupação de seus pais? Quanto recebem mensalmente? Onde residem?

**3)** Onde fez os cursos primário, secundário, colegial e cursinho?

**4)** Quando foi aprovado no vestibular?

**5)** Fez parte de alguma entidade ou agremiação estudantil (DA, CA, DCE)?

**6)** Como ficou sabendo da realização do III ENE marcado para o dia 21/09 na Capital de São Paulo?

**7)** Tem participado de eleições estudantis, reuniões, encontros, assembléias, atos públicos e passeatas, quais, quando?

**8)** Participou de algum Encontro Nacional de Estudante ou Encontros Nacionais de sua área de estudo?

**9)** Participou das assembléias do CDPP e do Comitê Primeiro de Maio?

**10)** Participou das missas em homenagens póstumas?

**11)** Está de acordo com o atual movimento estudantil? Por que?

**12)** Onde? Como foi? E por quem foi detido?

**13)** Teve conhecimento dos movimentos estudantis de 1968 e 1971 que redundaram na escalada de guerras revolucionárias quando vários estudantes passaram a integrar as organizações terroristas e que praticaram assaltos a bancos, firmas comerciais, inclusive assassinatos e seqüestros?

**14)** Está ciente de que a evolução dos atuais movimentos estudantis pode levar os seus integrantes a responderem processo por delitos constantes na LSN e que a sua participação está exatamente dentro de tudo aquilo que preceitua referido diploma legal?

**15)** Tem ciência de que os movimentos estudantis atuais se identificam com aqueles que ocorreram no período de 1968 e 1971?

**16)** Seus pais sabem que participa ou tem participado dos movimentos estudantis?

**17)** Já foi detido anteriormente, quando e por que?

## IMAGENS DA INVASÃO POLICIAL DA PUC-SP

Salas arrombadas pelos policiais.  
Fonte: Laudo Pericial DOPS



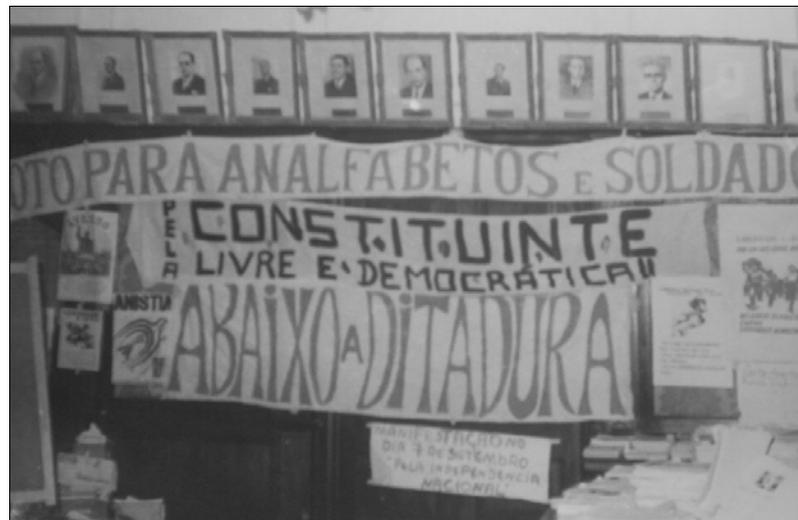
Mobilia, materiais e equipamentos depreedados pelos policiais.  
Fonte: Laudo Pericial DOPS



Mobilia, materiais e equipamentos depredados pelos policiais.  
Fotos: ACI-PUC-SP

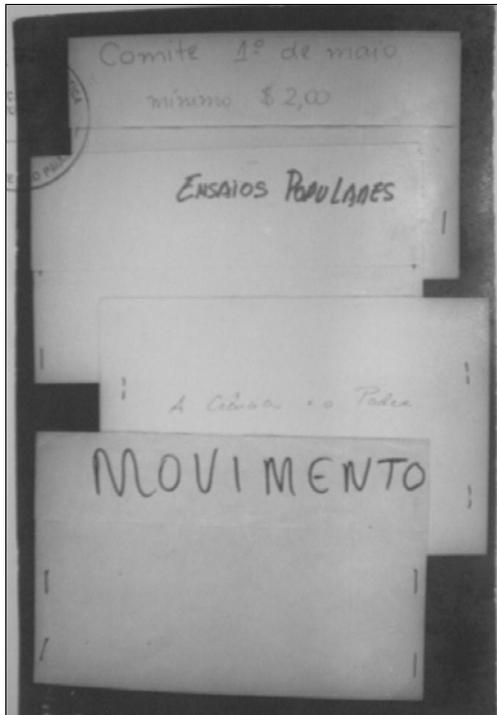


Faixas e cartazes encontrados na PUC-SP.  
Fonte: Laudo Pericial DOPS

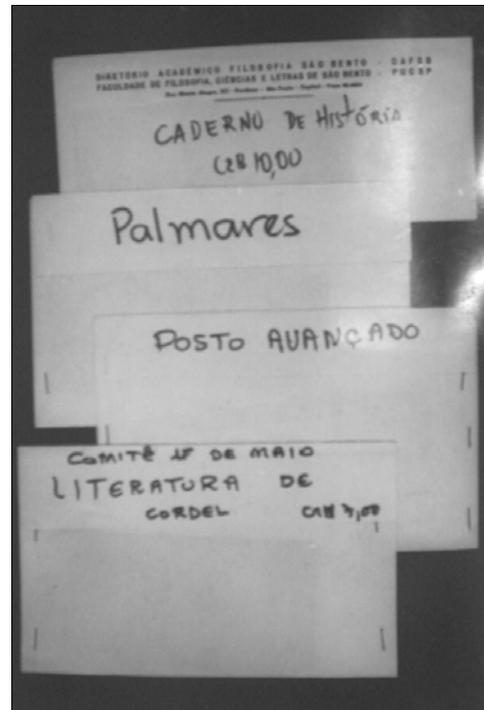


Materiais diversos apreendidos pelos policiais.  
Fonte: Laudo Pericial DOPS

Escaninhos de jornalecos, revistas e textos literários “alternativos”.



Comitê 1 de Maio, Ensaio Populares  
A Ciência e o Poder, Movimento



Cadernos de História, Palmares, Posto Avançado  
Comitê 1 de Maio, Literatura de Cordel



Jornaleco Novo Rumo



Jornaleco Palmares

Materiais diversos apreendidos pelos policiais.  
 Fonte: Laudo Pericial DOPS

COMUNICAÇÃO Nº 101  
 AUTORIDADE

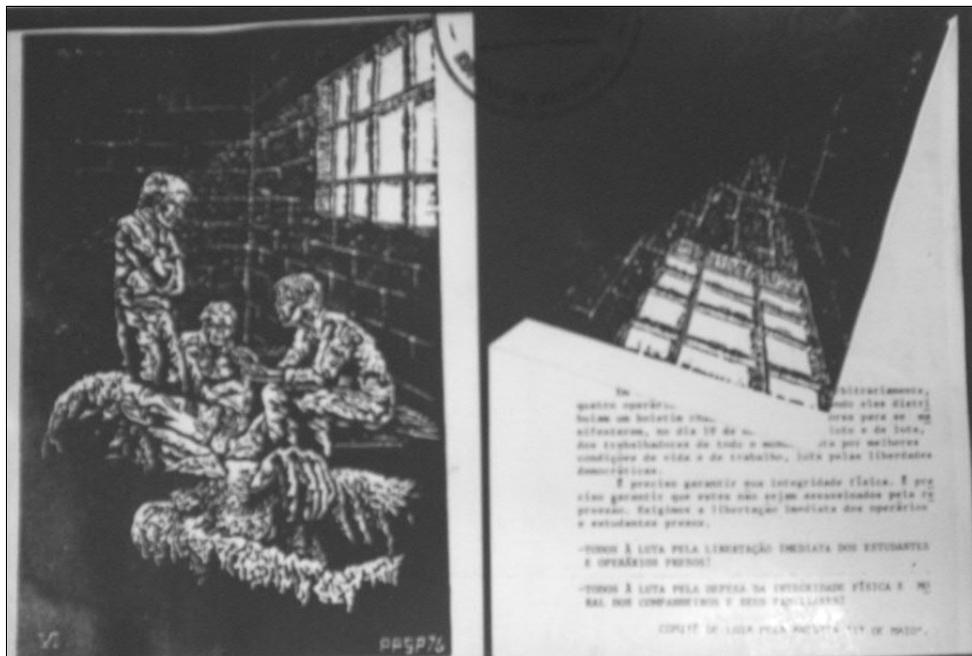
DE ACORDO COM O ARTIGO 10 DO DECRETO Nº 11.000 DE 1937 E O ARTIGO 10 DO DECRETO Nº 11.000 DE 1937

1 - Nº 1  
 2 - Nº 2  
 3 - Nº 3  
 4 - Nº 4  
 5 - Nº 5

NOME	ENDEREÇO	CIDADE	ESTADO	SEXO	RESID.
Elton Spina de M. Barros	R. Santa Helena 221ap 147	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
Jonas Barros	R. Salvador Mendonça 12	Pindamonhangaba	SP	M	Fam
Marcelo Ferraz	R. Madalena 203	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
João Crispim	R. Nossa Sra 139 2º andar	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
Francisco Gomes	R. Monte Alegre 119 apto 102	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
João Barros	R. Imperatriz 95 apto 1	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
Georges (ou Barros)	R. General 58	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
Sandro Augusto de Jesus	R. Monte Alegre 119 apt 102	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
João Henrique	R. Tombal de Castela 109	Pindamonhangaba	SP	M	Grat
João Gatti	R. Francisco Guterres 88 casa 1	Pindamonhangaba	SP	M	Grat

\* a qualquer que esteja por aí, em qualquer lugar da Pindamonhangaba, ou em qualquer cidade vizinha.

Uma das inúmeras fichas contendo a relação de nomes de estudantes oferecendo hospedagem aos participantes da 29ª SBPC.



Panfleto do Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia.



Instantes depois de iniciado o Ato Público, os policiais começaram a reprimir os manifestantes.  
Foto: Carlos Namba/Abril Imagens



Os policiais começam a reprimir os manifestantes com bombas de gás.  
Foto: Helio Campos Mello



Estudantes sendo conduzidos pelos policiais ao estacionamento próximo a PUC-SP.  
Foto: Helio Campos Mello



Coronel Erasmo Dias fala aos estudantes detidos.  
Foto: Abril Imagens



A reitora Nadir Kfour chega a PUC acompanhada do Professor do Direito, Hermínio Marques Porto.  
Foto: Helio Campos Mello



Encontro da reitora Nadir Kfour com o coronel Erasmo Dias.  
Foto: Helio Campos Mello



No dia seguinte à invasão, o governador Paulo Egydio Martins (à esquerda) e o coronel Erasmo Dias (à direita) numa entrevista coletiva à imprensa.  
Foto: DOPS



Coronel Erasmo Dias fala aos repórteres. Atrás dele, está o delegado do Dops paulista, Romeu Tuma.  
Foto: DOPS

#### 4.0 Militância estudantil: pressupostos teóricos e metodológicos

O objetivo proposto de avaliar se a participação no movimento estudantil exerce influência na vida futura do estudante ao término de sua formação universitária é um tema que se relaciona ao debate teórico sobre a significância social das ações coletivas protagonizadas por jovens. Pelo fato dos movimentos estudantis de vários países terem desempenhado, em determinadas conjunturas históricas, o papel de movimentos de protesto e de oposição política colocou os estudantes no centro deste debate teórico dando origem a um campo de pesquisa histórica e sociológica que investigou a especificidade e o potencial que tais movimentos têm de promover, através de suas práticas e reivindicações, mudanças na ordem social e política estabelecida<sup>402</sup>. Sob a ótica de diferentes abordagens teóricas, as interpretações do radicalismo político estudantil, no que concerne ao significado e alcance de seu impacto na sociedade e na política vigente, sofrem relativa variação dependendo do tipo de conflito social em que o movimento estudantil é inserido. De modo geral, a literatura acadêmica referente ao tema trabalha com análises baseadas em duas variantes do conflito social: o de tipo classista<sup>403</sup> e o geracional<sup>404</sup>.

---

<sup>402</sup> ALBORNOZ, Orlando. *El significado del movimiento estudantil*. Aportes Universitários, N. 5 Dados bibliográficos insuficientes.

<sup>403</sup> Exemplos que se inserem nesta variante são: FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1965; *o estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1977; *a participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982; MARTINS FILHO, João Roberto. *movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987; LOWY, Michael; GORMAN, Stephen M. Students and class struggle in Brazil. In: *Latin American Perspectives*, Vol. 6, n. 4, Autumn, p. 101-107, 1979.

<sup>404</sup> Duas referências de estudos clássicos que se inserem nesta variante são: FEUER, Lewis S. *The conflict of generations: the character and significance of student movements*. Basic Books, Nova York-Londres, 1969; Philip, Altbach. "Student Politics". In: *Transition*, n. 28, Jan., p. 25-27, 1967.

Não é objetivo do presente estudo, porém, proceder à revisão crítica de tal literatura e enquadrar o movimento estudantil da década de 1970 em uma das duas variantes analíticas. O objetivo principal é avaliar se a experiência de participação no movimento estudantil interfere na vida do estudante que concluiu o curso superior. Dito de outro modo, a questão é saber se a militância estudantil é capaz de exercer alguma influência na transição da vida estudantil para a fase de vida pós-formação acadêmica. Ou seja, ao término da vida estudantil a militância e o radicalismo político que foram estruturados na participação no movimento estudantil têm continuidade, sofrem modificações ao se adaptar (isto é, o radicalismo se atenua ao integrar-se ao sistema político) ou cessam por completo (devido à apatia e desinteresse pela atividade política)?.

São poucos os estudos que projetam um olhar sobre essa dimensão do movimento estudantil. Como exemplos, podem ser mencionados três estudos. O primeiro é de autoria de Lewis Feuer, intitulado *The conflict of generations*, de 1969; que aborda o movimento estudantil de vários países dentro de uma perspectiva geracional, ou seja, sob a ótica de um movimento juvenil. No último capítulo, o autor faz considerações sobre a ocupação atual de um grupo de líderes estudantis japoneses que se formaram em 1960, e explica que a ação política radical que foi presenciada na fase de vida juvenil terminou quando eles se tornaram adultos<sup>405</sup>. O segundo estudo é de autoria de Philip Altbach, intitulado *Japanese students and japanese politics*, de 1963. O autor estudou a trajetória política de um grupo de ativistas estudantis denominados de Zengakuren, e comprovou que muitos desses ativistas fizeram as “pazes” com o sistema, que os incorporou. Ou seja, a maioria destes ativistas não dá

---

<sup>405</sup> Ver FEUER, Lewis S. *The conflict of generations: the character and significance of student movements*. Basic Books, Nova York-Londres, 1969, p. 214. Sob a perspectiva geracional, a radicalização do movimento estudantil é concebida como uma fase transitória caracterizada como uma “crise da adolescência”.

continuidade à atividade de militância após a formação universitária, abandona por completo a atividade política e passa a se dedicar unicamente ao trabalho profissional<sup>406</sup>.

O terceiro estudo a ser mencionado é de José Augusto Guilhon Albuquerque, intitulado *Movimento Estudantil e Consciência Social na América Latina*<sup>407</sup>, publicado em 1977. O autor trabalhou com uma amostra de 180 estudantes que militaram no movimento estudantil de diversos países latino-americanos (Brasil, Chile, Peru, Colômbia e Bolívia) e seu principal objetivo foi saber se a experiência de participação gerou algum tipo de efeito socializador em termos de assimilação de crença e valores políticos. Ele concluiu que a militância no movimento estudantil é capaz de gerar uma consciência social, porque a participação amplia enormemente o horizonte social dos estudantes para além das demandas tipicamente educacionais, levando-os a tomar consciência de assuntos gerais da sociedade relacionados com a problemática do desenvolvimento nacional<sup>408</sup>.

Embora não aborde explicitamente o tema do desenvolvimento e assimilação de uma determinada ideologia, o estudo de Guilhon Albuquerque confirmou a hipótese de que de que intensidade de participação no movimento estudantil é determinada pela existência de um projeto pessoal de tipo societal que por sua vez é estruturado ao longo da experiência de militância no movimento estudantil. Neste projeto, há uma articulação do interesse pessoal com o coletivo, isto é: o estudante projeta seu destino profissional tendo como referência o destino da própria sociedade em que vive. Outro aspecto importante do estudo foi ter

---

<sup>406</sup> ALTBACH, Philip. Japanese students and Japanese politics. *Comparative Education Review*, VIII, n. 2, October, 1963. Citado por KRAUSS, Elis S. *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*. Berkeley, University of California Press, p. 8.

<sup>407</sup> GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>408</sup> O autor empregou como critério o posicionamento dos estudantes com relação à Reforma da Universidade, que é considerado o tema predominante e a reivindicação central dos movimentos estudantis latino-americanos durante a década de 1960. O debate político nacional gerado pela questão da Reforma da Universidade foi capaz de politizar o movimento estudantil brasileiro porque o tema engendrou discussões a respeito do papel do sistema de ensino superior numa sociedade em desenvolvimento.

comprovado que as condutas dos estudantes no movimento estudantil dependem primordialmente do sentido (ou significado) dado a eles a sua participação. Dessa premissa, deduzimos que o grau de relevância do movimento estudantil no que diz respeito às possibilidades de interferir na trajetória de vida do estudante pós-formado, depende do significado e importância que o estudante dá a sua própria participação.

Guilhon Albuquerque, entretanto, reconhece que a principal limitação do estudo se relaciona com a metodologia empregada, pois o grupo de estudantes que foi objeto da pesquisa deixou seus países de origem e deu continuidade aos estudos de pós-graduação em Louvain, Bélgica. Ou seja, eles ainda não tinham deixado de ser estudantes e se inserido no mercado de trabalho. Isso significa que, somente uma rigorosa observação sobre a atividade profissional após a formação acadêmica seria capaz de demonstrar se a consciência social – sob a forma de crenças, valores e convicções políticas, estruturadas na participação no movimento estudantil –, tem algum efeito no campo da ação prática.

De fato, a maior dificuldade para empreender um estudo como o que está sendo proposto é de ordem metodológica, porque é necessário obter um extenso número de dados que dizem respeito à permanência ou mudança de crenças, valores e comportamento dos indivíduos por um período relativamente longo de tempo, para que possam em seguida ser comparados. Neste sentido, foi muito importante contar com o estudo de Ellis Krauss, intitulado *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*<sup>409</sup>, publicado em 1974. O autor empreendeu uma pesquisa que tinha como objeto de estudo um grupo de estudantes radicais japoneses, que em 1960 eram ativistas de um importante movimento pacifista que se opunha ao Tratado de Segurança Mútua (Ampo), firmado entre os Estados Unidos e o Japão após a Segunda Guerra Mundial. Estes militantes ficaram conhecidos como

---

<sup>409</sup> KRAUSS, Ellis S. *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*. Berkeley, University of California Press, 1974.

a “geração Ampo”. Na época, os protestos desencadeados pelo movimento pacifista provocaram uma grave crise política no Japão, chegando até mesmo a ameaçar a estabilidade e legitimidade do governo.

Em 1970, no trigésimo aniversário do Tratado de Segurança, o Japão presenciou uma nova onda de manifestações políticas, mas extremamente moderadas em comparação como as que eclodiram na década anterior. O governo japonês ignorou os manifestantes e conseguiu conter o protesto. Conforme notou o autor, a maioria dos ativistas estudantis que lideraram o movimento pacifista na década anterior tinha abandonado a militância política e se resignou em apoiar as manifestações. O objetivo principal do estudo, portanto, foi compreender quais os fatores que explicam a mudança de atitude, no que se refere às crenças ideológicas e o comportamento político dos ativistas da geração Ampo. A principal contribuição que o estudo de Krauss nos oferece está associada à metodologia que foi aplicada, denominada pelo próprio autor como o *método longitudinal*; que consiste basicamente em coletar uma grande quantidade de informações sobre a trajetória de vida dos ativistas estudantis.

O método longitudinal é essencialmente diacrônico. Isso quer dizer que o pesquisador deve observar a persistência, radicalização ou mudança das crenças e do comportamento político num determinado período de tempo. No estudo de Krauss, por exemplo, podemos distinguir três fases consideradas cruciais. Na primeira fase deu-se importância ao período em que o jovem ingressa na universidade e se torna um ativista estudantil. A segunda fase concentrou-se no período da transição da vida estudantil para o ingresso na sociedade adulta. Nesta fase, o autor analisa basicamente a inserção profissional (ou ocupação) do recém-formado e o prosseguimento ou não das atividades políticas. Na terceira e última fase, a análise abrange o período do ingresso do jovem na sociedade adulta até o presente. Ao todo, o estudo acompanha a trajetória de vida dos ativistas estudantis japoneses pertencentes à

geração Ampo no transcurso de uma década. Conforme explica o autor, a persistência ou mudança das orientações ideológicas e do comportamento político dos ativistas estudantis são influenciadas por processos interdependentes de natureza macro e micro-sociológicas<sup>410</sup>.

A análise micro-sociológica concentra-se na observação e avaliação do papel de diferentes agentes e instituições sociais responsáveis pela transmissão e assimilação de valores e crenças sociais, sendo que as mais comuns são: a família; a escola (ou universidade); grupos de sociabilidade, local de trabalho ou um partido político. Por outro lado, a análise macro-sociológica abarca basicamente a observação da conjuntura política e, em alguns casos, processos mais amplos de mudança social e eventos históricos. Krauss construiu uma tipologia contendo 3 categorias de ativistas estudantis, cujo critério baseou-se no grau de engajamento deles no movimento pacifista. A coleta dos dados foi feita a partir de um survey, contendo 117 itens (que continha também vários subitens), que foi respondido por uma porcentagem de ativistas estudantis envolvidos no movimento pacifista de 1960, depois de transcorridos dez anos<sup>411</sup>.

#### **4.1 A construção da amostra**

Embora a metodologia empregada no presente estudo tenha como referência o estudo de Ellis Krauss, difere bastante nos aspectos relacionados com a construção da amostra e nos procedimentos de coleta de dados. A amostra que serviu de base para o presente estudo foi construída a partir de um episódio específico do movimento estudantil da década de 1970.

---

<sup>410</sup> Krauss concebe a socialização política como um processo de aprendizagem e assimilação de crenças, valores e comportamento face ao sistema político, que permeia todo o ciclo de vida do indivíduo; ou seja, é um processo dinâmico presenciado em todas as fases da existência da vida: na infância, na juventude e na fase adulta. Evidentemente, a influência que cada um dos agentes e instituições sociais tem no processo de socialização varia enormemente.

<sup>411</sup> Uma observação importante: não há indicação explícita no estudo do número total de entrevistados.

Conforme foi dito no Capítulo referente à invasão policial da PUC-SP, as medidas de segurança tomadas por iniciativa das tendências estudantis evitaram a concentração de lideranças estudantis presentes no Ato Público comemorativo. Por esse motivo, dos 512 estudantes oficialmente detidos na manifestação, apenas 5 foram enquadrados na categoria de liderança estudantil<sup>412</sup>. Por esse motivo, foi necessário ampliar a amostra de maneira a incluir na pesquisa algumas lideranças estudantis que não estavam presentes na manifestação, mas estiveram envolvidas na organização do III ENE e foram apontadas como sendo bastante influentes no movimento estudantil paulista.

**TABELA 1: Característica geral do universo investigado**

<b>ESTUDANTES DETIDOS OFICIALMENTE</b>	<b>512</b>	<b>(100%)</b>	
<b>IDENTIFICADOS</b>	<b>325</b>	<b>(63%)</b>	
<b>NÚMERO TOTAL DE IDENTIFICADOS COM O ACRÉSCIMO DE 10 LIDERANÇAS ESTUDANTIS À AMOSTRA</b>	<b>335</b>	<b>(65%)</b>	<b>(100%)</b>

A seleção dos ex-estudantes que foram objeto do estudo obedeceu inicialmente a um critério aleatório. Com esse procedimento, esperávamos ser possível a construção de uma tipologia que contivesse ao menos 3 categorias de estudantes que participaram do movimento estudantil. Empregando categorias nativas usadas pelos próprios estudantes na época, a tipologia inicial abrangia a seguinte divisão: 1) os mais engajados e ativos (identificados como lideranças); 2) os menos engajados que participavam com bastante frequência

---

<sup>412</sup> Este número se refere às lideranças estudantis mais influentes. Se fosse empregado um critério mais flexível este número subiria para dez. Também é preciso considerar que alguns líderes estudantis conseguiram escapar do cerco policial e fugir do local.

(identificados na época pela terminologia de “massa avançada”); e, finalmente, 3) os simpatizantes e apáticos (identificados como massa estudantil)<sup>413</sup>. Mas, conforme será mostrado mais adiante, à medida que os dados foram sendo coletados e analisados, ficou evidente que a tipologia poderia ser simplificada de modo a mensurar apenas duas formas de participação no movimento estudantil incluindo as referências 1 e 3 mencionadas anteriormente. Ao todo foram coletados extensos depoimentos orais de 27 militantes estudantis. Deste grupo, 17 tinham participado do movimento estudantil na condição de lideranças estudantis; e 10 tinham participado na condição de estudantado (ou massa estudantil).

A desproporção entre os grupos de militantes estudantis pesquisados, com ênfase sobre um maior número de lideranças estudantis, se deve ao seguinte fato: a coleta e comparação dos dados apontaram para a existência de um padrão de trajetória de participação no movimento estudantil relacionado especificamente com o engajamento dos militantes mais ativos, ou seja, as lideranças estudantis. Esse padrão, baseado na subordinação da militância estudantil à militância política, determinou, portanto, a concentração da pesquisa nas trajetórias de vida das lideranças estudantis<sup>414</sup>. Outro ponto importante que merece consideração é a opção pela metodologia de história oral como base para obtenção de informações. O emprego desta metodologia correspondeu a todas as necessidades das etapas da pesquisa. Primeiramente, foi extremamente útil para reconstrução histórica do movimento estudantil da década de 1970 porque preencheu as lacunas de informações históricas referentes ao tema. Por outro lado, o método oral foi muito útil também na reconstrução da

---

<sup>413</sup> A amostra possibilitava a inclusão desta categoria de estudantes, pois nem todos os estudantes que foram detidos durante a invasão policial da PUC-SP estavam participando do Ato Público.

<sup>414</sup> Uma outra razão para essa concentração, que pode ser considerada secundária, mas que influenciou a pesquisa, tem a ver com o fato de que as lideranças estudantis forneceram as informações mais extensas e detalhadas sobre o movimento estudantil da década de 1970, possibilitando com isso suprir as lacunas de informações históricas sobre o tema.

biografia e da trajetória de vida dos militantes estudantis, permitindo com isso que se analisasse e comparasse diversas experiências de participação no movimento estudantil. Por meio desta metodologia, foi possível obter discursos que representam interpretações de fatos; foi possível também identificar padrões de socialização e estilos de comportamento, valores e convicções políticas características da geração e do grupo social a qual pertenciam<sup>415</sup>.

## 4.2 A formação dos militantes estudantis

Para compreendermos quais as razões que levam os estudantes a participarem do movimento estudantil e qual a importância e o significado dessa participação para eles é necessário entendermos primeiramente como os estudantes se tornam militantes estudantis. Foi visando obter resposta para essa questão inicial que os depoimentos orais foram sendo conduzidos. O conjunto dos depoimentos orais provenientes da experiência de engajamento e participação no movimento estudantil foi categorizado seguindo os critérios mencionados da tipologia construída. Nos capítulos 1 e 2, que tratam da reconstrução histórica do movimento estudantil da década de 1970, ficou demonstrado, de modo bastante enfático, a importância da adesão ideológica – sob a forma de vinculação a um grupo, organização ou partido político – como base da estruturação de uma militância estudantil mais ativa. Como poderemos observar mais adiante, no caso da análise dos depoimentos orais das lideranças estudantis foi identificada a existência de um padrão específico de engajamento no movimento estudantil centrado na militância política. A geração de líderes do movimento estudantil da década de 1970 estruturou sua militância de acordo com as seguintes etapas. Primeiramente, aderiram a

---

<sup>415</sup> Foi necessário articular duas técnicas: as “entrevistas livres” e o “questionário”. Dois estudos que foram úteis como fonte teórica e base de informações técnicas para o uso do método de história oral foram: ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004; MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

uma ideologia de esquerda e depois se vincularam a um grupo, organização ou partido político clandestino.

Na maioria dos casos pesquisados, a disposição e interesse pela militância política foi tão decisiva que interferiu nas escolhas que os estudantes fizeram relacionadas ao ingresso na universidade e a opção por determinados cursos ou carreiras. As narrativas elaboradas pelos depoentes também trazem informações referentes às “origens” do interesse ou pré-disposição para a militância política. A família, o colégio e os grupos de sociabilidade são os agentes sociais mais citadas para explicar o surgimento do interesse pela militância política. Não obstante, menções a conjuntura política nacional ou a fatos e eventos políticos locais ou nacionais permeiam quase todas as narrativas e também servem de base explicativas sobre as origens ou interesse pela militância política.

As aspirações e o interesse pela militância política assumem centralidade em todas as narrativas dos depoentes que desenvolveram uma participação ativa no movimento estudantil. Os depoimentos selecionados e apresentados a seguir foram subdivididos com base no critério da influência e do papel desempenhados por determinados agentes sociais no sentido de favorecer ou estimular a militância política. A importância dada ao colégio (curso secundário) incluindo o grupo social escolar; por exemplo, aparece em seis narrativas apresentadas na seqüência a seguir.

“Meu interesse pela militância política começou quando cursava o secundário numa escola pública de uma cidade do interior do Estado, em Ibitinga. Naquela época eu não tinha vínculo direto ou orgânico com grupos ou partidos políticos e nem mesmo posição política definida. Em Ibitinga não existiam grupos ou partidos políticos fortes e influentes, além disso, havia falta de informações e noticiário crítico sobre acontecimentos políticos nacionais. Quando o estudante Edson Luis Lima Souto morreu, em 1968, o jornal Última Hora publicou uma extensa reportagem que despertou certa indignação no meio estudantil e acirrou o debate político entre os

estudantes. Este episódio despertou em mim o interesse pela participação política. O fato de meus amigos e eu irmos para São Paulo pra cursarmos faculdade indicava uma pré-disposição para militarmos politicamente num grupo de oposição ou de libertação nacional no sentido mais geral. Durante o ano de 1971 fiz cursinho no colégio Equipe. Naquela época de repressão brutal aos opositores da ditadura, o Equipe era um colégio diferenciado no sentido de dispor de um ambiente de maior liberdade de expressão, porque tinha muitos professores que eram simpatizantes das ideologias de esquerda e, portanto, eles eram críticos da conjuntura política nacional. Comecei o curso de Arquitetura, em 1972. No primeiro ano não era possível discernir com clareza os grupos políticos clandestinos existentes e nem mesmo as divergências ideológicas. Meu contato com os grupos trotskistas foi gradual, e ocorreu a partir do meu ingresso nos chamados grupos de estudos, que eram a porta de entrada para a militância política clandestina de esquerda. Esses grupos reuniam estudantes interessados em discussão e debate político e leitura de autores e obras cuja circulação era proibida pelo governo. Foram militantes desses grupos políticos que reorganizaram o movimento estudantil<sup>416</sup>.

No primeiro depoimento citado ficou explícito a referência ao grupo e a instituição escolar de nível secundário. O mais importante é a menção ao colégio Equipe, instituição escolar particular paulista que formou muitos estudantes que depois se tornaram militantes e lideranças estudantis. Tanto os militantes estudantis mais ativos como os menos ativos, que foram ou não alunos do colégio Equipe nesta época e que forneceram depoimentos para o presente estudo, deram importância a esta instituição escolar referindo-se ao corpo docente e a estrutura curricular. Os dois depoimentos citados a seguir deixam em evidência a importância do colégio Equipe:

---

<sup>416</sup> Depoimento de Wilson Ribeiro dos Santos Junior ao autor, São Paulo, 2006.

“As raízes da minha militância no movimento estudantil remontam ao período em que cursava o secundário. Estudei no colégio Equipe, que era uma instituição de ensino de referência, que foi fundado por professores que eram simpatizantes, intelectuais e até mesmo militantes de esquerda. O Equipe funcionava nos moldes do colégio público Aplicação, que havia sido destruído pela ditadura. A escola tinha um ambiente político liberal que fomentava o debate crítico e reflexão sobre o cenário social e político nacional. Nos três anos que permaneci no Equipe, meu interesse por assuntos políticos e pelas ideologias de esquerda cresceu. Acabei estruturando uma consciência em defesa da democracia e um senso crítico diante das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Ingressei na USP em 1977, e me aproximei dos militantes comunistas ligados ao PCB. Eu achava que era importante ser de esquerda e que tinha de atuar politicamente pra fazer alguma coisa. De modo geral tínhamos a expectativa de que tudo se resolveria com o fim da ditadura”<sup>417</sup>.

Do mesmo modo que o exposto no depoimento anterior, no depoimento citado a seguir podemos observar semelhante linha de argumentação:

“Meu primeiro contato com a militância política organizada ocorreu no período que cursava o secundário. Estudei no colégio Equipe, considerado uma escola avançada porque tinha muitos simpatizantes e militantes de esquerda, tanto alunos quanto professores. Em 1973 entrei na USP, mas antes de começar a cursar viajei para o Chile e essa viagem foi muito importante na minha decisão de militar no movimento estudantil. O Chile na época era como se fosse Cuba da América do Sul, porque estava atravessando a fase de experiência do governo socialista, do presidente Salvador Allende. Depois ocorreu a morte de Alexandre Vannuchi Leme, que comoveu toda a Universidade. No final do ano ocorreu o golpe militar no Chile. Tínhamos um professor chamado Fulgêncio Ferreira, ele era um conservador, porém era lúcido, e discutiu conosco as razões da queda do governo do Allende. Os alunos acreditavam que haveria reação popular e o general Pinochet seria derrubado. O professor Fulgêncio nos disse, porém, que isso era uma ilusão, porque se fosse haver reação ou alguma resistência isso já teria ocorrido, o país estaria dividido e coisa e tal. Nada disso tinha acontecido e a experiência reformista de Allende acabou. A partir

---

<sup>417</sup> Depoimento de Paulo Kliass ao autor, São Paulo, 2006.

de então comecei a me interessar por política. Depois comecei a participar das reuniões clandestinas que ocorriam nos chamados grupos de estudo. Tomei conhecimento da crítica elaborada pelos trotskistas em torno da situação da Rússia e do comunismo soviético. Simpatizei com os trotskistas e gradualmente amadureci meu posicionamento ideológico. Paralelamente, tomei conhecimento dos vários grupos e organizações clandestinas atuantes na USP. Os trotskistas, por exemplo, estavam agrupados em muitas organizações distintas. Na segunda metade da década de 1970, esses grupos e organizações formariam a tendência Libelú. Quem se envolvia em questões e atividades estudantis eram justamente esses militantes políticos. E foi a partir daí que o movimento estudantil se reorganizou. Os militantes estudantis vinculados às tendências atuavam numa perspectiva mais ampla; isto é, levavam em consideração o papel do movimento estudantil no processo político nacional. Deixando de lado as divergências relacionadas com as análises conjunturais e táticas de cada tendência estudantil, acreditávamos que o movimento estudantil poderia contribuir para a derrubada da ditadura. Além disso, trabalhávamos para ampliar a influência no meio universitário com a finalidade de fortalecer a organização política a qual estávamos ligados<sup>418</sup>.

Outra instituição escolar que foi mencionada nos depoimentos de ex-militantes estudantis é o Instituto de Educação Dr. Octávio Mendes, também conhecido por Cedom. Conforme dois depoimentos citados na seqüência seguir, a influência do colégio público Cedom também se deve ao ambiente politizado que serviu como estímulo à militância política e estudantil. No primeiro depoimento desse conjunto o engajamento no movimento estudantil é explicado da seguinte forma:

“Tinha tido uma pequena experiência de participação no movimento secundarista de 1968. Naquela época eu estudava numa escola da zona norte de São Paulo que era muito politizada, chamava-se Instituto de Educação Dr. Octavio Mendes, ou Cedom. Participei de muitas passeatas naquele ano, mas depois do AI-5 e da repressão contra o movimento estudantil parei com essas atividades. Ingressei na USP em 1973, no curso

---

<sup>418</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite ao autor, São Paulo, 2006.

de Ciências Sociais. A escolha do curso decorreu do meu interesse em ter um entendimento da sociedade e da política brasileira. No início do primeiro semestre me aproximei dos estudantes que dirigiam o CA de Ciências Sociais e tomei conhecimento de que eles eram militantes de organizações políticas clandestinas. No início do segundo semestre fui cooptado por um grupo trotskista. Em agosto do mesmo ano ocorreu a eleição para o CA e eu integrei a chapa vencedora. A organização trotskista que eu me vinculei se chamava Organização Comunista Primeiro de Maio, mais conhecida no meio estudantil como Frente Estudantil Socialista (FES). Fazíamos reuniões secretas, organizávamos grupos de estudo na Universidade, discutíamos a intervenção no movimento estudantil e no movimento operário na região do ABC paulista. A gente fazia um jornalzinho operário chamado Batente, que era distribuído em várias fábricas de São Paulo. A organização devia ter no máximo umas oitenta pessoas, a maioria era composta de estudantes da USP e da PUC-SP e uma outra parte era operário. Nossa pretensão era construir uma organização nacional, mas a realidade do Primeiro de Maio era bem diferente, pois éramos uma organização basicamente paulista sem relações ou contatos com grupos clandestinos de outros Estados. No final de 1975, o Primeiro de Maio se fundiu com outras organizações e grupos de matrizes trotskistas dando origem à tendência estudantil Libelú. O meio estudantil universitário servia aos objetivos de recrutamento de quadros para nossa organização, mas nossa principal meta era intervir no movimento operário, considerado pelas esquerdas como o segmento social mais apto e capaz de intervir politicamente com vistas à construção do socialismo. Mas naquela conjuntura política, o movimento estudantil foi o primeiro setor da sociedade a se manifestar publicamente contra a ditadura”<sup>419</sup>.

O depoimento citado a seguir é bastante extenso. Nele, o ex-militante e liderança estudantil dá ênfase a experiência de participação no movimento secundarista enquanto aluno do colégio Cedom, que acabou sendo o ponto de partida do seu interesse e motivação em militar politicamente e, por conseguinte, também militar no movimento estudantil universitário.

---

<sup>419</sup> Depoimento de Julio Turra ao autor, São Paulo, 2006.

“Meu interesse pela militância estudantil surgiu no curso secundário. Eu estudei num colégio público muito politizado chamado Dr. Octávio Mendes, ou Cedom. Para se ter uma idéia da importância do Cedom, basta lembrar que em 1968 as eleições para a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) se centralizava em basicamente duas tendências paulistas que atuavam em dois colégios da capital. Um deles era o Cedom e o outro era o Aplicação que depois perdeu importância devido a repressão da ditadura. Terminando o secundário eu ingressei na USP para cursar Letras, em 1970, mas abandonei no mesmo ano. Na época, o movimento estudantil praticamente inexistia porque era início do governo Médici e a repressão era brutal. Os CAs existiam na base da informalidade e depois eu fiquei sabendo que eram os estudantes que militavam nos grupos e organizações clandestinas que os mantinham em funcionamento. Voltei a USP em 1972, desta vez como aluno do curso de Filosofia. Assim como muitos amigos, eu simpatizava com as ideologias de esquerda. A gente discutia questões relacionadas com o marxismo, com a política nacional, principalmente sendo aluno de Filosofia, curso que trata das idéias e da repercussão das idéias nas sociedades. Fui simpatizante da luta armada e da VPR, e por um breve período cheguei a freqüentar reuniões, mas depois deixei de lado a idéia. No ano seguinte me aproximei de um grupo trotskista que pertencia à organização Primeiro de Maio, e logo firmei vínculos de militância. Fui atraído à militância política pelo convencimento e a partir daí tomei consciência de que as transformações sociais pelo mundo ocorrem independente de cada um de nós tomarmos partido ou não. Sendo assim, é importante interferir ao máximo e contribuir para a transformação da sociedade de modo a projetarmos estruturas sociais e políticas melhores, mais justas. Neste aspecto, o movimento estudantil era um setor importante que poderia intervir politicamente. Mas para isso, era fundamental reconstruir as organizações estudantis representativas, em particular a UNE. Em 1975, o Primeiro de Maio se uniu a outros grupos trotskistas e formou a tendência estudantil Libelú. Neste mesmo ano eu me formei. Sai da Universidade, mas continuei militando na Libelú. Por necessidades profissionais, precisei fazer um curso de Jornalismo, pois eu já estava trabalhando como jornalista, mas não possuía o diploma na área. Eu pensei em fazer na ECA, mas o curso era de quatro anos, a opção foi fazer Cásper Líbero, onde o curso era de três anos. Ingressei na Casper em 1976, ano em que o movimento estudantil estava se reorganizando. Nossa missão era de reorganizar o movimento estudantil na Casper para se juntar ao movimento liderado pela USP e PUC-SP. Formamos uma chapa de coalizão

com outros militantes de esquerda para concorrer as eleições para o CA da Cásper. Nossa chapa disputou com o pessoal da direita que queria manter o CA atrelado as “estruturas”, como se dizia na época; ou seja, vinculado à direção da Faculdade. Nós ganhamos à eleição e antes de tomarmos posse a direção da Casper abriu um processo com base em nossa Carta de Princípios, que era chamada de Movimento de Reformulação Acadêmica (MRA). Fomos acusados de sermos militantes de esquerda, pertencentes ao MR-8. Começamos a gestão em 1977, o processo continuou e eles questionaram o caráter político da nossa Carta de Princípios. No fim das contas, fui expulso da Faculdade com outros militantes estudantis que integravam a chapa vencedora<sup>420</sup>.

Ao lado da importância de determinadas instituições escolares de nível secundário, as influências ou estímulos provenientes do grupo familiar são apontados como favoráveis ao engajamento e militância política ao menos em cinco narrativas apresentadas na sequência de depoimentos a seguir. Em comparação com os demais depoimentos desse conjunto, o primeiro e o segundo depoimentos são difusos porque não dão forte ênfase ao grupo familiar, mas ainda assim é possível perceber o papel da família como alicerce das motivações pela militância política e estudantil. No primeiro caso, temos a seguinte narrativa:

“Comecei a militar no movimento estudantil secundarista por influência do meu irmão que tinha sido dirigente da UEE e foi preso em 1966. Simpatizávamos com as esquerdas pelo princípio libertário de ser contra as injustiças sociais e contra a repressão da ditadura militar de direita. Por conta desses fatores, em 1968 fiquei indeciso em me vincular a um grupo clandestino guerrilheiro, a Ala Vermelha; e um grupo trotskista de tendência nacional-posadista. Todas essas idéias só amadurecerão na minha mente quando ingressei na Universidade, em 1971, no curso de Geografia. A idéia de militar numa organização clandestina de luta armada ainda estava no meu horizonte; todavia, dois episódios me fizeram rever essa posição. O primeiro deles ocorreu logo no primeiro ano de Faculdade, quando fui cooptado por militantes pertencentes a AP. Quando me vinculei ao grupo todos eles foram presos pelos órgãos de repressão, mas eu

---

<sup>420</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor, São Paulo, 2006.

consegui escapar. O segundo episódio foi bem mais traumático, e envolveu a morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme. Naquela ocasião, por causa de um depoimento de um militante da ALN eu cheguei a ser preso e interrogado, tive medo de morrer. As divergências ideológicas entre os grupos clandestinos de esquerda se davam em torno da disputa pelo controle das organizações estudantis representativas, muitas delas na verdade só existiam formalmente porque o pessoal mais engajado assumia os encargos e as atividades. Cheguei a integrar uma chapa que concorreu à direção do centro acadêmico de Geografia. Ganhamos à eleição. Gradualmente, os grupos clandestinos foram dando origem às tendências estudantis. O que restou de militantes da AP, por exemplo, constituiu a tendência Refazendo”<sup>421</sup>.

No segundo caso, temos a construção da seguinte narrativa:

“Ingressei na USP em 1973 e acabei escolhendo Ciências Sociais por uma questão de engajamento político. Conhecia quase todos militantes estudantis da Faculdade porque tinha uma irmã que estudava lá. As tendências ainda não estavam formalmente constituídas, isso ocorreu alguns anos depois. Mesmo assim, para quem se interessava um pouco por política era possível perceber as divergências ideológicas entre os grupos clandestinos de esquerda. Alguns acontecimentos ocorridos na Universidade despertaram em mim o interesse pela militância política organizada. Os principais deles foram à morte do Alexandre Vannuchi Leme e a criação do CDPP. Depois ocorreram a greve da ECA e a morte de Herzog que provocaram discussões e debates estudantis. Neste contexto, ficou em evidência as críticas dirigidas aos comunistas e as divergências entre maoístas, leninistas e trotskistas. Firmei vínculos políticos com os militantes remanescentes da AP que depois vieram a ser a base da tendência Refazendo. As divergências permanentes entre as tendências estudantis estavam relacionadas com as estratégias de se criar um movimento de massas para derrubar a ditadura. Isso ocorreria a partir da união entre o movimento estudantil, o movimento sindical de oposição, os movimentos populares e os grupos de oposição política. Nas avaliações de cada tendência, o movimento estudantil era considerado o setor mais organizado da sociedade e, conseqüentemente, o setor mais apto a

---

<sup>421</sup> Depoimento de Geraldo Siqueira ao autor, São Paulo, 2006.

contribuir para derrubada da ditadura. Cada tendência tinha por objetivo fortalecer o grupo político e conquistar maior influência no movimento estudantil e de maneira geral na sociedade como um todo. Na Refazendo, porém, tinha muita gente engajada que não concordava com nada disso, ou seja, muitos dos nossos companheiros discordavam da existência de tendências e da forma como se dava a interferência desses grupos e organizações políticas no movimento estudantil”<sup>422</sup>.

Os quatro depoimentos seguintes são bastante explícitos no que diz respeito às influências do grupo familiar que incidiram sobre as motivações dos jovens para militância política e estudantil. No primeiro depoimento desse conjunto temos a seguinte argumentação:

“Cresci num ambiente doméstico politizado. Na minha juventude conheci pessoas que depois foram mortas pela ditadura. Elas chegaram a se hospedar em casa. Meus pais eram intelectuais de esquerda, artistas ligados ao teatro. Minha mãe era militante mais ativa ligada ao PC do B. Ela já tinha sido presa no Congresso de Ibiúna, em 1968. Ela não ingressou na luta armada, mas fazia parte da rede de apoio aos grupos clandestinos pertencentes aos quadros do PC do B. Toda essa influência me levou a desenvolver uma afinidade com o PC do B a tal ponto que meu projeto de vida era de ser um revolucionário de esquerda. Eu entrei para o PC do B antes mesmo de militar no movimento estudantil. Portanto, quando ingressei na Casper Líbero para cursar jornalismo, em 1977, minha missão era a de organizar o PC do B na Faculdade. O movimento estudantil estava em ascensão e as tendências já estavam formalmente constituídas. Os CAs da Casper já estavam sob controle dos militantes da Libelú; ou seja, dos trotskistas. Mas o movimento estudantil ainda era incipiente, como de resto acontecia nas faculdades ditas isoladas, aquelas que estavam fora do circuito das universidades públicas e PUCs. Nossa concepção era a seguinte: você tinha na Universidade a parcela mais importante da juventude, mais bem informada e bem esclarecida. Portanto, você tinha jovens com potencial de se transformarem em militantes políticos. Outra parcela poderia se transformar em simpatizantes de esquerda e seria importante também de se trabalhar com esses jovens. Esses objetivos foram se consolidando de modo a gerar uma acirrada disputa pela influência

---

<sup>422</sup> Depoimento de Hugo Lenzi ao autor, São Paulo, 2006.

política dentro do movimento estudantil. Na perspectiva dos militantes de esquerda, o movimento estudantil era visto como um lugar privilegiado para se juntar teoria e prática, ou seja, para discutir autores como Marx, Lênin, entre outros; discutir Revolução e fazer análises conjunturais, recrutar quadros para o Partido e intervir na sociedade. Os debates mais interessantes ocorriam dentro das tendências estudantis e não nas assembleias gerais. Na verdade, a massa estudantil que não tinha vínculos de engajamento político não tinha a menor idéia das divergências ideológicas entre as tendências estudantis e dos objetivos que norteariam nossa intervenção no movimento estudantil”<sup>423</sup>.

Do mesmo modo, conforme indica o segundo depoimento citado a seguir, que integra o conjunto especificado, o grupo familiar também é colocado no centro da argumentação da explicação para o despertar do interesse pela militância política:

“Enquanto jovem e prestes a ingressar no curso superior eu já convivía com a política no âmbito familiar. Alguns primos meus foram colaboradores de organizações de luta armada. Meu pai era simpatizante de esquerda e minha mãe militante do PCB. O ano de 1975 foi muito difícil para mim, a repressão fez uma investida feroz contra o PCB e nessa ocasião meus pais foram presos. Isso ocorreu no dia em que fui fazer matrícula na USP. Saí de casa carregando um monte de livros proibidos e os escondi em casas de parentes. Minha geração, no entanto, se opunha tanto ao PCB como a luta armada. Optei por fazer Geologia, a escolha desse curso foi decorrência do que tinha acontecido com o Alexandre Vannuchi Leme, em 1973. Naquela época eu era secundarista e cursava no Equipe; de onde saíram muitas lideranças estudantis. Organizamos uma turma e fomos à missa na catedral da Sé. Quando ingressei no curso superior as tendências estudantis já estavam em processo de formação. Me aproximei de alguns militantes e no fim do primeiro ano de faculdade me vinculei a uma organização política clandestina. Nossa tendência se chamava Organizar a Luta, que nada mais era do que pura influência do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Depois nosso grupo se uniu a outra tendência, que se chamava Alternativa; que na verdade representava a organização clandestina denominada PO. Essa fusão deu

---

<sup>423</sup> Depoimento de Igor Fuser ao autor, São Paulo, 2006.

origem à tendência Resistência. Ganhamos várias eleições para os CAs, mas perdemos todas para o DCE-Livre. Éramos uma minoria no movimento estudantil da USP. A nossa participação no movimento estudantil era baseada numa visão política mais abrangente de se pensar a sociedade brasileira. O movimento estudantil era visto pelos militantes estudantis como uma “correia de transmissão” das perspectivas ideológicas dos grupos e organizações políticas clandestinas. O objetivo de cada tendência era conseguir cada vez mais influência em todas as escolas como meio de conduzir o movimento estudantil e a partir daí ampliar essa influência para os movimentos operários e populares”<sup>424</sup>.

O terceiro depoimento que será citado a seguir, também tem sua relevância ao apontar o grupo familiar como base das oportunidades e incentivos pela militância política:

“Creio que as influências que me conduziram à militância política provêm da minha família. Nasci em Santos, numa família de classe média. Meu pai era ademarista e minha mãe janista. Em casa líamos e discutíamos bastante sobre política. Mas até o final dos anos 60 minha identidade política era totalmente difusa. No início dos anos 70, porém, alguns fatos ocorridos na baixada santista contribuíram para definição do meu posicionamento político. Naquela época a ditadura estava reprimindo a Guerrilha do vale do Ribeira. A gente convivia quase que diariamente com a movimentação de tropas militares. Ficávamos sabendo de acontecimentos e de coisas relacionadas à repressão. Mas essas notícias nunca saíam nos jornais, pois eram casos de desaparecimento de pessoas, torturas e extermínios de guerrilheiros. Tudo isso despertou meu interesse pela política. Me vinculei ao PCB de Santos; pois um avô meu já tinha pertencido aos quadros do Partido. O Partido atuava na clandestinidade e por isso havia um ritual característico para se engajar. Um membro do Partido fazia à leitura dos estatutos e você tinha que responder se aceitava ou não; se dissesse que sim você já estava dentro. Era do conhecimento geral de que os militantes do PCB atuavam dentro MDB, por esse motivo me vinculei formalmente ao MDB. Na minha ingenuidade e ilusão, eu acreditava que a ditadura ia durar tanto tempo que decidi fazer o curso de Direito. Meu objetivo era me formar em Direito para ter uma ferramenta contra a ditadura

---

<sup>424</sup> Depoimento de Marcos Bernardino de Carvalho ao autor, São Paulo, 2006.

militar. Eu achava que poderia atuar como advogado de presos políticos. Comecei a faculdade em 1974, em Santos. O PCB tinha como meta reorganizar o movimento estudantil em Santos e o movimento sindical no setor rural na região de Itanhaém. Depois que me tornei universitário o Partido me convenceu a atuar no movimento estudantil. Acabei aceitando a contragosto, pois eu não acreditava que o movimento estudantil universitário teria condições de se opor à ditadura. Por razões pessoais precisei parar a faculdade. Em 1975 viajei para São Paulo e ingressei no curso de Direito da FMU. Voltava pra casa nos finais de semana. Passei, então, a atuar no movimento estudantil paulista e também de Santos. Mas na época em que eu me engajei no movimento estudantil paulista, o PCB já havia perdido praticamente toda a influência dos anteriores. Nunca entendi exatamente as razões que levaram o PCB, em muito pouco tempo, a perder importância no meio estudantil universitário”<sup>425</sup>.

O quarto e último depoimento do conjunto indica que o grupo familiar foi importante por fornecer a base tanto para a militância política como para a militância estudantil do jovem:

“Meu engajamento no movimento estudantil tem influências de origem familiar. Sou de Rio Preto, cidade do interior paulista. Meu irmão mais velho militou no movimento estudantil até o final da década de 1960. Ele se reunia em casa e formava grupos de estudo. Na juventude, meu pai tinha militado no PCB. Eu também tinha primos que foram presos políticos da ditadura. Portanto, cresci num ambiente familiar politicamente agitado e fui influenciado por ele. Inicialmente optei por cursar Ciências Sociais para entender melhor a sociedade. Porém, como não tinha condições de me manter escolhi fazer um curso noturno e escolhi História. Entrei na USP em 1975. Logo no primeiro semestre a minha sala fez uma greve espontânea contra uma professora de História Ibero-Medieval. Ela era esposa do diretor da Faculdade e nossa greve foi ocasionada pelo método que ele usava, que era factual. Esta greve durou cerca de três meses. Em razão de eu ter uma boa oratória meus colegas de sala me escolheram para mediar a negociação que pôs fim à greve. No final do segundo semestre começaram

---

<sup>425</sup> Depoimento de Egmar Depieri ao autor, São Paulo, 2006.

as discussões para composição das chapas que concorreriam às eleições dos CAs. As lideranças estudantis mais antigas observavam a turma que ia chegando, avaliavam bastante e depois tentavam cooptar os estudantes que se destacavam. Fui muito assediada pelas tendências que estavam em processo de formação em decorrência da greve que minha turma tinha realizado. O mais curioso de tudo é que eu me engajei na tendência Caminhando, mas demorou muito tempo pra eu perceber a vinculação da tendência com o PC do B e a forma como as posições políticas do Partido eram transmitidas ao movimento estudantil. De modo geral, era tudo velado, mas no caso da Caminhando a informalidade e as preocupações com questões de segurança alcançavam graus extremos. Paradoxalmente, eu posso dizer que eu era uma militante política, vinculada ao PC do B, mas eu só me conscientizei dessa condição alguns anos depois do meu engajamento no movimento estudantil<sup>426</sup>.

Como pudemos notar no conjunto dos quatro depoimentos citados anteriormente; os depoentes construíram suas narrativas partindo-se do grupo familiar para explicar as influências e até mesmo as origens do interesse pela militância política e estudantil. Por outro lado, nas cinco narrativas apresentadas na sequência a seguir, a universidade foi apontada como a instituição social mais importante e representativa no sentido de favorecer o interesse pelo engajamento na militância política e estudantil. Neste sentido, todos os depoimentos desse conjunto são representativos por atribuírem as relações de sociabilidade firmadas no âmbito universitário à fonte e aumento das motivações para a inserção na militância política e estudantil. O primeiro depoimento do conjunto sintetiza o modo como o estudante se engajou no movimento estudantil a partir do contato com militantes políticos que atuavam no espaço da universidade:

---

<sup>426</sup> Depoimento de Márcia Barral ao autor, São Paulo, 2006.

”Eu não tinha passado de militância política nenhuma, nem eu e nem meus pais e familiares. Pra mim, 1968 era uma coisa vaga. Sabíamos que havia grupos armados de combate ao regime, exilados e gente procurada pela polícia, além de professores que tinham sido afastados por motivos políticos. O ambiente universitário incentivava a discussão sobre esses assuntos políticos, mas tudo ocorria de forma muito restrita e velada. Quando alguém era preso no campus, era justamente o pessoal que militava nas organizações e grupos políticos clandestinos que se articulava e fazia panfletos para sensibilizar os alunos para participar de assembléias para discutir o problema. Eram os militantes desses grupos e organizações que também mantinham em funcionamento os grêmios e CAs. Nas reuniões promovidas por esses militantes, ficávamos sabendo de violências que ocorriam nas prisões políticas; como torturas, mortes, desaparecimentos de pessoas que se opunham à ditadura militar. Tinha épocas em que essas agitações aumentavam, como no episódio da morte do Alexandre Vannuchi Leme. Eu presenciava todas essas atividades como simples aluno expectador. A gente ouvia falar da existência de grupos que reuniam alunos para discutir autores marxistas e debater temas políticos. Foi ingressando num desses grupos de estudo que tomei conhecimento da existência e do funcionamento dos grupos e organizações políticas clandestinas de esquerda. Em 1974 eu já estava militando ativamente numa organização trotskista. Minha vinculação ao grupo trotskista se deu na base de cooptação. Existia muito disso, ou seja, relações com base em tentativas de convencimento do outro. O que o estudante dizia numa assembléia e a forma como o discurso era pronunciado eram elementos suficientes para você ser convidado a militar politicamente. Era dessa forma que os estudantes iam se engajando no movimento estudantil”<sup>427</sup>.

O depoimento seguinte tem o mesmo padrão do anterior. A narrativa segue uma linha argumentativa centrada na importância da militância política como base do ressurgimento e dinamismo do movimento estudantil.

---

<sup>427</sup> Depoimento de Marcos Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

“Em 1972 viajei do interior pra São Paulo com objetivo de me formar naquelas carreiras consideradas tradicionais: engenharia, direito, economia, etc. Ingressei na USP em 1974 e optei por fazer economia, porque na época era uma carreira que despontava como promissora em razão dos êxitos do ministro Delfim Neto. Claro que depois me iludi, porque me conscientizei da enorme distância social que havia no país entre ricos e pobres. Logo no início do primeiro semestre um grupo de estudantes, ao todo cinco, dois deles eram conhecidos meus; foram presos no campus por atividade política. Esse episódio me inquietou e acabei me aproximando dos militantes estudantis. Meu primeiro contato com o universo das atividades políticas clandestinas ocorreu quando ingressei num dos vários grupos de estudos que, na realidade, objetivavam a cooptação de militantes. Foi em um desses grupos que conheci o Marcos Sokol e depois o Celso Marcondes, dois militantes trotskistas que exerceram sobre mim muita influência em termos de engajamento político. O Sokol era um militante veterano, bastante ativo; o Marcondes, por outro lado, tinha acabado de voltar da França e tinha tido contatos com grupos trotskistas ligados a Quarta Internacional. Depois da notória greve da ECA, em 1975, os vários grupos trotskistas se uniram e formaram a tendência Libelú. Nesta época eu já era um militante bastante ativo. Em nossas análises conjunturais considerávamos o movimento estudantil como o setor mais organizado da sociedade brasileira e, portanto, apostávamos que o movimento tinha plenas condições de reorganizar os movimentos de massas que deveriam ser o motor da transformação social. Do mesmo modo que a geração de 1968 considerava a idéia de Revolução como central, nossa geração tinha a mesma concepção, mas nós havíamos abandonado a concepção de luta armada e a substituímos pela concepção de liberdades democráticas, que estava vinculada à noção mais ampla de ampliação dos canais de participação política como base para reorganização dos movimentos sociais de massa. Naquele contexto, a ditadura estava perdendo força e legitimidade; concluímos, portanto, que havia espaço para alargamento dos canais de participação política. Havia enormes divergências políticas entre as várias tendências estudantis no que se refere às táticas; mas a derrubada da ditadura era o elo aglutinador que dava certa coesão ao movimento estudantil”<sup>428</sup>.

---

<sup>428</sup> Depoimento de Sideval Aroni ao autor, São Paulo, 2006.

O terceiro e quarto depoimentos citados a seguir contrastam com os demais. Em ambos, pode-se notar que inicialmente a militância estudantil aparece desvinculada da militância política. Não obstante, o engajamento político acaba sendo fundamental para continuidade da militância e participação no movimento estudantil. No primeiro caso temos a seguinte narrativa:

“Ingressei na USP em 1973, no curso de Psicologia. A Psicologia funcionava nos Barracos junto com o curso de Ciências Sociais e lá tinha militantes remanescentes da ANL, do MEP, do PC do B e de vários grupos trotskistas. Meu pai era desaparecido político, mas essa condição não gerou grande influência sobre minhas decisões. De qualquer modo, quando descobriram que eu era filha de Rubens Paiva acabei sendo muito assediada para militar nos diversos grupos clandestinos de esquerda atuantes. A maioria dos estudantes da minha geração tinha profunda aversão a qualquer tipo de Estado totalitário, as Revoluções Russa e Chinesa e ao PCB. Mas o que me atraía em termos de posicionamento político era a democracia, por isso firmei posição política contra a ditadura militar. Nos primeiros anos não me envolvi com nenhum grupo e organização política, pois nunca concordei com o estilo de atuação deles. Sempre gostei de participar como independente e sempre defendi o princípio de que o movimento estudantil deveria também atuar com independência, ou seja, sem interferência de posicionamentos políticos de caráter mais geral. Mas naquele contexto, isso era praticamente impossível. Por conta disso comecei a me envolver com pessoas que, de certo modo, pensavam como eu. A maioria dos militantes que vieram compor a tendência Refazendo pensava do mesmo modo. Era a forma de participarmos do movimento estudantil. Nós nos posicionamos contrários à politização do movimento estudantil num contexto em que os CAs tinham interesse na luta ideológica, por conta disso fomos acusados pelas outras tendências de não termos posicionamento político claro. Partíamos do princípio de que era perfeitamente possível pensar questões educacionais articulando-as as condições e necessidades de um país como o nosso, sem descambar para luta política-ideológica extremada e radical. Quando a gente conquistou a direção do CA, por exemplo, começamos a articular encontros nacionais da área de Psicologia, com a finalidade de discutir a função da psicologia num país como o Brasil. Pensar a questão do

atendimento psicológico ao pobre nos hospitais públicos, pensar a questão dos manicômios e de propor experiências alternativas”<sup>429</sup>.

No segundo caso temos a seguinte narrativa:

“Em 1973 entrei na USP para cursar Ciências Sociais. No primeiro ano tomei parte numa discussão sobre mudança curricular, em seguida me envolvi com uma chapa que disputou a direção do CA; que foi justamente formada a partir dessa discussão curricular. Naquela época não havia movimento estudantil propriamente dito. Meu engajamento no movimento estudantil ocorreu a partir da minha participação independente, juntamente com outros estudantes. Portanto, distintamente da maioria dos militantes estudantis da minha geração, minha participação inicial no movimento estudantil ocorreu desvinculada dos grupos e organizações políticas de esquerda. Constituíamos um agregado de estudantes que participavam do movimento estudantil interessados em questões centradas em problemas educacionais. Posteriormente, nosso grupo se aproximou de militantes de organizações políticas de esquerda e a partir desta base política que a tendência Refazendo foi formada. A Refazendo, mais do que qualquer outra tendência estudantil surgida no âmbito da USP; agrupou muitos estudantes que tinham iniciado sua militância estudantil como independente. A maioria dos estudantes que integraram a Refazendo eram militantes remanescentes das organizações políticas de esquerda que já existiam desde a década anterior, mas eles haviam abandonado seus antigos posicionamentos políticos radicais. Com exceção de alguns grupos de militantes estudantis da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, todas as tendências da USP eram de esquerda. E isso era absolutamente normal naquele contexto. No entanto, devido às características do agrupamento de estudantes que formaram a Refazendo, nossa tendência era considerada a mais heterodoxa em matéria de posicionamento político. Nos preocupávamos muito mais com questões e reivindicações educacionais de caráter mais específicas, centradas em problemas internos à Universidade e do ensino superior, especialmente questões envolvendo estrutura curricular e de verbas”<sup>430</sup>.

---

<sup>429</sup> Depoimento de Vera Paiva ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>430</sup> Depoimento de Beatriz Bicudo Tibiriça ao autor, São Paulo, 2006.

O quinto e último depoimento do conjunto analisado difere bastante dos anteriores porque nele a militância estudantil é encarada como resultado do objetivo de militar politicamente num grupo clandestino de esquerda:

"O processo que me levou a participar do movimento estudantil tem origem no meu interesse em militar num grupo político de esquerda. Sou de família bem abastada e conservadora, meu pai era advogado e minha mãe professora. Residíamos no interior de São Paulo, na cidade de Sorocaba. Entrei na USP em duas ocasiões, em 1971 e depois em 1976. Em 1971 eu ingressei no curso de Arquitetura, mas abandonei antes do fim do primeiro ano letivo. Não era o que eu queria. Ainda assim, neste breve período tomei conhecimento da existência e das atividades dos grupos e organizações clandestinas de esquerda. Fiquei interessado em participar desses grupos, mas naquele contexto a barra estava pesada, tudo era rigorosamente velado e dificultava o entendimento das divergências ideológicas que só se manifestavam em épocas de eleições para as organizações estudantis. O meu primeiro contato com um grupo político clandestino ocorreu na periferia da cidade. Eu nunca tinha ido para periferia e fiquei impressionado com as condições de vida da população pobre, o lugar era muito feio e tinha muita violência. Depois que abandonei o curso sai do país e fui conhecer o México, o Peru e a Bolívia. Esses países eram muito diferentes do Brasil, porque existia liberdade de expressão. Também viajei pra Angola e Moçambique e foi lá que conheci livros de autores marxistas. Além disso, esses países estavam atravessando fases de conflitos políticos e eu acabei participando de alguns movimentos populares de protesto. Depois segui viagem para Tanzânia e depois para o Quênia. Lá eu acabei sabendo da derrota da ditadura para o MDB nas eleições municipais de 1974 e do processo incipiente de liberalização do regime militar. Tentei ir pra China, mas não consegui visto. Voltei para o Brasil em 1975. Em 1976 ingressei novamente na USP, só que desta vez para cursar Ciências Sociais. Essa escolha foi consequência de meu interesse por política. Naquele contexto, a situação política do país era totalmente diferente do início da década. Logo fui cooptado por militantes de esquerda e me vinculei a organização clandestina chamada Liga Operária, que depois constituiu a tendência estudantil Mobilização. Sempre fomos minoria no movimento estudantil.

Ganhamos algumas eleições para os CAs, mas sempre a partir de coligações com outras tendências”<sup>431</sup>.

Ao término da primeira parte da exposição dos conjuntos que agrupam 16 depoimentos de ex-militantes estudantis devemos ressaltar que muitas das hipóteses aqui apresentadas pertinentes aos caminhos que conduzem a militância e participação no movimento estudantil devem ser concebidas como tentativas preliminares de se entender os processos de socialização experimentados pelos sujeitos estudados. A falta de estudos e pesquisas específicas sobre o assunto limita uma análise mais aprofundada sobre as variações verificadas entre as vivências dos sujeitos estudados. Não obstante, a exposição conjunta da biografia dos militantes estudantis confirma a hipótese de que a adesão ideológica e a vinculação a uma organização política sustentam uma participação mais ativa no movimento estudantil e constituem as bases para formação das lideranças estudantis. Conforme vimos, na maioria dos casos a opção pela militância política vem em primeiro lugar e acaba sendo um fator decisivo no engajamento do estudante no movimento estudantil, por ser esta a estratégia da tendência política a qual se vincularam. Neste sentido, é a militância política que explica a militância estudantil. Ou seja, a militância estudantil assume a característica de uma variável dependente.

O contraste não poderia deixar de ser mais significativo e aparente quando observamos as narrativas dos militantes estudantis menos ativos que se enquadram na categoria nativa de massa estudantil. Nos seis depoimentos que serão apresentados a seguir, a análise sobre as narrativas apontou para uma maior complexidade no que diz respeito aos fatores que explicariam o baixo grau de participação no movimento estudantil, mas indicam a existência de um padrão que apresenta as seguintes características: em primeiro lugar, o interesse pela

---

<sup>431</sup> Depoimento de Antonio José Moreira Filho ao autor, São Paulo, 2006.

militância política perde centralidade ou inexistente; em segundo lugar, a pouca importância ou o desinteresse pela militância política não estão necessariamente (ou somente) associados, como muitos estudos supõem, a um comportamento de apatia política; mas podem representar mais propriamente uma discordância objetiva, ou um entendimento parcial ou completa incompreensão por parte do estudante no que se refere às finalidades do movimento estudantil. Em terceiro lugar, a participação sempre envolve uma motivação ou interesse objetivo por determinadas questões e as variações no grau de participação representam escolhas ou preferências por determinadas reivindicações, em detrimento de outras que são propostas pela direção do movimento estudantil. Na primeira narrativa apresentada a seguir, por exemplo, a importância conferida às questões educacionais e a preocupação com a formação acadêmica assumem centralidade e estimulam um certo tipo de participação no movimento estudantil.

“Ingressei na USP em 1977. Optei por arquitetura por influência do colegial. Tive o privilégio de estudar num colégio estadual modelo, o Vocacional Oswaldo Aranha. Além da formação humanística, com aulas de artes plásticas, canto e teatro; o colégio oferecia aprendizado profissionalizante nas áreas de marcenaria, xilogravura, desenho geométrico, e havia até uma disciplina de práticas domésticas. Essa estrutura curricular acabou me encaminhando para a arquitetura. O primeiro ano de faculdade coincidiu com a fase do auge do movimento estudantil. Eu participava, mas não tanto como os militantes estudantis mais ativos. Obviamente me identifiquei com algumas questões colocadas, porém, eu não tinha o entendimento integral do que estava acontecendo. Por exemplo, no primeiro semestre houve uma movimentação muito grande dos estudantes por mais verba para a educação. Eu me preocupava mais com questões deste tipo, porque almejava uma boa formação. Além disso, questões pedagógicas da área de arquitetura também atraíam minha atenção. Naquela época, os estudantes de arquitetura faziam seus trabalhos de conclusão de curso focados em teorias; ou seja, não se fazia desenhos. Eu me engajei em muitos movimentos de mudanças

pedagógicas e curriculares que tiveram resultados práticos muito importantes. Depois batalhamos pelo retorno e reintegração ao corpo docente dos professores afastados. No primeiro ano do curso, as tendências já estavam formadas. Eu me identifiquei muito com o discurso da Refazendo, porque eles tratavam mais de problemas do ensino. E quando ganhavam as eleições estudantis para os grêmios, CAs e o DCE-Livre, o grupo tinha mais capacidade de colocar em prática o conteúdo das cartas-programa que tinham servido de plataforma eleitoral. Eu conhecia muitas lideranças da Refazendo que eram bastante politizadas, e na medida do possível eu participava das manifestações de rua, como a que houve na PUC-SP e que provocou a invasão policial<sup>432</sup>.

Na segunda narrativa apresentada a seguir podemos observar que o interesse pela participação no movimento estudantil foi despertado quando as reivindicações estudantis envolviam a resolução de problemas educacionais do ensino superior. O interesse pela política também está presente, mas a percepção e a avaliação crítica do funcionamento do movimento estudantil atuou como obstáculo para o engajamento e uma participação estudantil mais intensa:

“Vim do interior de São Paulo, da cidade de Campinas, para estudar arquitetura. Meu pai era gerente de banco, não dispunha de formação acadêmica nem formação política. Um ano antes eu fiz cursinho no Marco Pólo, e lá tinha muitos estudantes politizados que debatiam temas nacionais. Nesta época, dois professores foram presos por motivos políticos e nós nos mobilizamos pela libertação deles. Ingressei na FAU em 1977, e também me deparei com um ambiente acadêmico bem politizado. Muitos professores tinham sido banidos, mas o corpo docente ainda era muito politizado, na maioria eram adeptos de ideologias de esquerda. Ou seja, além de muito bons arquitetos, eles tinham um compromisso político. Eu participei de muitas manifestações estudantis e me engajei em projetos de mudanças curriculares. Tinha simpatia e afinidade com o pessoal da Liberdade e Luta, mas não me envolvi politicamente porque sempre preferi me dedicar aos estudos. Sempre fui favorável ao envolvimento dos

---

<sup>432</sup> Depoimento de Vera Domscke ao autor, São Paulo, 2006.

estudantes e do próprio movimento estudantil em assuntos políticos, mas o problema é que havia muitas divergências entre as lideranças estudantis em termos de posicionamento ideológico. Todos os grupos e organizações políticas eram muito sectários e radicais e creio que isso atrapalhava a resolução dos problemas. A FAU, por exemplo, era uma faculdade tão politizada que as discussões de problemas administrativos, curriculares e pedagógicos tendia para a ideologização e isso resultava no aparecimento de muitas propostas absurdas. Além do mais, na minha percepção, quando se tratava de questões internas, a politização era puro reflexo de um “jogo de força” envolvendo estudantes, docentes e a administração universitária, apenas visando projeção e influência política”<sup>433</sup>.

Nas duas narrativas apresentadas na seqüência a seguir os depoentes percebem como fundamental o papel político desempenhado pelo movimento estudantil na conjuntura política da ditadura militar. Ironicamente, porém, o desinteresse por uma participação mais ativa decorreu justamente da não concordância e rejeição diante da politização e do funcionamento do próprio movimento estudantil.

“Pertencio a uma família de militantes políticos. Meu pai pertenceu ao PCB e chegou a ficar detido por três anos. Meu pai era muito ligado ao Mariguela e ao Joaquim Câmara Ferreira, e foi preso no governo Costa e Silva e só foi solto no governo Médici. Ele já tinha ido pra Cuba trabalhar de arquiteto e isso facilitou minha ida pra lá onde cursei o secundário. Quando libertaram meu pai eu retornei ao Brasil e ingressei na Escola Politécnica, na USP, em 1973. Nesta época, o movimento estudantil ainda estava em estágio embrionário. Ingressei em alguns grupos de estudo sobre marxismo, mas nunca militei politicamente nas organizações clandestinas que estavam por trás. Acompanhei o surgimento das tendências estudantis e a reorganização do movimento universitário e simpatizava com o pessoal da Caminhando. Eu participei de assembléias e de muitas passeatas e também tive contato com muitas lideranças estudantis influentes. Houve uma única ocasião, em 1977, que eu integrei uma chapa de oposição ligada a Refazendo que concorreu ao CA da engenharia civil contra uma chapa conservadora de direita. Mesmo assim considero minha participação no

---

<sup>433</sup> Depoimento de Álvaro Wolmer ao autor, São Paulo, 2006.

movimento estudantil bastante superficial porque eu tinha muito receio e resignação. Identifico a minha falta de interesse e alienação pela militância política e pela participação mais ativa no movimento estudantil como consequência do que ocorreu com meu pai. Depois que ele saiu da prisão foi difícil conseguir emprego aqui em São Paulo, minha família se desestruturou, muitos parentes se afastaram. Essa situação me traumatizou muito. Mas também tinha outra coisa muito importante que me desestimulou, e que está relacionado com os embates e divergências políticas entre as tendências estudantis. As assembleias se tornaram excessivamente ideológicas e politicamente radicais. Todas aquelas cartas-programa tinham conteúdos que eram impossíveis de serem implementados. Eram na verdade filosofias de esquerda, com muitas propostas absurdas, difíceis de serem aceitas e análises políticas fundamentadas em teorias importadas, sem base empírica nenhuma”<sup>434</sup>.

Do mesmo modo, a crítica a politização do movimento estudantil assume a mesma intensidade no depoimento citado a seguir:

“Eu participei do Ato Público na PUC-SP na condição de estudante secundarista. Eu estudava no colégio Equipe que era muito politizado, mas eu creio que quem mais influenciou minha participação no movimento estudantil foi meu irmão mais velho que já era um universitário e um militante estudantil veterano. Ele também desempenhou um papel importante na formação da minha identidade política no sentido de ter simpatia pelas ideologias de esquerda. No episódio envolvendo a morte do Herzog, por exemplo, meu irmão me convenceu que aquilo tinha sido um assassinato por meio da tortura. A partir daí fui percebendo a importância de participar do movimento estudantil principalmente no que diz respeito à defesa da democracia e conquista de direitos de cidadania. Em 1978 eu ingressei na PUC-SP, na área de Jornalismo. Foi a primeira turma, mas eles ofereceram um curso sem ter estrutura básica e nós tivemos sérios problemas e deficiências de formação acadêmica. O que me impedia de atuar mais ativamente no movimento estudantil era a discordância com relação às estruturas políticas-partidárias as quais as lideranças estudantis estavam ligadas. Sempre tive muito receio da burocratização da política, e o

---

<sup>434</sup> Depoimento de Luis Carlos Helou ao autor, São Paulo, 2006.

movimento estudantil pendeu para a burocratização. Uma coisa que jamais me convenceu, por exemplo, foram àquelas análises de conjuntura política que as tendências estudantis elaboravam. Eu conflitava muito com meu irmão, que era militante da Refazendo. Não me identifiquei com nenhuma tendência embora simpatizasse com a esquerda em geral. Sempre concordei com a saída dos estudantes para as ruas, mas nunca fui adepto da condução política dos estudantes por parte das lideranças do movimento estudantil. Eu gostava mesmo de participar como independente”<sup>435</sup>.

As duas narrativas apresentadas na seqüência a seguir encerram a exposição do conjunto dos depoimentos orais dos militantes estudantis menos ativos. Ambas apresentam dois casos de experiências de participação no movimento estudantil bastante interessantes para a análise. No primeiro caso, a experiência de participação estimulou o interesse pela militância política e conduziu ao engajamento. Mas a militância estudantil prosseguiu somente enquanto o estudante manteve um vínculo de engajamento político. Conforme pode ser observado, o abandono da militância política acarretou o fim da participação no movimento estudantil.

“Sou psicanalista clínico, mas optei por fazer Ciências Sociais como primeira faculdade. Ingressei na USP em 1976 e participei de um trote intelectual idealizado pelos militantes e lideranças estudantis. A maioria tinha cursado o colégio Equipe que tinha fama de ser muito politizado. O trote foi muito criativo e foi baseado em questionamentos e relatos da vivência que os calouros tiveram no ensino médio, com exposição de painéis e realização de debates. O objetivo do trote foi conscientizar os calouros da estrutura pedagógica e curricular do segundo grau que foi imposta pela ditadura, e que segundo eles tinha levado ao estreitamento e anulação das opções ideológicas. Esse foi meu primeiro contato com o movimento estudantil. No início do segundo mês de aula, um grupo de militantes trotskistas ligados a Convergência Socialista armou uma greve contra a disciplina de Antropologia. O problema todo estava ligado ao fato de que a disciplina trabalhava apenas com a abordagem teórica

---

<sup>435</sup> Depoimento de Paulo Gomes Proença Soares ao autor, São Paulo, 2006.

funcionalista, desprezando a perspectiva marxista. A greve durou o semestre inteiro, mas os professores e a direção da faculdade não cederam e todos os alunos foram reprovados. Esses fatos despertaram meu interesse pela militância estudantil e aos poucos fui percebendo que por detrás de toda a agitação e atividade estudantil havia uma estratégia política bem delineada, mas os estudantes só tomavam conhecimento dela ao engajar-se numa tendência estudantil. Aproximei-me do pessoal da Liberdade e Luta e cheguei a participar de grupos de estudo. No final do primeiro ano de faculdade eu já estava residindo numa república da Liberdade e Luta. Eu era membro da tendência, mas pertencia ao *baixo escalão*. Pra nós sobrava o trabalho manual sendo que a atividade mais comum era a panfletagem. Da perspectiva de hoje, a gente tende a considerar a panfletagem como uma atividade extremamente fácil e insignificante, mas naquela época era um trabalho super importante e bastante arriscado. Portanto, nós do baixo escalão éramos a *bucha do canhão*. Uma outra particularidade da militância estudantil daquela época era que o posicionamento ideológico e político tinham reflexos não só no nosso modo de pensar e enxergar a realidade, mas também nos hábitos cotidianos mais simples, como a roupa que a gente vestia, o corte de cabelo, o modo de se expressar e até mesmo as preferências culturais. Depois de quase dois anos engajado no movimento estudantil eu abandonei a militância porque não suportei o clima sufocante e a falta de liberdade de ser membro de uma tendência e de ter que conviver com outros militantes. A partir do terceiro ano de faculdade passei a me preocupar unicamente com minha formação acadêmica<sup>436</sup>.

No segundo caso citado a seguir, podemos observar que a experiência de participação no movimento estudantil foi superficial à medida que não houve nenhuma compreensão da dimensão política e do funcionamento do movimento estudantil.

“Na minha juventude eu pertencia a uma família de pequenos comerciantes e não tinha condições de arcar com os custos das mensalidades de uma faculdade particular. Também achava que não tinha chances de passar no vestibular de uma faculdade pública porque estudei em colégio público estadual da periferia e não tinha feito cursinho. Mas, em

---

<sup>436</sup> Depoimento de Mauro Meiches ao autor, São Paulo, 2006.

1977 eu consegui ingressar na PUC-SP no curso de Ciências Sociais e obtive crédito educativo. Surpreendentemente, eu também consegui passar na USP no curso de Teatro do Instituto de Artes Dramáticas (IAD), ligado a ECA. Eram oportunidades únicas na minha vida e fato inédito entre meus familiares, então resolvi fazer os dois cursos simultaneamente. No mesmo ano o movimento estudantil saiu para as ruas, e eu comecei a participar das assembléias e das passeatas. Sempre fui motivada pela participação independente, na condição de cidadã e não de estudante. Eu achava importante participar, mas não me envolvi a ponto de ser uma militante estudantil ativa. Ouvíamos falar das tendências estudantis, porém eu nunca tive o discernimento das diferenças entre elas e também não entendia o que elas representavam e nem mesmo compreendia porquê os estudantes se vinculavam a determinadas tendências estudantis<sup>437</sup>.

Conforme observado, os seis casos apresentados envolvendo o conjunto de depoimentos de militantes estudantis menos ativos oferecem um contraponto bastante significativo ao conjunto das narrativas orais das lideranças estudantis, reforçando a hipótese central problematizada neste capítulo ao confirmar um padrão que é o extremo oposto ao da participação no movimento estudantil dos militantes estudantis mais ativos. A partir da identificação dos fatores determinantes que influenciam a participação diferencial no movimento estudantil a questão que merece maior atenção se refere à relação de interdependência entre a militância política e a condução do movimento estudantil.

### **4.3 Militância política versus militância estudantil**

O entrelaçamento (ou vinculação) entre militância política e militância estudantil que foi identificado na análise da biografia das lideranças estudantis, não é, porém, uma particularidade e nem mesmo uma especificidade do movimento estudantil da década de 1970. Com base na análise de estudos históricos e sociológicos voltados para a investigação

---

<sup>437</sup> Depoimento de Maria Everalda ao autor, São Paulo, 2006.

do movimento estudantil da década anterior, é possível afirmar que a “partidarização” e a disputa ideológica (entre correntes de esquerda ou de direita) dentro das organizações estudantis, com objetivo de sustentar os respectivos projetos políticos dos militantes (concomitantemente a busca pela ampliação da influência no movimento estudantil) também são padrões que já se faziam presentes. Mas então, se há semelhança nos padrões de ambos os movimentos estudantis no que diz respeito às questões apresentadas, a pergunta que se faz é: qual a diferença que merece destaque? Basicamente, a diferença está relacionada ao grau de subordinação da militância estudantil à militância política. Neste sentido, a pesquisa de reconstrução histórica e a análise da biografia dos militantes estudantis conseguiram captar não somente esta relação de subordinação, mas também demonstrou que no movimento estudantil da década de 70 essa subordinação é mais acentuada. É dentro desta perspectiva que se pode compreender a crítica as lideranças do movimento estudantil da década de 1970 formulada por Ribeiro Neto:

“(...) o sentimento de interferir nos rumos do presente, foi percebido pelas lideranças estudantis como se o ME (...) fosse levado, na ausência do que se nomeava *movimento operário-popular*, a ser a vanguarda na luta contra a ditadura. É nestas circunstâncias, diante da angústia de doravante se ter respostas globais com respeito à direção e mobilização da sociedade, que ocorre um corte profundo e violento no campo das possibilidades que se abriam. Refiro-me ao processo de cooptação pelas organizações de esquerda das lideranças das novas formas de organização política dos estudantes, as tendências estudantis. (...) Com a cooptação das lideranças, a fonte de legitimidade dos discursos e origem mesma destes se desloca dos estudantes para a *verdade revolucionária* de que estas organizações se diziam portadoras. (...) o privilégio de *saber* para que servia, qual era o sentido da ação dos estudantes deixa de ser um problema das discussões dos coletivos estudantis, das assembléias, das reuniões abertas, das salas de aula e corredores onde todos podiam opinar, e emigra para um estamento político que, por definição, é detentor do poder de refletir e de saber; é o único com direito a verdade (...). As eleições e as assembléias

passam a funcionar apenas como espaço de persuasão e de embate entre as verdades revolucionárias, um campo de sedução política, de conquistas de novos adeptos. (...) Neste confronto, pela eficácia encantatória do seu discurso profético, as organizações de esquerda foram vencedoras”<sup>438</sup>.

As críticas de Ribeiro Neto podem ser aceitas até o ponto em que o autor se refere às relações entre as lideranças e a massa estudantil. De acordo com a análise apresentada, a fusão entre a militância estudantil e a militância política – com a ascendência da última sobre a primeira –; acarretou a perda da dimensão coletiva do movimento estudantil universitário e da própria identidade estudantil. Conforme a explicação oferecida pelo autor, a adesão das lideranças estudantis às ideologias e organizações de esquerda levou a vanguarda do movimento estudantil a um processo de gradual afastamento da massa estudantil. Esse afastamento não é de ordem física, ou seja, não se trata da negação ou abandono do papel de liderança; pelo contrário, está mais propriamente relacionado à incapacidade da vanguarda estudantil de conciliar (ou vincular) seus respectivos posicionamentos políticos-ideológicos com as aspirações, anseios e demandas do estudantado em geral, concebido como corpo coletivo comum. Nestas circunstâncias e, distintamente do que ocorreu com o movimento estudantil da década anterior, a ação e o discurso da vanguarda estudantil já não têm como referência as experiências e práticas vivenciadas pelo conjunto dos estudantes, fatores que explicariam o rápido declínio das manifestações públicas posteriores a 1977, devido a não adesão das massas estudantis às reivindicações propostas pelas lideranças do movimento. Conforme salienta Ribeiro Neto:

---

<sup>438</sup> RIBEIRO NETO, Arthur. *UNE: um laço que não une mais*. *Revista Desvios*, n. 4, julho de 1985, pp. 61-71.

“(...) as tendências são cindidas internamente e, sobre um discurso e prática elaborados conjuntamente com parcelas amplas dos estudantes em organismos pouco formalizados e abertos, impõem-se um discurso pré-definido elaborado de *fora* do movimento em organizações hierarquizadas e disciplinadas militarmente. Constitui-se uma espécie de duplo poder. Um dos grupos, internos a eles, e que aparece como organização de estudantes, e outro, das organizações, onde o caráter definidor da participação é ser revolucionário. (...) A ruptura da idéia de uma aventura coletiva comum, compartilhada entre estudantes, suas organizações e seu movimento, que está na base das ações de 1977, se fez pela adesão das lideranças estudantis a concepções e organizações de características aristocráticas. (...) E agora ser estudante, que era uma aventura coletiva de ação e participação política, converte-se apenas no oposto de ser revolucionário. Ser estudante torna-se igual a ser massa [estudantil]; isto é, um incompetente político. (...) a conversão da *condição de estudante* em incompetente político pelas suas próprias lideranças, creio, é um acontecimento decisivo na ruptura da identidade estudantil”<sup>439</sup>.

De acordo com Ribeiro Neto, há uma tensão latente entre vanguarda e massa estudantil que tem origem na tentativa, por parte das lideranças estudantis, de conduzirem o movimento estudantil na condição de militantes políticos; ou seja, tendo por meta a concretização dos projetos políticos a qual aderiram. Mas é equívoco supor, como faz o autor, que a desfiguração do movimento estudantil universitário derivou do que ele denominou de “processo de cooptação pelas organizações de esquerda das novas formas de organização política dos estudantes: as tendências estudantis”<sup>440</sup>. Conforme vimos nos capítulos e tópicos precedentes, as tendências estudantis constituem, nada mais nada menos, que as faces legais dos grupos, organizações e partidos políticos de esquerda. A formação das tendências estudantis é tema que merece mais atenção e exige pesquisas mais aprofundadas. A pesquisa histórica demonstrou que o ressurgimento do movimento estudantil da década de 1970 está

---

<sup>439</sup> RIBEIRO NETO, Arthur. *UNE: um laço que não une mais*. *Revista Desvios*, n. 4, julho de 1985, pp. 61-71.

<sup>440</sup> *Idem*, p. 64.

estritamente associado à ação dos militantes das agremiações políticas de esquerda que atuavam clandestinamente no meio estudantil universitário. Na conjuntura política de repressão sob a ditadura militar, a atuação dentro da clandestinidade ofuscou a vinculação que existia entre as tendências estudantis e os grupos, organizações e partidos políticos de esquerda. A vinculação começou a transparecer publicamente com maior nitidez no transcurso do processo de liberalização e abertura política. Ainda assim, a trajetória de cada tendência estudantil no tocante as relações entre seus militantes e a atividade clandestinidade têm, evidentemente, a suas devidas particularidades.

Outro aspecto significativo é que as tendências estudantis foram canais de atividade e militância política estudantil e exerceram um importante papel na estruturação da identidade política dos militantes estudantis. Devido a esse último aspecto característico das tendências estudantis, outra área sensível que necessita de estudos e pesquisas aprofundadas é a que se refere ao desenvolvimento da ideologia. Inúmeros estudos históricos e sociológicos convergem para investigação da trajetória política das organizações e partidos políticos brasileiros, principalmente aqueles filiados as correntes de esquerda; contudo, pouca atenção tem sido dada ao desenvolvimento da ideologia. Se levarmos em consideração as condições que propiciaram a hegemonia das correntes políticas de esquerda no meio estudantil universitário brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a ausência de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento da ideologia assume maior relevância.

#### 4.4 Análise biográfica e dinâmica do movimento estudantil

O estudo das biografias dos militantes estudantis, em particular das lideranças estudantis; ajuda a entender o funcionamento do movimento estudantil?<sup>441</sup>. A resposta a essa questão implica em saber se a subordinação da militância estudantil à militância política no âmbito da vanguarda estudantil é uma hipótese que explica a prioridade concedida a determinados tipos de reivindicações estudantis. Se nos voltarmos para o ano de 1977, considerado o auge das mobilizações da massa estudantil e das manifestações de rua, identificamos a predominância de reivindicações políticas centradas na luta contra a ditadura militar, que foram apresentadas sob a bandeira das liberdades democráticas. Os desdobramentos das reivindicações políticas do movimento estudantil resultaram em manifestações contra as administrações universitárias autoritárias, a repressão policial-militar e as campanhas e protestos pela libertação de estudantes presos por motivos políticos. Também pudemos notar que reivindicações políticas foram os principais motivos das críticas ao movimento estudantil formuladas pelo governo e órgãos de imprensa da época<sup>442</sup>. As evidências empíricas reunidas neste estudo apontam, portanto, para uma resposta positiva no sentido da existência de um nexo entre os respectivos posicionamentos políticos-ideológicos das lideranças estudantis e a predominância de reivindicações políticas. Não obstante, para o entendimento teórico dessa questão é pertinente considerarmos, primeiramente, a pesquisa de Gláucio Ary Dillon Soares que aborda a relação entre ideologia e participação política estudantil<sup>443</sup>.

---

<sup>441</sup> A pertinência teórica dos estudos biográficos dos ativistas estudantis recebeu atenção do cientista social FLACKS, Dick; no artigo intitulado A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 72, Outubro, 2005, pp. 45-66.

<sup>442</sup> Ver Capítulo 2.

<sup>443</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Ideologia e participação política estudantil*. In. BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*, Vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 243-266.

A partir de dados obtidos de vários estudos quantitativos, a pesquisa de Soares confirma a hipótese de que o ativismo político está associado à intensidade de adesão e a firmeza de ideais ideológicos<sup>444</sup>. O autor constata também que a partir da segunda metade do século 20 as ideologias de esquerda se tornaram hegemônicas no meio estudantil universitário, principalmente nos países em desenvolvimento. O estudante de esquerda é, portanto, o mais interessado e atuante em assuntos políticos. Ademais, a intensidade da adesão e a firmeza dos ideais ideológicos (que o autor denomina de radicalismo) interferem significativamente no modo como o estudante percebe sua participação no movimento estudantil. Neste caso, há uma forte tendência para não individualizar as esferas de atribuições de cidadão e de estudante, o que acarreta uma visão integrada da universidade e da sociedade. Conseqüentemente, o estudante radical de esquerda está mais inclinado a aceitar que o movimento estudantil interfira não somente em assuntos específicos da categoria estudantil (ou seja, aqueles relacionados ao ensino superior) como também em atividades políticas mais amplas que afetam à sociedade como um todo<sup>445</sup>.

Com base nas premissas da pesquisa de Soares, podemos afirmar que a politização mais acentuada da vanguarda estudantil pode provocar uma defasagem entre lideranças e massa estudantil. Essa defasagem deve ser entendida como a não correspondência dos objetivos e aspirações entre a vanguarda e a massa estudantil. Como parâmetro de comparação, convém nos voltarmos para a dinâmica geral do movimento estudantil da década de 1960. O autor que mais detidamente analisou as relações entre as vanguardas e as massas estudantis foi o cientista social João Roberto Martins Filho. No livro intitulado *Movimento*

---

<sup>444</sup> Ou seja, o radicalismo *per se*; isto é, tanto de direita quanto de esquerda, tem a mesma força e é o indicador do interesse e da participação em assuntos políticos.

<sup>445</sup> Comparativamente, porém, as correntes ideológicas de direita tendem a não aceitar a politização das organizações estudantis. No caso brasileiro, por exemplo, após o golpe de 1964 as lideranças estudantis de direita apoiaram a depuração política das organizações estudantis, principalmente da UNE e das UEEs, mas condenaram a perda de autonomia que essas organizações tiveram devido à interferência dos militares.

*Estudantil e Ditadura Militar*<sup>446</sup>, o autor investigou o movimento estudantil brasileiro entre 1961 e 1968. Através da análise das reivindicações estudantis que foram propostas pela direção do movimento no transcurso deste período, o autor defende a tese de que o movimento pode ser entendido como a expressão da ideologia de uma classe social específica: neste caso em particular, das classes médias, que naquela década compunham a clientela do ensino superior. O que importa ressaltar da análise é a dinâmica das relações entre a vanguarda e a massa estudantil. Neste sentido, o autor identificou períodos ou fases de defasagens nas quais se alternam aproximações e distanciamentos entre as lideranças e as massas estudantis.

Tal dinâmica pode ser sintetizada da seguinte forma: nos anos de 1961-62, a vanguarda estudantil dá prioridade a Reforma da Universidade que visa aperfeiçoar o sistema de ensino superior. Essa reivindicação de caráter educacional obtém grande apoio da massa estudantil. No período seguinte 1963-64, porém, as lideranças estudantis se afastam da massa estudantil ao abandonar a Reforma da Universidade concedendo, paralelamente, prioridade à luta política em defesa das reformas sociais que são propostas pelo governo federal e que se referem à defesa da reforma agrária e oposição ao imperialismo. Não obstante, nos anos de 1966-67 as lideranças estudantis novamente se aproximam da massa estudantil ao darem prioridade à luta contra a política educacional do Estado militar e a defesa da democratização do acesso à Universidade que tem por finalidade equacionar o problema dos excedentes<sup>447</sup>. Em 1968 ocorre um novo processo de defasagem, devido à prioridade dada pela vanguarda estudantil à luta política contra a ditadura militar, que é travada no âmbito da ação das

---

<sup>446</sup> MARTINS FILHO, João Roberto (1987). *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus

<sup>447</sup> Os excedentes se referem ao grande contingente de estudantes que eram aprovados no exame vestibular, mas que não conseguiam ingressar no ensino superior devido à falta de vagas.

organizações guerrilheiras de luta armada<sup>448</sup>. A partir de 1969, a inatividade da vanguarda estudantil acarreta o rápido declínio do movimento estudantil.

Da análise do estudo de Martins Filho, conclui-se que os períodos de defasagem que provocaram baixa adesão das massas estudantis ao movimento estudantil universitário estão claramente associados às reivindicações políticas que integram os objetivos da vanguarda estudantil. Na perspectiva de análise adotada pelo autor, o abandono por parte das lideranças estudantis, da pauta de reivindicações propriamente educacionais em detrimento de reivindicações políticas, gera períodos ou fases de declínio do movimento estudantil. Porém, a análise apresentada não indica se nos períodos de declínio são as massas estudantis que discordam da mudança da pauta de reivindicações e não aderem ao movimento ou; do contrário, se são as próprias lideranças estudantis que se afastam e deixam de mobilizar as massas estudantis. De qualquer modo, o que importa ressaltar é que o padrão identificado é claramente distinto da dinâmica do movimento estudantil da década de 1970.

Como vimos ao longo dos capítulos elaborados, o movimento estudantil universitário da década de 1970 ressurge e alcança o auge tendo como prioridade a defesa de reivindicações políticas que assumem a feição de uma luta democrática contra a ditadura militar. A partir dessas considerações, a questão que precisa ser equacionada se refere aos fatores que poderiam explicar o rápido declínio do movimento estudantil após 1978. Consideraremos hipóteses nesta direção quando for analisado o destino da geração dos ex-militantes estudantis.

---

<sup>448</sup> Martins Filho concebe a radicalização no âmbito da vanguarda estudantil como a superação dos limites de classe social das quais as lideranças estudantis se originam; neste caso, as classes médias. Na perspectiva de análise do autor, as lideranças estudantis de 1968 passaram a defender o projeto político-revolucionário de outra classe social: o proletário.

## 5.0 A fase pós-formação universitária

“O que acontecerá ao ex-estudante? De fato, ele cessa muitas vezes de ser um reformador quando cessa de ser estudante, isto é, quando se torna homem. Começa adquirir experiências da vida e abandona os ideais que possuía. Isso reduz o valor político dos ideais do estudante. Os amigos da razão e da liberdade deveriam ficar agradecidos às universidades por oferecerem pelo menos o núcleo de um protesto de princípios. Numa palavra, tem-se muito menos razão para argumentar contra o espírito de auto-sacrifício manifestado pelos estudantes do que contra o instinto de auto-interesse que muitos deles mostraram quando passaram para o rol da oficialidade”<sup>449</sup>.

O parágrafo acima é de autoria do historiador inglês, Bernard Pares, e foi citada no artigo de Seymour Martin Lipset, de 1964. O contexto em que Pares apresentou suas hipóteses está relacionado com a Rússia Czarista do início do século 20, e se refere ao comportamento de ex-estudantes reformistas russos envolvidos em protestos estudantis que ocorreram cerca de uma década antes da eclosão da Revolução de 1917. O propósito de Lipset ao citar Pares foi justamente o de indicar uma hipótese recorrente nos estudos políticos que aponta para “a ausência de conseqüências a longo termo do radicalismo estudantil, que influenciam os participantes depois da formatura”<sup>450</sup>. Porém, conforme assinala Lipset, estudos e pesquisas que apresentam hipóteses semelhantes carecem, de modo geral, de uma boa base de fundamentação, tanto teórica quanto empírica, que ateste a participação diferencial no movimento estudantil e interprete o declínio ou mudança do ativismo estudantil na fase de transição representada pelo término do curso superior. O Japão, por exemplo,

---

<sup>449</sup> Citado em LIPSET, Seymour Martin. “O comportamento político da juventude universitária”. In: Brito, Sulamita de; (org.) *Sociologia da Juventude*; vol. 2, Rio De janeiro: Zahar, 1968, pp. 133-141. Publicado originalmente com o título, *The Political Behavior of University Students in Developing Nations*, Berkeley, 1964, pp. 61-69.

<sup>450</sup> Idem., p. 139.

durante algumas décadas da segunda metade do século 20 constituiu o foco privilegiado de estudos do gênero, que se reportam ao contexto de uma sociedade industrial influente e o predomínio de uma cultura política conservadora como fatores capazes de condicionar o comportamento político da juventude universitária.

Sob o prisma de um modelo teórico de vertente “geracional”, esses estudos postulam que a transição da fase de vida juvenil para o status de adulto e posterior integração do indivíduo na sociedade acarretam, invariavelmente, mudanças que afetam os valores e o comportamento político em detrimento ou conformidade com o sistema prevalecente. Em outras palavras, postula-se que a participação do jovem em movimentos de protestos político é transitória, ele deixará de se empenhar politicamente quando completar os estudos. E, no caso do movimento estudantil e dos contingentes de militantes estudantis japoneses pertencentes a facções políticas radicais ou moderadas de esquerda, apontam para a ocorrência de um processo uniforme que leva a diminuição dos compromissos políticos e abandono gradual dos objetivos ideológicos, à medida que se aproximam do fim do curso<sup>451</sup>. Foi partindo desses pressupostos que Krauss procedeu à investigação de um movimento de protesto político liderado por ativistas estudantis japoneses, considerados adeptos de tendências radicais socialistas. O principal objetivo do autor foi justamente o de efetuar uma revisão crítica da bibliografia sobre o tema e testar empiricamente as hipóteses relacionadas ao processo de integração do indivíduo na sociedade na fase de transição pós-formação educacional de nível superior, avaliando as possíveis mudanças e conseqüente assimilação de novos padrões de comportamento e valores políticos, bem como as atividades profissionais

---

<sup>451</sup> Para um balanço geral desta bibliografia, consultar KRAUSS, Ellis S. *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*. Berkeley, University of Califórnia Press, 1974.

que são reveladoras do modo como os ex-estudantes lidam com a inserção no mundo do trabalho.

A abordagem teórica empregada por Krauss em seu estudo é predominantemente geracional, mas o autor adota uma perspectiva de análise concebida como heterodoxa ao considerar a socialização política como um processo aberto e, portanto, suscetível de sofrer reestruturações ao longo da trajetória de vida do indivíduo. Experiências do passado e do presente influem permanentemente no processo de socialização política do indivíduo. Desse modo, padrões de comportamento, valores e ideais políticos, como aqueles que servem de orientação aos movimentos de protestos juvenis, podem perfeitamente persistir na vida adulta e; embora possam sofrer mudanças, elas seriam causadas por transformações no âmbito da sociedade ou da conjuntura política ao invés da (ou somente por causa da) integração do jovem na sociedade ou assimilação de novos papéis característicos da fase de vida identificada com a maioridade. Seja como for, a transição da condição de estudante para a de sujeito com capacitação profissional não deve ser concebida, necessariamente, como uma fase de ruptura com as experiências do passado, mas como o início de um novo ciclo de experiências que exercerão determinada influência no processo de socialização política. Portanto, a pesquisa social deve proceder à investigação dos padrões de comportamento, valores e ideais políticos mais consistentes adquiridos na fase de vida juvenil e avaliar detidamente quais deles são mais resistentes ou suscetíveis à mudança do que outros, na fase de vida adulta.

Outra área que recebeu atenção no estudo de Krauss – e que de certo modo é tão fundamental quanto a área relacionada à atividade política dos militantes estudantis –, diz respeito à trajetória ocupacional, que se relaciona basicamente com as respectivas atividades profissionais que os ativistas estudantis optaram por exercer após a formação de nível

superior. A importância conferida a atividade profissional é explicada pela posição central que a Universidade ocupa na estrutura econômica de uma sociedade em processo de modernização. Além de representar o principal canal de mobilidade social ascendente, o ingresso do jovem no sistema de ensino superior é considerado a fase preparatória para sua inserção na sociedade adulta. Mas a especificidade do sistema de ensino superior japonês confere uma alta significância à investigação da trajetória ocupacional dos ativistas estudantis pertencentes à geração Ampo.

Krauss observou que nas décadas de 1950 e 1960, o rápido crescimento econômico do Japão com base na industrialização de alta tecnologia requereu mais e mais trabalhadores especializados, tal demanda desencadeou uma rápida expansão do sistema de ensino superior que se ajustou às necessidades do tipo de desenvolvimento adotado. O tipo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado japonês baseou-se na expansão do setor industrial privado, resultando na concessão de privilégios e benefícios as grandes corporações e empresas capitalistas. O setor privado passou a absorver, portanto, uma alta proporção de universitários graduados em comparação com o setor educacional e governamental (para cargos na burocracia estatal). Esse processo levou a um estreitamento cada vez maior dos vínculos entre as universidades e as empresas e corporações privadas, resultando na institucionalização de regras e procedimentos envolvendo o recrutamento dos universitários graduados. As universidades no Japão passaram formalmente a gerir os procedimentos de avaliação e a se apresentarem como instituição “mediadora” na inserção dos recém-graduados no mercado de trabalho do setor privado. De igual modo, o setor privado, especialmente as grandes empresas e corporações, desenvolveram a prática de contratar novos profissionais

especializados somente com base nas indicações e recomendações das universidades<sup>452</sup>. Neste caso, são quase nulas as chances de um indivíduo ingressar nas grandes empresas caso ele não provenha de uma escola designada ou não tenha conseguido passar nos processos avaliativos e obter uma recomendação da universidade.

Segundo as observações de Krauss, esta prática extremamente arraigada na sociedade japonesa (sobretudo nas décadas de 1950, 1960 e 1970) tem sido descrita pelos estudiosos como “nepotismo coletivo”, que favorece certos indivíduos com base no critério de “adesão a uma determinada coletividade”<sup>453</sup>. A existência dessa prática afeta aqueles estudantes japoneses que se engajam politicamente durante a fase do colégio secundário ou da formação universitária. Os estudantes japoneses de modo geral, mas principalmente os ativistas estudantis de esquerda, têm plena consciência de que suas convicções e atividades políticas podem comprometer seriamente seu ingresso e sua carreira profissional, bem como suas chances de sucesso na empresa caso venham a ocupar uma vaga no setor privado<sup>454</sup>. Portanto, o estudante japonês engajado politicamente sabe que ao término do curso superior terá de enfrentar um dilema baseado numa escolha objetiva que envolve o desejo de entrar no mundo das grandes empresas, com garantias de estabilidade no emprego, posição e prestígio social e benefícios financeiros assegurados por altos salários – mas onde o ambiente não é propício à suas convicções e atividades políticas, a menos que rejeite suas crenças e abandone seu ativismo político –, ou escolher uma ocupação diferente.

---

<sup>452</sup> Nestes casos, as empresas privadas simplesmente deixam de avaliar as aptidões dos candidatos que se apresentam para uma determinada vaga. Para mais detalhes, ver KRAUSS, Ellis S. *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*. Berkeley, University of Califórnia Press, 1974, p. 88-89.

<sup>453</sup> KRAUSS, Ellis S.; op. cit., p. 89.

<sup>454</sup> O exame universitário preparatório para a obtenção de uma indicação para o mercado de trabalho nas grandes empresas e corporações privadas avalia o desempenho acadêmico, a personalidade e a visão política do candidato. As questões do exame incluem extensivas sondagens sobre a família do candidato, status socioeconômico, traços de personalidade, estabilidade emocional, preferências políticas partidárias, filiação a organizações políticas e orientações ideológicas.

Neste último caso, Krauss observa que os ativistas estudantis japoneses recém-graduados teriam três alternativas: em primeiro lugar, eles poderiam optar pelas carreiras consideradas liberais, tais como as profissões de advogados, jornalistas, médicos, professores; porque essas ocupações abrem possibilidades de conciliar o trabalho com crenças e/ou atividades políticas consideradas progressistas. Em segundo lugar, podem optar por determinadas carreiras públicas ligadas à burocracia estatal, cuja atividade profissional não chega a conflitar com suas crenças e/ou atividades políticas (o exemplo típico é a carreira de professor universitário que, além de assegurar estabilidade, possibilita o desenvolvimento de atividades intelectuais). A terceira alternativa para o ativista estudantil recém-graduado é a opção de seguir a carreira profissional propriamente política, em estreita conexão com as suas respectivas crenças e convicções ideológicas; os exemplos mencionados pelo autor são cargos nas organizações sindicais trabalhistas, nas organizações partidárias e, de modo geral, cargos de representantes políticos que são conquistados na participação em processos eleitorais.

Em resumo, a partir das considerações feitas por Krauss a respeito dos grupos estudantis que integram sua amostra, do desenvolvimento econômico do Japão, da especificidade do sistema de ensino superior japonês e do funcionamento das universidades naquele país, podemos considerar a trajetória ocupacional como uma variável sociológica muito importante e que assume maior relevância quando a análise estabelece uma comparação com a continuidade, mudança ou declínio da atividade política após o término do curso superior<sup>455</sup>.

---

<sup>455</sup> A tipologia elaborada pelo autor estabeleceu graus de participação e engajamento dos estudantes nos movimentos de protestos políticos e, a partir daí, foram efetuadas várias comparações entre os grupos de estudantes mais ativos e os menos ativos tendo como critério básico à inserção profissional e atividade política, entre outros aspectos.

Com base neste esquema de análise, os resultados do estudo de Krauss foram extremamente satisfatórios, primeiramente porque refutaram as hipóteses sociológicas e as crenças populares que projetam uma noção segundo a qual os ativistas estudantis desistem por completo da atividade política após o término do curso superior. Em segundo lugar, as análises efetuadas sobre as opções profissionais juntamente com o acompanhamento do processo de inserção no mundo de trabalho indicaram que há uma forte correlação entre o ativismo estudantil e as escolhas por determinadas carreiras profissionais. Neste caso em particular, na prática, os ativistas estudantis japoneses renunciaram as carreiras profissionais ligadas aos negócios e as grandes empresas e corporações privadas capitalistas e se inseriram em atividades profissionais mais condizentes ou que se ajustavam as suas convicções ou atividade política. Em síntese, o estudo de Krauss também refutou a noção e o mito popular amplamente difundido de que após a formação de nível superior os ativistas estudantis se tornam parte integrante do *establishment* de empresas e do governo.

## 5.1 Apontamento

Para os propósitos do presente estudo, basta salientar que os resultados obtidos por Krauss em sua pesquisa sobre a trajetória de vida dos ativistas estudantis japoneses pertencentes à geração Ampo se assemelham aos resultados da análise da trajetória de vida dos grupos de militantes estudantis brasileiros que integram a pesquisa. A semelhança de ambos os resultados adquire maior relevância quando levamos em consideração as diferenças de cada sociedade em termos culturais, em relação aos modelos de desenvolvimento econômico e social, em relação aos contextos e conjunturas políticas distintas, e principalmente no que diz respeito às especificidades dos movimentos estudantis

universitários e, por fim, em relação às particularidades de ambas as gerações de militantes estudantis.

## **5.2 Continuidade e descontinuidade da militância política**

Como a fase de encerramento do curso superior afetou o militante estudantil brasileiro engajado no movimento universitário da década de 1970? Antes de expor os resultados da análise da biografia dos militantes estudantis agrupados na amostra deste estudo, convém rediscutir a principal característica do engajamento do estudante no movimento estudantil universitário no período abrangido por este estudo. Conforme vimos nos capítulos anteriores, a militância política forneceu a base de sustentação de uma participação mais ativa do estudante no movimento estudantil universitário. Também ficou demonstrado que a participação mais ativa no movimento estudantil constitui propriamente o campo de atuação das lideranças estudantis. Outro dado muito importante foi à comprovação de que todas as lideranças estudantis aderiram à ideologia marxista, e que a orientação de tais idéias se cristalizou em diversas correntes de pensamento, cujo desdobramento resultou na formação das tendências estudantis que representavam as faces legais dos grupos, organizações e partidos clandestinos de esquerda<sup>456</sup>. A partir dessas considerações, a análise da trajetória de vida das lideranças estudantis indicou que todas sem exceção deram continuidade à atividade de militância política após a formação universitária, porém, seguindo um padrão diferente; aspecto que será melhor discutido quando forem apresentadas os relatos orais. Além disso,

---

<sup>456</sup> É importante assinalar que os vínculos de engajamento político que deram origem às tendências estudantis é uma particularidade do movimento estudantil brasileiro do período que está sendo analisado. No estudo de Krauss, por exemplo, esse vínculo político inexistente por completo. Os ativistas estudantis da geração Ampo são considerados genericamente adeptos da ideologia marxista, ou socialistas.

todas as lideranças estudantis seguiram determinadas carreiras profissionais objetivando conjugar o trabalho com uma atividade política.

No que se refere propriamente à militância política, a literatura acadêmica da área de ciência política concebe a participação política como *continuum*, sendo que num dos extremos encontra-se a atividade política institucional e, no outro, a atividade política não-convencional. A atividade política institucional engloba dimensões atitudinais baseadas em ações expressivas e instrumentais; os exemplos mais comuns se referem à participação em campanhas eleitorais por meio do voto, ou como candidato de um partido ou organização política legalmente constituída, além das atividades de militância política aberta e pública. Por outro lado, a atividade política não-convencional engloba a dimensão atitudinal de contestação envolvendo atividades e ações coletivas de protesto<sup>457</sup>.

Conforme veremos na exposição da trajetória de vida das lideranças estudantis, a mudança de padrão da militância política estudantil está muito próxima da transição de uma forma de participação política considerada não-convencional para formas de participação política de caráter institucional. Sem dúvida, o contexto político nacional foi um dos principais fatores a contribuir, tanto para a continuidade quanto para a mudança de padrão da militância política das lideranças estudantis. A geração de líderes estudantis que integra a amostra deste estudo completou o curso superior ou se desligou da universidade no final dos anos 70 e início dos anos 80. Esse período coincidiu com uma mudança significativa da conjuntura política do país no que se refere à dinâmica do regime ditatorial. O processo de liberalização política iniciada sob os auspícios do governo do presidente Ernesto Geisel avançou e conduziu o país ao restabelecimento de alguns direitos políticos-constitucionais e a

---

<sup>457</sup> MILBRATH, W. Lester. Political participation and citizen conceptual problems in political participation. In: CALVIN, Larson and Philo, Wasburn. *Power, participation an ideology readings in The Sociology of American Política llife*. New York, David Ckay, 1969.

revogação das principais leis de exceção, a Lei de Anistia foi promulgada e o bipartidarismo oficial chegou ao fim<sup>458</sup>. Foi neste contexto de redemocratização que a maioria dos movimentos, grupos e organizações políticas de esquerda aderiram a institucionalidade; transitando de modo gradual para o padrão de atividade política de caráter institucional<sup>459</sup>. Todas essas indicações sobre a nova conjuntura política que começa a se delinear com mais força no início dos anos 80 são importantes porque servem para contextualizar os relatos orais que serão apresentados a seguir. Neste aspecto, pode-se notar um padrão característico na forma como os depoentes construíram suas narrativas orais centradas nos vínculos de militância política e numa referência as mudanças ou transformação da conjuntura política nacional.

Aos inquiridos foi apresentada uma questão aberta relacionada com o término do curso superior e a desvinculação do movimento estudantil. Os depoimentos foram analisados com base no critério de semelhança dos padrões das trajetórias de vida resultando em dois grupos distintos. Do total de quinze depoimentos de lideranças estudantis reunidos neste capítulo, o primeiro grupo reúne quatro casos de líderes estudantis que após a formação universitária fizeram da atividade de militância política uma opção de carreira profissional. O depoimento apresentado na seqüência a seguir é o mais representativo a esse respeito porque envolve um caso de militância estudantil que se converteu numa opção profissional na área da política institucional:

---

<sup>458</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

<sup>459</sup> Para mais detalhes, ver: Esquerda no Brasil: uma história nas sombras. Revista História Viva: temas brasileiros. São Paulo, edição especial temática, nº 5, 2007; e KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. Coleção Brasil Hoje, São Paulo: Brasil Debates, 1982.

“Para mim, o processo de desligamento da faculdade e do movimento estudantil foi muito específico. Enquanto eu estava engajado, eu pretendia fazer alguma ação coerente e revolucionária que tivesse continuidade após a minha formação universitária. E vários dos militantes que integravam a Refazendo pensavam do mesmo jeito. No final de 1978, por exemplo, tínhamos elaborado alguns projetos sociais de alfabetização e conscientização de jovens e adultos das camadas populares. Muitos militantes foram mandados para a periferia da cidade para residirem lá, dar aulas e formar novos militantes de esquerda para ampliar os quadros de nossa organização. No meu caso em particular, eu fui escolhido para me candidatar a deputado estadual e a partir de então passei a atuar na política institucional. Porém, no período da abertura política e redemocratização do país houve um racha dentro da Refazendo. Um grupo de militantes se rearticulou e decidiu reorganizar a AP nos moldes daquela antiga organização política hierarquizada e centralizada. Tentaram impor tal disciplina sobre meu mandato de deputado estadual, mas a idéia não durou muito tempo porque entre eles mesmo não havia consenso. Ninguém mais se entendia. O PT tinha acabado de ser fundado e naquele contexto parecia ser um partido promissor, então resolvi me desligar do grupo que militou comigo no movimento estudantil e ingressar no PT. Pra quem tinha militado no movimento estudantil e entrou num partido político acabou tendo que se adaptar bastante. Foi um processo bastante traumático, porque no movimento estudantil as lideranças seguiam certas diretrizes políticas, mas tinham bastante autonomia. Não existia disciplina e nem mesmo hierarquia rígidas; e este aspecto é muito diferente do funcionamento das organizações partidárias de modo geral e da política institucional. Eu consegui me adaptar, mas muitos desistiram de ambas, ou seja, da política partidária e institucional”<sup>460</sup>.

Com base no primeiro depoimento citado acima, percebe-se, claramente, que a militância política foi determinante na opção que o estudante fez pela carreira política. Além disso, três aspectos deste depoimento merecem destaque porque reaparecem, de modo implícito ou explícito, nos demais depoimentos apresentados na seqüência. O primeiro aspecto se refere à diversificação das atividades de militância política que se tornou extensiva

---

<sup>460</sup> Depoimento de Geraldo Siqueira ao autor, São Paulo, 2006.

a outros setores sociais; processo denominado por alguns autores de fenômeno da “militância múltipla” que se refere à abertura de oportunidades que permitiu aos jovens escolherem entre formas alternativas e novas de militância<sup>461</sup>. Como veremos mais adiante, o fenômeno da militância múltipla foi consequência da conjuntura de abertura política. O segundo aspecto está associado à adaptação do militante as mudanças de funcionamento interno das organizações ou partidos políticos: disciplina, centralização decisória e burocratização são elementos recorrentes nos relatos orais. O terceiro aspecto envolve crises e conflitos internos a organização ou partido político que acabam sendo fatores geradores de dissidências. Todos esses aspectos reaparecem no segundo depoimento:

“Todas as correntes ideológicas de esquerda dentro do movimento estudantil, com raras exceções, aguardavam o momento do despertar do movimento operário. Os estudantes desempenharam um papel importante no período da ditadura, mas o ator principal da grande transformação social e política era, sem dúvida, o movimento da classe operária, que começou a mostrar as caras no final dos anos 70. Eu me formei e deixei o movimento estudantil em 1978. Minha última atividade no movimento estudantil foi o congresso de refundação da UEE paulista. A transição pra mim ocorreu de forma automática. Eu era um militante e a organização política a qual eu estava vinculado já tinha um destino para mim: *Julio, você vai ficar no movimento estudantil até 1978, depois você passa o bastão para outros. Sua função agora vai ser a de organizar o movimento sindical de oposição junto aos bancários*. Vários militantes da Libelú traçaram o mesmo caminho. Paralelamente a atividade política, eu também comecei a dar aulas nos cursinhos preparatórios para vestibular que atendiam alunos pobres, na época esses cursinhos eram chamados de *madurez*. Depois do sindicato dos bancários eu passei a atuar no sindicato dos professores da rede pública, a APEOESP. Seguindo orientação da organização política me mudei, em 1983, para São Bernardo para atuar no movimento sindical da região. Os professores da rede privada de ensino do ABC paulista ainda não tinham sindicato e nosso objetivo era o de formar uma organização

---

<sup>461</sup> Ver MISCHÉ, Ann. De estudiantes a ciudadanos: las redes de jóvenes brasileños y la creación de una cultura cívica. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*; enero-junio 1998, vol. 3, nº 5, pp. 53-75.

sindical da categoria. Tivemos sucesso em todas essas empreitadas. Neste mesmo ano eu ingressei no PT. A primeira reação da organização política a qual eu estava vinculado, a OSI, diante do surgimento do PT foi bastante sectária. No início nós considerávamos o Lula um líder sindical pelego. Porém, com o passar dos anos fomos revendo nossa posição e concluímos que o PT representava a continuidade do novo movimento operário. Assim como eu, muitos militantes da OSI ingressaram no PT. Fui dirigente do PT na região do ABC paulista e, em 1983, participei da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e depois de alguns anos comecei a trabalhar na Central, e é o que faço até hoje”<sup>462</sup>.

No segundo depoimento citado acima podemos notar que a militância política também exerceu influência direta sobre a opção de atividade profissional. Além deste aspecto, é importante ressaltar que o militante se reconheceu plenamente nos objetivos da organização política aceitando as determinações de inserção no movimento sindical e trabalhista. O terceiro e quarto depoimentos, citados na seqüência a seguir, também são ilustrativos do mesmo padrão verificado:

“Formei-me em 1981, deixei o movimento estudantil, mas permaneci militando no PC do B. Quando eu ainda estava engajada no movimento estudantil eu também comecei a militar nos movimento de base sediado no bairro da Freguesia do Ó. Lá funcionou um diretório do MDB vinculado a Igreja Católica, e que era influenciado pelo PC do B. Na minha opinião, aquele era um diretório muito especial que se organizou com características muito diferentes. Sendo que a principal delas era o trabalho de formação de lideranças populares para atuarem na periferia, participar de mutirões para construção de casas populares, alfabetização de adultos, panfletagem nos ônibus com mensagens da oposição a ditadura, entre outras atividades. Esse diretório lançou vários candidatos a deputado federal e vereador. Foi participando de todos esses processos que eu me destaquei como liderança política. O PC do B me designou para residir na Freguesia do Ó e como eu era uma militante bastante ativa aceitei as determinações do Partido. Nos anos seguintes, descobri que dentro do PC do B conviviam duas estruturas

---

<sup>462</sup> Depoimento de Júlio Turra ao autor, São Paulo, 2006.

autônomas que foram formadas após o Massacre da Lapa (episódio ocorrido no final de 1976 que culminou com a eliminação da cúpula dirigente do Partido pelos órgãos de repressão da ditadura). Com base nesta informação eu me aproximei do José Genôino, que tinha saído da cadeia e pertencia a uma das estruturas que mencionei. Era ele quem estava organizando a dissidência do Partido. Eu me desliguei do PC do B por influência do Genôino e junto com ele ingressei no PT e trilhei o caminho da política exercendo atividades profissionais como assessora política, fui chefe de gabinete do secretário de Educação de Santo André, me candidatei à deputada estadual na metade da década de 1980 e a vereadora nas últimas eleições municipais. Na gestão da prefeita Marta Suplicy eu retornei a São Paulo e fui chefe de gabinete da Secretaria de Assistência Social<sup>463</sup>.

O quarto e último depoimento do grupo que está sendo analisado traz o seguinte relato:

“Ao sair da Universidade me desliguei do movimento estudantil, mas continuei militando politicamente. Depois que o Geraldo Siqueira, militante que pertencia a Refazendo, foi eleito deputado estadual, eu integrei o Conselho Político que ele formou com cerca de vinte pessoas provenientes de diversos segmentos da sociedade civil. Quando o PT foi fundado passei para os quadros de militância do Partido. Depois passei num concurso público e me tornei funcionária de carreira da Assembléia Legislativa. Como militante do PT atuei em vários gabinetes e tomei parte de várias iniciativas políticas. Até a metade da década de 1980 as coisas eram bem diferentes, pois a Assembléia era um celeiro de movimentos sociais, um espaço político por excelência onde as decisões de interesse coletivo eram influenciadas pela participação popular. Com o passar dos anos, porém, esse modo de fazer política cedeu lugar à burocratização que perdura até os dias de hoje. Minha maior participação na área política ocorreu quando a candidata Marta Suplicy assumiu a prefeitura, foi quando demos início ao programa de Inclusão Digital, que foi planejado para atender as populações e comunidades carentes da periferia. Continuo sendo funcionária da

---

<sup>463</sup> Depoimento de Márcia Barral ao autor, São Paulo, 2007.

Assembléia, militando no PT e paralelamente estou engajada no Terceiro Setor na direção de uma ONG<sup>464</sup>.

Conforme podemos observar, no terceiro e quarto depoimentos citados o foco dos relatos centra-se nas divergências internas que surgiram no âmbito das organizações ou partidos políticos nos quais os militantes estavam vinculados. Nesses casos, mesmo tendo ocorrido dissidências houve continuidade da militância política. Também ficou evidente a influência da militância política sobre as atividades profissionais.

O segundo grupo reúne os depoimentos restantes e nele também constatamos a continuidade da militância política. Porém, nos casos considerados, notaremos que a militância política não teve efeito vinculador no que diz respeito à trajetória profissional ligada diretamente à área política. A análise dos casos demonstrou que as razões para a desvinculação entre, a militância política e a carreira profissional ligada à área política, residem em escolhas objetiva por parte dos depoentes. Analisando os aspectos determinantes dessas escolhas foi possível subdividir os depoimentos em dois subgrupos de modo que ficassem em evidência dois padrões característicos. No primeiro subgrupo estão reunidos os casos envolvendo militantes que tiveram a oportunidade de seguir a carreira política, mas rejeitaram essa opção. Dando início a primeira seqüência, temos o seguinte relato:

“No meu caso, por exemplo, antes de me desligar do movimento estudantil eu me engajei no Comitê Brasileiro de Anistia (CBA) e também dava suporte ao movimento sindical em Osasco. Fazia tudo isso junto com outros militantes da AP. Meu tempo dentro da universidade era curtíssimo. Dentro do meu círculo de amizades outros militantes trilharam o mesmo caminho. Também tinha a atividade do trabalho. Antes de me formar eu já trabalhava como fotógrafo. Além disso, eu atuava junto ao grupo dos autênticos do MDB dando apoio ao Geraldo Siqueira, que pertencia a AP, militava na Refazendo e foi eleito deputado estadual. Depois, no início da

---

<sup>464</sup> Depoimento de Beatriz Bicudo Tibiriçá ao autor, São Paulo, 2006.

década de 1980, todos os militantes da AP já estavam engajados nos movimentos de massa e surge o questionamento da continuidade da AP. Tem o último congresso em que a maioria dos militantes, como eu, resolve acabar com a AP. Depois do racha me engajei na fundação do PT. Tive várias chances de me candidatar em eleições parlamentares para fortalecer o Partido, mas recusei. A carreira de político profissional e a política institucional e partidária nunca me atraíram, são áreas de atuação bastante burocratizadas, bem diferente do movimento estudantil. Eu me desliguei e viajei para outros países para trabalhar como fotógrafo. Na verdade eu não deixei de lado a política, apenas mudei a forma de participação e atuação. Como fotógrafo, eu estou inserido no Terceiro Setor e me dedico a questões de formação política, principalmente ligada aos direitos das mulheres<sup>465</sup>.

No depoimento acima, dois elementos ganham centralidade: o fenômeno da militância múltipla e a rejeição da carreira política. Conforme foi visto, o fenômeno da militância múltipla é um reflexo da dispersão das atividades de militância política dos jovens, antes concentrada unicamente nas atividades do movimento estudantil. O segundo elemento refere-se a um conjunto de críticas direcionadas a carreira política a partir da comparação entre a experiência de militância estudantil e a militância partidária e o funcionamento da política institucional. De modo semelhante, a mesma comparação está presente no depoimento seguinte:

“Depois que me formei comecei a trabalhar como professor na Faculdade Mackenzie. Afastei-me do movimento estudantil, mas continuei ligado a OSI e ainda participei do Congresso de refundação da UNE. Mantive a atividade política paralelamente a atividade profissional mesmo depois que uma boa parte dos militantes da OSI migrou para o PT, eu também segui esse caminho. Participei da fundação do primeiro diretório do PT em Santo André. Tive várias oportunidades de seguir a carreira política como candidato a vereador em vários pleitos, mas recusei. Na minha visão, a política institucional engessa o militante de tal modo que perdemos nossa

---

<sup>465</sup> Depoimento de Hugo Lenzi ao autor, São Paulo, 2006.

liberdade de ação. Neste aspecto, a carreira acadêmica se adequou as minhas aspirações de autonomia de participação política”<sup>466</sup>.

No depoimento anterior, ficou claro que a recusa da inserção profissional na área política é resultado de um desinteresse e desilusão com relação à militância partidária e a forma de atividade característica da política institucional. O depoimento seguinte apresenta o mesmo padrão de argumentação, nele podemos perceber que a comparação entre a experiência de participação no movimento estudantil e a militância partidária é o foco central do relato:

“Permaneço sendo militante estudantil até 1979, ano em que me formei. Atrasei o curso dois anos por conta das atividades estudantis. Imediatamente após minha formação eu comecei a trabalhar na área de arquitetura, mas continuei militando politicamente na organização trotskista a qual eu estava vinculado. Após muitas divergências boa parte do meu grupo político aderiu ao PT. Eu também me filiei e ajudei a fundar dois diretórios do Partido. Mas o PT e as organizações de esquerda de modo geral se burocratizaram muito rapidamente. Esse processo de burocratização pode ser detectado na primeira metade dos anos 1980 e de lá pra cá foi se acentuando. Pra quem militou no movimento estudantil percebia claramente o processo de burocratização que, no meu entendimento gerou o *desvirtuamento* das organizações e partidos políticos de esquerda de modo geral. Por conta de todo esse processo eu me desiludi e a partir de 1985 interrompi com toda atividade de militância partidária e depois de alguns anos, cortei relações com meu grupo político de origem. Enquanto eu estava militando politicamente não faltaram oportunidades pra me engajar profissionalmente na política, mas recusei todas as chances. Do ponto de vista intelectual, a carreira política não é interessante. Desde então passei a me dedicar à carreira acadêmica que de certo modo é uma atividade profissional que se adaptou as minhas convicções políticas de liberdade e autonomia intelectual. Cheguei a fazer pós-graduação no exterior e hoje sou professor universitário na França”<sup>467</sup>.

---

<sup>466</sup> Depoimento de Wilson Ribeiro dos Santos Junior ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>467</sup> Depoimento de Marcos Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

À semelhança do depoimento anterior, o relato seguinte centra-se na tensão e nas ambigüidades entre a experiência de participação no movimento estudantil e a dinâmica da militância política de tido partidário. Ainda assim, nota-se claramente que a militância política criou laços de sociabilidade que exerceram influência sobre as oportunidades de carreira profissional ligadas a área da política institucional:

“Logo que me formei me desliguei do movimento estudantil e sai do país para dar continuidade aos estudos de pós-graduação na França. Acompanhei de lá a trajetória inicial de fundação do PT e quando retornei, em 1982, me engajei como militante do Partido. O militante que vivenciou a experiência de participação no movimento estudantil percebia a enorme diferença, pois a militância partidária é muito pobre em termos de ação e o dia-a-dia dos diretórios também. No movimento estudantil tínhamos a oportunidade de fazer experiências políticas e aprender com todas elas. A partir de estudos teóricos elaborávamos análises de conjuntura política que serviam de estratégia e tática de atuação do movimento estudantil. A militância político-institucional não fornece este tipo de experiência. Então, pra compensar a forma burocratizada que caracteriza a militância partidária comecei a militar em outros movimentos sociais e o principal foi no Movimento de Renovação da Economia, que chegou a agrupar militantes de tendências políticas de centro-esquerda. No decorrer da década de 1980 presidi várias vezes esse movimento e cheguei a ocupar a presidência da Ordem dos Economistas. Meus vínculos de militância política abriram oportunidades para eu atuar na administração pública exercendo cargos políticos dentro da minha área de formação acadêmica, que é a economia. Atualmente, por exemplo, ocupo um cargo político na Emplasa, que é um órgão público municipal de planejamento urbano”<sup>468</sup>.

O depoimento anterior encerra o primeiro subgrupo. Os depoimentos do segundo subgrupo, que serão citados na seqüência a seguir, também fazem referências explícitas sobre as diferenças da militância estudantil em comparação com a militância política partidária.

---

<sup>468</sup> Depoimento de Sideval Aroni ao autor, São Paulo, 2006.

Entretanto, o foco dos relatos centra-se nas divergências políticas intra-organizacional que aparecem como fator explicativo para a diminuição ou completa interrupção da atividade de militância. Há que se destacar dois outros aspectos presentes na maioria dos relatos. O primeiro aspecto é indicativo da assimilação de novos ideais políticos que também contribuíram para alterar a atividade de militância política. O segundo aspecto se refere propriamente às escolhas profissionais. Os vínculos envolvendo a militância política e as carreiras profissionais existem, mas são mais difusos. O primeiro depoimento deste subgrupo é bastante representativo diante dos aspectos mencionados:

“No ano seguinte ao episódio da PUC-SP ocorreu a refundação da UEE paulista. Houve um congresso que redundou em eleições diretas e livres, no qual eu tomei parte da primeira diretoria. Fui diretor da UEE de 1979 a 1980. Quando deixei a UEE minha opção não era mais atuar no movimento estudantil. Resolvi atuar na direção política do Partido, fui dirigir a juventude do PC do B e depois o Comitê Regional. Nesta época eu já fazia parte da ala dissidente liderada pelo José Genoíno, mas ainda não tínhamos deixado o Partido. Minha função era de se reunir com as lideranças de massa e discutir diretrizes gerais de atuação na sociedade e nas eleições da UNE e UEE. Quem experimentou essa transição percebia a diferença, pois os partidos eram burocratizados e altamente hierarquizados, tínhamos menos autonomia. As tendências estudantis eram fachadas dos partidos e organizações políticas, mas eram espaços mais livres para reflexão e ação política, e dentro de uma linha geral de atuação, eram os militantes estudantis que definiam estratégias para participar das eleições dos CAs, da UEE e da UNE. Não demorou muito e nossa ala foi expulsa do PC do B, foi um racha nacional. O processo foi bastante traumático e foi causado pelas discussões internas em torno da Guerrilha do Araguaia. Minha ala avaliou que a Guerrilha do Araguaia foi um enorme erro político. Em 1981, nosso grupo dissidente teve que encarar um outro racha devido a discordâncias internas. Na mesma época, as minhas críticas aos regimes socialistas foram se ampliando. Comecei, então, a adotar posições mais liberais em defesa da democracia como um valor universal, sem fazer distinção entre democracia burguesa e outras formas de democracia. Abandonei a militância política e resolvi me dedicar unicamente à carreira

profissional. Em 1983 comecei a trabalhar na Folha de S. Paulo como jornalista, atividade que eu sempre desejei exercer desde a época de militância estudantil. Naquela época, eu criava panfletos, cartazes e cartas-programa; atuei em praticamente tudo que se relacionava à propaganda e comunicação entre o movimento estudantil, os estudantes e a sociedade. Hoje sou professor universitário da área de jornalismo e comunicação, da Faculdade Casper Libero. Não abandonei minhas convicções políticas, pois me considero simpatizante dos movimentos e partidos de esquerda em geral”<sup>469</sup>.

Podemos observar que o depoimento seguinte segue o mesmo padrão do anterior:

“Militei ativamente no movimento estudantil até 1980. A UNE foi refundada em 1979, e nas duas primeiras eleições para a diretoria eu integrei as chapas que concorreram ao pleito, mas fomos derrotados. Nesta época, muitas lideranças e militantes estudantis passaram a atuar em outros setores da sociedade, em outros movimentos sociais e partidos políticos. Desvinculei-me do movimento estudantil e me engajei no movimento sindical. Já não fazia mais panfletagem nas universidades e nas ruas, mas nos muros das fábricas. Continuei ligado ao MEP, mas também ingressei no PT; cheguei a ser presidente do diretório partidário do Ipiranga. Fui membro do PT até a gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo. Nesta época o MEP já tinha desaparecido porque houve um racha no congresso de 1986, decorrente da revisão de nossas principais posições políticas e ideológicas. Por exemplo, militantes como eu abandonaram a perspectiva da manutenção da ditadura do proletariado no programa socialista de nossa organização porque nos convencemos que a democracia não tinha qualificativo. Ou seja, a questão envolvendo as diferenças entre democracia burguesa e democracia proletária foi superada. Por conseguinte, assimilamos o princípio de que uma ditadura; seja ela burguesa ou proletária, é sempre ditadura e nenhuma é melhor do que a outra. Evidentemente, o contexto internacional contribuiu muito para todo esse processo, pois o socialismo no Leste europeu estava desabando. Não obstante, mesmo tendo interrompido minha militância política sou simpatizante das correntes de esquerda em geral é a partir desta referência

---

<sup>469</sup> Depoimento de Igor Fuser ao autor, São Paulo, 2006.

que me oriento nas eleições. No que se refere a minha trajetória profissional, eu fui jubilado e não consegui terminar o curso de Geologia, não consegui cumprir com os prazos em razão do envolvimento em atividades estudantis. Precisei ingressar novamente na universidade. Formei-me como professor de geografia e comecei a trabalhar num jornal de esquerda. Muitos militantes estudantis amigos meus trilham o mesmo caminho e começaram a trabalhar em jornalecos alternativos de esquerda. Paralelamente optei por seguir carreira em Geografia e fiz mestrado e doutorado. Hoje escrevo livros didáticos da área de Geografia. Certamente, minha opção de carreira profissional, principalmente no que se refere às coisas que escrevo, tem muita influência da minha experiência de militância estudantil e política. De certo modo, encaro minha profissão como uma forma de atuação política”<sup>470</sup>.

Do mesmo modo que os dois relatos precedentes, o depoimento seguinte faz referências explícitas aos conflitos e as divergências políticas intra-organizacionais e partidárias, apontadas como fator decisivo para a interrupção da militância política.

“Nós que estávamos engajados politicamente e atuávamos no movimento estudantil fazíamos a seguinte análise: a ditadura militar estava em crise, estava pra desmoronar e os estudantes estavam contribuindo para acelerar esse processo. Nossa estratégia era ter uma organização politicamente forte pra ter influência no período posterior ao fim da ditadura. A Libelú, por exemplo, no auge do movimento estudantil chegou a ter cerca de mil e quinhentos militantes, todos organizados em células e fazendo reuniões semanais, dando contribuição em dinheiro. Tínhamos também um jornal semanal que fornecia orientação política. Ganhamos o sindicato dos bancários, dos professores, entre outros. Deixei o movimento estudantil e a universidade em 1978, não consegui me formar. Continuei militando politicamente na OSI, eu era responsável pela orientação política direcionada às atividades sindicais. Comecei a trabalhar como jornalista e, paralelamente, seguindo orientação da OSI me engajei no sindicato dos jornalistas num grupo de oposição. A formação do PT abre uma crise dentro da OSI. Muitos militantes deixaram a organização para ingressar no PT. Creio que foi um erro histórico da Libelú ter se oposto ao PT no início da

---

<sup>470</sup> Depoimento de Marcos Bernardino de Carvalho ao autor, São Paulo, 2006.

fundação do Partido. Naquele momento não tínhamos clareza das coisas. Nós não tínhamos experiência política, éramos um bando de garotos, nossas análises eram extremamente teóricas e sem fundamento empírico. O Lula foi muito hostilizado em nossos jornais. E não paramos por aí, em nossos artigos passou a ser prática corrente deboçarmos dos metalúrgicos do ABC em greve ao cantarem o Hino Nacional, além disso, bombardeamos com uma série de críticas a direção do sindicato dos metalúrgicos. Por conta dessa postura política, a Libelú ficou marcada como uma organização radical que se colocou como adversária da reconstrução do movimento operário. Como eu, uma parcela dos militantes da Libelú ingressou no PT tardiamente. Chegamos a fundar um diretório do Partido no bairro do Cambuci, em São Paulo. Em 1983, a OSI enfrenta mais uma crise interna diante das divergências com relação à adesão ao PT. A indefinição diante dos rumos a seguir gera um racha e um esvaziamento da organização e eu acabei abandonando o grupo e parei com a militância política. Profissionalmente continuo atuando na área de jornalismo, trabalhei em importantes órgãos de imprensa e revistas de projeção nacional<sup>471</sup>.

No depoimento abaixo, nota-se que as divergências intra-organizacionais e partidárias assumem centralidade e ocupam quase que a totalidade do relato. Além deste aspecto, percebe-se que a opção de inserção profissional não aparece como resultado da influência direta da experiência de militância estudantil ou política:

“Conclui a faculdade de psicologia em 1979. Desliguei-me do movimento estudantil e fui militar e trabalhar com os movimentos de direitos humanos, com os movimentos feministas e ambientalistas, que na época eram embrionários e que anos depois vieram a formar o chamado Terceiro Setor, espaço social que na atualidade é ocupado pelas ONGs. Por questões familiares também me engajei nos movimentos pela Anistia. Na verdade, quando eu ainda era militante estudantil eu me engajei no Comitê Brasileiro de Anistia (CBA). No que se refere a Refazendo, a organização foi se desmembrando devido às divergências internas. Por esse motivo, muitos militantes da organização passaram a militar no PT. Eu também me filiei ao PT e militei ativamente durante os primeiros anos. Abandonei formalmente o

---

<sup>471</sup> Depoimento de Paulo Moreira Leite ao autor, São Paulo, 2006.

PT por não me adaptar ao convívio com a geração de 1968 que também ingressou nos quadros do Partido. Na minha visão, a geração de 68 representava a *velha esquerda*, com todos seus vícios, e penso que essa geração comprometeu o projeto progressista do PT. Não seria exagero afirmar que a geração de 68 é a principal responsável pela crise institucional que hoje afeta o país e o próprio PT. Além disso, também não me dei bem com os militantes da Libelú, que depois de muitas críticas ao Lula acabaram entrando no PT. A democracia como valor central e a desigualdade social como desafio principal foram os pilares da fundação do PT, mas hoje esses princípios basilares foram completamente abandonados, eles só existem no discurso. Profissionalmente, consegui consolidar meu projeto de carreira: hoje sou professora universitária na área de psicologia e continuo engajada no Terceiro Setor<sup>472</sup>.

O depoimento citado na seqüência apresenta o mesmo padrão do depoimento anterior:

“Depois do episódio da PUC-SP, eu e os companheiros que dirigiam o CA da Cásper Libero fomos expulsos da Faculdade. Era o último ano do curso. Só consegui retornar a Casper Líbero depois da aprovação da Lei da Anistia. Completei o curso somente em 1981. Eu já trabalhava como jornalista na Folha de São Paulo e precisava do diploma pra regularizar minha situação. Nessa época eu já tinha deixado o movimento estudantil, mas continuei militando politicamente na OSI. Depois da formação do PT eu e uma parte significativa dos militantes da organização ingressamos no novo Partido. Na minha própria casa funcionou, por muitos anos, um núcleo de base do PT. Militantes de praticamente todas as organizações de esquerda passaram a atuar no PT. O Partido abriu espaço pra toda essa gente e pra várias gerações de militantes estudantis, em particular as gerações de 1968 e 1977. Na minha avaliação, porém, o problema todo foi que dentro do PT começou a se configurar uma situação de sectarismo radical que eu considerei extremamente prejudicial para o próprio Partido. Grupos e facções divergentes, principalmente os representantes da *velha esquerda*, conquistaram influência no Partido. Por exemplo, eu discordei do fato do PT não ter apoiado o Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, creio que essa orientação foi influência da *velha esquerda* e na minha avaliação foi um erro político. Paralelamente a esse processo interno, estava ocorrendo

---

<sup>472</sup> Depoimento de Vera Paiva ao autor, São Paulo, 2006.

outro que vinha do exterior, associado à abertura soviética e depois ao desmonte do socialismo do leste europeu. Esse segundo processo gerou muitas divergências dentro do PT. Eu estava mais inclinado a seguir o impulso da renovação e percebia que o PT tinha dificuldade em seguir na mesma direção. Fui me distanciando aos poucos do Partido até abandonar por completo com a militância política. Tentei ingressar numa nova sigla partidária mais depois desisti. Enquanto estava militando no PT não faltaram oportunidades para tentar seguir a carreira política, mas não tive interesse. Desde que me formei trabalho como jornalista e hoje estou aposentado”<sup>473</sup>.

De modo distinto dos depoimentos precedentes, os dois últimos relatos orais que serão apresentados na seqüência se diferenciam dos demais por não abordarem de modo tão explícito os conflitos intra-organizacionais ou partidários. No primeiro caso, a interrupção da militância política e as opções de inserção profissional aparecem dissociadas uma da outra:

“Depois que me formei resolvi fazer uma outra faculdade. Entrei na FGV e cheguei a dirigir o CA da faculdade de administração. No mesmo ano comecei a trabalhar no Banco do Brasil. Continuei com a militância política no PCB, mas deixei de militar no movimento estudantil. O pessoal do Partido me convenceu de ser representante dos bancários nas assembléias, pois foi uma época em que o movimento sindical dos bancários estava se reorganizando. Muitos companheiros deixaram o PCB e ingressaram no PT, mas eu não segui o mesmo caminho porque não achei uma boa alternativa mudar de orientação partidária. Terminei o curso na FGV e voltei a USP para fazer mestrado, de 1986 a 1988. Como o mestrado era integral, eu deixei o Banco do Brasil e o movimento dos bancários e me dediquei exclusivamente aos estudos como bolsista. Depois da formação me tornei professor universitário da USP. Foi uma experiência muito interessante, pois o movimento estudantil já tinha sofrido transformações que o tornou bem diferente da minha época de militância estudantil. Continuei militando politicamente até o momento em que o PCB mudou de orientação e passou a se denominar PPS. Por discordar dos rumos que o Partido trilhou eu abandonei a militância partidária de vez. Desde então sou mero expectador da política. Nos anos de militância partidária surgiram

---

<sup>473</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor, São Paulo, 2006.

algumas oportunidades de me engajar na política institucional, mas recusei porque não tinha pretensões de seguir a carreira política. Quando terminei o mestrado sai do Brasil pra fazer doutorado na França. Retornei em 1995 e fui pra Brasília, lá prestei concurso público pra Gestor, que é uma carreira que forma especialista em políticas públicas e gestão governamental, cargo que exerço até hoje”<sup>474</sup>.

No segundo e último caso, temos um extenso depoimento que apresenta uma trajetória de ruptura com a militância política:

“Cheguei a contribuir com 70% da minha mesada para a organização política em que eu militava: a Convergência Socialista. Chamavam essa prática de auto-profissionalização, que era aquele membro que tinha renda suficiente para se dedicar em tempo integral a militância política. A tendência Mobilização atuava no movimento estudantil seguindo diretrizes gerais da organização Convergência Socialista. As diretrizes eram discutidas nas reuniões do Comitê Executivo Nacional e deveria ser respeitada. Evidentemente, havia espaço para a autonomia dos militantes estudantis porque na época da clandestinidade não havia condições para se fazer freqüentes reuniões partidárias; então, elas eram raras. As reuniões mais freqüentes ocorriam no âmbito da célula estudantil restrita muitas vezes a uma determinada faculdade dentro da Universidade. Obviamente, nossas decisões não poderiam contrariar uma diretriz geral imposta pela direção da organização. Em 1978, a organização decidiu fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). O novo Partido foi lançado publicamente num ginásio de esportes em Belo Horizonte. E aconteceu da direção do Partido ter sido toda presa pela polícia e eu precisei emergencialmente assumir cargos de muita responsabilidade na Executiva Nacional. Viajei pelo Brasil todo trabalhando para o Partido, tentamos nos inserir em todos os movimentos sociais e lutas dos trabalhadores. Militei na organização até 1982. Entrei em crise existencial e fui viajar para o México. Lá me envolvi com um grupo espiritualista e aos poucos a militância política foi perdendo o sentido para mim. Depois de algum tempo perdi as credenciais junto à organização política. Os companheiros da organização ficaram perplexos com minha atitude. Eu tinha consciência da necessidade da atuação política como instrumento de mudança social, mas não consegui

---

<sup>474</sup> Depoimento de Paulo Kliass ao autor, São Paulo, 2006.

articular a ação política conseqüente com a dimensão da espiritualidade. Abandonei a militância e o interesse pela política. Hoje, possuo um templo onde trabalho como professor de práticas orientais de meditação espiritual”<sup>475</sup>.

No último depoimento, percebe-se claramente que a ruptura com a militância política assim como a opção de carreira profissional são conseqüências da assimilação de crenças e valores religiosos que divergem e conflitam com toda atividade política.

### **5.3 Algumas conclusões**

A seqüência de relatos orais exposta neste capítulo final oferece condições para a apresentação de algumas considerações teóricas. O conjunto dos depoimentos das lideranças estudantis tem um padrão característico que aponta claramente para a continuidade da militância política após o término do curso superior e desligamento do movimento estudantil. Os resultados desafiam fortemente, portanto, a noção de que os ativistas estudantis desistem da atividade política após a graduação. Não obstante, nota-se que militância política transmuta para formas de participação diferenciadas associadas, na maioria dos casos aqui considerados, com a filiação em organizações partidárias legalmente constituídas. Por outro lado, a transição de uma forma de militância política para outra exige que os estudantes se adaptem a um novo padrão de participação política. Neste aspecto, nos casos aqui considerados vimos que este processo de adaptação política é um fator gerador de muitos conflitos envolvendo a experiência de participação no movimento estudantil e a conformidade com novos padrões de atividade política de tipo formal e/ou institucional. Em maior ou menor grau, comparações envolvendo a experiência de participação no movimento estudantil e o funcionamento das

---

<sup>475</sup> Depoimento de Antonio José Moreira Filho ao autor, São Paulo, 2006.

organizações partidárias e da política institucional estão presentes na maioria dos relatos orais, constituindo, portanto, evidências empíricas do processo conflitivo resultante da transição de atividade política.

A transição para novas formas de militância exige também a problematização de novos tipos ou padrões de ações políticas. Foi demonstrado que os ativistas estudantis, neste caso as lideranças do movimento estudantil, tendem a continuar com a atividade de militância política, mas seguindo um padrão diferente. Não há dúvidas de que o novo padrão de atividade política é indicativo do arrefecimento (ou declínio) do radicalismo político. Ou seja, ao se desvincularem do movimento estudantil, os militantes políticos estão mais propensos a deixarem de lado a participação em ações de protesto coletivo e inserir-se em atividades políticas mais condizentes ou em plena conformidade com o padrão característico de ação institucional formal. Nos casos aqui considerados ficou comprovado que além de ser marcado pelo conflito esse processo de transição se estende por até alguns anos após o término do curso superior e desvinculação do movimento estudantil.

Por outro lado, é importante salientar que a análise da biografia dos ativistas estudantis deixa claro que a mudança do padrão de militância ou a interrupção de toda a atividade política é um processo que não está condicionado ou dependente do fator “geracional”. Ou seja, no conjunto dos depoimentos orais há suficientes evidências para explicar o mencionado processo muito mais em termos de mudança da conjuntura política nacional ou internacional e/ou transformações gerais ou parciais na sociedade e, em alguns casos, a ruptura com uma determinada ideologia. Referências sobre a abertura política e redemocratização do país, bem como sobre a crise da esquerda e do socialismo real são argumentos recorrentes que estão presentes nos relatos orais.

A análise biográfica, por sua vez, também lançou luz sobre a forma como os ativistas estudantis enfrentaram o problema de prosseguir com sua vida e continuar com a atividade política, respectivamente. Neste aspecto, os resultados obtidos pelo presente estudo permitem detectar traços do projeto pessoal de tipo societal a que alude Guilhon Albuquerque em seu estudo sobre a participação no movimento estudantil. Retomando alguns dos principais pressupostos teóricos do estudo do referido autor, ficou demonstrado que a participação no movimento estudantil brasileiro abre oportunidades para a estruturação de um projeto pessoal de tipo societal (ou coletivo). A primeira etapa da estruturação do projeto coletivo envolve o desenvolvimento, por parte do indivíduo, de uma consciência social. A consciência social, por sua vez, é determinada pelo desenvolvimento de processos cognitivos que requerem a capacidade ou habilidade do indivíduo de perceber objetivamente as relações de causa e efeito ou as ligações ou os vínculos envolvendo eventos ou acontecimentos políticos; concebidos, portanto, como resultado da atividade humana<sup>476</sup>.

A segunda etapa do desenvolvimento do projeto coletivo está mais propriamente dependente de um “catalisador” social, que pode ser entendido como a existência de uma ideologia capaz de fornecer as bases ou o suporte necessário para o assentamento dos processos cognitivos. Neste aspecto, no que se refere especificamente ao meio estudantil universitário, a ideologia marxista e as ideologias de esquerda de modo geral se apresentaram como adequadas à função de catalisadores sociais. A ideologia marxista provê as bases científicas e o método mais integrado e sistemático de explanação causal sobre os problemas sociais e também fornece um sistema ético universal (coletivismo, equidade e justiça social) com o qual se pode fazer julgamento sobre tais problemas. Ademais, o marxismo também

---

<sup>476</sup> Para mais detalhes, ver MERELMAN, R. M., (1969). The development of political ideology: A framework for the analysis of political socialization. *American Political Science Review*, 63, 750-767.

legítima a participação em atividades políticas a partir da premissa de que é somente através da ação política que se pode mudar ou transformar a realidade.

A terceira e última etapa que completa o desenvolvimento do projeto coletivo envolve a experiência de trabalho. Ou seja, a carreira profissional revelaria a suposta associação entre as convicções políticas do indivíduo (isto é, o projeto social que integra princípios e valores coletivos) em conformidade com o tipo pretendido de atividade do trabalho. Com base nestas considerações teóricas e nos resultados do presente estudo, é possível afirmar que são raros os casos de mudança generalizada ou ruptura das convicções ou orientações ideológicas dos ex-ativistas estudantis<sup>477</sup>. Seja no plano das convicções ou da atividade política, eles continuam a se identificar com as ideologias e o pensamento de esquerda.

De igual modo, a análise da trajetória de vida dos ex-ativistas estudantis que integram o presente estudo revela que todos, sem exceção, tentaram conciliar (sobretudo após o término do curso superior) a atividade política com determinadas atividades profissionais. Conforme se observou, uma pequena porcentagem de ex-lideranças estudantis renunciou a uma carreira profissional normal para tornar-se ativista político profissional, inserindo-se na área da política institucional ou em organizações partidárias e trabalhistas. A outra parcela (a maioria) inseriu-se em atividades profissionais condizentes com suas convicções ou atividades políticas. A análise biográfica registra que as carreiras profissionais de maior inserção se referem à área do ensino (principalmente o ramo da intelectualidade), do jornalismo, das burocracias governamentais e de atividades variadas característica do Terceiro Setor, principalmente as ONGs.

---

<sup>477</sup> A única referência é o caso da trajetória de vida do ex-líder estudantil Antonio José Moreira Filho.

#### 5.4 Declínio ou perda de importância do movimento estudantil?

A realização do III ENE que resultou no Ato Público e na invasão policial da PUC-SP foi o último episódio significativo do movimento estudantil de 1977<sup>478</sup>. A retomada das atividades estudantis nos anos letivos subsequentes, 1978 e 1979, indicou que o ano de 1977 representou o auge do movimento estudantil da década de 1970<sup>479</sup>. A reconstrução das organizações estudantis representativas de âmbito local, estadual e nacional<sup>480</sup> foi uma conquista e um legado do movimento estudantil universitário do período. Paradoxalmente, porém, enquanto a organização do movimento estudantil aumentava e a repressão policial-militar da ditadura diminuía, as manifestações e atividades estudantis declinaram significativamente.

Como interpretar, portanto, a inflexão sofrida pelo movimento estudantil num contexto em que havia condições favoráveis à continuidade ou ampliação das ações coletivas; já que o declínio das manifestações estudantis é um processo que ocorre paralelamente ao quadro geral de ascensão do movimento operário e de novos movimentos sociais? Até o presente momento, respostas a essa questão central são sustentadas por basicamente duas hipóteses explicativas distintas. A primeira hipótese advém de uma análise conjuntural com ênfase na abertura política conduzida pela ditadura militar, processo que ocasionou mudanças na sociedade. Dentro desta perspectiva, o movimento estudantil acomodou-se a nova conjuntura política e perdeu importância social ao ser ofuscado e ultrapassado por outros movimentos

---

<sup>478</sup> SNI. *Apreciação Sumária*, nº 04-43, de 1977.

<sup>479</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Os estudantes e a política no Brasil (1962-1992). *Teoria e Pesquisa*, nº 10, setembro de 1994.

<sup>480</sup> A primeira UEE livre a ser reconstruída foi a de São Paulo, em maio de 1978. Foram efetuadas eleições diretas e votaram cerca de 35 mil, que representou cerca de 8% de um contingente estimado em cerca de 450 mil estudantes universitários paulista. Para o número de eleitores, ver SNI. *Apreciação Sumária*, nº 17, maio de 1978. A refundação da UNE ocorreu no Congresso Estudantil de Salvador, Bahia, em maio de 1979. Para detalhes da reconstrução da UEE-SP e da UNE consultar ROMAGNOLI, Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. História Imediata. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

sociais, sobretudo pelo movimento operário e pelo crescimento das oposições em geral<sup>481</sup>. A segunda hipótese baseia-se do comportamento da vanguarda estudantil. Esta perspectiva aponta para a radicalização das divergências políticas entre as várias tendências estudantis em torno da condução do movimento estudantil universitário, como um processo que teria se acentuado no final da década de 1970 e provocado o aparelhamento político das organizações estudantis representativas. Esse duplo processo teria levado à erosão da base de sustentação e apoio do movimento estudantil em razão do distanciamento do estudantado<sup>482</sup>. Algumas explicações formuladas pelas ex-lideranças estudantis que integram a amostra do presente estudo também se ajustam às hipóteses mencionadas. Na seqüência de trechos de relatos orais que serão apresentados a seguir podemos identificar, por exemplo, argumentos que apontam para a perda de importância do movimento estudantil:

“Ao meu ver não houve declínio do movimento estudantil, ocorreu que o movimento foi ultrapassado pelo movimento operário e passou por um processo de acomodação que o levou a se transformar num movimento auxiliar nas lutas pela ampliação da democratização. Neste sentido, quem era militante estudantil percebia uma certa inércia e esvaziamento do movimento, que talvez tenha sido provocado pelo fato da maioria das lideranças estudantis terem migrado para outros setores como os novos partidos políticos que surgiram e diversos movimentos sociais”<sup>483</sup>.

O trecho do relato seguinte apresenta o mesmo padrão verificado no depoimento anterior:

---

<sup>481</sup> Hipóteses nesta direção foram apresentadas por SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Queros, 1985; e ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

<sup>482</sup> Ver RIBEIRO NETO, Arthur. UNE, um laço que não une mais. *Desvios* nº 4, jul., 1985, p. 61-71.

<sup>483</sup> Depoimento de Sideval Aroni ao autor, São Paulo, 2006.

“Nesta época o movimento estudantil já tinha perdido espaço e importância se comparado ao movimento operário que estava em franca ascensão. Muita coisa tinha mudado no cenário político e o movimento estudantil passou a ser um apêndice de outros movimentos sociais. Foi nesta fase que começaram a aparecer grupos de estudantes organizados que tinham aspirações completamente distintas das tendências estudantis. Pra se ter uma idéia, em 1979 nós perdemos a eleição do CA para um grupo anárquico (punk) que tinha uma plataforma baseada na gozação dos nossos comportamentos e clichês políticos. Toda essa mudança que estava ocorrendo no meio estudantil correspondia a uma conjuntura de liberdade de organização que nós ajudamos a conquistar. Ou seja, não podíamos acusar tais grupos de serem ilegítimos”<sup>484</sup>.

De igual modo, o trecho do relato seguinte também que se insere no mesmo padrão explicativo:

“Nesta época, mudanças na conjuntura política provocaram rápidas mudanças no movimento estudantil. O movimento operário do ABC, por exemplo, já estava na fase de ascensão que vai levá-lo ao embate com o Estado militar. Também tinha muita coisa acontecendo na sociedade civil com a organização dos movimentos sociais que encaminham questões políticas como a anistia, a reorganização dos partidos políticos, constituinte e outras coisas. Não sei ao certo se o movimento estudantil entra em declínio, mas é certo que a partir de 1980 encerra-se o ciclo de mobilização dos estudantes universitários no cenário público nacional. Creio que o surgimento de novos canais de participação política seja um fator que explique a relativa perda de importância do movimento estudantil”<sup>485</sup>.

Na seqüência, temos a breve explanação:

---

<sup>484</sup> Depoimento de Marco Tabet ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>485</sup> Depoimento de Marcos Bernardino de Carvalho ao autor, São Paulo, 2006.

“Na minha avaliação, o movimento estudantil não entrou em declínio, o que ocorreu foi que a sociedade civil brasileira se reorganizou e cresceu politicamente. Por exemplo, o movimento operário se fortaleceu tanto que ofuscou os outros movimentos sociais”<sup>486</sup>.

Na seqüência seguinte, temos três relatos significativos que sustentam a versão do declínio do movimento estudantil a partir do comportamento da vanguarda estudantil. O primeiro deles alude a um processo de “esvaziamento” do movimento estudantil como resultado das divergências e dissensões que atingem as tendências estudantis como um todo. Conforme podemos notar no trecho do depoimento abaixo:

“Nos dois últimos anos da década de 1970 a situação interna do movimento mudou sensivelmente. Quando a ditadura foi se desmoronando, a esquerda estudantil foi atuando com fisionomia própria, isso coincidiu com a fase de declínio do movimento estudantil. Influentes tendências estudantis como a Refazendo, por exemplo, já estava rachada, pois os militantes do MR-8 e da AP se distanciaram. Outras tendências também passaram pelo mesmo processo, mas de modo menos intenso. Esse processo ocorre em paralelo à ascensão dos movimentos sociais, principalmente o movimento operário do ABC e os movimentos de outras categorias profissionais: bancários, médicos e professores, entre outras. Ocorre uma explosão de greves nos grandes centros urbanos do país, mas o movimento estudantil, ao contrário, já não tem mais força política”<sup>487</sup>.

O segundo relato citado abaixo segue o mesmo padrão argumentativo verificado no relato anterior:

“No final da década de 1970 o movimento estudantil muda internamente. Não tem mais as grandes reuniões das tendências estudantis para definir as estratégias de luta no movimento estudantil. As coisas já não são decididas dentro do movimento estudantil, que na verdade começa a

---

<sup>486</sup> Depoimento de Ronaldo Antonelli ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>487</sup> Depoimento de Igor Fuser ao autor, São Paulo, 2006.

sofrer um processo de esvaziamento no sentido das lideranças estudantis deixarem de atuar. Esse aspecto é muito importante, e creio que isso ocorreu porque o movimento estudantil deixou de ser o único canal de participação política das lideranças estudantis”<sup>488</sup>.

O terceiro e último relato, citado na seqüência; complementa a argumentação anterior ao destacar que:

“Na época da abertura política o movimento estudantil perde sua unidade assegurada até então pela luta contra a ditadura. A abertura política promoveu o retorno das liberdades democráticas e o movimento estudantil que centrava suas reivindicações nas lutas políticas esvaziou-se. Na época a gente dizia o seguinte: ou o movimento estudantil se ajusta à nova realidade do país ou ele vai perder a razão de ser, não dá pra ficar lutando por democracia até o fim, temos que recuperar e priorizar questões específicas; ou seja, questões educacionais. Fazendo um balanço crítico deste período pode-se afirmar que os estudantes foram *usados* pelas vanguardas estudantis pra lutar por questões políticas que, de modo geral, não diziam respeito à categoria estudantil e até certo ponto era incompreensível para a maioria dos estudantes. Talvez isso seja um fator que explique a baixa adesão dos estudantes ao movimento estudantil”<sup>489</sup>.

Todas as hipóteses e explicações apresentadas até aqui, referentes tanto ao movimento estudantil quanto ao contexto político nacional, aludem a processos reais, mas são extremamente superficiais quando consideradas separadamente. Com base nos resultados do presente estudo, é possível afirmar que o movimento estudantil entrou em declínio e também perdeu importância social. Ambos os processos, porém, têm início em momentos distintos, mas convergem num momento posterior. O declínio do movimento estudantil ocorre primeiro, e é um processo que pode ser detectado já no ano de 1977 a partir do esgotamento dos protestos e manifestações estudantis. A hipótese explicativa que mais se ajusta as evidências

---

<sup>488</sup> Depoimento de Hugo Lenzi ao autor, São Paulo, 2006.

<sup>489</sup> Depoimento de Paulo Kliass ao autor, São Paulo, 2006.

empíricas se relaciona com a primazia concedida pelas vanguardas estudantis à luta política. Para o melhor entendimento dessa hipótese é necessário reexaminar alguns estudos sobre o tema. As pesquisas de Foracchi partem do pressuposto de que nas sociedades subdesenvolvidas o estilo de atuação dos movimentos estudantis universitários se caracteriza pela fusão da luta reivindicativa em torno de problemas educacionais e da luta política mais ampla em torno de problemas gerais que afetam a sociedade e o sistema político como um todo<sup>490</sup>. Com base neste pressuposto e observando a dinâmica do movimento estudantil universitário da década de 1960, a autora sugere que as reivindicações educacionais associadas aos problemas que afetavam o sistema de ensino superior constituíram o ponto de partida para uma crítica social que teve o potencial de transbordar para reivindicações políticas mais amplas<sup>491</sup>. Os resultados do presente estudo indicam, por outro lado, que a dinâmica geral do movimento estudantil da década de 1970 seguiu um padrão completamente distinto do movimento universitário da década anterior. Ou seja, o movimento universitário da década de 1970 se caracterizou pela constância da luta política mais geral.

Conforme já foi dito, a politização no âmbito das vanguardas estudantis não é o elemento característico do movimento estudantil do período. O mais importante é saber até que ponto a politização interfere na condução do movimento estudantil. Neste caso, o fato da militância estudantil se encontrar fortemente subordinada à militância política determinou a prioridade concedida pelas vanguardas estudantis a questões políticas mais amplas em detrimento de questões educacionais. Porém, a excessiva prioridade concedida pela direção do movimento estudantil universitário aos temas políticos obstruiu e dificultou uma maior

---

<sup>490</sup> FORACCHI, Marialice M. 1968: El movimiento estudiantil em la sociedad brasileña. *Revista Mexicana de Sociología*, nº 3, Julio-septiembre, 1969, pp. 609-620.

<sup>491</sup> Focando o mesmo objeto de pesquisa, o estudo de Martins Filho refutou a tese da trajetória linear da consciência estudantil e do protesto universitário que partiria dos problemas educacionais para se chegar a questões políticas mais gerais; ver *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus, 1987, p. 103.

mobilização e adesão do estudantado. Não obstante, considerando a capacidade limitada de mobilização e participação do estudantado (sobretudo em termos numérico), o peso político do movimento estudantil sempre foi desproporcional a sua real dimensão. Isso se explica pela ausência de outros movimentos sociais e políticos de importância no momento em que o movimento estudantil ressurgiu e polarizou com o Estado militar. O avanço do processo de abertura política, porém, deixou em evidência este aspecto na medida em que outros movimentos sociais, sendo que o movimento operário é o principal deles, apareceram no espaço público e se projetaram no cenário político nacional. Neste sentido, é possível falar em deslocamento do movimento estudantil frente aos outros movimentos sociais que ganham importância política.

Mas quando este deslocamento ocorre o movimento estudantil já estava atravessando uma crise interna. A crise é decorrência do distanciamento do estudantado, mas este processo é agravado por uma rigidez decorrente da incapacidade e desinteresse das lideranças estudantis de reajustarem o movimento estudantil empenhando-se na luta por reivindicações que expressassem demandas de interesse da categoria estudantil universitária. Por último, o divórcio entre a cúpula estudantil e a base do movimento universitário se amplia devido ao isolamento cada vez maior das organizações estudantis representativas, presas à rotina do aparelhamento político em decorrência de uma acentuada radicalização da luta política entre as tendências estudantis. Neste sentido, a lógica do controle político das organizações estudantis foi mantida, mas cada vez mais dissociada de uma preocupação ou estratégia eficaz de mobilização do meio estudantil. Ao que tudo indica, essa situação se estendeu até o momento atual.

Por fim, convém salientar que, ao contrário da geração estudantil de 1968, a geração estudantil de 1977 enfrentou uma ditadura militar plenamente consolidada. A ditadura militar criticava e reprimia o movimento estudantil universitário sob a alegação das influências políticas que os militantes dos grupos, organizações e partidos políticos de esquerda exerciam no meio estudantil universitário em geral e principalmente na condução do movimento. Não obstante, os militantes estudantis esquerdistas pertencentes às variadas tendências estudantis desempenharam um papel fundamental na reorganização do movimento estudantil universitário da década de 1970. Nas escolas, faculdades e universidades onde as tendências estudantis eram desorganizadas, fracas ou inexistiam, o movimento estudantil também foi fraco ou inexistiu. Paradoxalmente, porém, a militância política que propiciou as bases da militância estudantil e fomentou o dinamismo do movimento estudantil também foi a causa do declínio do movimento.

## 6.0 Bibliografia Consultada

### Livros e artigos:

- ALBERTI, Verena (2004). *Ouvir contar, textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- ALBORNOZ, Orlando (1971). *El significado del movimiento estudantil*. Aportes Universitários nº 5 (dados bibliográficos insuficientes).
- ALTBACH, Philip (1967). Student Politics. *Transition*, nº 28, Jan., p. 25-27.
- ABRAMO, Helena Wendel (1992). *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP).
- \_\_\_\_\_(1994). *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Página Aberta.
- ARENDT, Hannah (1989). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento (2000). *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, p. 98.
- BETHÂNIA, Mariani (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. São Paulo: Renan Editora.
- BERLINCK, Manoel T. (1984). Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas: Papyrus.
- BLACKBURN, Robin (org.) (1993). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BRITO, Sulamita. de (s/d). *A crise entre estudantes e o governo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BRANDÃO, Zaia (1994). Política estudantil e movimento educacional. In: RAPOSO, Eduardo (coord.). *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, p. 267-272.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (1968). O tempo e o espaço no mundo estudantil. In. BRITO, Sulamita de (org.). *Sociologia da Juventude*. Vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, p. 61-86.
- BRUNEAU, Thomas. *Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário*, São Paulo: Loyola, 1979.
- BUARQUE, Cristovam (1992). *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- CAMPOS, Anderson (2001). Em defesa de uma nova cultura no movimento estudantil. (texto mimeografado, dados bibliográficos insuficientes).
- CARRANO, Paulo César Rodrigues (2002). Jovens e participação política. In: SPÓSITO, Marília Pontes. *Juventude e Escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/ INEP/ Comped, p. 186-202.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro (1987). *Os limites do movimento estudantil (1964-1980)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CEBALLOS, Carlos (1985). *Los estudiantes universitarios y la política: 1955-1970*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.

COSTA, Caio Túlio (2003). *Cale-se*, São Paulo: A Girafa.

CUNHA, Luiz A. (1975). A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. *Debate e Crítica*, n. 5, março, p. 27-58.

\_\_\_\_\_(1983). *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

\_\_\_\_\_(1988). *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Alves.

DUBAR, Claude (2005). *A socialização, construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fonte.

EDER, Klaus (2001). A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais ? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 46, junho, p. 5-27.

EMIRBAYER, Mustafa e GOODWIN, Jeff (1994). Network analysis, culture and agency. *American Journal of Sociology*, nº 99.

ERIKSON, Erik (1968). *Identity: youth and crisis*. New York: W. W. Norton.

FLACKS, Dick (2005). A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 72, Outubro, pp. 45-66.

FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.) (2007). *Revolução e democracia: as esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FEUER, Lewis S. (1969). *The conflict of generations, The character and significance of student movements*. Basic Books, Nova York-Londres.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORACCHI, Marialice M. (1965). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

\_\_\_\_\_(1969). Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, nº 21/22, set.dez.

\_\_\_\_\_(1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

\_\_\_\_\_(1982). *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.

GASPARI, Elio (2004). *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_(2002). *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_(2002). *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GARAUDY, Roger; CESBRON, Gilberto (1968). A rebelião de estudantes: vários ângulos de interpretação. *Revista Civilização Brasileira*. Ano 4, nº 19/20, maio-agosto, p. 39-129.

GUILHON ALBUQUERQUE José Augusto, (1977). *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 69-80.

\_\_\_\_\_(1977). Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 117-144.

GRAMSCI, Antonio (1981). *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_(1988). *Os intelectuais e a formação da cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GORENDER, Jacob (2003). *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática.

GOULD, Roger (1993). Collective Action and Networks structure. *American Sociological Review*, nº 58.

HABERMAS, Jurgen; et. Al. (1968). O comportamento político dos estudantes comparado ao da população em geral. In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*, vol. II, Rio de Janeiro: Zahar, p. 115-132.

HAYASHI, Maria Cristina P. I. (1986). *Política e Universidade: a consciência estudantil (1964-1979)*. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas : Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

*História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. (1980) Vols., 1 e 2, São Paulo: Livramento.

IANNI, Otavio (1968). O jovem radical. In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*, vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, p. 225-242.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (2001). *Problemas metodológicos: depoimento e repressão*. São Paulo: Humanitas.

JENKINS, Craig; WALLACE, Michael (1996). The generalized action potential of protest movements: the new class, social trends, and political exclusion explanations. *Sociological Fórum*, Vol. 11, nº 2, Jun., p. 183-207.

KRAUSS, Ellis S. (1974). *Japanese radicals revisited, student protest in postwar Japan*. Berkeley: University of Califórnia Press.

KUCINSKI, Bernardo (1982). *Abertura, a história de uma crise*. Coleção Brasil Hoje, São Paulo: Brasil Debates.

LEVI, G; SCHMIDT, J. C. (1968). Alternativas para as atividades estudantis. In: BRITO, Sulamita de; (org). *Sociologia da Juventude*, vol. IV, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 47-59.

\_\_\_\_\_(1968). O comportamento político da juventude universitária. In: BRITO, Sulamita de; (org). *Sociologia da Juventude*, vol. II, Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 133-141.

LIPSET, S. M. (1967). University Students and Politics in Underdeveloped Countries. In: *Student Politics*. Basic Books, Nova York-Londres.

- LOWY, Michael; GORMAN, Stephen M. (1979). Students and Class Struggle in Brazil. In: *Latin American Perspectives*, Vol. 6, nº 4, Autumn, p. 101-107.
- LÓPEZ, Juan J. A escolha da teoria na investigação social comparativa. Referência: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_27/rbcs27_04.htm)
- MADEIRA, Felicia (1986). Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 58. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- MANNHEIM, Karl (1982). O problema sociológico das gerações”. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 67-95.
- MERELMAN, R. M., (1969). The development of political ideology: A framework for the analysis of political socialization. *American Political Science Review*, 63, 750-767.
- MARTINS FILHO; João Roberto (1987). *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus.
- \_\_\_\_\_(1994). Os estudantes e a política no Brasil (1962-1992). In. *Revista Teoria e Pesquisa*, n. 10, UFSCar.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MONTEIRO, Maria Rosa Leite. *Honestino: o bom da amizade é a não cobrança*. Brasília: Da Anta Casa, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. *História oral, como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MISCHE, Ann (1996a). De estudiantes a ciudadanos: las redes de jóvenes brasileños y la creación de una cultura cívica. In. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, enero-junio, vol. 3, n. 5, p. 53-75.
- \_\_\_\_\_(1996b). Redes de Jovens. In: *Revista Tendências e Debate*, nº 31, abril-junho.
- MYHR, Robert O. (1970). The university student tradition in Brazil. In: *Journal of Interamerican Studies na World Affairs*, Vol. 2, nº 1, Jan. p. 126-140.
- MILBRATH, W. Lester (1969). Political participation and citizen conceptual problems in political participation. In: CALVIN, Larson and Philo, Wasburn. *Power, participation an ideology readings in The Sociology of American Politica llife*. New York, David Ckay.
- MORTADA, Samir Perez (2002). *Memória e Política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia: Universidade de São Paulo (USP).
- MOSCOVICI, Serge; DOICE, Willem (1991). *Dissensões e consenso*. Lisboa: Livros Horizonte.
- OPP, Karl-Dieter (1990). Postmaterialism, colletive action and political protest. *American Journal of Political Science*, Vol. 34, nº 1, feb., pp. 212-235.
- \_\_\_\_\_(1990). Repression, micromobilization and political protest. *Social Forces*, Vol. 69, nº 2, dec. Pp. 521-547.

- PAIS, José Machado (1990). A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Vol. 25 (105-106), p. 139-165.
- PANDOLFI, Dulce (1995). *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. São Paulo: Relume-Dumará.
- PAOLI, Maria Célia (1985). Dossiê sobre o movimento estudantil. *Desvios*, nº 4 (dados bibliográficos insuficientes).
- PELLANDA, Nilze M. de Campos (1986). *Ideologia, educação e repressão no Brasil pós-64*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- POERNER, Arthur José (1968). *O poder jovem: história da participação dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- POUPART, Jean et al. (2008). *Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. São Paulo: Vozes.
- PEROSA, Gilda Gouvêa (1970). *O comportamento do estudante: um estudo do radicalismo e do conformismo*. Tese de Mestrado. Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.
- REZENDE, Darcilene Sena (2003). *A História na Mão: periódicos universitários discentes paulistas, entre 1964 e 1979*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas -Universidade de São Paulo (USP).
- REZENDE, Antonio Muniz de (1987). *O saber e o poder na universidade: dominação ou serviço?* São Paulo: Autores Associados.
- RIBEIRO NETO, Arthur (1985). Um laço que não une mais. *Desvios* nº 4, jul., p. 61-71.
- RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (2002). *História do marxismo no Brasil. partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp.
- RIBEIRO NETO, Artur (1985) . Um laço que não une mais. *Desvios* nº 4, jul., p. 61-71.
- RISÉRIO, Antonio et. al. (2006). *Anos 70: trajetórias*. São Paulo: Iluminaras.
- ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia (1979). *A volta da UNE – de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa Omega.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAES, Décio (1977). Classe média e políticas de classe: uma nota teórica. In. *Contraponto*, nº 2, Niterói, dezembro.
- \_\_\_\_\_(1978). Raízes sociais e o caráter do movimento estudantil. In. *Cara a Cara*, nº 2, Campinas, julho-setembro.
- \_\_\_\_\_(1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: Queroz, 1985.
- SERBIN, Kenneth, Anatomia de um crime: repressão, direitos humanos e o caso de Alexandre Vannuchi Leme, in: *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, nº 20-23, jan./dez., 1997.

SIGRIST, José Luiz (1982). *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez.

SOUZA, Jenice T. Ponte de (1999). *Reinvenções da Utopia: a militância política nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. (1968). Ideologia e participação política estudantil. In. BRITO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude*, Vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, p. 243-266.

VALLE, Maria Ribeiro do (1999). *1968 - o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. Da Unicamp.

VELASCO e CRUZ, Sebastião C. (1994). 1968: movimento estudantil e crise política brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, nº 2 (dados bibliográficos insuficientes).

VIEIRA, Sofia Lerche (1982). *O discurso da Reforma Universitária*. Fortaleza: Edições UFC.

WEDGE, Bryant (1969). The case study of student political violence: Brazil, 1964, and Dominican Republic, 1965. In: *World Politics*, Vol. 21, nº 2, Jan., p. 183-206.

### **Revistas e Jornais:**

*Revista da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)*

*Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo (1990)*

*Veja (1974-1977)*

*Isto É (1977)*

*Jornal da Tarde (1974-1977)*

*História da UNE, 60 anos a favor do Brasil, Rio de Janeiro: UNE, 1997.*

*Folha de S. Paulo (1974-1985)*

*O Estado de S. Paulo (1974-1985)*

### **Arquivos:**

#### **Arquivo do Estado de São Paulo (AESP-DOPS)**

Referência: Ordem Política (OP), Pastas nº 0717, 0773, 1194, 1231, 1232, 1235, 1237, 1238, 1257, 1258, 1356, 1361, 1362, 1386, 1405, 1430, 1439, 1440, 1458, 1460, 1482, 1483.

Referência: Ordem Social (OS), Pastas nº 0086, 1015.

Referência: Série Dossiês, Pastas nº 30-Z-160-3457, 30-Z-160-14210, 30-Z-160-14281, 30-Z-160-6828, 50-C-0-6112, 50-C-22-9570, 50-Z-9-31904, 50-22-9840-9816 / 50-Z-9-32511 / 50-Z-9-33029.

## **Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)**

Arquivo Luiz Araújo, Pasta nº 414, 418, 419

## **Arquivo Ernesto Geisel (CPDOC-FGV:RJ)**

Conjunto das 128 Apreciações Sumárias do SNI.

## **Relação dos depoimentos orais coletados:**

### **EX-LIDERANÇAS ESTUDANTIS**

**Antonio José Moreira Filho.** Ingressou na universidade em 1971, no curso de Arquitetura da USP. Abandonou o curso no ano seguinte. Retornou a universidade em 1976 para cursar Ciências Sociais na USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Mobilização, que representava a organização política denominada Liga Operária. Depoimento coletado em 20 de março de 2006, em São Paulo.

**Beatriz de Castro Bicudo Tibiriça.** Ingressou na universidade em 1973, no curso de Ciências Sociais da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Refazendo. Depoimento coletado em 16 de maio de 2006, em São Paulo.

**Ciça Guedes.** Ingressou na universidade em , no curso de da PUC-SP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Liberdade e Ação. Depoimento coletado em 9 de maio de 2007, em São Paulo.

**Egmar Depieri.** Ingressou no curso de Direito em 1974, na Faculdade Católica de Santos. Cursou o primeiro ano, retomando o curso em 1976, na FMU, em São Paulo. Militou no movimento estudantil vinculando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Depoimento coletado em 19 de abril de 2006, em São Paulo.

**Geraldo Siqueira.** Ingressou na universidade em 1971, no curso de Geografia da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Refazendo. Depoimento coletado por telefone, em 20 de abril de 2006.

**Hugo Lenzi.** Ingressou na universidade em 1973, no curso de Ciências Sociais da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Refazendo. Depoimento coletado em 18 de maio de 2006, em São Paulo.

**Igor Fuser.** Ingressou no ensino superior em 1977, no curso de Jornalismo da Faculdade Casper Líbero. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Caminhando. Depoimento coletado em 10 de março de 2006 e 9 de maio de 2007, em São Paulo.

**Julio Turra.** Ingressou na universidade em 1973, no curso de Ciências Sociais da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Liberdade e Luta (Libelú). Depoimento coletado em 16 de março de 2006, em São Paulo.

**Marcos Tabet.** Ingressou na universidade em 1973, no curso de Arquitetura da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Liberdade e Luta (Libelú). Depoimento coletado em 16 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

**Marcos Bernardino de Carvalho.** Ingressou na universidade em 1975, no curso de geologia da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Organizar a Luta, que representava a organização política denominada Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Depoimento coletado em 16 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

**Márcia Barral.** Ingressou na universidade em 1975, no curso de História da USP. Militou no Movimento Estudantil vinculando-se a *tendência* Caminhando. Depoimento coletado em novembro de 2006, em São Paulo.

**Paulo Moreira Leite.** Ingressou na universidade em 1973, no curso de Ciências Sociais da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Liberdade e Luta (Libelú). Depoimento coletado em 05 de março de 2006, em São Paulo.

**Paulo Kliass.** Ingressou na universidade em 1977, no curso de Arquitetura da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Depoimento coletado em 24 de abril de 2006, em São Paulo.

**Ronaldo Antonelli.** Ingressou na universidade em 1970, no curso de Letras da USP. Cursou o primeiro ano, em 1971 começou a cursar Filosofia na USP. Em 1976 ingressou no curso de Jornalismo da Faculdade Casper Líbero. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Liberdade e Luta (Libelú). Depoimento coletado em 11 de março de 2006, em São Paulo.

**Vera Paiva.** Ingressou na universidade em 1973, no curso de Psicologia da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Refazendo. Depoimento coletado em 06 de abril de 2006, em São Paulo.

**Wilson Ribeiro dos Santos Junior.** Ingressou na universidade em 1972, no curso de Arquitetura da USP. Militou no movimento estudantil vinculando-se a *tendência* Liberdade e Luta (Libelú). Depoimento coletado em 03 de março de 2006, em São Paulo.

**Sideval Aroni.** Ingressou na universidade em 1974, no curso de Economia da USP. Depoimento coletado em 10 de março de 2006, em São Paulo.

## EX-ESTUDANTES

**Álvaro Wolmer:** Ingressou na universidade em 1977, no curso de Arquitetura da USP. Depoimento coletado em 19 de abril de 2006, em São Paulo.

**Eduardo Mellander Filho.** Ingressou na universidade em 1976, no curso de História da USP. Depoimento coletado em 17 de março de 2006, em São Paulo.

**Luiz Carlos Helou.** Ingressou na universidade em 1974, no curso de Engenharia da USP. Depoimento coletado em 20 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

**Mauro Pergaminik Meiches.** Ingressou na universidade em 1976, no curso de Ciências Sociais da USP. Depoimento coletado em 25 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

**Maria Everalda.** Ingressou na universidade em 1977, nos cursos de Arte Dramática da ECA-USP e em Ciências Sociais na PUC-SP. Depoimento coletado em 16 de abril de 2006, em São Paulo.

**Paulo Gil Proença Soares.** Ingressou na universidade em 1978, no curso de Jornalismo da PUC-SP. Depoimento coletado em 23 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

**Rui Afonso Soares.** Ingressou na universidade em 1975, no curso de Engenharia da USP, em 1976 começou também a cursar História na USP. Depoimento coletado em 21 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

**Sergio Tognato Magini.** Ingressou na universidade em 1972, no curso de Arquitetura da Fundação Vale Paraibana de Ensino de São José dos Campos. Depoimento coletado em 14 de abril de 2006, em São Paulo.

**Vera Domschke.** Ingressou na universidade em 1977, no curso de Arquitetura da USP. Depoimento coletado em 24 de fevereiro de 2006, em São Paulo.

#### **AUTORIDADES ACADÊMICAS, PÚBLICAS E GOVERNAMENTAIS**

**Antonio Erasmo Antonio Dias.** Coronel do Exército, foi secretário de Segurança Pública de São Paulo, de 1974 a 1978. Depoimento coletado em 29 de maio de 2006, em São Paulo.

**Dilton Carvalho de Souza.** Coronel da Polícia Militar. Foi sub-comandante do 1º Batalhão da Polícia de Choque (B.P.C.) que atuou na invasão policial da PUC-SP, em 1977. Entrevista realizada em 06 de julho de 2007, em São Paulo.

**João Edenio Dos Reis Valle.** Foi professor e vice-reitor comunitário da PUC-SP, entre 1976 e 1978. Depoimento coletado em 28 de maio de 2007, em São Paulo.

## Quadro geral das imagens ilustrativas

### Capítulo 3

Página	Foto / Título	Fonte
149	Foto 1: Primeira passeata estudantil (30 de março). Estudantes saindo da USP rumo ao Largo de Pinheiros.	Folha Imagem
150	Foto 2: Faculdade de Direito do largo São Francisco (05 de maio). Concentração estudantil antes do início da passeata que percorrerá o viaduto do Chá.	Folha Imagem
150	Foto 3: Estudantes no viaduto do Chá, momentos antes do confronto com a polícia (05 de maio).	Folha Imagem
151	Foto 4: Ato Público na Faculdade de Medicina da USP (19 de maio). Estudantes na entrada principal da Faculdade, pouco antes de seu diretor ordenar o fechamento da escola.	Folha Imagem
151	Foto 5: Coronel Erasmo Dias, de prontidão no largo São Francisco, concede entrevista aos repórteres que acompanham a tentativa de manifestação estudantil (19 de maio).	Fernando Santos Folha Imagem
152	Foto 6: Tropa de choque no Parque D. Pedro II (15 de junho). Polícias preparados para impedir a manifestação estudantil na Praça Fernando Costa.	Folha Imagem
152	Foto 7: Depois de realizarem várias passeatas <i>relâmpagos</i> pelo centro da cidade, os estudantes se concentraram no largo São Francisco e foram encurralados por policiais militares na Faculdade de Direito da USP (15 de junho).	Folha Imagem
153	Foto 8: Reunião de abertura da 29ª SBPC. Teatro da Universidade Católica (TUCA) (6 de julho)	ACI-PUC-SP
153	Foto 9: Manifestação estudantil no campus da USP (04 de agosto). Estudantes seguem para o prédio da reitoria para realizarem o ato simbólico do “enterro do reitor da UnB, José Carlos Azevedo”.	Folha Imagem
154	Foto 10: Cartaz afixado na USP, conclamando os estudantes para o Ato Público do dia 23 de agosto, no largo do Paissandu.	Folha Imagem
154	Foto 11: Policiais militares reprimem manifestação estudantil (23 de agosto). Impedidos de se concentrarem no largo do Paissandu, os estudantes fazem manifestações em vários pontos do centro da cidade.	Folha Imagem

## Capítulo 4

Página	Foto / Título	Fonte
195	Salas arrombadas pelos policiais	AESP-DOPS
196	Mobília, materiais e equipamentos depredados pelos policiais	AESP-DOPS
197	Mobília, materiais e equipamentos depredados pelos policiais	ACI-PUC-SP
198	Faixas e cartazes encontrados na PUC-SP	AESP-DOPS
199	Materiais diversos apreendidos pelos policiais. Escaninhos de jornalecos, revistas e textos literários “alternativos”.	AESP-DOPS
200	Materiais diversos apreendidos pelos policiais	AESP-DOPS
201	Instantes depois de iniciado o Ato Público, os policiais começaram a reprimir os manifestantes.	Carlos Namba Abril Imagens
201	Os policiais começam a reprimir os manifestantes com bombas de gás.	Helio Campos Mello
202	Estudantes sendo conduzidos pelos policiais ao estacionamento próximo a PUC.	Helio Campos Mello
202	Coronel Erasmo Dias fala aos estudantes detidos	Abril Imagens
203	A reitora Nadir Kfourri chega a PUC acompanhada do Professor do Direito, Hermínio Marques Porto.	Helio Campos Mello
203	Encontro da reitora Nadir Kfourri com o coronel Erasmo Dias	Helio Campos Mello
204	No dia seguinte à invasão, o governador Paulo Egydio Martins (à esquerda) e o coronel Erasmo Dias (à direita) numa entrevista coletiva à imprensa.	AESP-DOPS
204	Coronel Erasmo Dias fala aos repórteres. Atrás dele, está o delegado do Dops paulista, Romeu Tuma.	AESP-DOPS